

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROSALBA LOPES

SOB O SIGNO DA METAMORFOSE:

As esquerdas comunistas brasileiras e a democracia (1974-1982)

Niterói  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSALBA LOPES

SOB O SIGNO DA METAMORFOSE:  
AS ESQUERDAS COMUNISTAS BRASILEIRAS E A DEMOCRACIA (1974-1982)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Doutora: Área de  
Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. DANIEL AARÃO REIS FILHO

Niterói  
2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

L864 Lopes, Rosalba.  
*Sob o signo da metamorfose*: as esquerdas comunistas brasileiras e a democracia (1974-1982) / Rosalba Lopes. – 2010.  
207 f.  
Orientador: Daniel Aarão Reis Filho.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.  
Bibliografia: f. 198-207.

1. Esquerda (Política) – Brasil – 1974-1982. 2. Comunismo.  
3. Democracia. 4. Cultura política. 5. Partido político. 6. Organização política. 7. Autoritarismo. I. Reis Filho, Daniel Aarão. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 320.981

ROSALBA LOPES

SOB O SIGNO DA METAMORFOSE:  
AS ESQUERDAS COMUNISTAS BRASILEIRAS E A DEMOCRACIA (1974-1982)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Doutora: Área de  
Concentração: História Social

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. DANIEL AARÃO REIS – Orientador  
UFF

---

Prof. Dr. MARCELO RIDENTI  
UNICAMP

---

Prof. Dr. RODRIGO PATTO SÁ MOTTA  
UFMG

---

Profa. Dra. MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO  
UFRJ

---

Prof. Dra. LÚCIA GRINBERG  
UNI-RIO

Niterói  
2010

*Dedico este trabalho ao jardineiro Genésio Lopes e à artesã Maria Vitória Lopes, meus pais, por terem garantido - com tanto esforço - os jardins de minha infância, berço seguro para a trajetória da qual é fruto este trabalho. Dedico também a Miguel, Pedro e Marcelo, meus rapazes, porque, ainda que de diferentes formas, sempre encantarão os jardins presentes.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, como qualquer outro, é fruto de uma longa trajetória, na qual se envolveram muitas pessoas. No limite, ele carrega em si um investimento social disponível para poucos neste país de gritantes desigualdades. Assim, há muito que agradecer. Em primeiro lugar, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão da bolsa de estudos que viabilizou a realização do doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Na mesma medida agradeço aos funcionários dos diversos arquivos consultados, com especial destaque para Mário Martins de Lima, um guia seguro pelas prateleiras do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Dinéia Cordeiro do Nascimento responsável e profunda conhecedora do Centro de Documentação e Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM), pertencente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sua boa vontade foi de fundamental importância.

São muitas as razões para agradecer a Daniel Aarão Reis. Impossível enumerá-las todas. Então, destaco a generosidade com que convive com nossas dificuldades, a eterna disposição em oferecer *sugestões interessantíssimas* e o bom humor com que faz todas essas coisas. O brilho de sua inteligência sempre nos fascinará. Sou grata também aos professores Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg, que participaram da banca do exame de qualificação. As sugestões que deram foram de fundamental importância para a reformulação do trabalho. Para além de agradecê-los, no entanto, é preciso isentá-los dos equívocos, porventura cometidos, que são de minha inteira responsabilidade. Devo também a Juarez Guimarães o início desta reflexão e as razões para que a esperança socialista sobrevivesse em nossos projetos.

Para além do mundo acadêmico, diversas pessoas foram participantes do que há de vitorioso na conclusão desta pesquisa. De diferentes formas. Entre as muitas a quem devo agradecimentos, inicio por meus pais e irmãs porque sem eles a trajetória, a despeito de tantas

dificuldades, não iniciar-se-ia tão prazerosa. Em meio a tais dificuldades, devo e agradeço também à professora Maria Paula Graner/UFF a possibilidade de começar minha vida acadêmica. Sua generosidade é infinita. Meu agradecimento também.

Ao companheiro Miguel por tantos motivos! Seria impossível enumerá-los! Assim, agradeço-o, sobretudo, pela preciosa sabedoria que o faz capaz de ensinar-nos a rir! Aprendizado a ser carregado para sempre. Agradeço também a nossos filhos Pedro e Marcelo por existirem e, existindo, fortalecerem minha disposição de participar na construção de um mundo mais justo.

Em relação aos amigos que ganhei nesta longa trajetória, agradeço em especial à Janaína Martins Cordeiro. Também neste caso seria impossível enumerar todas as razões para este agradecimento que deixo registrado. Destaco a importância de nossas conversas, foram tantas... Agradeço também o carinho que transformava o cansaço das longas viagens entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, em celebração de encontros. Alegria pura! Nossa amizade é pra sempre. Pelo carinho e abrigo agradeço também a Cristina Esteves Pereira, amiga de longa data. A Merrina Delgado e Sheila Alves agradeço a solidariedade diária. A Beatriz Amaral o paciente trabalho de revisão.

Por fim, é preciso agradecer aos mestres Maurício de Paula Delgado e Maria do Carmo Godinho Delgado, por ensinarem a bondade.

Obrigado a todos!

Rosalba Lopes.



*“[...] os historiadores não conseguem evitar o enigma persistente de sua disciplina: continuidade e mudança.” (Geoff Eley, 2005)*

*“[...] Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros sem asas...”  
(Machado de Assis, *A Semana*, 1894)*

## RESUMO

Busca-se analisar o pensamento e a ação das esquerdas comunistas brasileiras no período que se estende de 1974 a 1982, tentando compreender em que medida transformaram-se traços autoritários que, segundo vasta bibliografia, estariam historicamente presentes em sua cultura política, como o vanguardismo, o elitismo, a negação ou a instrumentalização da democracia. Sabe-se que o período é rico em mudanças em vários aspectos da vida nacional, basta que se pense no ressurgimento, na segunda metade da década de 1970, de movimentos vigorosos no interior de uma sociedade onde os descontentes eram sistematicamente silenciados. Trata-se, pois, de considerar a hipótese de ter havido um processo de transformação neste campo das esquerdas brasileiras, ainda que se busque dimensionar também as permanências e seus desdobramentos. O acompanhamento do processo se fez, primeiramente, a partir de um mergulho na literatura produzida nas décadas de 1970 e início da década de 1980, permitindo a recuperação tanto da riqueza daquela ambiência, quanto da situação experimentada pelas organizações comunistas, às quais fora imposta uma dura derrota. Mas, foi tempo também de recomeço. Dentre os pressupostos que orientam a pesquisa, destaca-se a compreensão do contexto de experiência e atividade dos atores como o terreno, no qual, as culturas políticas são colocadas em jogo. Daí a consideração dos desdobramentos das relações estabelecidas por estas esquerdas e os diversos movimentos sociais que surgiam ao longo da década de 1970. Em seguida, centramos o foco nas relações estabelecidas entre estas organizações e o sindicalismo surgido no ABC paulista, outro importante ator no processo de construção do Partido dos Trabalhadores. Consideradas duas das culturas políticas que se encontravam e tentavam articular-se em partido, buscamos o dimensionamento das mudanças vividas pelas organizações comunistas, sobretudo, no que diz respeito aos pressupostos democráticos. Através da análise dos documentos produzidos no processo de construção daquele Partido ganha destaque na investigação o desvendamento dos sentidos conferidos à democracia por aqueles que, no novo cenário que se desenhava no país — crescentemente povoado por democratas — se diferenciavam por historicamente lutar pela igualdade.

Palavras-chave: Esquerdas e democracia. Cultura política da esquerda brasileira. Esquerda comunista brasileira. Partidos e organizações políticas. Autoritarismo.

## RESUMÉ

On cherche à analyser la pensée et l'action des gauches communistes brésiliennes pendant la période qui va de 1974 à 1982, en essayant de comprendre dans quelle mesure se sont transformés des traits autoritaires qui, selon une vaste bibliographie, seraient historiquement présents à sa culture politique, tels que l'avant-garde, l'élitisme, la négation ou l'instrumentalisation de la démocratie. On sait que la période est riche en changements, dans plusieurs aspects de la vie nationale ; il suffit de penser à la résurgence, pendant la deuxième moitié de la décennie de 1970, de mouvements vigoureux à l'intérieur d'une société où l'on ôtait systématiquement la parole aux mécontents. Il s'agit, donc, de considérer l'hypothèse de l'existence d'un processus de transformation sur ce champ des gauches brésiliennes, même si l'on cherche à mesurer aussi les permanences et leurs dédoublements. L'accompagnement du processus a été fait, d'abord, à partir d'une plongée dans la littérature produite aux décenniers de 1970 et début de 1980, en permettant la récupération aussi bien de la richesse de cette ambiance que de la situation subie par les organisations communistes, qui ont connu un dur échec. Mais celui-là a été, aussi, un temps de recommencement. Parmi les présupposés qui orientent la recherche, on remarque la compréhension du contexte d'expérience et d'activité des acteurs comme le terrain où les cultures politiques sont mises en jeu. D'où la diversité des dédoublements des rapports établis par ces gauches et les différents mouvements sociaux qui sont apparus le long de la décennie de 1970. Ensuite, nous focalisons notre étude sur les rapports établis entre ces organisations et le syndicalisme qui surgit à l'ABC de São Paulo, un autre acteur dans le processus de construction du Parti des Travailleurs. En les prenant comme deux des cultures politiques qui se retrouvaient et qui cherchaient à s'articuler en partis politiques, on a cherché la dimension des changements vécus par les organisations communistes, surtout en ce qui concerne les présupposés démocratiques. A travers l'analyse des documents produits pendant le processus de construction de ce Parti-là, on souligne, dans l'investigation, le dévoilement des sens conférés à la démocratie par ceux qui, sur le nouveau scénario qui était en train de se dessiner au pays – peuplé par les démocrates de façon croissante – se détachaient par leur lutte historique pour l'égalité.

Mots-clé: gauches et démocratie. Culture politique de la gauche brésilienne. Gauche communiste brésilienne. Partis et organisations politiques. Autoritarisme.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O SIGNO DA METAMORFOSE	10
1. NAS ENTRELINHAS: O BRASIL E AS ESQUERDAS COMUNISTAS (1974-1982)	21
1.1. AS ESQUERDAS COMUNISTAS BRASILEIRAS NAS ENTRELINHAS	37
2. COMEÇAR DE NOVO: DEBATES E REFLEXÕES DAS ESQUERDAS COMUNISTAS NO BRASIL DA DITADURA (1974-1977)	63
2.1. COMEÇAR DE NOVO: DEMOCRACIA EM DISCUSSÃO (1974-1978)	68
2.2. O INVENTÁRIO DOS ERROS: O VANGUARDISMO NO CENTRO DO DEBATE	97
3. NOS CAMPOS DO ENCONTRO: AS ESQUERDAS COMUNISTAS E AS NOVAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL DA ABERTURA (1977-1980)	109
3.1. O MOVIMENTO SINDICAL NO ABC PAULISTA: HERANÇAS E RUPTURAS (1974/1982)	132
4. SOB O SIGNO DA METAMORFOSE: ESQUERDAS COMUNISTAS E OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA	155
4.1. OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA NA CULTURA DO MARXISMO	169
4.2. AS ESQUERDAS COMUNISTAS BRASILEIRAS E OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA NO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979-1982)	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
BIBLIOGRAFIA	198

## INTRODUÇÃO: O SIGNO DA METAMORFOSE

É muito rico o período situado entre os anos de 1974 e 1982. Por múltiplos aspectos, 1974 pode ser visto como marco inicial de um processo complexo e diversificado, ao final do qual, a democracia surgirá como algo desejado pela maioria esmagadora da sociedade brasileira. Quase um consenso! De modo que, ao observador do gigantesco movimento em prol das eleições diretas para presidente da República, ocorrido uma década depois, pode ser necessário certo esforço para compreender como, em terra de tantos democratas, se fizera tão longevo um regime que negara a liberdade e violentara direitos.

Do mesmo modo, em meio à inebriante efervescência que marcou a segunda metade da década de 1970, com um crescente clamor por democracia, o observador corre o risco de perder de vista o fato de tratar-se, para muitos, de desejo construído. Ou seja, entre os que reivindicavam a democracia, muitos a haviam negado. À direita e à esquerda do espectro político nacional. Portanto, 1974 seria um marco importante na discussão sobre o tema, que tomou fôlego no interior de uma sociedade perpassada de ponta a ponta por traços autoritários. Segundo Daniel Aarão Reis, a partir de meados da década de 1970, a sociedade brasileira, de maneira geral “foi se metamorfoseando. Ali já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas”.<sup>1</sup>

A defesa da democracia estava até entre os vencedores, os golpistas. Entre aqueles que haviam implantado uma ditadura e comemoravam o fato de manterem afastado o perigo comunista que rondara o país, sobretudo, durante os anos do governo João Goulart (1961-1964). Haviam vencido também quando os comunistas resolveram pegar em armas para mudar a ordem estabelecida. Já podiam pensar em propor abertura, redemocratização e que tais. Em meados da década de 1970, ainda respiravam os ares do chamado “milagre brasileiro”, mesmo que os sinais de diminuição do crescimento econômico já se fizessem

---

<sup>1</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p.45.

sentir. Considerada a perspectiva destes sujeitos, talvez nada mais inadequado que a caracterização de qualquer fase do regime civil-militar como “anos de chumbo”. Nas palavras de Daniel Aarão Reis, “naquelas areias movediças havia os que afundavam, mas também os que emergiam”.<sup>2</sup> Mesmo nesse campo, a partir de 1974 é possível encontrar a defesa da democracia. Embora houvesse aqueles que ainda exigiam dos vencedores maior rigor na repressão à subversão.<sup>3</sup>

Havia os ambivalentes, capazes de ser, ao mesmo tempo, a favor e contra os governos militares. Conforme Denise Rollemberg esse foi o caso da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Para compreender a atuação política desse sujeito, a autora lança mão do conceito de “zona cinzenta”, permitindo a consideração das “nuanças existentes entre o apoio e a rejeição ao regime”.<sup>4</sup> Suas análises ressaltam que somente no pós 1974 a ABI assumiu a bandeira das lutas democráticas e um lugar no interior da oposição. No mesmo campo, os arrependidos de última hora que tendo apoiado o golpe por entendê-lo como a única forma de preservar a democracia, se sentiam incomodados com a permanência indefinida dos golpistas no poder. Incômodo que tendeu a crescer à medida que se aprofundaram as características autoritárias do Estado, sobretudo, após o Ato Institucional número 5, de 1968, que permitiu a intensificação da repressão numa escala sem precedentes na história do país.<sup>5</sup> As análises de Rollemberg nos permitem acompanhar, na trajetória da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um exemplo desse arrependimento. A instituição “saiu do pólo de apoio integral ao golpe [...], identificando-se com uma cultura política de direita, para uma posição de crítica explícita e contundente ao regime”.<sup>6</sup> A mudança se acentuou a partir de meados da década. Em termos partidários, muitos desses ex-apoiadores ajudarão a compor a oposição legal ao regime participando das fileiras do MDB. Outro exemplo de arrependimento pode ser visto na Igreja Católica,<sup>7</sup> ao menos parte dela, que também trilhou esse caminho de apoiadora a opositora da ditadura.

---

<sup>2</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 61.

<sup>3</sup> Carlos Fico analisa as cartas enviadas por pessoas comuns à censura. Elas deixavam transparecer “uma vontade de censura mais ampla [...] algo como uma reforma moral ante a ‘decadência da sociedade’”. Cf. FICO, Carlos. *Prezada Censura: cartas ao Regime Militar*. In: *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n.5, set.2002. p.271.

<sup>4</sup> O conceito de “zona cinzenta”, segundo a autora, foi cunhado por Pierre Laborie para compreender os franceses sob Vichy. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-74*. In: REIS, Daniel Aarão; ROLAND, Denis (orgs.), *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.57-96.

<sup>5</sup> Este Ato impôs a dissolução do Congresso Nacional por tempo indeterminado.

<sup>6</sup> Rollemberg, 2008, p.63.

<sup>7</sup> Quanto à Igreja Católica, segundo Löwy, em 1970, as mudanças em seu interior se mostravam tão profundas que “depois de eliminada a esquerda clandestina, a igreja será vista pela sociedade civil como o principal

Na multiplicidade de sujeitos e projetos, havia os indiferentes... Em considerável número! Para esses, importava pouco o regime político em vigor. Aliás, esse perfil indiferente é persistente na sociedade brasileira e ainda se destacava em dados razoavelmente recentes sobre a relação dos brasileiros com a democracia. Em 2003, pesquisas apontavam que “[...] no Brasil, apenas 37% entendem que democracia é o melhor sistema. [...]. É igualmente no Brasil que ocorre o maior índice de pessoas que ‘não sabem o que é democracia’ (59%) [...]”.<sup>8</sup> Outro dado preocupante apontado pelo estudo é o caráter minimalista que lhe é imputado. Para “grande parte que respondeu o que é democracia, o conceito se resumia à liberdade e eleições regulares, limpas e transparentes”.<sup>9</sup> Contudo, também entre esta parcela da sociedade brasileira, surgem indícios de mudanças no período estudado. Assim, nas eleições de 1974, além da derrota do governo, houve um declínio nos votos brancos e nulos que, em 1970, havia alcançado o expressivo índice de 30%.

Em resumo, no ponto inicial de nossos estudos, 1974, a democracia estava longe de ser consenso na sociedade brasileira. Por outro lado, o discurso em sua defesa começa a ser encontrado em escala ascendente a partir daquele ano, em diferentes campos desta sociedade. Na retórica, inclusive, daqueles que, por anos, apoiaram a ditadura. Considerar a existência destes sujeitos faz ressaltar a importância, tanto das especificidades dos processos de incorporação dos valores democráticos pelos diferentes sujeitos, quanto da diversidade de sentidos que serão conferidos à democracia. Nosso interesse é acompanhar e compreender como a defesa da democracia se construiu no campo das esquerdas brasileiras, ou seja, naquele campo cujas lutas são, historicamente, norteadas pelo ideal da igualdade social.<sup>10</sup>

Antes de delimitar melhor o objeto de estudo, tarefa indispensável, sobretudo, dada a multiplicidade destas esquerdas, ressalte-se que o interesse pela discussão vincula-se diretamente a esta particularidade, qual seja, tratar-se do processo de incorporação do ideal da liberdade a um campo político que, embora atravessado por traços autoritários, como a própria sociedade da qual faz parte, se distingue e se define pela luta em busca da construção

---

inimigo da ditadura”. Cf. LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.317.

<sup>8</sup> Belisário Santos cita dados de pesquisas divulgadas no site [www.latinobrometro.org](http://www.latinobrometro.org) (entidade chilena) e realizadas em 2003. Cf. SANTOS JÚNIOR, Belisário. Viagem no tempo. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.398.

<sup>9</sup> *ibidem*, p.399.

<sup>10</sup> Critério assumido na presente reflexão, baseado nas concepções de Norberto Bobbio e usado, por exemplo, por Emir Sader para diferenciar esquerda e direita: “os que acreditam que o mercado supostamente livre define o destino de cada um são a direita. Os que acreditam, ao contrário, na justiça social e norteiam suas crenças, sua palavra e sua ação nesse sentido, são a esquerda”. Cf. SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.17.

da igualdade. É nessa chave que a pesquisa aguça o interesse e mobiliza esperanças. Em um mundo cada vez mais desencantado quanto às possibilidades de construção desta igualdade, talvez, a discussão tenha mantido sua pertinência e siga sendo importante considerar raízes, características e possibilidades de projetos políticos elaborados tendo no horizonte a sintonia entre os dois princípios. Instigante também é a possibilidade de contribuir para a reflexão sobre o momento atual, quando, conforme as palavras de Hamilton Pereira da Silva, “[...] as esquerdas, prisioneiras dos fatores condicionantes herdados, ainda não foram capazes de desenhar a cartografia da transição rumo a um novo paradigma para o país: um paradigma pós-neoliberal”.<sup>11</sup> Pode ser promissor, portanto, refletir sobre a dimensão do herdado, sobretudo, se for possível incorporar a ponderação sobre possibilidades e limites das mudanças.

Delimitemos melhor nosso objeto. É sabido que no interior desse campo mais geral definido como ‘esquerdas brasileiras’, constituíram-se diversas famílias com culturas políticas específicas como o anarquismo, o comunismo (em seus diversos matizes), o socialismo, o nacional-estatismo, o trabalhismo, a esquerda cristã etc. Uma grande diversidade de projetos políticos, de caminhos para a construção de mudanças. Não temos a pretensão de acompanhar a trajetória vivida por cada um desses troncos que pluralizam as esquerdas brasileiras.<sup>12</sup> Nossa intenção é estudar o processo vivido entre os anos de 1974 e 1982, pelas esquerdas comunistas que tomaram parte na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Derivadas, em maior ou menor medida, da grande árvore do Partidão e suas inúmeras dissidências. Nelas é essencial, naturalmente, o impacto do stalinismo, ou seja, a leitura de Stalin sobre a tradição leninista. A rigor, entre os vários ramos nos quais sempre se dividiram as esquerdas brasileiras, este talvez seja aquele que mais abertamente assumiu, ao longo de sua história, postulados autoritários. Além da predominância do stalinismo, a maioria destas organizações aderiu, na segunda metade da década de 1960, à luta armada como caminho para a construção de uma sociedade mais justa. Neste campo, portanto, prevalecia quase um desprezo pelos postulados democráticos. Todavia, tomarão parte na construção de um dos mais importantes

---

<sup>11</sup> SILVA, Hamilton Pereira da. Fundação Perseu Abramo, uma construção política e cultural faz dez anos. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.14.

<sup>12</sup> Por meio da representação da “árvore genealógica da esquerda brasileira” criada por Marco Aurélio Garcia (ANEXO 1) é possível perceber a diversificação destas esquerdas comunistas. Dentre as organizações representadas naquele esboço, a imensa maioria participou da construção do Partido dos Trabalhadores. As exceções ficam por conta do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e, obviamente, das organizações que foram destruídas.



projetos políticos democráticos nascidos no campo das esquerdas brasileiras. Entre um ponto e outro, o processo que nos interessa recuperar.

Como sempre, em todo processo, o recorte temporal é discutível. Cremos que o marco inicial tenha sido justificado à medida que diversas análises situam os meados da década de 1970, e em particular o ano de 1974, como sendo o início da metamorfose que transformou o país em território de democratas. Também entre as esquerdas o ano é apontado como recomeço, como ponto de mudança. Quanto ao encerramento, recorro a um conjunto de fatores na tentativa de justificá-lo. Em primeiro lugar, a possibilidade de analisar, por meio dos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores, o projeto político que estas organizações ajudaram a construir nos oferece uma boa oportunidade para considerar os desdobramentos das discussões, da autocrítica e dos processos vividos no período. Por outro lado, encerrar no ano de 1982, quando o partido tinha apenas dois anos de existência, tendo, no entanto, disputado suas primeiras eleições, limita o leque de conflitos internos a serem considerados, viabilizando a pesquisa que, numa expressão de cautela, se encerra com a consideração, apenas, das raízes do projeto construído com a participação das organizações que estamos acompanhando. Vale dizer, antes que se impusessem novas problemáticas. Por fim, o ano de 1982 é apontado, não sem polêmica, como sendo um momento no qual teria se iniciado o refluxo dos movimentos sociais. Dada a importância na análise, da sintonia que se criou naquele momento entre a atuação das organizações político partidárias e os movimentos sociais, pareceu prudente encerrar as análises antes das mudanças trazidas pela nova conjuntura. Assim, sem querer entrar no mérito da discussão sobre um possível refluxo, recorro também à hipótese na construção da justificativa para o corte que, de resto, é sempre discutível.

No cenário nacional de início da década de 1970, nossos sujeitos eram os grandes derrotados! Haviam fracassado em sua luta pela realização de um projeto revolucionário que permitisse a construção de um Brasil socialista. Pegaram em armas, arriscaram suas vidas por esse ideal e o regime não poupou esforços para silenciá-los. No momento que começamos nossa observação, 1974, estão em sua maioria cassados, presos, exilados ou clandestinos. Cuidavam de suas feridas na calada de um período ainda marcado pelo terror e pelo medo. Digeriam a derrota. Acompanhá-los, é colocar-se frente a frente com uma narrativa de sofrimentos que adquire proporções épicas nos relatos angustiantes sobre o que lhes foi imposto nos cárceres e porões espalhados pelo país. Desferidos os derradeiros golpes que sacramentaram a derrota da luta armada – cujo símbolo mais pungente talvez seja a derrota da guerrilha do Araguaia – desencadeia-se um profundo processo de reflexão e autocrítica. Havia

algo de sombrio na atmosfera que cercava esta tentativa de digerir os erros. A amargura era soberana. Todavia, foi também tempo de recomeço, e é este recomeçar que mais nos interessa. No recorte temporal escolhido, além de amargar derrotas, nossos sujeitos reconstróem projetos e esperanças, interessando acompanhar tanto essa reconstrução, quanto as características do projeto político que passarão a defender.

A reflexão se inicia com a tentativa de capturar a atmosfera carregada da década de 1970 e, nela, aquela multiplicidade de posições e sujeitos que compunha a sociedade brasileira. Tomando por empréstimo expressão usada por Marcelo Ridenti, buscamos a temperatura daquela sociedade. Intitulado *Nas entrelinhas: O Brasil e as esquerdas comunistas (1974-1982)*, o capítulo procura recuperar o cenário nacional, e dentro dele as esquerdas comunistas, por meio da literatura produzida no período, em especial os romances. Ancora-se em premissas que entendem a arte como “o espelho social de uma época [...]”.<sup>13</sup> Nos romances, todos aparecem, vencedores, vencidos, indiferentes, opositores. Importa observá-los no cenário. Na tentativa de recuperar os tons que definiam aquele cenário mobilizamos, em primeiro lugar, o romance *Incidente em Antares* de Érico Veríssimo<sup>14</sup> e *Zero* de Inácio de Loyola Brandão.<sup>15</sup> Embora outros romances trabalhados tenham contribuído nesta atenção ao universo nacional, conforme veremos.

Uma vez recuperado o panorama geral centramos o foco nos grandes derrotados, as esquerdas que pegaram em armas. Daí a seleção de obras escritas por autores vinculados, em alguma medida, a tais esquerdas. Buscam-se, por meio dos romances, os sentimentos que davam tom a seus atos: medo, inconformismo, desejo de vingança. Lá se encontram, nas cores somente permitidas pela ficção, o digerir os erros, a autocrítica quase cruel, os conflitos entre o indivíduo e a coletividade. No tom sombrio dos momentos nos quais se atravessa derrotas. Nesta etapa destacou-se a trilogia publicada por Antônio Callado na década que vai de 1971 a 1981. Através dela se pode ir da amargura de *Bar Don Juan* (1971),<sup>16</sup> passando pela narrativa dos reflexos da revolução — ou dos *Reflexos do Baile* (1976)<sup>17</sup> — nos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira, até a tematização do retorno do exílio, em *Sempreviva* (1981).<sup>18</sup> Contudo, também nos romances se fazem presentes sinais de um recomeço. Onde estariam depositadas as esperanças? Pergunta que perpassa o capítulo. Na tentativa de

<sup>13</sup> SEIXAS, Raul. O Baú do Raul Revirado. Apud. BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. Vivendo a sociedade alternativa: Raul Seixas no panorama da contra-cultura jovem. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social).- FFLCH, USP, São Paulo, 2006. p.6.

<sup>14</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>15</sup> BRANDÃO, Inácio de Loyola. *Zero*: romance pré-histórico. 3.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

<sup>16</sup> CALLADO, Antônio. *Bar Don Juan*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>17</sup> CALLADO, Antônio. *Reflexos do Baile*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>18</sup> CALLADO, Antônio. *Sempreviva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

compreender as bases nas quais se alicerçaram o novo começo, buscamos um ‘romance/depoimento’, no qual o otimismo se anuncia já no título: *Milagre no Brasil*, de Augusto Boal,<sup>19</sup> também um autor que atuou no campo da esquerda. Assim, explorando as tênues fronteiras entre a literatura e a história constrói-se o capítulo e inicia-se a discussão sobre as esquerdas comunistas brasileiras.

Já se disse que a “vida imita a arte”. Então, é possível acompanhar o mesmo processo por meio de fontes mais áridas. Sem a beleza própria dos romances. Assim, no capítulo dois, intitulado *Começar de novo: Debates e reflexões das esquerdas comunistas no Brasil da ditadura* explora-se um conjunto de documentos escritos à época, buscando nos debates, as pistas do processo vivido pelas esquerdas comunistas. Debates que se estruturaram, sobretudo, em torno das questões democráticas. Primeiramente, do posicionamento a ser adotado frente às eleições e às liberdades democráticas. Em seguida, a própria democracia entra em discussão revelando um processo de construção da defesa desses princípios em bases diferentes daquelas presentes na cultura política que herdavam. A recuperação dos elementos formadores desta cultura política que permeia a apresentação dos debates tem a pretensão de salientar essa dimensão de construção de novo posicionamento. Um pequeno deslocamento. Aprofundar-se-á mais tarde? É interrogação que orienta a sequência do trabalho.

Por outro lado, o debate implicava também uma autocrítica, um levantamento dos erros, cuja identificação colocava em questão outro importante elemento da cultura política de tais esquerdas, conceituado por Daniel Aarão Reis como vanguardismo. Esta marca da cultura política das esquerdas, sobretudo, a comunista, pode ser entendida como a atitude de toda vanguarda que se relaciona com as bases mantendo uma perspectiva hierárquica, substitucionista e programaticamente auto-referida.<sup>20</sup> Conforme vasta bibliografia, esta lógica teria definido a ação política da quase totalidade dos partidos e organizações das esquerdas brasileiras. Vale dizer, estivera presente, em diferentes graus, tanto no PCB, quanto nos diversos grupos nascidos de cisões ocorridas ao longo da história deste partido. Teria marcado as ações tanto dos grupos trotskistas surgidos no final da década de 1920, quanto daqueles surgidos de cisões ocorridas na década de 1960.

Estes debates se desenvolveram em meio à efervescência que toma conta do país a partir de 1977 e permitem a construção de um campo político em torno de bandeiras democráticas. Uma polifonia de vozes reivindicativas vai se constituindo na atmosfera ainda

---

<sup>19</sup> BOAL, Augusto. *Milagre no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>20</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

carregada de meados da década de 1970. Burburinho que resultava do surgimento e da atuação de uma multiplicidade de movimentos! Na expressão de Lúcio Kowarick, tratou-se de uma “conjuntura de fusão”, “momento de encontro” para onde confluíram processos gestados durante toda a década.<sup>21</sup> Aos poucos, forma-se um campo político que exercerá uma considerável pressão pelo alargamento dos estreitos limites impostos à liberdade.

Neste campo, impedidos de atuar partidariamente, os militantes das esquerdas se farão presentes entrando em contato e atuando em arenas regidas por lógicas bastante distintas daquelas que regem os partidos políticos.<sup>22</sup> Entre a derrota e o recomeço, as forças destas esquerdas, dispersas, “tenderiam a se reorganizar na esteira dos movimentos que tiveram lugar na segunda metade dos anos 70”.<sup>23</sup> Intitulado *Nos campos do encontro: as esquerdas comunistas e as novas formas de ação política no Brasil da abertura*, o terceiro capítulo inicia-se com a consideração desta conjuntura de encontro e seus desdobramentos. A intenção é tanto caracterizar o burburinho, quanto considerar as relações que se estabeleceram entre os diversos sujeitos. Conforme se verá, conflitos e tensões, por vezes, levaram a uma resistência em construir articulações que, no entanto, em grande parte, se concretizarão ao final da década.

Nesta etapa, a reflexão orienta-se pelos caminhos apontados por Daniel Cefaï que faz ressaltar a importância da consideração do contexto de experiência e atividade dos atores. Pois é nesse contexto “que as culturas políticas são colocadas em jogo”.<sup>24</sup> Assim, se o conceito de cultura política ressalta uma dimensão de patrimônio que - adquirido pelo indivíduo durante a sua existência - motiva seus atos, cumpre analisar em que medida e em qual sentido a atuação em diferentes lugares do mundo da vida participa na transformação das concepções destes sujeitos políticos. O caminho metodológico que se abre a partir dessa consideração pressupõe, portanto, a importância desta relação entre o contexto de experiência, a vida cotidiana dos atores e as concepções políticas que se constroem.

---

<sup>21</sup> KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro. As lutas sociais em São Paulo na década de 1970. In: *Presença - Revista de Política e Cultura*. n.2, São Paulo: Editora Caetés, fev.1984. p. 71.

<sup>22</sup> Ana Maria Doimo aponta que, enquanto os partidos políticos se regem por uma lógica baseada no binômio racionalidade/competitividade, os movimentos de ação direta são regidos por uma lógica estruturada em torno do consenso e da solidariedade. Cf. DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995. p. 59.

<sup>23</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: \_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.43.

<sup>24</sup> CEFALÍ, Daniel. Introduction et expérience, culture e politique. In: \_\_\_\_\_. *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 1999. Apud DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In: *Varia História*. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Fafich, UFMG. n.28, Belo Horizonte: Depto. História da Fafich, 2002, p.19.

Exibida a multiplicidade dos sujeitos políticos em ação, e na impossibilidade de recuperar as múltiplas interfaces e desdobramentos daqueles encontros, a segunda parte deste capítulo centra o foco no movimento sindical que despontou no ABC paulista, pondo em destaque as especificidades do processo vivido na década de 1970, sobretudo as transformações que se insinuaram. Acreditamos que a consideração das especificidades deste importante sujeito envolvido na construção do Partido dos Trabalhadores ajude a melhor dimensionar os desdobramentos das tensões que se colocavam, à medida que se articulavam diferentes esferas de ação política.

Por fim, encerrando esse trabalho, tentamos captar — na resultante desse encontro entre diferentes heranças culturais, ocorrido em ambiente marcado pela luta democrática — a expressão de mudanças e/ou continuidades nos posicionamentos das organizações que estamos acompanhando. Em capítulo intitulado *Sob o signo da metamorfose: esquerdas comunistas e os sentidos da democracia*, o percurso proposto acompanha o posicionamento destas organizações através dos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores (1980/1982), e dos embates que envolveram a produção dos pressupostos explicitados em tais documentos. O título procura destacar a tônica que vai se tornando prevacente: a disposição de mudar posturas e posicionamentos e, nesta ambiência, a definição dos sentidos da democracia a ser defendida por tais organizações. Em que medida tais sentidos expressariam mudanças na cultura política dos comunistas que participaram da construção daquele projeto? Trata-se da interrogação que orienta o encerramento destas reflexões.

O contexto histórico no qual se inicia essa autocrítica dificulta, entretanto, o resgate do processo. Na iminência constante da prisão, era perigoso que o militante possuísse documentos, daí a destruição de grande parte do muito que se escreveu naqueles anos. Daquilo que não foi destruído, muito se encontra espalhado pelas casas daqueles atores que, tendo protagonizado os fatos, encaram seus registros apenas como parte de sua vida passada. Em sua maioria, tais documentos ainda não foram tomados em sua dimensão histórica. São fragmentos de um passado envolto, ainda, pela proximidade do tempo e, nesta condição, descansam em prateleiras tantas vezes inacessíveis ao pesquisador. Encontrá-los revela-se, pois, um primeiro desafio. Finalmente, quando encontrados, tornam-se ainda mais desafiadores ao apresentarem-se aos olhos daqueles que os leem como possuidores das mesmas artimanhas usadas para driblar os olhos atentos dos agentes da repressão.

Desta forma, os caminhos da investigação se construíram a partir da exploração de um conjunto diversificado de fontes. Nas reflexões que abriram a tese, a literatura foi mobilizada

a partir de pressupostos trazidos por um conjunto de autores, cito agora, aquelas trazidas por Bakhtin, para quem:

[...] a atividade estética não cria uma realidade nova. [...] a arte celebra, orna, evoca essa realidade preexistente do conhecimento e do ato – a natureza e a humanidade social –, enriquece-as e completa-as, e ela sobretudo cria a unidade concreta e intuitiva desses dois mundos [...].<sup>25</sup>

Ao evocar, a literatura permite que se veja também, ainda que nas entrelinhas, a dinâmica dos conflitos e os diversos processos que se gestavam no interior daquela sociedade. Mergulhamos, então, atrás de nossos sujeitos, nesse universo cuja riqueza permite ao leitor a recuperação da ambiência social em seus diversos matizes.

Na sequência, partimos para a exploração de fontes que nos permitissem acompanhar os debates que floresceram naquele período. Interessava encontrar tais sujeitos de viva voz. Conforme será detalhado ao longo do segundo capítulo, um conjunto diversificado de fontes foi mobilizado. Sucintamente, para os anos iniciais do período destacou-se a análise de documentos apreendidos em poder dos militantes no momento em que eram presos. Em sua grande maioria, trata-se de documentos pertencentes ao Acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais*, organizado pela Arquidiocese de São Paulo em 1985. Entretanto, fragmentados, tais documentos deixaram abertas muitas lacunas.

Na tentativa de preenchê-las, pesquisamos na revista *Brasil Socialista*, que oferece a possibilidade de observar os debates travados no exílio no período de 1975-1977. Mas, faltava considerar os caminhos percorridos por aqueles que ficaram no país vivendo sob forte repressão. Esta ausência nos levou a explorar dois periódicos da imprensa alternativa: os jornais *Movimento* e *Em Tempo*. Além dos debates propriamente ditos, esses jornais nos ofereceram a possibilidade de acompanhar os acontecimentos que movimentavam o país, em crônica semanal. Uma produção impressionantemente volumosa. Esta narrativa intensa como o texto jornalístico permite, nos colocou em contato com a força do entusiasmo que aumentava à medida que surgiam e/ou ressurgiam movimentos reivindicativos no interior da sociedade. Cresciam os gritos contrários aos desmandos autoritários. Neste cenário, a imprensa alternativa acaba oferecendo o terreno para as confluências e conflitos entre os diversos sujeitos que se colocavam em cena.

---

<sup>25</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, Editora da Unesp, 1988. Apud DALCASTAGNÉ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p.18.

Todavia, a consideração destas interações e de sua importância nos debates e nas ações políticas que se construía no período, exigia uma observação mais detalhada. A diversidade, ao impor a seleção de uma das faces dos múltiplos encontros que se construía, nos levou a um mergulho no universo cultural herdado pelo sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, cujo cotidiano foi acompanhado através da exploração do jornal *Tribuna Metalúrgica*, editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a partir de julho de 1971. Também aqui é possível acompanhar as transformações que vão se desenhando até a constituição do “novo sindicalismo”, ao final da década. Além, é claro, da consideração da bibliografia pertinente ao tema.

Por fim, a tentativa de analisar os desdobramentos para as esquerdas analisadas, destes encontros, sobretudo, com o “novo” sindicalismo, trouxe para o primeiro plano os documentos partidários, vale dizer, os documentos que dizem respeito à proposta de construção do Partido dos Trabalhadores (PT), acompanhados durante os dois primeiros anos de sua existência (1980/1982). A intenção é percorrê-los como expressão das interações e conflitos entre diversos sujeitos, interessando observar o posicionamento das organizações político-partidárias. Portanto, não se trata de analisar a história daquele partido. Tais documentos são de fácil acesso, pois se encontram publicados, além de já existir uma relativa bibliografia sobre o processo de construção daquele partido. Neste sentido, cumpre destacar também a experiência do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, no resgate e preservação da história do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais que lhe deram origem.<sup>26</sup> Tal documentação, em relação à conjuntura marcante dos últimos anos da década de 1970 e dos anos iniciais da década de 1980, foi de fundamental importância para a construção de uma interpretação dos grandes debates que polarizaram as esquerdas, dando conta das mudanças em curso, bem como, deixando entrever as continuidades. Iniciaremos pela consideração do ocorrido na cidade de Antares...

---

<sup>26</sup> <http://www2.fpa.org.br>. Acessado em 20.05.2009.

## 1. NAS ENTRELINHAS: O BRASIL E AS ESQUERDAS COMUNISTAS (1974-1982)

A verdade histórica está muito mais na novelística do que no próprio relato dos fatos que constituem a história reconhecível como tal.<sup>1</sup>

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem.<sup>2</sup>

Com a novelística iniciamos nossas reflexões. A intenção é revisitar a ambiência política brasileira do período estudado por meio de uma investigação da produção literária daqueles anos. Conforme dissemos, buscamos nos romances a temperatura daquela sociedade. Por um lado, a ambiência que levou ao golpe civil-militar de 1964 e a multiplicidade de posições frente ao regime implantado. Por outro, o crescimento do autoritarismo até aos níveis do terror e seus desdobramentos. O ano de 1974 surge referido a tais elementos. Um marco de mudanças naquele cenário profundamente opressivo no qual parecia reinar o imobilismo e a falta de perspectivas. Letárgico. Assim, um primeiro critério na seleção das obras foi a escolha de romances produzidos naquele contexto de endurecimento da repressão. Marcado por ele. Vale dizer, embora alguns romances tenham sido produzidos em anos que antecedem o recorte cronológico referido nestas reflexões, eles permitem a captura dos ares e humores que prevaleciam no início do período que pretendemos acompanhar. Se o período se inicia sob o signo da mudança, cumpre recuperar primeiro os tons do universo em transformação.

Entre os romances passíveis de serem mobilizados, escritos nos primeiros anos da década de 1970, a escolha considerou a expressividade alcançada. Neste caso, o sucesso de venda serviu para aferição. Além do fato de terem se tornado referência do período, sendo sempre citados. Assim, mergulhamos primeiro na cidade de Antares, criada por Érico

---

<sup>1</sup> SABATO, Ernesto. Apud BRASIL, Assis. *Os que bebem como os cães*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1975. p.6.

<sup>2</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.11.



Veríssimo. Sua história, até pré-história, é narrada em *Incidente em Antares*,<sup>3</sup> romance publicado em 1971. Em dezembro figurava como um dos melhores daquele ano em lista publicada pela revista *Veja*.<sup>4</sup> Outro indício de sua expressividade é apontado em artigo publicado por Sandra Reimão que, além de ressaltar sua marcante presença nas listas dos mais vendidos nos anos 1970, tendo inclusive surgido como o livro nacional mais vendido do ano de 1973,<sup>5</sup> destaca o feito, frente ao caráter francamente dominante da TV como principal meio de comunicação no Brasil daquela década. Dominação que propiciava a predominância nas listas de best-sellers de textos de pessoas de forte presença na TV. Assim, a obra se destacou em meio à concorrência dos livros estrangeiros e desse segmento ligado ao crescimento do setor televisivo.<sup>6</sup>

A recuperação da atmosfera do início do período estudado passou também pela consideração do romance *Zero*<sup>7</sup> de Ignácio de Loyola Brandão. Sua narrativa descreve, no cenário genérico de uma América Latíndia, a escalada de um autoritarismo que chega às raias do absurdo. Fragmentado desde a estrutura narrativa que se compõe de recortes de jornal, bilhetes, diálogos, o romance faz do fracionamento realidade/absurdo o pano de fundo no qual se constrói a história. Através deste lugar fictício, onde “a vida virava zero”, pode-se recuperar a multiplicidade de posições existentes na sociedade frente a este autoritarismo que, para alguns, parecia absurdo. Publicado pela primeira vez no Brasil em 1975, figurou entre os 10 mais vendidos nos meses de abril e maio de 1976.<sup>8</sup> Primeiramente, foi publicado em Roma, em 1974, uma vez que as editoras brasileiras, sob vários pretextos, não aceitavam fazê-lo. No Brasil só será publicado depois do sucesso internacional. No mesmo ano recebe o prêmio de melhor romance outorgado pela Fundação Cultural de Brasília. Em novembro de 1976, o Ministério da Justiça o classifica como atentatório à moral e aos bons costumes, proibindo sua venda.<sup>9</sup>

---

<sup>3</sup> Veríssimo, op.cit.

<sup>4</sup> A revista semanal da Abril foi quem introduziu aqui o que, nos Estados Unidos, era uma prática antiga - com a lista do jornal *The New York Times* na posição de ranking mais influente (<http://rascunho.rpc.com.br>) acesso março/2009. A lista de dezembro/1971 aponta os doze livros mais vendidos, sendo apenas seis brasileiros. *Veja*. n.172, 22 dez.1971.

<sup>5</sup> REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte/FAPESP, 1996. p.82.

<sup>6</sup> Os números sugeridos pela autora são muito significativos. Segundo Reimão, no ano de 1971, o livro *Milho pra galinha, Mariquinha*, de Marisa Raja Gabaglia, vende, em uma semana, 10 mil exemplares só no Rio de Janeiro. Marisa atuava como jurada do programa de auditório de Flávio Cavalcanti. Em 1973, Chico Anísio, já então veterano humorista de TV, tem dois livros incluídos na lista dos dez livros nacionais mais vendidos do ano: *O Enterro do Anão* (3º) e *É Mentira, Terta* (6º). Cf. REIMÃO, op.cit. p.81.

<sup>7</sup> Brandão, 1979.

<sup>8</sup> Cf. *Veja*, 28 abr.1976 (10º lugar); *Veja*, 5 mai.1976 (9º lugar).

<sup>9</sup> Cf. *Veja*, 1dez.1976, p.129.

Obtida a visão panorâmica, centraremos o foco no processo vivido pelas esquerdas comunistas brasileiras que defenderam a luta armada, nosso objeto de análise, também por meio dos romances. Para além de recuperar a maneira como estas esquerdas foram abordadas nos romances já citados, pretende-se uma aproximação com uma visão construída por dentro do processo. Vale dizer, representações elaboradas em romances escritos por quem, em alguma medida, pertenceu ao campo das esquerdas.

Compreendida a literatura como um modo como os homens percebem a si próprios e ao mundo,<sup>10</sup> optamos, entre os possíveis caminhos para construir a reflexão, pela imersão nos romances que Antônio Callado escreveu na década de 1970 e no início da década de 1980. Lá se encontram, nas cores somente permitidas pela ficção, o digerir os erros, a autocrítica quase cruel, o desejo de vingança, os conflitos. Enfim, uma determinada visão sobre a sociedade brasileira e sobre as próprias esquerdas. Quanto às perspectivas futuras, haveria lugar para a esperança? É pergunta que acompanha a reflexão.

O autor esteve envolvido na primeira articulação de resistência armada à ditadura que se deu no exílio uruguaio comandada por Leonel Brizola.<sup>11</sup> Seu engajamento lhe custou duas prisões: uma em 1964, logo após o golpe militar, e outra em 1968, após o fechamento do Congresso com o AI-5. Na década de 1970 publica dois romances: *Bar Don Juan* (1971) e *Reflexos do Baile* (1976). Em 1981, final do período estudado, publica *Sempreviva* (1981). Os romances também ocuparam lugar de destaque nas listas da revista *Veja* nos anos seguintes às suas publicações.<sup>12</sup>

Ao final da trilogia de Callado não parece sobrar espaço para a esperança. Procuramos um contraponto. Um romance que exalasse esperanças, buscando perceber onde foram depositadas, passada a melancolia da derrota. Mergulhamos, então, na atmosfera narrada por Augusto Boal que, preso em 1971, fica quatro meses nessa condição. Em 1979 publica *Milagre no Brasil*, um “romance/depoimento” eufórico com os acontecimentos que marcaram o cenário político do pós-1977. A narrativa expressa e justifica essa euforia vinculada ao ressurgimento dos movimentos de trabalhadores. Embora pareça fundado em um milagre, a esse ressurgimento ligam-se as razões que embasam a esperança.

<sup>10</sup> PESAVENTO, S.J. Indagações sobre a história cultural. In: *ArtCultura Revista do Nehac*. Uberlândia/MG, v.3. dez.2002. p.9-15.

<sup>11</sup> RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. p.145.

<sup>12</sup> *Reflexos do Baile* surge em terceiro lugar na lista de ficção mais vendida. *Veja*, 5 jan.1977. *Sempreviva* ocupou o segundo lugar em abril de 1981. *Veja*, 27mai.1981.

Nos caminhos propostos por tais narrativas orientam-nos proposições como as de Renato Franco,<sup>13</sup> segundo as quais a investigação desta produção cultural pode mostrar-se muito frutífera para aquelas análises que tentam escapar da versão oficial dos acontecimentos, sobretudo em sociedades que experimentaram a implantação de regimes ditatoriais que implicaram em políticas de extermínio premeditado de opositores, em supressão dos direitos civis, em tortura e em repressão. A riqueza destas fontes é sugerida também pelas análises de Malcolm Silverman ao apontar que “os ficcionistas foram os que melhor puderam comunicar a dura realidade, as notícias que, por longo tempo, ficaram oficialmente abafadas”.<sup>14</sup> Entre outros motivos, o autor destaca que a influência do escritor sobre a opinião pública era minguada e insignificante.<sup>15</sup> Segundo os cálculos que apresenta, em todo o Brasil, apenas 0,05% da população eram leitores de ficção, sendo que muitos deles preferiam best-seller americano ou europeu. Tais números explicariam o fato da literatura socialmente engajada ter permanecido negligenciada pela censura, embora se registrassem tentativas de cooptação nos anos seguintes a 1964. Nas palavras do autor, “[...] tanto a prosa longa como a curta, particularmente o conto, floresceram naquela época, como um registro histórico imediato, no que se chamaria o boom [literário], apesar, ou talvez por causa, das medidas de repressão”.<sup>16</sup>

Ainda conforme suas análises, desde a ditadura Vargas, o romance jamais servira tanto de veículo para disseminar a realidade nua e cruel na qual estava imerso o país e onde buscava sua inspiração. Nisso residiria a sua importância, pois o romance se desenvolveu de forma vigorosa, enquanto os meios convencionais de comunicação estavam bloqueados. A investigação situa-se, portanto, na estreita fronteira entre história e literatura, inspirando-se em proposições como as de Marcelo Ridenti, ao sugerir que “[...] a história de uma sociedade pode ser contada também pela sua produção artística [...]”.<sup>17</sup>

Ao analisar a literatura produzida no Brasil, ao longo da década de 1970, Renato Franco sugere que, nos momentos iniciais, ela “se viu forçada a elaborar a intensa sensação de sufoco (de esquiteamento) que contaminava a atmosfera truculenta de então”,<sup>18</sup> constituindo um tipo de romance desiludido tanto com as possibilidades de transformação revolucionária da sociedade, como com sua própria condição. Paralelamente, o autor destaca o nascimento de um importante “inconformismo nas letras”, o qual irrigaria o terreno literário, sobretudo

<sup>13</sup> FRANCO, Renato. Imagens da revolução no romance pós-64. In: SEGATO, José Antonio; BALDAN, Ude. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p.143-166.

<sup>14</sup> SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Tradução Carlos Araújo. Porto Alegre/São Carlos: Ed. Universidade/UFES/ Ed. Universidade de São Carlos, 1995. p.21 e 22.

<sup>15</sup> *ibidem*.

<sup>16</sup> *ibidem*.

<sup>17</sup> Ridenti, 2000, p.16.

<sup>18</sup> Franco, 1999, p.358.

após o início da abertura política. À medida que surgem ou ressurgem movimentos no interior da sociedade, renascem também as esperanças, interessando considerar seus sentidos. É no encaixe destes diferentes posicionamentos que se pretende construir a reflexão ora proposta. Impotência, inconformismo e até esperança se expressaram nas entrelinhas da literatura produzida no período em questão.

Começamos pela cidade de Antares. Ao apresentar o pano de fundo contra o qual distribuirá os acontecimentos centrais do romance, Veríssimo comenta:

Os livros escolares, cujo objetivo é ensinar-nos a história da nossa terra e do nosso povo, são em geral escritos num espírito maniqueísta, seguindo as clássicas antíteses – os bons e os maus, os heróis e os covardes, os santos e os bandidos. Via de regra, não se empregam nesses compêndios as cores intermediárias, pois seus autores parecem desconhecer a virtude dos matizes e o truísmo de que a História não pode ser escrita apenas em preto-e-branco.<sup>19</sup>

A narrativa do autor se esmera, então, na reconstrução dos matizes. Almeja as cores intermediárias. Vejamos a história.

O incidente central desenvolve-se a partir de uma greve geral que se inicia no dia 11 de dezembro de 1963. Além de interromper o fornecimento de luz e o funcionamento dos telefones a greve leva os coveiros a encostarem as pás. Ou seja, trata-se de uma greve que incluía mais de uma categoria. Dois dias depois, uma sexta-feira 13, sete moradores da cidade morrem e não podem ser enterrados. Observe-se que a data coincide com o momento da promulgação do Ato Institucional nº 5, cinco anos depois, em 13 de dezembro de 1968, também uma sexta-feira.

Voltemos às pás dos coveiros que, ao serem encostadas, dão início ao incidente. Ocorrem sete mortes na cidade e os corpos ficam insepultos. Entre os mortos figuram membros da elite local, pobres e miseráveis, pessoas tidas como subversivas. São eles: Dona Quitéria, viúva de coronel e matriarca da família Campolargo que, mesmo no caixão, ostentava valiosas joias. O advogado Cícero Branco, que em vida serviu a elite local e, súbito como a morte, inicia uma autocrítica. Um dos arrependidos de última hora que passa do apoio à condenação daquela elite. João Paz, um pacifista torturado até a morte por uma polícia que não diferenciava pacifistas e comunistas. Se havia reivindicação, pacifistas eram também comunistas. Barcelona, um sapateiro anarco-comunista. Erotildes, uma prostitua há muito desencantada com os seres humanos, Pudim de Cachaça, o bêbado da cidade, e Menandro

---

<sup>19</sup> Veríssimo, op.cit. p.16-17.

Olinda, o músico suicida, convencido de que até o inferno seria melhor que Antares. Ou seja, entre os mortos, protagonistas do incidente, além da variedade de classes sociais, temos representados diferentes posicionamentos políticos. Aí estão os apoiadores das elites, os ex-apoiadores arrependidos, os opositores, inclusive as esquerdas, e os indiferentes que comparecem com três representantes, quase a metade do grupo: uma prostituta desencantada, um bêbado e um músico suicida.

Insepultos e indignados com a situação os mortos resolvem agir. Assim, na cidade criada por Veríssimo em 1971, são os mortos que agem. No reino dos vivos, no Brasil daquele ano, morria quem agia contra o regime. De toda forma, parecia ter desaparecido qualquer forma de oposição. Em Antares a subversão que se faz presente, vem dos mortos, que marcham sobre a cidade e, tomando posse do coreto da praça central, lançam podridão pelos ares de Antares, tanto a podridão dos seus corpos, cujo cheiro espalha-se por todo canto, quanto os “podres” da vida dos moradores da cidade, sobretudo dos ricos, envolvidos em corrupção, tortura, assassinato etc. Proferindo ácidos discursos, os mortos desmascaram os hipócritas durante horas. Os ataques são dirigidos, sobretudo, ao chefe político local, Tibério Vacariano, ao prefeito testa-de-ferro e ao chefe de polícia, Inocência Pigarço. Pela primeira e única vez na história da cidade, através da morte, as classes sociais se misturam em igualdade de condições e expressam abertamente o seu ultraje geral, especialmente em relação às injustiças crônicas.<sup>20</sup>

No coreto da praça central o nervosismo crescente se intensifica com a dificuldade de se respirar o ar contaminado pelo fedor *post-mortem* que atrai moscas e urubus. Entretanto, os moradores, apesar do desconforto, não arredam pé. Neste espaço público, os mortos, liderados pelo sapateiro comunista, expõem agressivamente sua raiva dos vivos e condenam o padrão duplo da cidade em todas as suas manifestações. Acusações de brutalidade policial e fraude eleitoral se mesclam com revelações frívolas de pecadilhos, acompanhadas pelas reclamações do coro de espectadores. Assim, a decomposição dos mortos, muito ressaltada na narrativa, revela a decadência moral dos vivos.<sup>21</sup>

Érico Veríssimo amplifica as sensações e sublinha sentidos também na escolha dos nomes. A começar por Antares que, segundo Silverman, “se divide etimologicamente, entre o ridículo (um pasto de antas) e o sublime (uma estrela, embora temida pelos antigos como

---

<sup>20</sup> Silverman, op.cit. p.260.

<sup>21</sup> ibidem. p.262.

símbolo de morte e do mal)”.<sup>22</sup> O jornal local, que só conta mentiras, chama-se A Verdade. O sádico chefe de polícia chama-se Inocêncio e o advogado corrupto tem Branco por sobrenome. Entre o nome e o real explicita-se o contraste e a hipocrisia.

Antecedendo a narração do levante dos mortos, recupera-se a história da cidade, desde tempos primitivos, quando se destacavam as relações entre as famílias fundadoras: os ultra-reacionários Vacarianos e os conservadores Campolargos que, por gerações, disputaram o poder político local. A disputa colore-se com tons sangrentos. Contudo, o clímax da história, os mortos tomando o coreto da praça central, ocorre em uma Antares contemporânea, uma sociedade diversificada em cujo seio encontram-se personagens como um padre progressista e um professor de sociologia de mentalidade reformista que desenvolvia pesquisas sobre aquela sociedade. Também entre os mortos encontram-se representantes dessa camada média da sociedade, como o músico e o advogado.

A recuperação da história de Antares descreve um processo de ascensão contínua de autoritarismo que vai desde o caudilhismo, descrito de maneira crua, até a ascensão de um regime discricionário pela via da opressão e tortura.<sup>23</sup> A ascensão é justificada por meio dos diálogos entre membros da elite a respeito dos acontecimentos que marcavam a história do país no início da década de 1960, sobretudo a presença política de Leonel Brizola e a posse de João Goulart na presidência.

São reveladoras as conversas. Presente o medo dos comunistas que apavorou a elite brasileira, sobretudo, no governo Goulart quando pareciam estar chegando ao poder. O diálogo, citado abaixo, ocorreu durante o estado de sítio instaurado após a renúncia de Jânio Quadros, bem antes, portanto, da greve dos coveiros que dá início ao acontecimento central do romance, que teve lugar no apagar das luzes do governo de João Goulart. A conversa desenvolve-se entre grandes proprietários de terra: dona Quitéria Campolargo e Tibério Vacariano, coronel e caudilho.

Tibério:

[...] enquanto eu estiver vivo, hei de esperar, gritar, queimar até o último cartucho defendendo o que me pertence, o que herdei de meu pai (tanto terras e títulos e gado, como tradições), o que meu pai herdou de seu pai, de seu bisavô, trisavô, et cetera, et cetera. Ninguém põe a mão no que é meu sem minha licença. Não aceito essas ideias modernas de socialismo, comunismo e sei lá que mais.<sup>24</sup>

Quitéria Campolargo:

<sup>22</sup> Silverman, op.cit. p.263. Elemento que se percebe também nos romances de Callado. Em *Bar Don Juan*, por exemplo, o torturador se chama Salvador, adora passarinhos e é católico.

<sup>23</sup> Cf. prefácio de Maria da Glória Bordini. In: Veríssimo, op.cit. p.12.

<sup>24</sup> Veríssimo, op.cit. p.116.

O diabo da subversão e da desordem de repente se transformou no ermitão da legalidade e da democracia.

Tibério:

[...] Te digo ainda mais, [...], desconfio que já exista infiltração comunista na Corte Celeste.<sup>25</sup>

Também na voz de um correligionário de Tibério, a face do mesmo medo:

– Os tempos mudaram, Tibé [...]. – Há muitos anos que estamos em minoria. Já não temos a força e o prestígio de antigamente. Um mundo novo está nascendo e os velhos como nós estão sobrando.<sup>26</sup>

Guarda proporção com esse medo a constituição de um Estado implacável que, aos poucos, fará desaparecer toda forma de liberdade. Um processo que vai da regulamentação estatal dos diversos aspectos da vida dos cidadãos até culminar nas prisões e na tortura. Em Antares essa violência se expressa, principalmente, através da trajetória de João Paz que, preso sob falsa acusação de estar treinando secretamente dez guerrilheiros “esquerdistas” experimenta a tortura e morre em decorrência dos ferimentos. Será um dos defuntos que invade a cidade.

Antes da invasão, contudo, continuemos com a sociedade Antarense. Érico Veríssimo também nos fala sobre os preconceitos presentes, sobretudo, mas não só, na visão de mundo da elite. Preconceitos múltiplos, conforme se pode perceber na preocupação expressa pelo coronel Tibério Vacariano em conversa ocorrida no leito de morte do marido de dona Quitéria, outro coronel, Zózimo Campolargo:

– Eu já preveni a Lanja, os meus filhos e o meu médico. Se um dia por desgraça eu precisar duma transfusão, não quero que me metam nas veias sangue de negro, nem de judeu ou de comunista.<sup>27</sup>

Preconceito e hipocrisia disseminados pela sociedade. Eles podem ser vistos também, quando um dos estagiários, negro, que trabalhava na pesquisa coordenada pelo professor Martim Terra, é impedido de entrar no Clube Comercial. A justificativa dada pelo clube:

---

<sup>25</sup> Veríssimo, op.cit. p.133.

<sup>26</sup> Ibidem, p.135.

<sup>27</sup> ibidem, p.116.

[...] O Clube Comercial abriu as suas tradicionais portas a todos os professores e pesquisadores da equipe, isto é, todos menos o estudante de sociologia negro. Os senhores compreendem, não é por mal, não somos racistas, Deus nos livre! Mas é que durante toda a história desta sociedade nunca entrou em sua sede nenhuma pessoa de cor.<sup>28</sup>

O anticomunismo se dissemina pela sociedade. Em Antares também circulavam cartas anônimas. Esta, assinada por “Um Patriota”, não se sabe quem, incomodado com a equipe do professor, é demonstração disso.

[...] Povo de Antares! Pais e mães de família! Os inimigos estão já dentro de nossos muros! Protegeí a vossa intimidade. Fechai as vossas portas e os vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos, agentes do comunismo internacional ateu e dissolvente [...]. Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Propriedade!<sup>29</sup>

Ou seja, através da história de mortos/vivos, Veríssimo aborda as posições da TFP – Tradição Família e Propriedade. Trata-se daquela parte da sociedade que se organiza de maneira mais efetiva para combater o comunismo. Querem ir além das cartas. São atuantes no combate ao inimigo. Em Antares, dona Quitéria organiza os Legionários da Cruz, e explica:

– Depois que Jango Goulart fez esse plebiscito indecente e obrigou o país a voltar ao presidencialismo... e o Comando Geral dos Trabalhadores começou a instigar greves, e esses estudantes esquerdistas da UNE, em vez de estudarem, andam por aí viajando para Cuba, para China Comunista e para os países do outro lado da Cortina de Ferro, aprendendo a técnica da agitação e das guerrilhas, enfim, depois de tudo isso achei que devíamos reagir de algum modo. Todos os dias tapo o nariz e leio nos jornais os discursos e entrevistas do Leonel Brizola, [...]. Bom, um dia pensei assim: o povo brasileiro não é de esquerda, mas de centro. Ora, acontece que a maioria de nossa população é acomodaticia, preguiçosa e vai se deixando levar. E no dia em que a gente abrir bem os olhos isto aqui já virou República Soviética, [...]. Pois é, [...] expus a finalidade da nossa sociedade [...]. Fui logo dizendo que não propunha a criação dum centro recreativo, mas duma frente ativa de luta, dum corpo militante para enfrentar não só os pelegos do Jango e do Brizola como também todos os tipos de esquerdismo, viessem de onde viessem [...]. Nosso lema (segundo a proposta não me lembro de quem) devia ser Deus, Pátria e Família... o que não é nenhuma novidade [...] (grifos nossos).<sup>30</sup>

Dona Quitéria impõe à lembrança as mulheres da chamada Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), magistralmente analisadas por Janaína Cordeiro em livro recém-

<sup>28</sup> Veríssimo, op.cit. p.140.

<sup>29</sup> ibidem, p.141.

<sup>30</sup> ibidem, p.188 a 191.



publicado.<sup>31</sup> Segundo a autora, a associação caracterizava-se pela formulação de um discurso anticomunista, definindo-se como “apartidária” e comprometida com a luta pela democracia que, obviamente, definia-se em oposição ao comunismo.

Interessante também que, ao lado do medo que sente do comunismo, Dona Quitéria possui uma visão da sociedade brasileira bastante recorrente. Confia que o povo brasileiro seja de centro e acomodaticio, mas, como se deixa levar facilmente, faz-se necessário conduzi-lo ao bom caminho. De modo que, a conjugação entre necessidade de condução política e características do povo, ora acomodaticio, ora despreparado, se fez presente à direita e à esquerda do espectro político nacional.

Ao lado destes anticomunistas ativos há aqueles que apenas silenciam. Já vimos que estarão representados por três dos mortos que protagonizaram os acontecimentos centrais do romance. Mas Veríssimo nos fala deles também por intermédio do padre Pedro-Paulo:

[...] nenhum de nós ignora os crimes do delegado de polícia e de seus especialistas em torturas. Fechamos sempre os olhos e a boca por comodismo, indiferença ou covardia.<sup>32</sup>

Cumpramos interrogar se haveria em Antares aqueles que se recusavam à resignação, que não se calavam. Em primeiro lugar, destaca-se no romance o fato de que, muito embora os acontecimentos fundamentais desencadeiem-se a partir de uma greve geral, o que ressalta a dimensão da ação, paradoxalmente, os protagonistas do incidente não serão os trabalhadores, mas os mortos. São eles que abrem o caminho para a contestação das verdades oficiais e, embora o acontecimento atraia uma multidão à praça central, apenas os mortos se farão ouvir por meio de palavras articuladas em discurso. Não há diálogos, mas acusações.

A reação da gente do lugar limitar-se-á a gritos de impropérios e grosserias no alegre burburinho que se instala. A manifestação mais contundente virá dos estudantes que se “empoleiram” nas árvores e apenas aplaudem as falas acusatórias dos mortos. Assim que estes mortos se recolhem a seus caixões, inicia-se a urdidura de um cínico processo de esquecimento, consubstanciado na “operação borracha”. Desta forma, enterram-se junto com os corpos, e definitivamente, as palavras que por um momento fugaz subverteram a ordem. Um enredo construído à semelhança da própria realidade, na qual o inconformismo somente poderia transparecer nas entrelinhas. Consideremos o que diziam aqueles mortos. Destacamos

<sup>31</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>32</sup> Veríssimo, op.cit. p.390.

trechos do discurso do advogado corrupto a descrever a sociedade e, no pólo oposto, a visão do sapateiro subversivo:

[Cícero Branco]:

– [...] Para vós o importante é que a festa continue, que não se toque na estrutura, não se alterem os estatutos do clube onde os privilegiados se divertem. A canalha que não pode tomar parte na festa e se amontoa lá fora no sereno, envergando a triste fantasia e a trágica máscara da miséria, essa deve permanecer onde está, porque vós os convivas felizes achais que pobres sempre os haverá, como disse Jesus.<sup>33</sup>

[Barcelona]:

– Não sou nenhum moralista. Não penso como os “pilares” da sociedade burguesa que localizam a moral entre as pernas das pessoas. Para mim existe outra moral mais alta, que é a social, a responsabilidade do homem para com o homem.<sup>34</sup>

Todavia, existiria entre os vivos de Antares, pessoas preocupadas com esta responsabilidade do homem para com o homem? Onde estariam os subversivos que tanto assustavam a elite? Na paisagem local é no bar que estarão situados. Érico Veríssimo destacará, não sem um traço de ironia, a sua intensa fragmentação. Na cena, um repórter investigando a verdade sobre os acontecimentos ocorridos em Antares, dos quais, após a operação borracha não há mais vestígios, procura o Bar Bacuá, ponto de reunião de jovens, e neste cenário encontra diferentes vertentes da esquerda:

[...] Andou de mesa em mesa. Começou dos comunistas – linha de Moscou. Passou depois para os que seguiam a orientação de Mao Tse-Tung, que não gostaram de ter sido visitados em segundo lugar, mas logo esqueceram o agravo, pois se tratava de uma causa comum das esquerdas, isto é – a desmoralização da burguesia local. O pessoal da linha cubana também confraternizou. Por fim o Barbicha (como já era conhecido na cidade) foi sentar-se à mesa do único representante local do trotskismo, um sujeito magro, de meia-idade, que tomava solitário a sua cerveja a uma mesa de canto.<sup>35</sup>

Em Antares, como no Brasil, o “esquerdista” que falava, o sapateiro, estava morto. Neste cenário, bebem e discutem. Fragmentados e impotentes, inclusive, frente ao apagamento da memória que se constrói após o encerramento do incidente. Enterrados os mortos, os membros da elite, profundamente atingidos por seus discursos que tornaram públicos os “pecados” de cada um, resolvem criar uma “operação borracha”. A proposta é apresentada pelo sábio local, o professor Libindo Olivares:

<sup>33</sup> Veríssimo, op.cit. p.351.

<sup>34</sup> ibidem, p.364.

<sup>35</sup> ibidem, p.458.

- Que provas materiais, substanciais, temos nós de que realmente sete defuntos desceram sobre a nossa cidade, meteram-se no coreto da praça e de lá insultaram meio mundo? [...]. Nenhuma! [...]
- Eis o que proponho [...] Organizar uma campanha muito hábil, sutilíssima, no sentido de apagar esse fato não só dos anais de Antares como também da memória de seus habitantes. Sugiro (aqui entre nós) um nome para esse movimento: Operação Borracha (grifo nosso).<sup>36</sup>

Obviamente, a batalha pela memória logo se anuncia pela voz do jornalista Lucas Faia:

- Mas os senhores já pensaram [...] que só em Antares existem várias centenas de pessoas interessadas em provar ao mundo que aquela cena degradante na praça, ao meio dia de sexta-feira 13, aconteceu mesmo? Refiro-me a essas aves esquerdistas das mais variadas plumagens... e aos maldizentes profissionais... e aos espíritos de porco... e aos autores das cartas anônimas... e...e...<sup>37</sup>
- Podemos contar com vários aliados nessa campanha, a saber: o tempo, que tem uma função de borracha e de água, pois aos poucos vai apagando e lavando tudo... [...] o Bom Senso Humano. Nenhuma pessoa em sã razão poderá aceitar o fato de que mortos em estado de putrefação pudessem mover-se, falar, pensar, ter memória [...].<sup>38</sup>

Trata-se da construção da versão. Aspecto muito denunciado pelos torturados e por parentes e amigos das vítimas da ditadura. Por outro lado, trata-se de um bem construído exemplo de problemática enfrentada pelos historiadores. Nas literárias palavras de Daniel Aarão Reis:

Como se sabe, em História, quando ainda se desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos, sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória. Nelas os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginavam subjugada.<sup>39</sup>

Ou na advertência de Veríssimo: “[...] Aquilo sobre que ninguém fala ou escreve não existe [...]”.<sup>40</sup> Portanto, que falem os vivos.

Tarefa difícil no ambiente sufocante dos anos mais duros do regime ditatorial. Sufoco que estava também no romance de Loyola, escrito naquele contexto, no qual “a vida virava

<sup>36</sup> Veríssimo, op.cit. p. 466.

<sup>37</sup> ibidem, op.cit. p.467.

<sup>38</sup> ibidem, p.466.

<sup>39</sup> Reis, 2004, p.119.

<sup>40</sup> Veríssimo, op.cit. p.369.

zero”.<sup>41</sup> O enredo acompanha a vida de José, um homem comum que mata ratos num cinema de última classe. José, através de uma agência matrimonial, conhece Rosa, cozinheira de uma lanchonete. Casam-se. Mas, tanto as relações do casal, como suas próprias vidas, perdem sentido à medida que, tanto os personagens, quanto o leitor vão se afogando num maremoto de situações que vão das misérias da civilização urbana e da desesperadora burocracia, a uma alucinante sequência de atos violentos cujo combate, como uma bola de neve, gera ainda mais violência.<sup>42</sup> Incompreendido por seus pares, brutalizado por um regime cínico e manipulado pela mídia de massa, José é reduzido ao nível dos ratos que ele caça e mata. A paisagem urbana na qual transcorre sua vida nos é bastante familiar: “[...] Homens como formigas furavam a terra. Arrancavam árvores, derrubavam casas, enfiavam estacas de ferro, enchiam buracos com ferro e concreto: o metrô.”

Também é fragmentada a descrição do ambiente:

Selva de asfalto – cidade desumana – metrópole voraz – comedora de gente – antro de neuróticos – túmulo de vidro – floresta de cimento armado – cidade que mais cresce no mundo – locomotiva puxando vinte vagões – o maior centro industrial da América Latíndia.<sup>43</sup>

*Zero* é “uma descida inexorável e polimorfa a um inferno mais revoltante que o dos outros romances do período”.<sup>44</sup> Tudo reforça a loucura sem esperança de uma sociedade deformada pelo domínio de uma polícia arbitrária e um capitalismo sem disciplina. A desordem reinante é total e se expressa inclusive na estrutura da narrativa. O romance se constrói por meio de trechos de diários, trechos de noticiários da televisão, comícios, jornais, breves reflexões pessoais, monólogos, cardápios, sinais, desenhos, placas de barraca, notas de rodapé, frases de caminhão, frases de porta de banheiro etc. Em meio a tais recortes surge a história de José e Rosa. História frequentemente interrompida por tais fragmentos que invadem a narrativa. Ao passo que o Estado atinge um nível de controle dos indivíduos que faz desaparecer a noção de cidadania:

Desfiles, horas e horas. O povo, selecionado pela altura, assiste e aplaude vigiado pela Polícia das Milícias. [...]. Nos bolsos, as cadernetas de frequência aos desfiles. Carimbadas.

<sup>41</sup> Brandão, 1979, p.121-122.

<sup>42</sup> Síntese feita a partir da sinopse publicada no livro.

<sup>43</sup> Brandão, 1979, p.212.

<sup>44</sup> Silverman, op.cit. p.244.

/Cadernetas não carimbadas dão multas, prisão de 10 dias a 1 mês, impossibilidade de sair do país, impossibilidade de conseguir emprego/.<sup>45</sup>

[...] As comunicações oficiais vinham pela televisão, às nove da noite. Uma fita, como de máquina registradora, marcava se o aparelho estava ligado ou desligado. Era melhor ligar, mesmo que não ouvisse. Mas era melhor ouvir. De repente, podiam bater na porta, levar a família, fazer um exame a respeito da última comunicação. Quando menos esperava, recolhiam a fita, conferiam. Se faltasse um dia: pena de 1 a 6 anos de prisão, sem julgamento [...].<sup>46</sup>

Destaque-se a grande semelhança entre o ambiente descrito em *Zero* e o clima que caracteriza o romance 1984, de George Orwell.<sup>47</sup> Nele, a Oceania – um dos três superestados que formavam o mundo – utiliza “teletelas” que permitem ao chefe supremo do Partido, o Grande Irmão, vigiar os indivíduos e manter um sistema político cuja coesão interna é obtida não só pela opressão, mas também pela construção de um idioma totalitário, a Novilíngua, que, quando estivesse completo, impediria a expressão de qualquer opinião contrária ao Partido. Novamente, o poder das palavras!

No entanto, cumpre interrogar: uma vez desaparecida toda forma de liberdade, como transcorreria a vida? O clima pareceria opressivo a todos? A questão vem sendo formulada por Daniel Aarão Reis, ao recusar a compreensão de que a sociedade brasileira teria vivido a ditadura como um pesadelo, sem ter tido nada a ver com ela. Segundo o autor, esta compreensão ignora, por exemplo, a presença e a vitalidade de uma cultura política autoritária no país, mesmo após o fim do período ditatorial.<sup>48</sup> Em *Zero*, Loyola desenha uma sociedade menos vitimizada: “Alcides, meu amigo, diz: Só se engana o mundo, quando o mundo quer ser enganado.”<sup>49</sup>

Aliás, o autor brinca com a realidade ao abordar o anticomunismo também por meio da criação de uma carta aos jornais, prática bastante comum à época:

Terminei a pintura de casa e no dia seguinte vi, com tristeza, que lá estava escrito a piche, uma série de slogans feitos por alguém frustrado, derrotista, que acha poder derrubar o governo com tinta e pincel. Que se tomem providências, porque não é possível que nós, os cidadãos, tenhamos que gastar dinheiro para a melhora e progresso e esses comunistas virem estragar tudo. A/ Carlos Mueller.<sup>50</sup>

<sup>45</sup> Brandão, 1979, p.121-122.

<sup>46</sup> ibidem, 1979, p.146-147.

<sup>47</sup> ORWELL, George. *1984*. Tradução de Wilson Velloso. 21.ed. São Paulo: Nacional, 1989.

<sup>48</sup> Reis, 2002, p.10.

<sup>49</sup> Brandão, 1979, p.266.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 206. O nome Carlos Mueller pode ser uma referência a Filinto Müller, militar e político brasileiro que tornou-se chefe de polícia do Distrito Federal, então Rio de Janeiro, em 1933 e permaneceu no cargo durante a ditadura Vargas.

Neste país imaginário o autoritarismo torna-se garantia de sono tranquilo para parte da sociedade a ele submetida:

[...] Um dos interrogadores, o pior de todos, dizia: [...] Eu quero pôr nesse pau de arara todos os filhos da puta de terroristas, cada subversivo, cada Comum que eu encontrar. Só assim posso olhar meus filhos, minha mulher, meus amigos. Só assim posso comungar no domingo [...].<sup>51</sup>

Neste ambiente desabrocha a prática de delatar possíveis subversivos. O cidadão comum torna-se um vigia, o vizinho transforma-se em inimigo e nisto reside o patriotismo:

[...] Bom dia, meu caro senhor. Eu sou um patriota. [...]. Eu tenho observado na casa vizinha um movimento estranho. O moço de lá nunca para em casa, chega gente desconhecida, [...]. Tenho certeza de ter visto armas e se não me engano, nos cartazes tem uma foto de um sujeito parecido com ele, era bom verificar, só por desincargo. Até logo. Tudo pela nossa pátria.<sup>52</sup>

É, aliás, a presença destes sujeitos que permite a compreensão dos apelos feitos pelo Estado no sentido de que a população contribuísse para que o “câncer” do comunismo fosse extirpado. Tais apelos encontravam eco no corpo da sociedade. Ou, dito de outra forma, e tomando por empréstimos as palavras de Claude Lefort,

[...] a força da dominação consiste no desejo – em cada um, seja qual for o escalão que ocupe na hierarquia – de identificar-se com o tirano, tornando-se o senhor de um outro. [...] Impossível, portanto, subestimar esse julgamento: a tirania atravessa a sociedade de ponta a ponta.<sup>53</sup>

No ambiente opressivo que permeia todo o romance, explicita-se constantemente a relação harmônica entre o Estado e parte da sociedade: “O secretário da Segurança foi à televisão e pediu a colaboração do povo diante da onda de assaltos [...]. Vamos fazer de cada cidadão um policial.”<sup>54</sup> É nessa harmonia que residiam as bases para que os apelos fossem feitos. O exemplo abaixo estava profundamente referido à realidade brasileira do período mais intenso da repressão. Trata-se de um cartaz distribuído no país de José, no qual se lê: “Procura-se: Eles roubaram e mataram pais de família. Atenção: se você conhece um destes:

<sup>51</sup> Brandão, 1979, p.255.

<sup>52</sup> ibidem, 1979, p.183.

<sup>53</sup> LEFORT, Claude. O nome de Um. 1987. apud DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p.83.

<sup>54</sup> Brandão, 1979, p.100.

denuncie-os ao policial mais próximo.”<sup>55</sup> Completando o quadro, a utilização e a postura das agências de publicidade que também contribuíam para a consolidação do conservadorismo e para a manutenção da ordem estabelecida: “[...] O Governo usava também a televisão, o rádio, as agências de publicidade. Todas ansiosas para estarem bem com a situação.”<sup>56</sup>

Ao lado destes colaboradores Loyola destaca também a presença dos indiferentes. Daqueles que apenas assistiam às batidas policiais, o fechamento do cerco:

– Hoje de manhã veio a polícia e prendeu o sujeito do quarto da frente. Não era criminoso, nem nada. Estudante. Negócio de política. Estragaram o quarto dele inteirinho, rasgaram roupa, livros, farejaram armários.  
[...] Procuravam esconderijos, alçapões, portas secretas, túneis. Milícias Repressivas aliadas ao Esquadrão Punitivo [...].  
José terminou levado para a Delegacia. Faltava um documento: o da frequência escolar dos filhos [...].<sup>57</sup>

Todavia, falamos em mosaico, em diversidade. Assim, se o conservadorismo prevalecia naquela sociedade, a seu lado, ainda que em minoria, existiam vozes dissonantes. Em *Zero* a reação também se manifesta. Entretanto, é através de uma alucinante sequência de atos violentos. O combate à violência, como uma bola de neve, gerando ainda mais violência. A referência mais presente vincula-se à ação armada, quer seja através dos assaltos, quer seja através dos sequestros. O trecho citado surge em meio ao texto, solto, como um recorte de jornal saído não se sabe de onde. Há um indisfarçável toque de ironia:

A guerra é o amor.  
[...]. Os caras outro dia raptaram o Embaixador. Isso é que é. Ir raptando gente, exigindo coisas. Isso é genial. Governar pra trás (grifo nosso).<sup>58</sup>

Nesse universo sombrio também a esperança virava zero.

Contudo, nele também se insinuaram processos que queremos melhor discutir. Mudanças no posicionamento de parte da sociedade, engrossando o apelo por democracia, fortalecimento e diversificação de movimentos reivindicativos e, entre as esquerdas, sobretudo aquelas que haviam aderido à luta armada desencadeia-se um processo de autocrítica. Mergulhemos nestes processos, primeiramente, através da lente de Antônio Callado.

<sup>55</sup> Brandão, 1979, p.201.

<sup>56</sup> ibidem, p.119.

<sup>57</sup> ibidem, p.116-117.

<sup>58</sup> ibidem, p.204.

## 1.1. AS ESQUERDAS COMUNISTAS BRASILEIRAS NAS ENTRELINHAS

Novamente recuaremos aos primeiros anos da década de 1970 quando se tornou clara a derrota imposta às esquerdas armadas. No caso do autor, tratava-se, uma vez mais, de viver a derrota de projetos nos quais acreditou. Análises apontam que o romance *Quarup*, escrito entre 1965/1966 e publicado em 1967, tornou-se símbolo da desilusão e da decepção de um “mundo” que Callado viu ruir, de projetos democráticos que foram soterrados.<sup>59</sup> No início dos anos 1960, o autor havia se declarado defensor da revolução sem violência. Demonstrava uma forte confiança no avanço, considerado irreversível, dos trabalhadores sem enxergar os preparativos da reação armada às conquistas sociais.<sup>60</sup> Empolgou-se, sobretudo, quando investigou o que considerava ser a “revolução-piloto”, em marcha com Miguel Arraes, em Pernambuco. Naquele momento acreditou que a revolução sem violência se espalharia pelo Nordeste. Em *Quarup* essa crença fora perdida e o romance chega a expressar um posicionamento simpático à resistência armada. Nas palavras de Gouveia, na história de Nando, expressam-se as “ilusões perdidas do jornalista, que acaba por aprovar a violência revolucionária [...]”.<sup>61</sup> Violência que se torna tema frequente em suas obras.

Quando escreve *Bar Don Juan*, no início da década de 1970, essa crença havia se perdido. Desaparecera a simpatia pelos pressupostos que orientavam a luta armada e que passavam a ser questionados. Segundo Ridenti, “o livro revela o desencanto de Callado com sua breve e frustrada militância na resistência guerrilheira [...]”.<sup>62</sup> Ou, nas palavras de Helga Dressel, o livro “parece um grande trabalho de luto. É a história do fracasso da luta armada como ela tinha sido projetada na zona sul carioca”.<sup>63</sup> Interessa recuperar os tons adquiridos pela amargura da derrota. O digerir os erros. A autocrítica, mordaz. As tantas facetas da elaboração da derrota. Para, em seguida, mergulhar em seu próximo romance, escrito em meados da década.

<sup>59</sup> CRUZ, Cláudia Helena da. *Encontros entre a criação literária e a militância política: Quarup (1967) de Antônio Callado*. Uberlândia, 2003. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

<sup>60</sup> GOUVEIA Arturo. O legado de Antônio Callado. In: CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antônio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000. p.113-128.

<sup>61</sup> ibidem. p.116.

<sup>62</sup> RIDENTI, Marcelo. A guerrilha de Antônio Callado. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p.24.

<sup>63</sup> DRESSEL, Helga. Espera ou ação: na engrenagem da culpa. In: CHIAPPINI, Lígia, DIMAS, Antônio e Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000. p.132.



A primeira parte de *Bar Don Juan* dedica-se à apresentação da construção do projeto revolucionário nas mesas dos bares do Rio de Janeiro. Caracteriza os militantes, suas vidas e, sobretudo, suas dúvidas. Como no Bar Bacuá, na cidade de Antares, as esquerdas são assíduas frequentadoras das mesas de bar. Aí, reúnem-se militantes que recuperaram a liberdade trazendo as marcas da tortura, militantes envolvidos nas chamadas “ações de expropriação”, militantes que planejavam o engajamento na guerrilha, funcionários públicos que, nas palavras do autor, tiravam férias para fazer a revolução:

Mariana [...] tinha pedido férias na repartição, para ir a Mato Grosso pensando com amargura nos revolucionários do Brasil: tiravam férias para fazer a revolução. [...].

Mansinho [...] continuava no seu jornal burguês [...] e inventara uma reportagem a fazer no pantanal – como ela tomara férias – para poder fazer a revolução e voltar ao emprego de redator e cronista. Mas quem ouvisse falar! Era o tal. Era um senhor Lênin, [...].<sup>64</sup>

Havia militantes que já não acreditavam na revolução, mas continuavam a participar das ações revolucionárias. Na história de Callado, este é o caso de Mansinho. No trecho abaixo, ele responde a Karin, uma alemã que faz pesquisas no Brasil sobre religiões e declara-se fascinada pelas esquerdas. Quer também se “enfronhar nelas”. Ao que Mansinho considera: “Minha filha, faz um estudo só sobre macumbeiros e esquerdistas. É tudo o mesmo folclore.”<sup>65</sup>

Embora fascinada pelas esquerdas, na voz da alemã se formula uma crítica aos militantes em termos da oposição pessoal/coletivo, temática também presente na obra de Callado: “Gente doida, [...], com sua vida pessoal intensa, à espera de não sabem que vida coletiva que justifique a preciosa perda de si mesmos. Lagunas esperando um oceano à altura.”<sup>66</sup> Mas, se havia aqueles que não acreditavam mais na revolução é, sobretudo, a dúvida que se expressa de forma mais contundente e de múltiplas maneiras ao longo do romance. Está nos pensamentos de Laurinha, militante que fora torturada, amante de João. Aliás, é sobretudo na voz das mulheres que a dúvida se expressa em termos deste antagonismo indivíduo/coletividade:

Voltando de São Paulo com João e ouvindo planos de libertação continental, Laurinha pensava no que é e sempre foi a história: milhões e bilhões de homens e

---

<sup>64</sup> Callado, 1979, p.79-80.

<sup>65</sup> *ibidem*, p.54

<sup>66</sup> *ibidem*, p.85

mulheres que vivem a vida doce e racional de todos os dias, plantando e colhendo, copiando coisas em máquinas de datilografia, cuidando dos filhos e enterrando avós, até que um iluminado surge em seu carro de fogo e sobe aos altares, o Messias de barbas vermelhas de sangue.<sup>67</sup>

De dúvidas são constituídas as pessoas, descobre o guerrilheiro:

[...] Só nessa altura da vida Joelmir descobria de eram feitas as pessoas por dentro: de perguntas. Na longa espera da Serra mineira do Caparaó tinha talvez feito a descoberta, mas escurecida, dominada pela pergunta tirânica de querer saber porque se semeava em vão a vontade de luta e a coragem dos homens. Feito semear lavouras nas águas do Miranda [...] (grifo nosso).<sup>68</sup>

O ponto nevrálgico desta dúvida, a “pergunta tirânica”, vincula-se ao semear em vão a vontade de luta. É também um guerrilheiro quem considera: “Quase tão ruim quanto a apatia dos camponeses bolivianos é a impassibilidade dos países vizinhos. Dos revolucionários, quer dizer, porque Oganía, Strossner, Costa e Silva estão atentos.”<sup>69</sup> Em *Reflexos do Baile* esta questão também será tematizada, conforme veremos.

O contato entre os militantes da zona sul carioca e a guerrilha também é relatado pelo viés da dúvida. Explicita-se a descrença no foco guerrilheiro, mas ainda se mantém a tentativa de contribuição com a guerrilha de Guevara e com os atos revolucionários, como os assaltos a bancos. Por diferentes razões prosseguem com estas ações. Por vezes, até por vaidade, como no caso de Mansinho, o militante cuja faceta mais destacada é o fato de ser namorado. Ao considerar as razões para este apoio à guerrilha, Callado aborda também a problemática da culpa. Como abandonar o barco? Como conviver com os mortos ou com os sobreviventes dos campos de batalha?

A questão é colocada a partir de uma conversa entre João, o militante da zona sul carioca que passara pela prisão e tortura, e Eustáquio, guerrilheiro que estivera em Sierra Maestra, fora ferido durante a guerrilha na Bolívia, convalescera em Cuba e regressara ao fogo por Puerto Suarez, com armas e munição. João tem vontade de conhecê-lo melhor. No momento em que se passa o diálogo relatado abaixo, Eustáquio está triste. João o interroga acerca dos motivos. Na explicação, a referência a uma culpa que se assemelha àquela relatada por muitos sobreviventes da sanha repressiva da ditadura:

---

<sup>67</sup> Callado, 1979, p.91.

<sup>68</sup> ibidem, 1979, p.18.

<sup>69</sup> ibidem, p.74.

– [...] é que eu bebi umas cachacinhas ontem, depois de conversar com o companheiro Geraldino e acabei com uma puta, numa pensão.

– Isto não é grave – disse João. – Daqui a pouco você volta ao fogo da guerrilha onde não tem mulher nem cachaça.

– [...] Quando a gente nunca esteve na guerrilha, não têm importância. Mas imaginar os companheiros na selva sem saber o que vão comer no dia seguinte, sem nem saber se vão ter água no cantil, enquanto a gente se enche de cachaça e rola na cama com uma puta, é feito uma traição.

[...] Ficaram os dois em silêncio. João tinha entendido tão bem o que Eustáquio sentia que não teve ânimo de consolá-lo (grifo nosso).<sup>70</sup>

Variações da mesma culpa se expressam na trilogia produzida por Callado no período em questão, a oposição entre revolução e vida amorosa. Em *Sempre viva* (1981), a dicotomia desaparece somente à medida que ambas, revolução e mulher amada, encontram-se mortas desde o início do romance. Ainda assim, o protagonista fará menção a esta oposição que se fazia presente na época em que namorava Lucinda, ainda veremos. Antes, voltemos à pergunta do guerrilheiro Eustáquio, de *Bar Don Juan*:

[...] pra que beber quando sabia que não ia beber uma dose só e que de pronto começaria a ver suas ideias de revolução empurradas para o fundo da cabeça, enquanto o lugar dessas ideias era tomado por lembranças de Lindalva.<sup>71</sup>

De forma análoga, no momento de se lançar na Faceira, embarcação que atravessaria as armas rumo à guerrilha, João à beira do rio:

A única tristeza que o assaltou foi a de partir assim, sem dizer adeus a Laurinha, deixando-a talvez perseguida, talvez presa, traindo Laurinha com a Faceira, confirmando quem sabe sua impressão de que uma escolha fora feita entre ela e a revolução, de que ele preferia salvar o mundo a salvar-se vivendo com ela.<sup>72</sup>

João, o mais determinado a prosseguir na construção da revolução, nas palavras de Callado, se defendia da derrota fazendo a revolução. O “que talvez fosse apenas a maneira de fugir dela [...]. Não mais discutindo e preparando-a em termos de futuro e sim como se a revolução estivesse sentada na sala e a noite se deitasse na cama com eles, entre eles”.<sup>73</sup> Para

<sup>70</sup> Callado, 1979, p.75-76.

<sup>71</sup> ibidem, p.77.

<sup>72</sup> ibidem, p.150-151.

<sup>73</sup> ibidem, p.147.

se defender da derrota, João pretendia se embrenhar na Bolívia e juntar-se a “uma guerrilha que fazia água por todas as costuras”.<sup>74</sup>

Todavia, fazer a revolução equivalia a abandonar a espera. É à luz desta dicotomia espera/ação que Helga Dressel considera a obra de Callado apontando que, enquanto em *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*,<sup>75</sup> a guerrilha aparecia como um “cubanismo”, uma ideia fora do lugar, em *Quarup* é possível ver a adesão a este caminho para construir a transformação. Nesta visão, conforme destaca a autora, parte-se da ideia de que exista uma liberdade de ação, entendendo a ação como um ato intencional, isto é visando a um determinado fim. A partir de *Bar Don Juan*, explicita-se a desistência desta ideia de liberdade de ação. Sua obra passa, então, a transmitir um processo de depressão. Mesmo “sujando as mãos a gente não consegue combater o mal”.<sup>76</sup>

Em meio a tantas dúvidas, se articula a ação revolucionária dos militantes que se reuniam no bar que dá título ao livro. A ação se desenvolverá em dois episódios paralelos: a travessia de armas para a guerrilha latino-americana e o assalto a um banco. Ambas, para se concretizarem precisavam ter como ponto de apoio a casa do escritor Gil que, entretanto, “pedira demissão da revolução”. O personagem é muito interessante. Trata-se, como Callado, de um escritor que desiste da revolução. Tendo recebido o grupo que se preparava para as ações revolucionárias, tem profundas discussões com seus membros. Por meio delas é possível perceber os rumos da autocrítica. Gil é cobrado por ter abandonado a luta e se vê diante da pergunta sobre se deveriam fazer a revolução. Ao que responde: “Deveria, provavelmente. Mas acho que ninguém está querendo mesmo, eis a verdade. [...] Nossos companheiros não querem realizar a revolução e sim realizar-se nela.”<sup>77</sup>

Discorda da revolução feita por um pequeno grupo: “[...] Se continua em vigor sei lá que plano de sublevar o continente com meia dúzia de gatos pingados, eu pediria a vocês que ficassem em minha casa o mínimo possível de tempo.”<sup>78</sup> Explicita-se aqui, a crítica ao voluntarismo presente nos pressupostos que orientavam a luta armada. Aspecto que veremos ressaltado também nos documentos escritos à época por comunistas que defenderam a luta armada. Gil discorda também das ações utilizadas na construção da revolução: “[...] Mas essa

<sup>74</sup> Callado, 1979, p.147.

<sup>75</sup> CALLADO, Antônio. Tempo de Arraes – a revolução sem violência apud DRESSEL, Helga. Espera ou ação: na engrenagem da culpa. In: CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antonio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000. p.129.

<sup>76</sup> Dressel, 2000, p.135.

<sup>77</sup> Callado, 1979, p.113.

<sup>78</sup> ibidem, p.121.

atividade de aliciar patuscos para roubar metralhadoras e assaltar um banco ou outro e depois não acontecer nada, isto não leva a coisa nenhuma.”<sup>79</sup>

No trecho que se segue, temos um conjunto de elementos importantes. Em primeiro lugar a posição do escritor. Ao se recusar a participar da revolução, Gil é cobrado. Sua resposta destaca com ironia que a ficção era a revolução:

- Você deve sua fama a romances brasileiros sobre o preparo da revolução.
- Pois agora abandonei a ficção.<sup>80</sup>

Irritado, expõe sua visão sobre as esquerdas e sobre a revolução. Vemos as críticas. A autocrítica. O trecho é uma preciosidade. É possível identificar a trajetória do próprio Callado:

- Vocês ainda querem fazer a revolução, não é? Pois eu colecionei as revoluções brasileiras para vocês. Tenho aqui um monumento ao trabalho intelectual perdido. Notas e notas para o grande romance da revolução brasileira. Gil foi distribuindo feixes de páginas:

– Para o camarada Murta tenho aqui Arraes, Julião e a revolução nos campos. Documentei o trabalho das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais do Nordeste. Para Mansinho ausente, se lhe interessar, tenho a revolução pelo foco de Brizola, com a formação, e em seguida o abandono, de grupos guerrilheiros por toda parte. Ao camarada Geraldino ofereço os padres na revolução, [...]. Para João há de tudo, do cristianismo marxista dos santos espanhóis [...] até a história do Partido Comunista que vai do brilhante Prestes dos inícios ao morigerado pai de família em que ele se transformou, e até a rebelião de Marighela, contra Prestes. Documentei tudo, arrumei tudo, e esperei até agora o fio condutor, uma bela história qualquer, uma resistência armada de seis meses e quatro cadáveres. Aprofundi meus tipos, acelerei vocês, coloquei todos a postos, prontos para a ação. Vocês ficaram irreconhecivelmente belos e terríveis. Eu me contentava com qualquer gesto positivo de revolução e soltava a matilha de vocês no centro da história, fosse ela qual fosse. Os personagens estão aí nestas folhas feito troncos secos armados em fogueira. Mas ninguém me deu uma fagulha, nada. Ninguém tinha gasolina, fósforo, isqueiro. Pode-se fazer ficção de quase tudo, mas inventar uma revolução é impossível (grifos nossos).<sup>81</sup>

Por fim, discorda que a revolução brasileira exista, mas que lhe falte ainda o inimigo, como queriam alguns, uma referência, talvez, à visão de que faltava a constituição da burguesia brasileira para que a revolução acontecesse. Em suas avaliações faltara uma fagulha. É nesta chave que Callado situará a relação sociedade/revolução. Vale dizer, o povo não comparecera ao grande ato. As lavouras foram semeadas nas águas dos rios.

<sup>79</sup> Callado, 1979, p.123.

<sup>80</sup> ibidem. p.122

<sup>81</sup> Ibidem, p.122-123.

Em seu próximo romance, *Reflexos do Baile*, a ausência do povo na revolução também é tema e, o autor encontra uma hipótese explicativa para essa ausência fundamental, que deixara os troncos armados sem que a fogueira fosse incendiada. Vejamos os grandes eixos do romance. Trata-se de um mosaico formado por cartas escritas por embaixadores, fragmentos de um diário, cartas e bilhetes trocados entre revolucionários que tramavam sequestros, sabotagem e outros tantos atos revolucionários. Somam-se a estes fragmentos, bilhetes e cartas trocados entre os membros do aparelho encarregado da repressão aos revolucionários. A sociedade brasileira é apresentada de maneira fracionada. Aliás, o fracionamento define a narrativa. O autor parece querer ressaltar com a estrutura narrativa o fracionamento e as complicações da realidade brasileira que, em suas palavras, “foge a qualquer capacidade de análise”.<sup>82</sup>

O papel do narrador é suprimido e, aos olhos do leitor, surge uma sucessão de trechos que não são identificados pelo seu personagem-autor, trazendo apenas o nome de quem os receberá. Também não estão em ordem cronológica. Por meio destes fragmentos vemos vários membros da sociedade a dialogar com seus pares. O brilho do autor pode ser percebido, sobretudo, na disposição de tais escritos. Conforme as palavras de Antônio Houaiss, que nos apresenta o livro, “é como se, primeiro, o acaso dispersasse pelo mundo cartas e escritos vários [...]. Depois, o Acaso – filho-pai da necessidade – os juntasse, caóticos. Aí, o Demiurgo os pôs na sequência possível – e fiat lux!”.<sup>83</sup>

Através de linguagem metafórica se deixam perceber, embaçados, os personagens. Falam os embaixadores, apavorados com os frequentes sequestros audaciosamente realizados pelas organizações de esquerda e, com a ameaçadora invasão de seus lares através da sedução de suas filhas por comunistas, conforme revelado no caso de Juliana, filha de um daqueles embaixadores e amante do revolucionário Beto. Juliana é peça importante para a realização dos atos revolucionários. Deles participa e acaba morta pela repressão. Estão de viva voz também aqueles que, com requintes de crueldade, colocavam em prática o combate aos comunistas. Por fim, falam os próprios revolucionários. Acompanhem as vozes que se misturam ao longo do romance. Sem qualquer tipo de ordem são falas entremeadas.

Por um lado, os militantes discutem as razões da derrota. Conforme as análises de Silverman, o problema apontado por Callado é que o povo estaria ausente da cena política

---

<sup>82</sup> CHIAPPINI, Ligia. *Seleção de textos, notas e estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios*. Antônio Callado. Literatura Comentada. São Paulo: Abril Educação, 1982. p.7.

<sup>83</sup> HOUAISS, Antonio. Apresentação. In: Callado, 1976.

decisiva.<sup>84</sup> Nos trechos escritos por revolucionários, associa-se esta ausência à pobreza na qual vivia grande parte da sociedade brasileira. Por isso, “semeava-se em vão a vontade de luta”. Assim, a paisagem brasileira é descrita como “composta de eucaliptos, de Volkswagen e de gente com fome”.<sup>85</sup> Sendo que a ausência de apoio à revolução é tomada como desdobramento desta penúria:

Dirceu: Eu sou um traidor convicto mas pretendo que a traição dê frutos e aqui não dá [...]. Tenho uma grossa de guerreiros e até um santo ou dois mas não conseguimos vencer a mansa resignação dos que não comem (grifo nosso).<sup>86</sup>

Na construção da revolução — o grande baile — esses resignados que não comem foram convidados a participar:

Amália: [...] Nossa história está cheia de bailes proféticos e desta vez o povo, que não suja prato porque não tem com que, vai ser convidado a quebrar e não a lavar a louça. Comeremos com a mão. Combateremos no escuro (grifo nosso).<sup>87</sup>

Aparecem, entre os revolucionários, aqueles que apontam este grande equívoco de se construir uma revolução e só depois convidar para que dela participem. Destaca-se a artificialidade do resultado e, novamente, a problemática do distanciamento entre os ideais da revolução e os desejos da sociedade a ser revolucionada. Escrevendo a Dirceu, o militante considera:

Dirceu: [...] Eu sei, [...] que as lavouras que pegam nascem do mutirão suado dum milhão de foices e de enxadas. O golpe, o truque, a troca de efigies são, [...], feito esses coqueiros já criados que os caras espetam na beira das praias do Rio em tapete de grama comprado aos metros [...] e que não vão virar um coqueiral honesto nunca [...].<sup>88</sup>

Espetando coqueiros já criados não se constrói coqueiral honesto. Em linguagem poética, trata-se da discussão sobre o voluntarismo que estruturava a proposta dos revolucionários que fizeram a luta armada. Percebe-se, também, a consideração da violência inerente a esta luta, embora os militantes ainda a justifiquem:

---

<sup>84</sup> Silverman, op.cit. p.191.

<sup>85</sup> Callado, 1976, p.24.

<sup>86</sup> ibidem. p.17.

<sup>87</sup> Callado, 1976, p.28.

<sup>88</sup> ibidem, p.21

Dirceu: [...] A mera ideia do baile – a revolução com música – tem um lado chocante que me afeta também [...] mas constitui a única oportunidade que tenho de erigir minha coluna.<sup>89</sup>

Dirceu: [...] Acontece que não tenho porte de armas. Sou condenado a portá-las. Por obediência ou por decisão meu ofício é a briga. Entre nós, quem desiste de ser leão vira cristão. Só a decisão dos condenados às armas pode colocar nos azulejos caras alegres.<sup>90</sup>

Assim justificados, surgem os atos revolucionários, incluindo-se os assaltos a bancos:

Dirceu: [...] Ainda estavam todos os funcionários trancados no banheiro. O dinheiro do Banco forrando o bolso da gente. Tudo jóia. Aí é que o raio do alarma disparou sozinho sei lá naquele esporro histórico bem quando a gente ia saindo. Veio o guarda da rua e foi fita de xerife [...].<sup>91</sup>

A despeito das ações destemidas, esses revolucionários que escrevem em *Reflexos do Baile* também apresentam suas dúvidas, seus desejos, suas tristezas diante da enorme possibilidade de morrer. Novamente as dúvidas passam pela oposição revolução/vida amorosa.

Beto: [...] Não se chega nunca? Não se para em algum lugar, para fazer casa e filho? Mas vi logo que minha raiva de perguntadeira era um pretexto. O que eu queria era ver você de novo, ter você na cama comigo. Aço teu, bainha eu.<sup>92</sup>

Dirceu: [...] Quando é que vem a definitiva não sei, mas ontem provei a morte. [...] a gente só faz morrer e perder, perder, morrer e perder no mundo inteiro isso tem cabimento? Na quebrada do Yuro, em São Paulo, em Santiago, em Pirai, em São Clemente, [...].<sup>93</sup>

Dirceu: [...] pra mim é papo furado pensar que uma bruta saudade atrapalha. Qual é? Não sei se revolucionário de país de gente fina pensa que o bacana é não sentir a morte de ninguém nem nada [...].<sup>94</sup>

A leitura deste emaranhado de cartas e bilhetes criado por Callado assemelha-se à montagem de um quebra-cabeça. Findo o processo de encaixar as peças o leitor poderá, salvo engano, alcançar uma visão de conjunto, ainda que, na imagem construída, talvez, nunca se apaguem as marcas deixadas pela divisão inicial das peças.

---

<sup>89</sup> Callado, 1976, p.21.

<sup>90</sup> *ibidem*, p.24.

<sup>91</sup> *ibidem*, p.48.

<sup>92</sup> *ibidem*, p.36.

<sup>93</sup> *ibidem*, p.82.

<sup>94</sup> *ibidem*, p.88.



Por fim, é possível distinguir o cenário no qual se desenrolam os acontecimentos, bem como, suas peculiaridades, sob a ótica dos embaixadores que, não só, faziam parte da elite, como pertenciam aos quadros do Estado autoritário e eram as principais vítimas dos sequestros executados pelos grupos das esquerdas armadas. Entre outras coisas, destacam-se elementos da cultura política, como a crença de que a lei é para os pobres: “Querida Melaine: [...] Não se espera, no Brasil, que quem quer que seja alguém na vida pague por coisa ou serviço de responsabilidade do Governo. É uma humilhação [...].”<sup>95</sup> Outro aspecto abordado nas cartas desses embaixadores é o clima de medo que tomou conta da elite brasileira justificando o autoritarismo:

Meu filho: O seqüestro do nosso respeitável colega, o Embaixador da Alemanha, aglutinou os demais chefes de missão diplomática [...]. Aflitos debatiam-se os embaixadores entre a ambição de verem a si atribuídos tantos guardas quanto os colegas que mais os tenham, e o aborrecimento de não poderem sequer visitar sozinhos uma praia, ou a serra, oscilantes entre o malsão desejo de fazerem crer que seu seqüestro é iminente e o calafrio de imaginar que talvez assim seja.<sup>96</sup>

Prezado Clay: Lamento observar que, embora resultasse num fiasco a tentativa de seqüestro de Old Bonés, outro dia, tornou o pobre coitado um tanto ranzinza e inclinado a catar brigas. [...]. Para, no entanto, encurtar a história, ficamos presos no elevador. Falta de energia. A falha terá durado três minutos, mas ficou tão matamouros o nosso colega português que se diria vítima de um insulto pessoal. Rosnou algo sobre “uma revolução que tenta desbancar a revolução” e acrescentou certas ameaças de sabor bíblico, tais como “brandindo seus ossos nós os esmagaremos” [...].<sup>97</sup>

Na ameaça do embaixador, o sentido das ações colocadas em prática pelo regime civil-militar. Ao medo descrito correspondeu a intensidade da repressão: “Meu filho: [...] Estamos à beira de cauterizar o tumor, de reduzir o bando, se existe, aos ossos dos seus componentes.”<sup>98</sup> Destaca-se a riqueza de detalhes e o sadismo, que intensificam a dramaticidade da tortura institucionalizada:

Senhor Secretário de Segurança: [...]. De primeiro, a gente nem podia trabalhar como profissional e quando me perguntaram o que é que a moça tinha dito eu respondi nada, ora. Tratado com bons modos ninguém diz nada. Eu nem pergunto nada se é só perguntar, bater papo, [...]. Mas agora, pôxa. Botar a moça por assim dizer embaixo dum bate-estaca e largar o pilão em cima até tira a graça [...].<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> Callado, 1976, p.38.

<sup>96</sup> *ibidem*, p.15.

<sup>97</sup> *ibidem*, p.72.

<sup>98</sup> *ibidem*, p.30-31.

<sup>99</sup> *ibidem*, p.109.

Senhor Secretário de Segurança: [...] permita que eu lhe diga, a hora é do esporro, é do murro na mesa, é de encanar esses advogados e de picar reportagem pra jornalista comer. Não desenterra ela não [...]. Quando deu o revertere, chegou a vir ordem de cortar a cabeça da moça, coisa que ninguém aqui na DP tem prática nenhuma e ninguém queria nem experimentar o serrote que foram pegar na Carpintaria Ideal, [...]. Mesmo assim, um ou outro andaram tentando e dessas coisas fica marca [...].<sup>100</sup>

Se a tortura era institucionalizada, havia, entretanto, a necessidade de apagar suas marcas. Lembremos que o romance foi publicado em 1977, momento no qual o país, embora vivesse um relativo clima de abertura, ainda experimentava recuos autoritários significativos. Entre um pólo e outro o crescimento das denúncias e da pressão contra o autoritarismo.

Em 1981, Callado publica *Sempreviva*,<sup>101</sup> mais um romance no qual a temática envolve os percursos das esquerdas brasileiras. Agora, retornando do exílio. Trazendo novas bandeiras, buscando a denúncia dos abusos. Mas, não só. Havia outros tantos quereres que importa acompanhar. O romance é ambientado na Selva Amazônica onde se desencadeia uma sequência trágica de acontecimentos. Ali, diferentes etnias e/ou culturas políticas interagem e/ou se opõem. Estão presentes índios e brancos, esquerda e direita. Narra-se a história de Quinho, um ex-militante que se exilara e, em 1974, volta ao Brasil clandestinamente, passando pela fronteira com a Bolívia, para vingar a morte de Lucinda, sua amada. Assassinada anos antes, no Rio de Janeiro, pelos sádicos torturadores Antero Varjão<sup>102</sup> e pelo médico Juvenal Palhano, ela mantém-se sempre-viva em seus pensamentos, como a flor-título do livro.<sup>103</sup> Segundo Silverman, Lucinda representaria o amor patriótico e a razão para a luta travada pelo personagem central. Sendo que, no curso da história essa “intenção específica de vingar o assassinato de Lucinda torna-se uma busca inconsciente de justiça em escala nacional [...]”<sup>104</sup>.

Agrega-se também uma temática recém-surgida, vinculada à luta ecológica em defesa dos animais e de seu habitat. A conexão com essa temática é efetivada à medida que um dos torturadores vive, no momento em que o herói o reencontra, do tráfico ilegal de pele de onça. Sua relação com os animais que caça e mata é carregada de crueldade, estabelecendo-se um paralelo explícito com a forma como, no passado, “caçara”, capturara e matara os militantes das esquerdas. Paralelamente, seu sadismo continua voltando-se contra seres humanos, já que

<sup>100</sup> Callado, 1976, p.114.

<sup>101</sup> Callado, 1981.

<sup>102</sup> Em entrevista concedida à Lígia Chiappini, Callado afirma que Antero Varjão, ex delegado Claudemiro Marques, foi baseado no delegado Sérgio Paranhos Fleury, que atuou no Dops de São Paulo durante a ditadura. CHIAPPINI, 1982, p.9.

<sup>103</sup> Silverman, op.cit. p.160.

<sup>104</sup> Ibidem, p.161.

Antero Varjão, o torturador, utiliza sua fazenda também como espaço para interrogatórios, tortura e sepultura de pessoas perseguidas em outros países como a Argentina, por exemplo. Aliás, seu sadismo se volta contra a população de maneira geral, mantendo a temática do autoritarismo no país. Neste romance, a população local acabará participando da vingança, ajudando na execução do plano elaborado e executado por Quinho. Uma referência ao surgimento dos inúmeros movimentos em finais da década de 1970 que, entre outras demandas, pressionavam pelo respeito aos direitos humanos?

Em linhas gerais, o plano de vingança, constitui-se em documentar tanto o processo de caça e retirada da pele das onças, quanto os diversos assassinatos políticos consumados na fazenda, através da exumação dos corpos e da divulgação, em plano internacional, das fotos feitas no local. A intenção de Quinho é realizar o trabalho sob o disfarce de um free lancer. Entretanto, quase que incidentalmente, acaba matando o fazendeiro utilizando-se de uma das práticas de Antero Varjão que, frequentemente, mergulhava um bezerro em sangue de onça e colocava seus cachorros no encalço deste bezerro para treiná-los na caça às onças. Assim, o protagonista se aproveita de uma bebedeira de Antero Varjão, derrama-lhe o sangue da última caça e solta os cachorros que, confusos, estraçalham o próprio dono. Nas palavras de Silverman, como pano de fundo do romance, “animais atormentados e explorados fornecem ecos horripilantes dos abusos governamentais pré-Abertura”.<sup>105</sup>

Iniciando a obra, o autor aborda a temática do retorno do exílio apresentando um atormentado protagonista que “(re)nasce simbolicamente no início do romance”.<sup>106</sup> A travessia da fronteira é descrita como um parto, iguala-se “a estrada Puerto-Suarez-Corumbá com um cordão umbilical”.<sup>107</sup> Vejamos a poética narrativa do momento da entrada de Quinho no país:

[...] sentiu de repente a tremenda gravitação exercida sobre seu corpo pela massa terráquea do Brasil, mãe madrasta descomunal, que o expelira duas vezes, primeiro do ventre, para lhe dar terra, e depois dessa própria terra natal para torná-lo deserdado, errante.

Resistindo tenaz à sucção do Brasil, que aumentava, forte como um tufão que a si mesmo se chupasse num sorvo, num silvo ensurdecedor, Quinho, vivendo agora seu pesadelo com os olhos secos e abertos, foi sugado rumo à fronteira, tentando se agarrar a tudo que fosse árvore quéchua ou poste de iluminação aimará, mas desgraçadamente leve demais, esvaziado do próprio peso, fardo de paina, criança em berço de vara, de vime, restituída, soprada de volta à floresta pública, à chácara materna.<sup>108</sup>

<sup>105</sup> Silverman, op.cit. p.162.

<sup>106</sup> ibidem, p.161.

<sup>107</sup> ibidem, loc.cit.

<sup>108</sup> Callado, 1981, p.13.

Observe-se que o retorno do exilado vincula-se ao desejo de vingança, questão nuclear do romance escrito depois da anistia. Não nos deteremos na análise deste elemento, destaque-se apenas as observações de Helga Dressel, para quem a vingança mostrava-se quase um tabu, sendo negado nas primeiras obras memorialísticas (Gabeira/Syrkis/Guarany),<sup>109</sup> autores que, inclusive, necessitaram declarar a ausência deste sentimento. Callado rompe com isto:

[...] Quinho repetiu o que vinha dizendo desde a Europa, desde antes de haverem iniciado a viagem de volta do exílio, a viagem clandestina, para a prática da mais antiga justiça, vingadora [...].<sup>110</sup>

Talvez por isto, a travessia da fronteira tenha se feito com a morta guiando o carro:

Foi num estado de pavor, cercado de símbolos ásperos e acerados, que lhe cortavam a cara e o peito e lhe lanhavam as mãos [...] que Quinho finalmente, com a morta guiando o carro, ingressou de novo na terra do Brasil.<sup>111</sup>

O ambiente encontrado, sobretudo, depois da chegada à região Amazônica assemelha-se a um paraíso carregado de tensão e de suspense, a um só tempo erótico e cruel. É neste ambiente que o protagonista terá que realizar a promessa feita a Lucinda:

[...] o trato, o acordo, era que ele, na clandestinidade da vida em terra firme, tinha um objetivo claro de luta, tinha – ele que amava as imagens cediças e sovadas, o bolor das alcovas do passado – uma rainha a servir.<sup>112</sup>

Seria a vingança a rainha a ser servida? Ainda que se identifique Lucinda à revolução, hipótese plausível, uma vez que sua atitude pode ser lida como fidelidade aos ideais que levaram os militantes ao exílio, ambas estão mortas. Amante e revolução. E é a morta quem guia seus passos.

Os planos são explicitados. A intenção é ir à fazenda do torturador Antero Varjão quando saíssem para uma caçada, exumar os corpos e fotografá-los. Através da discussão de tais planos com Jupira, uma nativa que se torna sua amante, confundindo-se com Lucinda,

<sup>109</sup> A autora se refere às seguintes obras: GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 26.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981; SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Global Editora, 1980; GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

<sup>110</sup> Callado, 1981, p.14.

<sup>111</sup> *ibidem*, p.21.

<sup>112</sup> *ibidem*, p.116.

introduz-se a problemática ecológica que permeia o romance e estabelecem-se nexos entre Brasil e Europa. Jupira afirma:

– [...] Eu gosto de bicho, como você sabe, você vê, mas no Brasil ainda tem muito mais gente sangrando e gemendo mais do que onça, muito mais criança agonizando de facada de pai bêbado do que jagatirica esfolada [...].<sup>113</sup>

– Escuta, Jupira, disse Quinho trêmulo, pálido, lá fora é mais fácil levantar dinheiro para fazer ecologia, proteger bicho, que para eles vale muito mais do que torturador, porque é muito mais raro do que torturador, na América Latina nem se fala.<sup>114</sup>

Tais nexos são revelados também pela voz de um dos torturadores, de nome Knut, conhecido na região como Juvenal Palhano. Talvez, uma referência à pressão e aos dossiês feitos por instituições internacionais que lutavam pelos direitos humanos:

E Knut a todos contou, então, como tinha apurado, [...], que, valendo-se do fato de ser o Brasil um país modesto, altivo, e portanto pouco conhecido, agências oficiais estrangeiras estavam traçando dele uma espécie de retrato falado em que aparecíamos, os brasileiros, como bárbaros, que só parávamos, ocasionalmente, de nos torturarmos uns aos outros [...] para torturar os bichos da criação.<sup>115</sup>

Por todo o romance apresenta-se essa identificação ser humano/bicho, construída na agonia de uma morte recheada de sofrimentos, que é como se a tortura desumanizasse as pessoas e/ou humanizasse os bichos. No exemplo abaixo, descreve-se a maneira como Antero Varjão mata um macaco.

– Jurupixuna foi torturado feito gente, Jupira, feito Lucinda, feito seu noivo, foi estrangulado e empalado como um comunista, atormentado, pendurado na vara dum pau-de-arara e varado por outra vara, nas entranhas dele, como se quisessem que ele desse endereços, dedurasse os outros, falasse e falasse.<sup>116</sup>

Destaca-se também a necessidade de convivência e/ou participação de outros membros da sociedade para que os torturadores pudessem cometer seus excessos. Temos aqui a fala do médico Juvenal Palhano, ainda que, na selva, seus serviços fossem desnecessários.

---

<sup>113</sup> Callado, 1981, p.51.

<sup>114</sup> *ibidem*, p.53.

<sup>115</sup> *ibidem*, p.253.

<sup>116</sup> *ibidem*, p.202.

– Mas ao virmos para o Pantanal, compreende, Claudemiro resolveu tomar o caminho que leva homens de algum valor a serem jantados por cães [...]. [...] não tardou a perceber que ninguém precisa de ajuda tecno-científica especializada para, digamos, trucidar jaguatirica sem deixar rastro de violência, ou para, na autópsia dum macaco, ou mesmo dum índio, ou até de subversivos argentinos ou uruguaios, provar que morreu de influenza quem pereceu com o crânio afundado, por exemplo, ou com três balas engastadas no fígado [...].<sup>117</sup>

A barbárie presente no país é explicitada em tons bastante fortes, sobretudo, quando Callado nos faz ouvir as palavras de Antero Varjão, a besta-fera, destacando-se, para além do conteúdo, seu discurso carregado de termos chulos que só fazem intensificar a sensação de perigo que envolve a trama e ameaça o protagonista:

[...] Nem o Gaúcho interrogando ela num espanhol que era o fino da caceta [...], nem assim a puta da Corina Hernández contou o que os companheiros argentinos queriam porque queriam saber dela e no fim a própria vaca, de tanto não querer abrir a boca nem a cona teve que abrir a cova lá dela, o que afinal é feito fazer a própria cama, porra, o que é que tem, qual é o pó, só que fazer a cama pra dormir um sono da pesada, [...]. Corina feito uma oncinha esfolada, [...].<sup>118</sup>

A questão da militância política é abordada, também neste romance, a partir da relação entre a dimensão pessoal – explicitada nas relações amorosas – e as preocupações sociais que mobilizam esses militantes. Em *Sempreviva*, embora os acontecimentos se desenrolem em um momento no qual as duas dimensões se uniram, revolução e relação amorosa estão juntas, ambas mortas, o autor recupera a questão ao se lembrar do passado, do tempo em que Lucinda estava viva. Destaca o pudor exagerado dos militantes em vivenciar as relações amorosas, sendo necessário justificá-las ou escondê-las e, assim, fugir ao castigo de ser visto como um alienado. No exemplo abaixo, Quinho fala sobre esse pudor e explica os motivos que os levavam a se apresentarem separados nas diversas reuniões políticas que frequentavam:

[...] por sabermos, devido a anteriores experiências, que nos excederíamos, e passaríamos menos por tolos, o que em nada nos incomodaria, do que por infantilmente desavergonhados e alienados, a temida palavra. Não pense por favor, nem por um minuto, que essa paixão nos encerrava em si, nos lacrava, transformando nossos outros amores, os coletivos, abstratos, ali em discussão, em matéria desprovida de importância, ou de graça. Sentíamos, ao contrário, que o nosso arrebatamento, nosso transporte, como se diz, gerava em nós força para o amor mais geral [...] (grifo nosso).<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Callado, 1981, p.250.

<sup>118</sup> ibidem, p.105.

<sup>119</sup> ibidem, p.71-72.

Por fim, a relação exilado/partido de esquerda. Quinho está retornando do exílio e, nesta postura, interroga os membros do Partido que o ajudaram na concretização de seus objetivos. Ou seja, trata-se de alguém que ao retornar, indaga sobre as ações das esquerdas que aqui ficaram. Na sequência, veremos Iriarte, o pai de Jupira, respondendo às interrogações de Quinho. Observe-se que, a esquerda organizada que Quinho encontra, o Partido, sobrevive escondido sob o manto do contrabando.

– Pergunto, Iriarte, não por curiosidade, ainda que ela exista, e muito menos por espírito crítico, mas sim por uma estrita exigência de véspera de guerra, [...]: você acha que para realizar o concerto do mundo, vocês, Iriartes, estão agindo bem, [...] o Partido vai bem, com vocês sob as vistas da Polícia, podendo ser presos como contrabandistas, processados pela lei comum, arrastando o Partido nesse jogo ambíguo, perigoso, você acha mesmo que está tudo bem, Iriarte, que não corremos riscos?

– Nós, Iriartes, não achamos: sabemos, [...], que é precisamente o contrário do que você teme. Ainda que odeiem e persigam o Partido, as autoridades respeitam muito ele, do ponto de vista da moral e dos bons costumes, e como se dão conta, como todo mundo, de que somos contrabandistas – históricos, tradicionais e convictos – jamais abrigariam a suspeita de que somos comunistas. As duas ideologias, o contrabando e o comunismo, são incompatíveis, [...].<sup>120</sup>

O romance se encerra com a vitória de Quinho sobre Antero Varjão. Entretanto, talvez porque a vingança seja um prato que se come frio, como vaticina o ditado, o protagonista também morre pelas mãos de outro cúmplice do torturador e diante do corpo de Juvenal Palhano. Otimismo ou pessimismo nos transmitiria este desenlace?

Ou, de maneira mais ampla, qual o lugar da esperança no contexto em que foram escritas estas obras? Teria ela sobrevivido em tais enredos? Conforme vimos, segundo Renato Franco,<sup>121</sup> na primeira metade da década de 1970, constituiu-se um tipo de romance desiludido tanto com as possibilidades de transformação revolucionária da sociedade, como com sua própria condição. Na história do povo de Antares a sobrevivência da esperança em dias melhores transparece com maior contundência na voz de um defunto, nas palavras de João da Paz, torturado e morto sob acusação de ser um comunista. A esperança sobrevive na voz de um pacifista. Ele procura sua mulher e fala:

Escuta, minha querida. Às vezes neste mundo é preciso mais coragem para continuar vivendo do que para morrer. [...] Irás em exílio para a Argentina e lá terás o nosso filho. E depois o criarás com o suor do teu rosto, e farás dele um homem para que

<sup>120</sup> Callado, 1981, p.85.

<sup>121</sup> Franco, op.cit. p.358.

ele um dia possa ajudar as criaturas de boa vontade a criar um mundo melhor e mais justo do que o de hoje. Não percas a fé no futuro [...].<sup>122</sup>

Pode-se considerar que esta mesma esperança se manifeste também pela boca do padre de Antares, Pedro-Paulo, que se contrapõe ao ceticismo de Terra, um professor que afirma sua crença na existência de um troglodita adormecido dentro de cada homem. O padre retruca: “E não haverá sempre ao lado do troglodita um anjo? Um Calibã e um Ariel? Sou otimista com relação ao homem. Não penso em Hitler sem me lembrar também de Mozart.”<sup>123</sup> Aliás, o autor, tomando as palavras de alguém, não sabe quem, coloca a importância da esperança: “Quem foi que escreveu que o pior pecado é o pecado contra a esperança?”<sup>124</sup> Todavia, ainda que sobreviva na voz de alguns, a mensagem vinda de Antares é bastante cética e até melancólica em relação às possibilidades da liberdade. Ela nos é apresentada em diversas passagens, sendo que, na conclusão do romance, torna-se apenas uma palavra pichada nos muros e que, quando soletrada em voz alta por uma criança, causa pânico, a mãe repreende: “cala a boca, bobalhão! E, puxando com força a mão do filho, levou-o quase de arrasto, rua abaixo.”<sup>125</sup>

No sufocante ambiente descrito no romance de Loyola a esperança se manifesta, apenas, na odisséia vivida pelo personagem Carlos Lopes, que, carregando o filho nos braços, vai em busca de auxílio médico. A burocracia é enlouquecedora e Carlos é mandado de balcão em balcão até que o filho morre e, ele continua, a ser mandado de balcão em balcão. Ao final será preso, acusado de matar o filho. No meio da saga, o autor comenta: “Carlos Lopes prossegue. É um inabalável. Acredita na natureza humana, tem esperanças de um novo porvir.”<sup>126</sup> Ou seja, a esperança sobrevive na voz de um desrespeitado, que acaba preso e sem chance de obter sucesso em sua empreitada, já que seu filho, um símbolo de esperança, morrerá em seus braços antes que o socorro fosse obtido. Vale lembrar que, embora publicado pela primeira vez em 1974, o romance começou a ser escrito em 1969, conforme é sabido, um momento marcado, por um lado, pela derrota dos projetos alternativos ao regime militar e, por outro, pela intensificação da repressão política.

Pensemos as três obras de Callado a partir desta interrogação. Teria sobrado lugar para a esperança na ficção criada por este escritor que romanceou a derrota imposta à luta armada,

---

<sup>122</sup> Veríssimo, op.cit. p.307.

<sup>123</sup> ibidem, p.195.

<sup>124</sup> ibidem, p.307.

<sup>125</sup> Ibidem, p.489.

<sup>126</sup> Brandão, op.cit. p.97.



a dureza da repressão, o autoritarismo, os reflexos das ações revolucionárias, o exílio e o retorno?

*Bar Don Juan*, como narrativa da derrota, esmera-se na crítica ao chamado voluntarismo. Lembremos que ao responder se a revolução deveria ser feita, o ex-militante Gil, o escritor, retruca que embora a grande mudança devesse ser feita, ninguém a está querendo.<sup>127</sup> Quanto a *Reflexos do Baile*, em entrevista concedida a Lúcia Chiappini no início da década de 1980, Callado comenta seu romance a partir desta perspectiva e o define como um romance que reflete “o beco sem saída em que estamos e de que não sabemos quando vamos sair”.<sup>128</sup> Ainda que, conforme sugere Marcelo Ridenti, a sobrevivência de um dos guerrilheiros que protagoniza o romance poderia sugerir o prosseguimento da luta.<sup>129</sup> Comentando *Sempre Viva* Callado afirma: “Não dá para ser otimista. *Sempre Viva*, meu último livro, é sombrio. Estamos num país emaranhado, atolado no seu próprio pantanal.”<sup>130</sup>

Ao primeiro olhar identifica-se um elemento auspicioso neste último romance, que reside no fato de ser com a ajuda dos habitantes da região que o herói consegue vencer o poder despótico de Antero Varjão e de seu comparsa. Ainda que esse herói, embora socialmente engajado, continue perdido na sua angústia pessoal, mal encontrando a si mesmo em meio ao pesadelo e sem encontrar uma resposta específica para o enigma brasileiro.<sup>131</sup> No momento do triunfo e da morte, sua descoberta final destaca, me parece, o voluntarismo dos heróis:

[...] Quinho a corrigir, zombeteiro e severo, uma grandiloquência imprópria à hora grave em que afinal entendia que os heróis não têm medo porque primeiro rascunham a batalha que hão de vencer depois, passada a limpo.<sup>132</sup>

Crítico desse voluntarismo, mas descrente da sociedade que o cercava, Callado se enreda na desesperança. Em entrevista concedida a Marcelo Ridenti, em julho de 1996, diante da pergunta: “Você tem esperança ainda?” Responde: “Absolutamente nenhuma. No Brasil, nenhuma.”<sup>133</sup> As razões para essa desesperança vinculam-se, por um lado, à visão que tem da sociedade brasileira e de sua cultura política, marcada pelo passado escravocrata, ainda hoje presente nas relações sociais, e por um autoritarismo que ele ainda temia em 1996. Acreditava

<sup>127</sup> Callado, 1979, p.113.

<sup>128</sup> Chiappini, 1982, p.7.

<sup>129</sup> Ridenti, 2002, p.25.

<sup>130</sup> Chiappini, 1982, p.7.

<sup>131</sup> Silverman, op.cit. p.163.

<sup>132</sup> Callado, 1981, p.287.

<sup>133</sup> Ridenti, 2002, p. 41.

que se Lula chegasse ao poder os militares dariam um golpe. E ressalta, “e o povo topa. Tem mais essa”.<sup>134</sup>

Assim, a luta em favor de um progresso da cidadania e da democracia é quase impossível dentro desta estrutura de influências políticas tão fortes. Callado nos lembra que na década de 1990 ainda vivíamos o dilema de ter “a democracia plena e ódio ao Congresso”.<sup>135</sup> Enfim, nas palavras de Ettore Finazzi-Agrò, estas três obras de Callado nos falam

[...] duma falta definitiva de vias e de passagens, que deixa talvez sobreviver a esperança num futuro hipotético, mas que nos fecha no aqui e agora – neste limiar entre dois séculos, neste trânsito entre dois milênios – dentro de um presente intransitável [...].<sup>136</sup>

Mantém sua visão de que não se consegue organizar povos como os latino-americanos por falta de um “terreno cultural onde semear ideia de revolução, [...]”.<sup>137</sup> Daí a conclusão de que a vontade de luta fora semeada em vão, conforme surge em *Reflexos do Baile*. Ou de que as lavouras foram semeadas nas águas, conforme expresso em *Bar Don Juan*, romance no qual a inutilidade da luta revolucionária é ressaltada nos últimos momentos da história, no enterro do militante Mansinho, durante o qual Laurinha reflete. No vestido preto da mãe do revolucionário, tornado largo, vê a flâmula da guerrilha. A flâmula, conforme Gil, que só atingia pais e mães de guerrilheiros. “Tudo mais continuava no mesmo, o poder nas mesmas mãos em toda parte, os países da América sentados de costas uns para os outros, [...]”.<sup>138</sup> Por fim, como a sacramentar a derrota, a palavra dos revolucionários continua a se fazer ouvir, todavia, se manifesta em mesas espíritas realizadas na casa dos pais de Mansinho. Nas palavras do pai: “Eles continuam vivendo conosco, minha filha [...]. Teu João também. Só morreram para os que não sabem de nada. Tinha graça que desaparecesse gente moça assim.”<sup>139</sup> De fato, serão os familiares de mortos e desaparecidos que impedirão seu esquecimento. Frustrando a operação borracha, similar àquela que vimos em prática na cidade de Antares.

<sup>134</sup> Cf. Ridenti, 2002, p.43.

<sup>135</sup> *ibidem*, p.41.

<sup>136</sup> FINAZZI-AGRÒ, Ettore. A imagem do Brasil em concerto carioca. In: CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antônio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000, p.143.

<sup>137</sup> Ridenti, 2002, p.39.

<sup>138</sup> Callado, 1979, p.175.

<sup>139</sup> *ibidem*, p.215.

Mais adiante, na entrevista concedida a Ridenti é possível perceber, entretanto, que sua desesperança é mais profunda. Callado não tinha, ao menos naquele momento, esperança no ser humano:

[...] o ser humano não está preparado para este tipo de aventura, de abrir mão da sua coisa pessoal. Não estamos preparados. Nem como ser humano, já não falo no Brasil. Falo de um modo geral. [...]. O homem podendo, ele explora o outro de qualquer jeito. O homem é o lobo do homem, [...].<sup>140</sup>

Obviamente, há nestas visões as peculiaridades de Antônio Callado. Entretanto, este pode ter sido o caminho de parte das esquerdas comunistas que fizeram a luta armada. Concretizada a derrota, teriam se encerrado as esperanças em relação à construção da igualdade. Seja devido à impossibilidade da ação política, seja devido às características do povo brasileiro, seja devido à descrença no ser humano. Entretanto, a presença das organizações, ou do que restou delas, nos projetos políticos que se formaram no campo das esquerdas, no final da década de 1970, sugere a existência de outros caminhos que levaram à construção de projetos políticos orientados pelo objetivo de construir a igualdade em sintonia com a defesa da democracia. Neste sentido, a desesperança de Callado expressaria uma hipótese. Um caminho. Pensando nas esquerdas comunistas brasileiras, sobretudo depois de 1977, percebem-se caminhos de recomeço.

Portanto, a interrogação que orientou o encerramento deste mergulho na literatura do período poderia ser formulada nos seguintes termos: teria esta esperança se manifestado em romances escritos à época por escritor do campo das esquerdas? E, mais importante, onde estariam depositadas as razões para esta esperança. Então, neste universo, procuramos selecionar um romance no qual se destacasse a esperança, para nele considerar as bases que permitiram o surgimento desta perspectiva. Um contraponto. Dentre as possibilidades que se apresentaram, selecionamos uma narrativa de Augusto Boal, cujo título já remete ao otimismo, ainda que paradoxos se apresentem à medida que mergulhamos na narrativa. Trata-se de *Milagre no Brasil*.<sup>141</sup>

A narrativa pertence a um estilo de romance que, segundo Silverman, foi muito comum no final da década de 1970. Trata-se do “romance memorial”,<sup>142</sup> muito relacionado à tortura e ao exílio. De uma maneira geral, neste tipo de obra prevalecia tematicamente um

<sup>140</sup> Ridenti, 2002, p.51.

<sup>141</sup> Boal, op.cit.

<sup>142</sup> Silverman sugere como exemplos desta categoria de romance as obras de Renato Pompeu, *Quatro olhos* (1976); Carlos Sussekind, *Armadilha para Lamartine* (1976) etc. Cf. Silverman, op.cit. p.46.

profundo sentimento de impotência e, conseqüentemente, um tom bastante pessimista. Entretanto, ainda segundo o autor, quando estas memórias incorporavam um estilo ficcional elaborando uma memória romanceada, como é o caso de *Milagre no Brasil*, a amargura cedia espaços significativos, por vezes, dava lugar ao ressurgimento das esperanças. Se este foi um viés alternativo àquele exemplificado pela obra de Callado, nossa intenção é acompanhar onde se localizam as razões para esta esperança.

Publicado primeiramente em Portugal, o livro de Boal somente será editado no Brasil em 1979. Ao longo de suas cerca de trezentas páginas, o autor narra o clima sufocante que marcava o dia a dia. O título, por um lado, parodia o slogan de propaganda do regime, embora, à medida que a narrativa caminha para o desfecho, novos significados vão se incorporando à ideia de milagre que surge referido ao sentimento de esperança já citado. Segundo a definição do autor, trata-se de um “relatório” no qual ele apresenta os acontecimentos iniciados com sua prisão. “Não há heroísmos, só episódios anedóticos, às vezes caracterizando, às vezes caricaturando, tanto a mentalidade burguesa quanto a do proletariado [...] ou a dos intelectuais marxistas.”<sup>143</sup>

Na atmosfera nacional, Boal também destacava o autoritarismo:

[...] Todo brasileiro sabe, no seu íntimo, que isso pode acontecer a qualquer um: ser preso no meio da rua, ser conduzido a uma delegacia ou quartel, esperar, esperar, esperar, sem que saiba muito bem por quê, sem que sua família seja avisada, sem que se possa chamar um advogado.<sup>144</sup>

Acentua o sarcasmo atingido pelos representantes deste poder autoritário: “Perante a lei são todos iguais. São todos suspeitos.”<sup>145</sup> E narra, sem identificar o sujeito, a seguinte afirmação de um juiz:

Ocorre infelizmente que a nossa justiça ainda não é perfeita; temos ainda laivos de democracia; aqui, a tortura é para todos em partes iguais, para ricos e pobres, cristãos e judeus, velhos e jovens, culpados e inocentes. A tortura é a única coisa democrática em nosso país.<sup>146</sup>

Neste ambiente de cinismo, crescem os espaços para a atuação dos sádicos.

---

<sup>143</sup> Silverman, op.cit., p.48

<sup>144</sup> Boal, op.cit. p.9.

<sup>145</sup> ibidem, p.23

<sup>146</sup> ibidem, p.153.

O que o baixinho mais gostava era de ver rostos assustados; gostava de provocar o medo. Seu sadismo consistia em ameaçar, mais do que em realizar a violência, efetivamente. Gostava de ver o medo e não a dor na cara de suas vítimas [...].<sup>147</sup>

[...] Está vendo esses tijolos? Cada tijolo é um subversivo. Eu tenho que derrubar a parede inteira, mas para isso preciso identificar cada tijolo [...].<sup>148</sup>

O delegado da polícia política dizia que ia derrubar o muro. Como? Agarrava uma pessoa. Essa pessoa era torturada até que denunciasse outra, e esta outra a outra [...]. Todo o povo era suspeito. [...]. Todo mundo era culpado até poder provar sua inocência. Nada de ‘In dúbio pro reo’. O delegado traduzia essa frase à sua maneira: ‘In dúbio, pau no réu’.<sup>149</sup>

O país aproxima-se do pesadelo criado por Kafka em *O Processo*,<sup>150</sup> a comparação é proposta pelo autor:

Falou finalmente da lei secreta: uma lei que permite ao presidente da república promulgar decretos secretos, dos quais só se pode conhecer, publicamente o número e o tema, mas não o conteúdo. Isto é, uma pessoa pode ser condenada por haver transgredido o artigo 345 da lei 8.799. Seu advogado, naturalmente tentará informar-se de que trata esse artigo e essa lei, para poder preparar sua defesa, porém o promotor público lhe informará: “Não é possível: o senhor não pode ficar sabendo de que é que trata a lei 8.799 porque se trata de uma lei secreta”. E, por ser secreta, não permite a defesa do acusado. Haverá alguma diferença entre isto e a história de Joseph K [...]?

Hoje em dia, o Brasil é o único país do mundo em que o cidadão tem o dever de ignorar certas leis. Nos demais países acontece justamente o contrário: o cidadão tem o dever de conhecê-las [...].<sup>151</sup>

O autor reflete também sobre a sociedade à qual correspondeu um regime que subvertia completamente a noção dos direitos de cidadania. Em *Milagre no Brasil*, a sociedade brasileira surge em suas múltiplas facetas. Por um lado, o autor aponta a convivência e participação de setores desta sociedade com os abusos praticados:

No Brasil, muitos médicos honestos e honrados sempre se negaram a servir o governo fascista. Mas infelizmente também existiram muitos médicos como este. Existiram psicólogos que participaram de sessões de tortura dando conselhos aos torturadores para aumentar a eficácia da barbárie.<sup>152</sup>

<sup>147</sup> Boal, op.cit. p.12.

<sup>148</sup> ibidem. p.46.

<sup>149</sup> ibidem, p.243.

<sup>150</sup> Trata-se da história de Joseph K. que, em uma manhã, acorda com oficiais de justiça em seu quarto e o informam de que está sendo acusado, mas não do que. Joseph é preso. A narrativa acompanha seus sofrimentos e sua tentativa de descobrir qual era a acusação. Morre, com um punhal no peito, sem saber o motivo. Cf. KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

<sup>151</sup> Boal, op.cit. p.137.

<sup>152</sup> ibidem, p.34. Boal se refere ao médico que o acompanhou na sessão de tortura.

Faz referência também àqueles que, mesmo discordando em certos aspectos, se calam, por vezes, servem ao poder estabelecido.

Sempre existem soldados assim nos regimes fascistas como esse: gente que condena o governo, mas que ao mesmo tempo não tem a coragem suficiente para negar-se a servi-lo. São soldados ou policiais que tentam ser “bons” ou “fazer favores”. De qualquer maneira não se pode confiar neles [...].<sup>153</sup>

Quanto às esquerdas, Boal destaca os diversos posicionamentos políticos existentes entre os presos. Ao longo dos diálogos, alguns presos defendem uma aliança com a burguesia nacional, numa frente democrática e anti-imperialista. Mas discutem se seria necessária uma luta de libertação nacional primeiro. Discute-se a necessidade ou não do partido. Mas, sobretudo, destaca-se a dúvida:

Vejam só... Eu era do Partido. Depois vi que não dava mais e saí. Depois entrei para uma organização, depois outra... já estive em quatro... Agora comecei a pensar em voltar para o Partido... e agora, justo agora, me vem a dúvida: qual é o verdadeiro Partido? Qual é o Partido?<sup>154</sup>

Então, até aqui, se destacam as arbitrariedades, o autoritarismo, as dúvidas, guardando sintonia com os demais romances. Inclusive em termos de expectativas, o autor explicita sua descrença em relação à abertura proposta pelo governo:

Eu não acreditava nada em nenhuma “abertura”, como muitos otimistas; desde 1964, desde uma semana depois do golpe e até hoje, tem muita gente que continua dizendo que o governo vai mudar, que vai redemocratizar o país, restaurar os direitos do homem, etc. Eu não acreditava que isso fosse possível [...].<sup>155</sup>

A diferença, entretanto, é que à medida que vai narrando o dia a dia na prisão, o romance depoimento de Boal acompanha e ressalta, crescentemente, o surgimento de ações contra a ditadura. Destaca a multiplicidade de reivindicações que começam a se fazer ouvir no interior da sociedade e esse ressurgimento vai transformando as expectativas do autor.

[...] Gente que se pronunciava contra a tortura, contra as condições de vida sub-humanas dos trabalhadores e especialmente dos camponeses brasileiros, contra o regime de escravidão imperante em muitas regiões do território nacional, contra o

---

<sup>153</sup> Boal, op.cit., p.49.

<sup>154</sup> ibidem, p.258.

<sup>155</sup> ibidem, p.7.

trabalho infantil, contra a exploração de mulheres, contra o regime carcerário, [...].<sup>156</sup>

E aí fui dormir contente pensando que não eram apenas os operários e camponeses que resistiam: pensei também que entre nós intelectuais, também entre nós havia muitos que [...] não se dobravam. [...] eram também romancistas, jornalistas, dramaturgos, poetas, historiadores, sociólogos, professores, pintores... Pensei em toda essa gente que a ditadura não havia conseguido comprar nem calar... E pensando neles, senti um orgulho enorme de ser intelectual, e de ser brasileiro.<sup>157</sup>

Insinua-se aqui outra diferença em relação aos brasileiros segundo as lentes de Antônio Callado. Em Boal prevalece certo “romantismo benevolente” em relação ao “povo” que surge como resistente à ditadura: “[...] É necessário falar do sofrimento, mas também do heroísmo. Nestes 10 anos de terror, o povo brasileiro não deixou de produzir heróis.”<sup>158</sup> Assim, ao se perguntar por que razão o Brasil viveu tantos anos sob uma ditadura, constrói uma resposta que vincula aos níveis de repressão impostos pelo Estado a intensidade da luta construída por este povo: “O povo brasileiro sempre foi lutador, sempre defendeu seus direitos, suas liberdades, e por isso foi e é tão oprimido.”<sup>159</sup> Busca em Canudos um destes exemplos de luta. Com brasileiros como aqueles era possível manter as esperanças.

Entretanto, paradoxalmente, a luta que “o povo brasileiro” põe em prática naquela década de 1970, surge como um milagre. Assim, num paródico final feliz,<sup>160</sup> o autor pode confirmar que há um milagre no país, o milagre no Brasil, o povo está vivo. O título do último capítulo do romance é expressão do paradoxo: “É verdade: existe em milagre! É o povo que luta!”<sup>161</sup> Ainda que se considere que o milagre era ter sobrevivido à repressão, cabe a pergunta: se o povo sempre lutara, por que parecia um milagre seu ressurgimento no cenário político?

A narrativa se encerra com a libertação de Boal depois de quase um ano de prisão. É no momento de sua saída, quando chega outro prisioneiro com notícias do país, que o autor vai oferecendo as razões para o otimismo que o acompanhará na vida em liberdade. Vejamos o que ouvia:

[...] Em São Paulo tinham acabado de formar o ‘Comitê de Defesa dos Presos Políticos’; não era muito, mas já era alguma coisa. Já estavam lutando, apesar de tantas perseguições e de tantas prisões de advogados. Contou coisas sobre os novos

<sup>156</sup> Boal, op.cit. p.214.

<sup>157</sup> ibidem. p.198.

<sup>158</sup> ibidem, p.25.

<sup>159</sup> ibidem, p.77.

<sup>160</sup> Silverman, op.cit. p.48.

<sup>161</sup> Boal, op.cit. p.257.

jornais universitários, clandestinos, e o grau de consciência dos jovens universitários e secundários. [...] Contou sobre as greves de táxis na Bahia, as greves dos trabalhadores dos subterrâneos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Contou a operação tartaruga nos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Santos [...]. Contou o apoio que certos setores da igreja davam à causa popular: em São Paulo rezou-se uma missa por um estudante assassinado pela polícia e participaram mais de 3.000 pessoas cantando uma música de protesto de Sérgio Ricardo. Os bispos do Nordeste e os do Centro Oeste escreveram documentos sobre a realidade nacional condenando energicamente a ditadura.<sup>162</sup>

E continuava com suas informações: os bancários no Rio, os camponeses em Goiaz (sic), os religiosos, os estudantes, os operários da Wolkswagem, os da fábrica de cimento Perus [...].<sup>163</sup>

Eles nos queriam matar a todos. Mataram muitos. Uns morreram de bala, outros morreram de medo. O Brasil se transformou em um enorme cemitério. Parecia que os homens saíam de suas casas e se dirigiam sozinhos às suas sepulturas. Mas alguns começaram a dizer baixinho, ‘eu estou vivo, eu estou vivo’ [...]. E agora já são muitos os que estão [...] vivos, [...]. Já são muitos os que estão fazendo coisas de vivos e não coisas de mortos, [...], é certo que a gente não deve ser otimista demais, mas já existem muitos mais que estão dizendo e fazendo coisas de vivos, [...], e esse é o milagre, o milagre no Brasil, o povo está vivo, bem vivo, e muito cedo os assassinos que pensaram que seria possível matar o povo, muito cedo esses assassinos vão perceber que os mortos são eles e que já aconteceu o milagre, [...]. Fui embora para casa. Se me lembro bem, eu estava contente. Muito contente.<sup>164</sup>

À semelhança da praça central de Antares, na visão de Boal, o Brasil se transformara em enorme cemitério. Os vivos se dirigiam às sepulturas. Ao passo que na cidade de Veríssimo, os mortos se dirigiam à cidade.

Quando comparado com *Sempreviva*, escrito em ambiente um pouco mais auspicioso que o livro de Boal, destaca-se a necessidade de se considerar que, embora tenham sido escritos na mesma conjuntura, o romance de Callado, ao ambientar-se na selva Amazônica, não capta a efervescência que marcou o país no pós-1977, nem seus desdobramentos. Os acontecimentos narrados em *Sempreviva* aconteceram longe do ambiente urbano das grandes metrópoles, palco do ressurgimento dos movimentos que reivindicavam demandas específicas e, como ponto comum, lutavam pela democracia. Também não incorpora o movimento dos trabalhadores.

Acreditamos ser sustentável a hipótese de que esse ressurgimento das esperanças guarde uma fina sintonia com os acontecimentos que marcaram o país, sobretudo, após os anos de 1977/1978. Neste sentido, o romance/depoimento de Boal expressaria um caminho seguido por parte das esquerdas comunistas que à medida que construiu a crítica da luta armada e se envolveu nas discussões cada vez mais amplas sobre as liberdades democráticas

---

<sup>162</sup> Boal, op.cit. p.263-264.

<sup>163</sup> ibidem, p.265.

<sup>164</sup> ibidem, p.266.



foi reconstruindo projetos. Tais projetos, ao depositar esperanças na participação política, permitiram a construção de novos sentidos para a democracia, sendo objetivo das reflexões que se seguem, acompanhar os debates que se desenvolveram e os sentidos conferidos à democracia entre estes comunistas. Por outro lado, busca-se compreender a relação entre o surgimento destas novas perspectivas entre as esquerdas e as relações estabelecidas com aqueles movimentos surgidos a partir de meados da década de 1970. Por fim, vale ressaltar a interrogação de fundo: em que medida tais novidades poderiam ser tomadas como indícios de transformações na cultura política destas esquerdas? Continuemos as reflexões.

## 2. COMEÇAR DE NOVO: DEBATES E REFLEXÕES DAS ESQUERDAS COMUNISTAS NO BRASIL DA DITADURA (1974-1977)

No governo Médici, a oposição chegou ao fundo do poço, sendo praticamente inexistentes manifestações de maior porte.

Contudo, as derrotas tinham servido para alguma coisa. Alguns segmentos da oposição iniciaram, ao menos no plano teórico, um movimento de retificação e passaram a entender melhor [...] a natureza da sociedade na qual estavam inseridos, [...].<sup>1</sup>

Já se disse que a vida imita a arte, então, é possível acompanhar por meio de textos e documentos produzidos no calor dos fatos, o mesmo purgar a derrota verificando erros, rediscutindo posturas, bem como, também em alguns setores das esquerdas comunistas, o mesmo crescimento do entusiasmo com a presença de movimentos que, surgidos no interior da sociedade, sacudiam a aparente inércia que reinara durante anos, para alguns, de chumbo. Apenas que, agora, o processo em linguagem mais árida que aquela oferecida pelo romance.

Conforme as obras de Callado deixam ver, quando se é vencido, o primeiro momento possui um lado sombrio. No início da década de 1970, com o esgotamento das lutas, formava-se, nas palavras de Kucinski, “a consciência coletiva do golpe, como marco histórico, como divisor do tempo. Começava o tempo da baixa reatividade social frente ao arbítrio”.<sup>2</sup> A letargia parecia ter tomado mesmo aquelas parcelas da sociedade que poderiam fazer oposição ao regime. Impressionam os números apresentados pelo autor:

Na eleição nacional de 1970, o único partido de oposição, o MDB, obteve apenas 21% dos votos, perdendo para os 30% de votos brancos e nulos. E, nas eleições municipais de novembro de 1972, o partido governista Arena elegeu 80% dos prefeitos e dos vereadores. [...] os presos políticos cumpriam suas penas ignorados pela maioria da população; remanescentes de grupos clandestinos de luta armada,

<sup>1</sup> 1964-1978... Retomando o fio da meada. *Em Tempo*, São Paulo, 31 mar.1978. n.6, Editorial, p.3.

<sup>2</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. p.43.

isolados da sociedade, eram sistematicamente liquidados; e os automóveis carregavam o dístico 'Brasil, ame-o ou deixe-o'.<sup>3</sup>

Mas, o processo comportou também um lado marcado pela disposição de sanar os erros, de construir novas perspectivas. Discutiam-se novos posicionamentos frente às eleições, às liberdades democráticas, às alianças políticas, à própria democracia. Portanto, buscamos recuperar esses “debates” que eclodiram no pós-1974, um momento a partir do qual muitos militantes das esquerdas saíam das prisões. Inicia-se um “inventário dos erros” que levaram à derrota. Às vezes em tons tão mordazes quanto o de Callado, conforme veremos. Paulatinamente, surgem mudanças no encaminhamento das ações políticas. Por exemplo, transforma-se o posicionamento frente às eleições. Aliás, foi por meio da política institucional, sobretudo através dos processos eleitorais que ocorreram ao longo da década, que as discussões teóricas expressaram-se no plano da vida prática.

Todavia, iniciar a pesquisa nos momentos seguintes à grande repressão impõe considerações importantes. A questão que se coloca é, em primeiro lugar, como encontrar nossos sujeitos se a repressão os jogou na prisão e/ou estão silenciados? Em 1974, suas organizações partidárias estavam desmanteladas, praticamente não existiam. Uma primeira alternativa foi a exploração de documentos pertencentes ao Acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais*, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985, e disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). Trata-se de documentos apreendidos em poder de militantes presos pela repressão. O acervo é composto por mais de dez mil peças que incluem desde documentos oficiais das organizações e partidos, passando por documentos de discussão e estudo, documentos de propaganda, periódicos e pronunciamentos individuais. Para nosso propósito, a parte mais sugestiva refere-se ao processo de reaglutinação e de autocrítica das organizações de esquerda, cujos documentos avançam cronologicamente até a segunda metade da década (1976/77). Vale ressaltar a importância daqueles cuja autoria pode ser identificada, uma vez que, grande parte indica apenas a organização à qual pertencia o militante em poder do qual foram apreendidos.

Por outro lado, sob os ares da ditadura era preciso manifestar-se sem ser identificado. Assim, nos oferecem apenas o fundamental. Detalhes como datas e nomes, tão caros ao pesquisador, são, obviamente, evitados. Quando se torna inevitável a referência a organizações ou grupos, a utilização de siglas expressa a vontade de apenas ser compreendido

---

<sup>3</sup> Kucinski, op.cit. p.350.

por determinadas pessoas. Sua utilização exige, pois, cuidados e impõe limitações. Por outro lado, podemos tomá-los como significativos mesmo quando nos é impossível a identificação da autoria, uma vez que, o próprio fato de terem sido apreendidos em poder de militantes da esquerda nos parece suficiente, desde que devidamente conferida a sua autenticidade, ao menos, para demonstrar que as questões por eles apontadas faziam-se presentes. Neste caso, torna-se importante também o número de vezes em que tais ou quais questões se apresentaram para debate, pois a presença de uma mesma discussão na vida de militantes de diferentes organizações pode aumentar o significado do documento. Mas, conforme veremos, a exploração do acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais* permite que se acompanhe o processo de autocrítica, todavia, lança poucas luzes sobre os horizontes novos que se descortinaram a partir dela.

Por isto, pesquisamos também na revista *Brasil Socialista*,<sup>4</sup> publicada no exílio por militantes que tentavam construir um projeto político aglutinando forças em torno de uma “Tendência Proletária”. O projeto nascera da aproximação entre Ação Popular (AP); Organização Marxista Política Operária (Polop); Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8); e, mais tarde, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), organização surgida em 1976,<sup>5</sup> originária de uma dissidência da Polop.

Buscamos também fontes escritas por militantes que ficaram no Brasil, nos permitindo o acompanhamento dos desdobramentos do processo de autocrítica. Isso nos levou ao encontro da imprensa alternativa, uma rica fonte, sobretudo para a compreensão dos anos situados entre 1974 e 1979 quando, segundo Bernardo Kucinski, ela teria se tornado “[...] o principal espaço de reorganização política das esquerdas”.<sup>6</sup> Um espaço composto por múltiplos projetos, diferentes intenções, diferentes profissionais, e que surgira

[...] da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos [...].<sup>7</sup>

<sup>4</sup> BRASIL SOCIALISTA. Suiça: Nouvelles Editions Populaires, n.1-10, 1975-1977.

<sup>5</sup> Como tendência no interior da Polop, o MEP existe desde o início da década. Inclusive, encontramos um documento datado de 1972, pertencente a tal organização.

<sup>6</sup> Kucinski, op.cit. p.XVI e XVII. Mesmo que se reconheça certo exagero na definição da imprensa alternativa como o principal espaço de reorganização das esquerdas, é impossível negar-lhe importância neste processo.

<sup>7</sup> ibidem, p.XVI.

Essa imprensa resultava, principalmente, da criação de um sentimento de solidariedade que unia os diversos sujeitos. Uma solidariedade na derrota. Daí o caráter de frente, de tolerância em relação às diversas correntes de oposição que se agregavam no interior de cada um dos empreendimentos jornalísticos. O ponto comum, o que identificaria os diversos componentes, seria o combate à ditadura na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ao capitalismo e ao imperialismo. Outro elemento comum era o “nacionalismo”.<sup>8</sup> Todos estes empreendimentos jornalísticos repetiram a postura nacionalista dos primeiros alternativos de 1965, reagindo à abertura generalizada da economia aos capitais estrangeiros, promovida pelos mentores do golpe. Embora a modalidade de nacionalismo, e seu peso na linha do jornal, tenham variado muito.<sup>9</sup>

Interessa-nos considerar nos jornais, sobretudo, a presença dos, assim chamados, “ativistas políticos”. Por isso, acompanhando os recortes já construídos por Kucinski, selecionamos os jornais *Movimento* e *Em Tempo*, apontados por ele como aqueles nos quais teria predominado o ativismo político. A intenção é acompanhar aquela parte da imprensa alternativa que se tornou sucedânea de organizações políticas clássicas e, dentro dos jornais escolhidos, centrarmos nossas atenções naquelas seções identificadas como sendo o espaço de expressão desses militantes e, portanto, de organizações político partidárias. Para o autor, com a derrota da luta armada e o refluxo das manifestações no espaço público inicia-se uma das fases mais ricas da imprensa alternativa. A partir de 1974 “[...] quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através da imprensa alternativa, os jornais incham e se multiplicam [...], predominando [...] o ativismo político”.<sup>10</sup> Cumpre destacar que os dois jornais em questão foram as principais expressões das chamadas “organizações de vanguarda” e, por isso, podem lançar luzes sobre o processo que estamos estudando.

O detalhamento do processo de formação do jornal *Movimento* permite que se vislumbre, sobretudo pela multiplicidade de grupos que o compunham, a abrangência da fonte e a possibilidade de vê-la como um indicativo do processo vivido pelas esquerdas comunistas. Isso porque praticamente todos os remanescentes de antigos grupos, aproximaram-se do

---

<sup>8</sup> Resumidamente, pode-se definir o nacionalismo no Brasil como um projeto político que ganha maior destaque a partir da década de 1940, defendendo um desenvolvimento consolidado pelo capital nacional. O Estado deveria transformar-se em um grande investidor da economia nacional. Além disso, o governo deveria preocupar-se em consolidar políticas sociais ampliando os direitos dos trabalhadores no campo e na cidade. No contexto da Guerra-Fria, nacionalistas e liberais protagonizaram o principal conflito político-ideológico da época, sendo que o PTB e a UDN tornaram-se, respectivamente, os dois grandes redutos partidários destas correntes. A influência deste nacionalismo pode ser percebida em amplos setores das esquerdas brasileiras.

<sup>9</sup> Kucinski, op.cit. p.47.

<sup>10</sup> ibidem, p.4.

jornal e apoiaram o projeto: antigos militantes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária/ORM-Polop, da Dissidência e da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), remanescentes dos Comandos de Libertação Nacional (Colina), da Ação Libertadora Nacional (ALN), ex-membros da Ação Popular (AP) que rejeitaram a fusão com o PCdoB, e alguns intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Também se aproxima do *Movimento* um grupo novo, de estudantes de Belo Horizonte, posteriormente conhecido pelo nome Centelha.<sup>11</sup> No momento fugaz de pluralismo, a possibilidade de ampliar os horizontes, percebendo também as razões e caminhos do debate.

Entretanto, a despeito do pluralismo inicial, o jornal acabou constituindo um caso paradigmático do processo de partidarização que teria se iniciado já no final de 1975 e atingido o auge a partir de março de 1977. Com a partidarização podemos acompanhar os percursos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cujas ligações com o jornal são clandestinas e se efetivam através da figura de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira.<sup>12</sup> As divergências resultantes desse predomínio das posições do PCdoB desembocaram na ruptura consolidada em 1977 e que levou à formação do jornal *Em Tempo*.

O acompanhamento das discussões que compuseram esse processo oferece, então, a possibilidade de perceber o que pensavam aqueles que discordavam do PCdoB. Amplia-se novamente, ainda que por curto período, a abrangência da pesquisa através da experiência do novo jornal, nascido à medida que se consolidavam no interior do jornal *Movimento* os pressupostos de defesa da aliança com os liberais e de aposta na rebelião conservadora. Os descontentes retomaram o ideário do horizonte socialista da revolução brasileira. Representavam quase todos os demais grupos de esquerda, notadamente a facção da antiga Ação Popular (AP) que se recusara a aderir ao PCdoB, velhos e novos grupos trotskistas, em especial o grupo Centelha, o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), a Liberdade e Luta (Libelu) – importante no meio estudantil na época, um grupo trotskista do Rio Grande do Sul liderado por Raul Pont, o grupo Nova Proposta, que mais tarde ajudaria a formar a Democracia Socialista (DS),<sup>13</sup> cuja constituição seria marcada pela defesa da construção de uma democracia de trabalhadores e não mais de uma ditadura do proletariado.

Todavia, também no *Em Tempo* se repetirá o processo de partidarização. Assim, se no início as discussões eram assumidas abertamente, inclusive com a publicação das críticas e

---

<sup>11</sup> Kucinski, op.cit. p.290.

<sup>12</sup> Militante da Ação Popular (AP), eleito para a direção da UNE ainda em 1964. Segundo Kucinski, Duarte foi um dos principais arquitetos da incorporação da Ação Popular (AP) ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), muito embora não tenha se incorporado a esse partido. Cf. Kucinski, op.cit. p.295.

<sup>13</sup> Kucinski, op.cit. p.348-349.

divergências, em 1978 já é visível o processo que levará ao racha. Daí a intenção de acompanhar os dois periódicos nos três momentos: na prevalência da pluralidade, na partidarização e nas rupturas, na perspectiva de captar, nas discussões, continuidades e mudanças em curso no interior destas organizações.

No jornal *Movimento* procuramos acompanhar a coluna Ensaios Populares que, segundo Kucinski, tornou-se o espaço no qual mais se manifestou a lógica dos ativistas políticos. Virá à tona por meio desta coluna, inclusive, o processo que levará ao predomínio das posições defendidas pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No jornal *Em Tempo* centramos nossas análises nos Editoriais e na Seção Aparte. Por meio destas fontes percorremos o período que vai de 1974 a 1978. No final da década declina a importância destes periódicos como fonte para a compreensão dos posicionamentos das esquerdas, visto que, a possibilidade de reorganização partidária já se colocara, sendo possível acompanhar os caminhos trilhados por estas esquerdas através de documentos partidários, de fácil acesso, pois se encontram publicados. Além de já existir uma relativa bibliografia sobre os partidos que surgiram naquele contexto.

## 2.1. COMEÇAR DE NOVO: DEMOCRACIA EM DISCUSSÃO (1974-1978)

São múltiplas as vozes que apresentam o ano de 1974 como um divisor de águas. Em relação ao Estado, percebem-se sucessivas mudanças de direção, alternando momentos de afrouxamento da repressão e momentos de endurecimento do regime. Assim, enquanto o período de 1969 a 1973 marcou-se como um período de desenvolvimento do modelo econômico e do aparato repressivo, o período imediatamente posterior (1974/1979) caracterizou-se pelo processo de distensão, muito embora, medidas repressivas se fizessem presentes sempre que o regime considerava necessário garantir o controle da sociedade civil. Paulatinamente, no entanto, este controle escapará às mãos do Estado. Nos acontecimentos ocorridos ao longo da década, Maria Helena Moreira Alves,<sup>14</sup> chega, inclusive, a falar em uma relação dialética entre o Estado e a oposição legal, de modo que, a cada passo dado pelo Estado no sentido de consolidar a política de distensão, teria correspondido um crescimento da oposição fora dos padrões esperados, levando a uma reação conservadora por parte do regime. Este seria o caso da inesperada vitória da oposição nas eleições legislativas de 1974 que, por sua vez, teria levado a uma reação no sentido de frear suas conquistas, através de

---

<sup>14</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 203.

medidas de contenção – como as leis estabelecidas para regulamentar as eleições municipais de 1976 – como também são utilizados instrumentos mais duros à disposição do Estado de Segurança Nacional. A invasão à casa da Lapa onde foram assassinadas as lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pode ser tomada como exemplo.<sup>15</sup> Também a prisão e morte de Vladimir Herzog ou do operário Manoel Fiel Filho<sup>16</sup> ou, ainda, as medidas tomadas em 1977, como o fechamento do Congresso e o pacote de abril daquele ano.<sup>17</sup> Tudo isso dava a dimensão da disposição do regime militar de manter-se no controle do país, ainda que houvesse uma perspectiva de restauração democrática entre os quadros do próprio regime ditatorial. Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva<sup>18</sup> expressariam esse processo de fundo.

Por outro lado, neste jogo também a sociedade age e reage. Entre outras razões, porque a violência da repressão constituía-se, por vezes, numa ameaça pessoal a todos os membros desta sociedade. Já citamos as ações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Igreja Católica. E, conforme veremos mais adiante, a partir de meados dessa década colocou-se também em cena a força de diversos movimentos reivindicativos. Nos últimos anos, a aproximação entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e as organizações de base que lutavam pelos direitos humanos, sindicais, políticos e de associação aumentou a pressão exercida por todos esses sujeitos no sentido de despertar a inconformidade com setores do Estado que novamente acionavam as políticas de repressão e fez diminuir as possibilidades de um recrudescimento autoritário que anulasse os espaços conquistados no âmbito do processo de distensão.

Entre as esquerdas também crescem, a partir de 1974, os debates acerca das lutas democráticas. Na fixação dessa fronteira cronológica ganharam centralidade os episódios relacionados às eleições legislativas<sup>19</sup> que tiveram lugar naquele ano. Nas análises dos militantes aparece, com frequência, essa percepção do ano de 1974 e das eleições, como ponto no qual se inicia o conjunto de discussões que acompanharemos ao longo desta reflexão.

---

<sup>15</sup> Cf. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB São Paulo 1976*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

<sup>16</sup> Vladimir Herzog, jornalista e professor, preso e morto sob tortura pelo regime civil-militar em 25/10/1975. Manoel Fiel Filho também morreu sob tortura em 17/01/1976.

<sup>17</sup> Este pacote fixou os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado. Cf. Alves, *op.cit.* p.193.

<sup>18</sup> O General Ernesto Geisel governou o país entre os anos de 1974-1979 e foi o condutor do chamado projeto de abertura política “lenta, gradual e segura” com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. Golbery foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964 e, posteriormente, da política de distensão. Notabilizou-se como um dos teóricos da doutrina de segurança nacional elaborada nos anos de 1950 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG).

<sup>19</sup> O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) elegeu 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa e dobrou sua representação na Câmara para 161 deputados contra 204 da Arena. Nas Assembleias Estaduais ganhou em São Paulo, no Rio de Janeiro e conseguiu completo controle das importantes Assembleias do Paraná e do Rio Grande do Sul, Cf. Alves, *op.cit.* p.189.



Assim, em texto escrito e publicado, em 1978, como Editorial do jornal *Em Tempo* afirma-se: “[...] alguns segmentos da oposição [...] colocaram na ordem do dia a questão das liberdades democráticas. Nas eleições de 1974 a bandeira de voto nulo foi deixada de lado, apesar dos recalcitrantes [...].”<sup>20</sup>

Iniciemos pela consideração destes “recalcitrantes”. Suas posições confirmam que, nos primeiros anos do período estudado a defesa de pressupostos democráticos soava paradoxal nas formulações de uma esquerda que havia concentrado sua ação política na atividade revolucionária. Entre outras razões, porque pesava a cultura política herdada que, além de fortemente marcada pela leitura stalinista do marxismo, sob o impacto da revolução cubana, sobretudo, recebera importante influência de teorias que aprofundavam traços autoritários já presentes nela.

Recuperemos elementos daquela cultura, na qual se formou a esquerda comunista brasileira, tendo no horizonte a ressalva feita por Daniel Aarão Reis ao observar que a teoria e ação dos comunistas brasileiros não podem e não devem ser tomadas como meros ecos de diretrizes internacionais, sendo mais correto tomá-las enquanto uma leitura seletiva das experiências internacionais, visto que “os comunistas brasileiros liam as ‘orientações’ externas com o auxílio de ‘chaves’ próprias, para atender suas necessidades específicas”.<sup>21</sup> Ao recuperar tais traços busca-se também, apresentar de maneira panorâmica as origens das organizações que são objeto deste estudo, bem como, seu posicionamento em relação às questões que ganhavam o centro do debate nos momentos que precederam o período estudado.

Em primeiro lugar, destaca-se na cultura política dessas esquerdas a presença do stalinismo, uma referência fundamental para tais organizações, a começar pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), o primeiro partido da esquerda marxista a se formar no país, em 1922, e hegemônico até o início da década de 1960. Mesmo com a crise desencadeada pelo relatório secreto de Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS, realizado em Moscou em 1956, dando conta dos crimes de Stálin, o partido não romperá com as formulações stalinistas no que diz respeito ao socialismo e à transição até a sua construção. Assim, a consideração de documentos elaborados após a publicação daquele relatório, como a Declaração de Março de 1958 e os documentos do V Congresso, realizado em agosto de 1960, demonstram significativas mudanças no partido. Uma delas foi o abandono da defesa do enfrentamento violento ao regime, perspectiva que predominara desde 1948. Mas, mesmo ao optar pelas vias

---

<sup>20</sup> EM TEMPO, 31 mar.1978. n.6, Editorial, p.3.

<sup>21</sup> Reis Filho, 1990, p.17.

pacíficas da revolução, o PCB esteve longe de considerar o caminho eleitoral um método eficaz de luta pelo poder.<sup>22</sup> O processo eleitoral foi apoiado dentro da doutrina da “acumulação de forças”. Ou seja, não chega a ser considerado como um momento da auto-organização da sociedade e das forças democráticas.

Discutindo o tema, Luiz Werneck Vianna apresenta o processo em uma análise de rara beleza, na qual a trajetória do PCB é recuperada a partir dos conceitos gramscianos de Oriente e Ocidente. Assim, ao tratar da década de 1950 aponta

[...] uma insanável ambigüidade na práxis comunista: a estratégia de revolução manterá, ao fundo, a fórmula nacional-libertadora, porém, sua prática crescentemente adere ao Ocidente, concedendo-se papel de realce ao reforço das instituições da democracia representativa. [...] Procura-se chegar, como desejou Colombo, ao Oriente pelo Ocidente, à resolução da questão nacional pela democracia. E esta forma bizarra de aproximação à práxis política ocidental se constituirá num problema crônico para os comunistas, para quem as instituições da democracia política, mesmo quando reverenciadas na forma, representarão, na linguagem política real, nem sempre explícita, um valor instrumental, um território de acumulação de forças, algo de que se deve desvencilhar ao soar a hora do desenlace da revolução nacional-libertadora.<sup>23</sup>

Em seguida, o autor acompanha o processo de consolidação de tal ambigüidade, dando conta de que,

[...] os processos riquíssimos de meados da década de 1950, resultantes do reencontro do PCB com as instituições políticas, e com os movimentos que brotam na sociedade serão vistos na ótica das chamadas lutas nacionalistas e, neste sentido, instrumentais, [...].<sup>24</sup>

Na Declaração de Março de 1958 se teria consolidado essa ambigüidade. Por isso, torna-se um marco. Em oposição ao Manifesto de Agosto de 1950 ela vai valorizar as instituições democráticas. No entanto, essa valorização surge apenas para viabilizar a solução da questão nacional.<sup>25</sup> Ou, como resume o autor, a novidade não tinha luz própria. Compreensão que se aprofunda com o V Congresso (1960). Em 1967 o VI Congresso representou a confirmação e a atualização das linhas essenciais definidas anteriormente: “O PCB manifesta-se firmemente a favor de uma luta de massas voltada para a conquista da

---

<sup>22</sup> BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>23</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Editora Novos Rumos/Instituto Astrogildo Pereira, ano 3, n.8-9, [s.d.]. p.167.

<sup>24</sup> *ibidem*, p.170.

<sup>25</sup> *ibidem*, p.176.

democracia, concebida como passo integrante da luta anti-imperialista e pelo socialismo.”<sup>26</sup> O partido passa a defender as articulações, as mais amplas, desde que centradas na conquista da democracia. A partir daí surgirão duas correntes no interior do partido, no chamado cisma prestista. Nesse momento, marcado pelo acirramento da repressão e por revoluções vitoriosas no plano internacional, outras vertentes políticas ganharão espaço entre os comunistas brasileiros, aprofundando as rupturas e dando origem a novas organizações.

Antes dessa fragmentação, no entanto, consideremos outro importante viés na cultura política das esquerdas comunistas brasileiras. Trata-se do trotskismo, que ganhou terreno, sobretudo, após a década de 1930. Essa vertente surgiu no país após uma viagem de Mário Pedrosa – membro do PCB brasileiro – à Europa, no momento em que ocorria a cisão Trotsky/Stálin. Mas não significou questionamento quanto aos pilares do socialismo tal qual a síntese stalinista concebera. Permanecia a visão autoritária, tanto do Estado socialista, como dos caminhos para sua construção. Acompanhar a história dos partidos e organizações identificados com essa vertente do marxismo no Brasil, também significa acompanhar uma história de rupturas. Assim, na década de 1950, a IV Internacional começa a sofrer um refluxo. Em 1953 tivemos a formação do Partido Operário Revolucionário (POR), sob a orientação direta do Bureau Latino-Americano da IV Internacional, controlado por Michel Pablo. Suas origens, no entanto, estão na trajetória de um operário, Homero Cristaldi, que adotou o nome de J. Posadas e, em 1959, rompeu com a IV Internacional. Para Posadas, devido à degeneração dos PCs, as propostas mais avançadas só poderiam vir da radicalização das correntes nacionalistas de esquerda. Pregava, ainda, que os camponeses deveriam tomar as terras e defendê-las com armas. Com o golpe, o POR passa à clandestinidade e os rachas se multiplicam no final da década.

Dois importantes acontecimentos na conjuntura internacional têm lugar em meados do século, explicitando ainda mais a crise do paradigma stalinista: em 1959, a ruptura da China com relação à URSS e, no mesmo ano, a Revolução Cubana. No Brasil, sob o impacto do golpe de 1964, as críticas às novas orientações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), consideradas equivocadas, ganharam impulso. Ressaltava-se o tema da revolução, sobretudo, em sua dimensão militar. Discutia-se o caminho para o socialismo; discutia-se qual o principal ator revolucionário, sem, no entanto, considerar as bases do paradigma stalinista. Neste contexto, a teoria do foco ganha terreno, afirmando a existência de condições objetivas para o triunfo revolucionário em todos os países da América Latina. No entanto, faltavam as

---

<sup>26</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. *PCB: vinte anos de política – 1958/1979*. São Paulo: Lech, 1980. p.11.

subjetivas. A grande descoberta da teoria era exatamente em relação à criação de tais condições e, resumia-se na ação de um foco guerrilheiro, um pequeno motor acionador do grande motor – as massas.<sup>27</sup> Tais teorias, ao trazer a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político e a prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido – criticado por seu burocratismo – acabam por reforçar o afastamento em relação à sociedade que, nesta interpretação, perde sua condição de sujeito da ação. Resulta também no processo de fragmentação, uma vez que, prioriza-se e disputa-se a melhor orientação. Aliado às medidas cada vez mais duras do regime, este processo será, em grande parte, responsável pelo desmantelamento da esquerda comunista brasileira.

Ou seja, o ponto em torno do qual se realizou o intenso processo de fragmentação, no final da década de 1960, dizia respeito à melhor estratégia de luta para a tomada do poder de Estado, ponto exaustivamente discutido, mas, reduzido às questões ligadas à vanguarda que tomaria o poder. Ausentava-se da discussão o tema do Estado propriamente dito. O aspecto é salientado por Emir Sader: “em todos os documentos da esquerda naquela época [década de 60] a situação era mais grave ainda: queriam assaltar o Estado por meio da luta armada imediata e não havia nenhuma referência à sua natureza ou caráter [...]”.<sup>28</sup> Outros autores ressaltam a concepção restrita do Estado e a visão centralizada de poder como marcas deste pensamento político que trouxe a revolução para o primeiro plano. Segundo Carlos Nelson Coutinho, a própria visão instrumental de democracia, revelada por boa parte da esquerda, baseava-se “numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa”.<sup>29</sup>

Em síntese, completando o painel das vertentes formadoras da cultura política das esquerdas comunistas brasileiras, que debaterão ao longo da década de 1970, encontramos o foquismo que, em seus diferentes matizes, também pluralizou a esquerda comunista. São tantos os processos de fragmentação presentes naquele momento da história dessas esquerdas, que se torna enfadonha a recuperação do surgimento de todas as organizações, sobretudo, na segunda metade da década de 1960. Tentando conferir maior fluidez à análise, apresentaremos o processo de fragmentação acompanhando até o início da década de 1970, cada tronco surgido no início da década de 1960.<sup>30</sup> O ponto comum que se quer ressaltar diz

<sup>27</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.

<sup>28</sup> SADER, Emir. A Esquerda Brasileira frente ao Estado. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o Consenso: Nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.131.

<sup>29</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p.21.

<sup>30</sup> Não há precisão quanto ao número total de organizações surgidas naquele contexto. Na presente reflexão tomamos por base o “organograma” criado por Marco Aurélio Garcia (ANEXO 1).

respeito ao fato de que nestas vertentes se consolidará a negação da democracia. Prevalecerá a compreensão de que o caminho para a transformação passava pelas armas e pela construção de uma ditadura do proletariado. Neste momento a esquerda comunista se transforma em um mosaico de pequenas organizações. Um painel que nos remete às mesas do bar Bacuá, em Antares. Sendo que, naquele cenário a fragmentação está resumida. No Brasil de 1960 tratava-se do aparecimento de uma miríade de pequenos grupos. Recuperemos.

Começemos pelos novos troncos que surgem naquela década paralelamente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos primeiros anos da década tivemos a criação da Organização Marxista-Leninista Política Operária (ORM-Polop). Na análise elaborada por Marco Aurélio Garcia<sup>31</sup> tratava-se de um fenômeno novo, uma vez que, até então, toda a crítica de esquerda recebida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) era de origem trotskista. Surgida no bojo da crise vivida pelo PCB a partir do relatório de 1956, a organização “tentava fugir do dilema do stalinismo/trotskismo, buscando em Talheimer, dirigente do PC alemão no início da década de 1920, e em Bukharin (bolchevique morto por Stálin em 1936) suas raízes teóricas”.<sup>32</sup> Observa-se, também, a incorporação das concepções de Rosa Luxemburgo.<sup>33</sup>

Embora possa ser tomada como a mais desenvolvida crítica teórica recebida pelo PCB naquele contexto, a Polop não incorporou a discussão sobre a importância da democracia e da luta democrática,<sup>34</sup> ao menos até a formação do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, manteve-se desvinculada dos movimentos de massa e, após o Golpe de 1964, encontrará no foquismo o atalho que permitirá a sua entrada em ação.<sup>35</sup> A organização apresentava duas propostas de ação: por um lado, a formação da Frente de Esquerda Revolucionária (FER) e, por outro, a preparação de um foco guerrilheiro rural – Guerrilha de Copacabana<sup>36</sup> – articulando a organização com subalternos das Forças Armadas. A proposta salientava o caráter proletário da revolução brasileira e a importância primordial do partido.

Com a intensificação da repressão, intensifica-se também a fragmentação da organização. Assim, em 1968, formou-se nesse tronco iniciado pela Polop, o Partido Operário Comunista (POC) que defendia o caráter socialista da revolução brasileira, privilegiando o trabalho político junto à classe operária e defendendo igualmente uma estratégia armada de poder, ainda que, suas ações nesse campo tenham sido reduzidas. Também o POC será

<sup>31</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Em Tempo*. 4 out.1979. n.84. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

<sup>32</sup> Reis Filho, 1990, p.40.

<sup>33</sup> Filósofa, economista, marxista e militante revolucionária alemã, ligada à Social Democracia e, mais tarde, ao Partido Comunista da Alemanha (KPD).

<sup>34</sup> Gorender, op.cit. p.138.

<sup>35</sup> ibidem, p. 138.

<sup>36</sup> O nome se deve ao fato de ter sido preparada em apartamentos de Copacabana. Cf. Gorender, op.cit.

sacudido por uma crise interna nos anos de 1970. Um grupo sai da organização voltando a adotar o nome de Polop e criticando a tentação militarista à qual o POC havia sucumbido. Mais adiante volta a se unificar.<sup>37</sup> Outra cisão de 1968 deu origem ao Comando de Libertação Nacional (Colina), em Minas Gerais. Isso porque os militantes criticavam a inércia da organização que, em 1966, defendia a necessidade de convocar uma Assembleia Constituinte. Questionavam também a estratégia socialista da Polop, orientando-se por uma linha de libertação nacional que acentuava o militarismo de esquerda. As lutas legais foram declaradas secundárias, ao passo que, a alternativa revolucionária só poderia vir do foco guerrilheiro cuja formação independia do movimento de massas e se efetivava na clandestinidade.<sup>38</sup> Nas formulações desta organização a guerrilha rural seria o foco necessário. Surge também a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) cuja principal divergência em relação à Polop girava em torno da adoção da luta armada. Esta organização mantinha uma influência importante no movimento operário paulista. Sua presença é assinalada de forma destacada nas greves de 1968 no setor metalúrgico. Em 1969, Colina e VPR fundem-se formando a Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR Palmares) que combinava a prioridade da guerrilha rural com a construção do partido de vanguarda do proletariado. Mas, sua existência será efêmera e a VPR ressurgirá no mesmo ano. Nesta segunda fase, a organização apresentava um militarismo extremado em suas concepções. A luta armada, por si só, politizaria as massas das cidades favorecendo a expansão da guerrilha rural. Desta forma, suas atividades se concentrariam no campo militar, ganhando notoriedade a escola de guerrilha, descoberta na zona do Vale do Ribeira, na qual se encontrava Carlos Lamarca. A partir de 1970, a organização começa a ser destruída pelo regime militar. Ao longo da década de 1970 novas rupturas como a que levou à formação do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), em 1972.

Em meados de 1962 surgiu outra organização de esquerda. Tratava-se da Ação Popular (AP). Oriunda da Juventude Universitária Católica-JUC e da Juventude Estudantil Católica-JEC, seu nascimento “revela a rebeldia de muitos cristãos para com os aspectos conservadores da Igreja no Brasil e testemunha a perda de significação relativa da esquerda tradicional no país”.<sup>39</sup> Conforme nos aproximamos de 1967 a organização começa a aproximar-se do maoísmo e, através dele, chega ao marxismo-leninismo. A partir daí, iniciou-

---

<sup>37</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista. *Em Tempo*, 11 out.1979. n.85. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

<sup>38</sup> Gorender, op.cit. p.140.

<sup>39</sup> GARCIA, Marco Aurélio. A trajetória da Ação Popular: do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*, 20 set.1979. n.82. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

se um processo de ruptura que teve como ponto central o fato de, sob a influência maoísta, as discussões terem se voltado para a linha militar e para o processo de proletarização, tido como o gerador de uma nova consciência revolucionária. A Ação Popular (AP) tinha forte base estudantil e definia-se como orientadora da luta revolucionária pela emancipação nacional e também não incorporava a questão democrática.

No ambiente pós-golpe caiu sob influências contrastantes: “Ao tempo em que radicaliza a atuação do movimento de massas, especialmente o estudantil, sente-se atraída pela opção da luta armada.”<sup>40</sup> Ao longo da década, esta temática ganhou centralidade, sendo que diferentes pressupostos conviveram no interior da organização até que o viés maoísta se tornasse hegemônico. As cisões ocorridas nas fileiras da Ação Popular levaram um grupo a fundir-se com o PCdoB, enquanto o outro deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), de orientação foquista. A partir de então, temos uma relativa coesão dos maoístas no interior da AP, que se voltou para a linha militar, enfatizando a preparação imediata da guerra popular e para o processo de proletarização como fundamento da inflexão político-ideológica.<sup>41</sup> Mas o maoísmo será colocado em questão à medida que crescem as reflexões em torno da percepção de que aquele camponês chinês não existia aqui. Em 1972 a organização vive uma nova cisão e, um grupo se incorpora ao PCdoB, passando a chamar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Em 1973 – ápice da repressão – a APML é duramente golpeada e começa uma profunda revisão política. Reconstitui-se a partir de 1975.

Também o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sofrerá cisões. Neste tronco central das esquerdas comunistas brasileiras, surgirá o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), guardando o sentido de recuperação da verdadeira teoria, uma reabilitação de Stálin. A criação do partido consumou-se em fevereiro de 1962. A principal diferença entre os dois PCs encontrava-se na questão da luta armada para a qual o novo partido se preparava. Sua análise da situação nacional e do caráter da revolução brasileira era bastante parecida com a elaborada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aliás, as propostas quase repetem o PCB de 1954. A revolução na qual acredita, não será de tipo tradicional, dirigida pela burguesia, mas realizada pelo proletariado em aliança com o campesinato. Teoricamente, misturava “as posições chinesas sobre a guerra popular com as teses guevaristas e stalinistas”.<sup>42</sup> Acreditava também que a luta armada era uma necessidade inevitável. Mas, haveria uma etapa

---

<sup>40</sup> A TRAJETÓRIA da Ação Popular: do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*, 20 set.1979. n.82. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

<sup>41</sup> GARCIA, Marco Aurélio. PRT - O que foi o Partido revolucionário dos trabalhadores. *Em Tempo*, 27 set.1979. n.83. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

<sup>42</sup> GARCIA, Marco Aurélio; OLIVEIRA, Elvira de. PCdoB: do golpe de 1964 ao início da guerrilha do Araguaia. *Em Tempo*, 25 out.1979. n.87. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

intermediária até a construção da igualdade quando o poder estaria sob a direção de um governo popular revolucionário com participação de setores da burguesia nacional. Após a sua VI Conferência, o partido se vê diante de tendências divergentes que se definiam a partir de diferentes pontos de vista em relação à forma de realizar a luta armada. E, então, em torno desta diferença se fracionará.

No ano de 1966 o PCdoB se reuniu para discutir a tática a ser adotada contra a ditadura compreendida como a expressão política da dominação imperialista. Na reunião definiu-se a tática: convocar todos os democratas para uma revolução com bandeiras amplas. Neste momento, a diferença em relação ao PCB relacionava-se ao local onde se iniciaria a revolução e à classe social que lhe daria início. Para o PCdoB o campo seria o cenário principal da luta armada que teria nos camponeses seu sujeito mais importante. Nesse ano, uma cisão em seu interior leva à formação da Ala Vermelha que, sensibilizada pela Revolução Cultural em curso na China, criticava o dogmatismo e a ortodoxia do PCdoB. Ao mesmo tempo, pregava a luta armada combinada com o trabalho de massas. Foi destruída pela repressão. Na opinião de Gorender, neste caso, era a questão da hora marcada para a revolução que se achava no centro da cisão.<sup>43</sup> Em 1969 o PCdoB sedimentou a escolha pela luta armada, mas atacava o foquismo cubano, caracterizado como concepção puramente militar da revolução. A partir da valorização do papel do partido, o PCdoB planejou a guerrilha do Araguaia – segundo as autoridades do governo o maior desafio militar da esquerda ao regime – só descoberto pelas Forças Armadas em 1972 e derrotado em 1973, depois de várias investidas. Baseava-se na ideia maoísta de guerra prolongada.<sup>44</sup>

Ao mesmo tempo, intensifica-se a fragmentação no tronco mais antigo dessas esquerdas: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1965, passa a apostar nas eleições que se anunciavam. Em torno da orientação para o pleito parlamentar daquele ano se dará a primeira cisão significativa do pós-64, com o surgimento da Dissidência da Guanabara que, mais tarde, dará origem ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Após o AI-5, essa dissidência, orientou-se para as ações armadas. Atingida pela repressão a maioria de seus integrantes encontrava-se no exílio no começo dos anos 1970. Em 1968 forma-se o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Originário de uma dissidência chamada Corrente, ele criticava a visão estratégica do PCB, especialmente no que se refere à tese sobre

---

<sup>43</sup> Gorender, op.cit. p.121.

<sup>44</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Quem é quem na esquerda brasileira (1960-1979). *Em Tempo*, 2 ago.1979. n.77. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).



a via pacífica na transição ao socialismo. Defendia uma concepção de guerra popular realizando na prática ações armadas semelhantes às dos demais grupos da esquerda.

Outra importante dissidência do PCB, liderada por dois de seus ex-dirigentes, Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, constitui-se em 1967. Tratava-se da Ação Libertadora Nacional “Seu programa de libertação nacional não representa uma ruptura com o essencial do PCB ainda que sua estratégia de luta armada fosse um traço distintivo em relação ao partido”.<sup>45</sup> Herdando do PCB a teoria das duas etapas da revolução, propunha: libertação nacional como primeiro objetivo, ao qual, seguia-se a construção do poder socialista. Reivindicando as teses sobre as virtualidades do foco guerrilheiro, a ALN foi, provavelmente, a organização que adotou de forma mais radical as posições defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), de cujo congresso – em Havana – Marighela participou. Uma de suas referências básicas era igualmente os escritos de Régis Debray. Marighela põe em descrédito a possibilidade do caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia nacional.<sup>46</sup> Por outro lado, discute a questão do partido, ressaltando que o princípio mais importante é o da ação: “É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha.”<sup>47</sup> Nesta concepção a ação tudo cria a partir do nada. Assim, dissociado de qualquer movimento de massas o foco incorporava a função de vanguarda política. O princípio era o da ação direta sem mediações de lutas de massas por objetivos parciais. A perseguição à ALN foi dura, provocando a morte de seus maiores quadros. Segundo Gorender, embora a ALN tenha tido um setor de trabalho de massas, esse se atrofiou e desapareceu. Além disso, o processo de cisão prosseguiu no início da década de 1970, dando origem a várias outras organizações. Em 1971 surge o Movimento de Libertação Popular (Molipo) que se estruturou em torno das ações armadas e também foi desbaratado. Em 1972 surge a Tendência Leninista da ALN, que logo se atomizará: uma parte ingressa no PCB e outra vai participar da revista *Debate*, publicada no exterior, a partir da qual surgirá mais tarde a União Comunista.

Por fim, consideremos os trotskistas. Em 1968 o Partido Operário Revolucionário (POR) rompe de alto a baixo e dá lugar à formação da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), tendência que se opõe à linha sectária imprimida pelo posadismo. Em 1970, realiza-se a Primeira Conferência Nacional da FBT, integrando núcleos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Nordeste. No mesmo ano, o grupo Comunista Primeiro de Maio rompe com o POR e se

---

<sup>45</sup> GARCIA, Marco Aurélio. ALN - A ação faz a Vanguarda. I: *Em Tempo*, 22 nov.1979. n.91. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

<sup>46</sup> Gorender, op.cit. p.104

<sup>47</sup> ibidem, p.105

transforma em uma tendência ampla do movimento de massas, notadamente do movimento estudantil e, posteriormente, se organiza enquanto grupo comunista. No movimento operário o grupo se implanta no trabalho metalúrgico em São Bernardo do Campo. Na década de 1970 o Primeiro de Maio parte para a organização de tendências socialistas no meio estudantil. Junto com a Fração Bolchevique foi um dos poucos grupos que não aderiu à luta armada e ao guerrilheirismo. Segundo artigo publicado no Jornal *Em Tempo*, estes trotskistas

[...] criticam o isolamento das ações armadas e enfatizam a necessidade da organização independente do proletariado industrial. [...] Tanto a FBT quanto o Primeiro de Maio tentam desenvolver um trabalho de massas operário-estudantil no início da repressão do governo Médici.<sup>48</sup>

A Fração Bolchevique Trotskista (FBT) foi desmantelada pela repressão. Em Paris, um grupo de militantes desta organização, lançou a revista *Outubro*.

Em síntese, a tendência centrífuga que prevaleceu fará da esquerda comunista brasileira um mosaico de pequenos Estados-maiores a discutir a melhor forma de tomar o poder de Estado. Até a derrota destas perspectivas a democracia não ocupará espaço nos debates que se concentravam nos caminhos para a tomada do poder. Aliada aos rigores do regime esta fragmentação imporá às organizações uma destruição, quase completa, e servirá como argumento para demonstrar a presença de um autoritarismo endógeno na esquerda brasileira.

De toda forma, em meados da década de 1970, a perspectiva da luta armada parecia esgotada e impunha-se a discussão dos pressupostos que orientaram a ação das diversas organizações que defenderam a luta armada. A rigor, a esquerda comunista brasileira estava derrotada, em sua maioria, exilada ou clandestina, e repensava sua prática política. Considerando este contexto, bem como a cultura política que herdavam, acompanhem os debates que se desenvolveram a partir de meados da década de 1970. Conforme dissemos, a partir do posicionamento frente às eleições, será preciso discutir as possibilidades de alianças políticas, as várias lutas democráticas e, sobretudo, os sentidos da democracia. Se, até então, quando defendida, a democracia comparecera desqualificada enquanto instrumento de dominação da burguesia, será preciso encontrar justificativas para mudanças neste posicionamento.

---

<sup>48</sup> MAIA, Andreas. A História do POC e da LO (Liga Operária). *Em Tempo*, 15 mai.1980. n.106. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

A primeira discussão que nos interessa girou em torno das eleições que seriam realizadas em 1974. É possível acompanhar as primeiras justificativas em defesa da participação naquele processo, bem como os debates que suscitou, por meio de artigos publicados na revista *Brasil Socialista*. Nos debates encontrados naquele espaço, construído no exílio, é possível ver posições divergentes.

Iniciemos pelos argumentos dos recalcitrantes, citados anteriormente, com a intenção de destacar que nem mesmo a defesa das liberdades democráticas era algo óbvio, como pode parecer aos olhos presentes. Tratava-se, em alguma medida, de construir sua defesa. Assim, no segundo número de *Brasil Socialista*, publicado em abril de 1975, podemos acompanhar, tanto o posicionamento da Ação Popular Marxista Leninista (APML) quanto a divergência da Política Operária (Polop). Os artigos foram publicados na Seção Documentos. Na apresentação colocada no sumário lê-se:

Entregamos [...] dois textos que julgamos expressivos da polêmica aberta no interior da esquerda proletária, a respeito da tática atual – mais precisamente, a respeito da concepção de tática, do papel da luta pelas liberdades democráticas e da política de alianças.<sup>49</sup>

Iniciaremos com a APML que publica um artigo tratando do problema da posição frente às eleições para o Senado e Câmara Federais e para as Assembleias Legislativas dos Estados, questão que, segundo o autor, pertenceria ao domínio da tática política. Na argumentação defende-se que a participação ou não no jogo eleitoral era episódica. Devendo ser estudada caso a caso: “a utilização ou não do parlamento pelos revolucionários é determinada por fatores de conjuntura, ocorrendo situações em que tal prática será recomendável e outras em que será inteiramente condenável.”<sup>50</sup> A linguagem é explícita, tratava-se de utilizar ou não o parlamento. Ainda assim, somente em algumas condições essa participação é recomendável.

Para o autor, o problema das eleições colocava-se, então, não no terreno dos princípios gerais. Desta forma, ainda que timidamente, o documento justifica a defesa da luta por liberdades democráticas:

---

<sup>49</sup> BRASIL SOCIALISTA, abr.1975, n.2.

<sup>50</sup> ALMEIDA, Fábio. Na democracia da farsa eleitoral, ampliar a resistência à ditadura. *Brasil Socialista*, abr.1975, n.2, p.53. Embora publicado em 1975, o artigo foi assinado em outubro de 1974. Fábio Almeida era codinome de Ricardo Azevedo, militante da AP, que ficou preso entre os anos de 1969 e 1970. Esteve no exílio no Chile e na França entre os anos de 1972 e 1976. Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), primeiro diretor da Revista Teoria e Debate (1987), diretor da Fundação Perseu Abramo (1996/2003) e presidente desta Fundação em 2007/2008.

Ao levantarmos a questão da luta contra a ditadura militar, [...], temos clareza de que não podemos propor como palavra de ordem imediatamente realizável a posição da revolução socialista. [...]. Entendemos como justa a luta pela ampliação da resistência dos trabalhadores à ditadura militar, tendo como eixo central a luta por liberdades democráticas [...].<sup>51</sup>

Observe-se que o sentido da luta não é a democratização do país, mas a ampliação da resistência à ditadura. E, embora nos pareça um objetivo modesto, para alguns soava como heresia, conforme se lê no artigo elaborado pela Política Operária e publicado no mesmo número da *Brasil Socialista*, tratava-se de um espetáculo lamentável:

[...] grande parte da esquerda revolucionária, e inclusive parte das forças que se aproximaram recentemente do programa socialista, embarca agora no movimento pela redemocratização. Este lamentável espetáculo revela, de um lado, a reafirmação das estratégias claramente reformistas e populistas, e, de outro, indica que as forças que realmente evoluíram no sentido de posições proletárias, apenas mantém (sic) os olhos voltados para os horizontes proletários, enquanto continuam com os pés presos no pântano pequeno-burguês. Este desvio tem que ser combatido com a mesma violência com que combatemos o militarismo; [...] (grifo nosso).<sup>52</sup>

É importante lembrar que este ponto levaria a Polop a abandonar, mais tarde, o projeto de formação de uma Tendência Proletária, consubstanciado na revista.

Ou seja, a defesa do movimento de redemocratização não era consenso. Mesmo a Ação Popular Marxista Leninista (APML), ao fazer a defesa destes pontos, ressaltava o fato de tratar-se de uma mudança nas posições da organização que, até 1974, adotava “a arma do boicote” através de sucessivas campanhas de voto nulo ou em branco. Nos primeiros artigos publicados na revista, a mudança ainda é apenas insinuada. Escritos em 1974/1975 referem-se ao início de deslocamentos.

Assim, em artigo escrito em janeiro de 1975, antes de propor a participação no jogo eleitoral, a APML ainda fazia a defesa da luta armada reproduzindo o pensamento de Mao Tsé Tung:

Entendemos que o caminho estratégico da revolução socialista brasileira passa, necessariamente pelo armamento do proletariado e dos trabalhadores em geral para, através de um processo insurrecional, criar as condições de instalação do novo poder revolucionário, a ditadura do proletariado.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> ALMEIDA, Fábio. Na democracia da farsa eleitoral, ampliar a resistência à ditadura. *Brasil Socialista*, abr.1975, n.2, p.56.

<sup>52</sup> A CONJUNTURA nacional. *Brasil Socialista*, abr.1975, n.2, p.67. Embora publicado em 1975, o artigo foi assinado em set./out.1974 pela Política Operária.

<sup>53</sup> MAO TSE-TUNG e a construção do socialismo. *Brasil Socialista*, jan.1977, n.8, p.14. Assinado pela organização em 1975 só foi publicado em 1977.

No entanto, reconhece-se a inviabilidade de uma revolução na conjuntura vivida pelo país e, assim, o momento surge como sendo de “acúmulo de forças”. Há, no entanto, uma preocupação em diferenciar esta tática daquelas posições defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que pregava a necessidade de uma etapa burguesa da revolução que permitisse a construção do socialismo. Recusa-se também a tradicional política de frentes adotada pelo PCB e aponta-se que a revolução dependia da constituição de uma força social revolucionária e, para tanto, da construção do partido revolucionário do proletariado. Somente depois de todas estas ressalvas passa a considerar a mudança nas posições da organização. Neste sentido, coloca:

[...] o voto nulo teve em grande medida, para a jovem esquerda revolucionária, uma função defensiva diante do PCB, de repugnância por seus tradicionais métodos de luta, ao mesmo tempo em que revelava a ingenuidade e o esquerdismo de considerar o voto nulo como uma forma elevadíssima de luta política [...].

[E prossegue]:

O próprio fato de, a partir de 74, ter sido colocada a questão em outros termos é um indício revelador do grau de amadurecimento que os processos autocríticos dentro da esquerda revolucionária foram gerando, [...].<sup>54</sup>

Pode-se perceber um aprofundamento do debate a partir do lançamento de candidaturas que representavam as organizações da esquerda. Para a Ação Popular Marxista Leninista (APML), tais candidaturas “servirão para aglutinar setores da esquerda e setores da vanguarda social”.<sup>55</sup>

Ou seja, a defesa da participação nas eleições construía-se aos poucos, embora, anos mais tarde, em texto de 1978, que tentava retomar o fio da meada, essa defesa apareça como algo indiscutível, quase uma questão de lógica:

[...] numa conjuntura de autoritarismo, de refluxo e de incipiente nível de organização e de consciência dos trabalhadores, a luta pelas liberdades democráticas é, literalmente, uma questão de vida ou morte para a oposição.<sup>56</sup>

Foi na tensão gerada pela repressão, pelo medo de ser preso sem que nenhuma das garantias democráticas pudesse ser evocada em defesa própria, naquele ambiente tenso – e em sintonia com diversos movimentos surgidos no interior da sociedade brasileira, formando

<sup>54</sup> NOSSA posição frente às eleições. *Brasil Socialista*, jan.1977, n.8, p.25. Artigo assinado pela APML.

<sup>55</sup> *ibidem*, p.23.

<sup>56</sup> EM TEMPO, 31 mar.1978, n.6, Editorial, p.3.

aquilo que Daniel Aarão Reis chama de “forças profundas” – que a luta em defesa da liberdade foi se tornando comum, embora, neste primeiro momento, para a esquerda comunista o objetivo principal da luta por liberdades democráticas se esgotasse nas próprias lutas.

Entre os que ficaram no Brasil, os diversos posicionamentos em relação à participação no pleito eleitoral também estiveram na base de importantes cisões. Foi o caso, segundo Kucinski, da ruptura ocorrida no interior do jornal *Opinião* e, explicitada em 1975, com a criação do jornal *Movimento*. Segundo o autor, o *Opinião* se dividiu entre a defesa do voto nulo e a defesa do voto no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As previsões veiculadas foram marcadas por um tom sombrio, considerando a campanha do MDB quase como uma legitimação do regime autoritário.<sup>57</sup> A maior parte dos artigos previa que o partido poderia ficar em último lugar, depois da Arena e dos votos brancos e nulos.<sup>58</sup> Um pouco antes da eleição, o jornal passa a apoiar o voto no MDB. Entretanto, a ruptura já estava consolidada e daria origem, no ano seguinte, ao jornal *Movimento*. Entre os objetivos do novo periódico temos: “Acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas.”<sup>59</sup> Definitivamente, elas entravam em discussão.

Ao longo da década o debate aprofunda-se incorporando a discussão sobre democracia e os sentidos que lhe são conferidos. Em grande parte destas esquerdas observa-se tanto a busca por uma nova leitura dos textos clássicos, como o estabelecimento de um diálogo com as novas vertentes teóricas surgidas no interior do marxismo. As expressões dessa busca revelaram-se por diversos caminhos: na recuperação da crítica trotskista, na abertura para o pensamento de Gramsci e da cultura do eurocomunismo, ou ainda, na recuperação das vertentes mais contemporâneas do marxismo francês. Caminhos teóricos diversos que procuravam respostas para a crise dos paradigmas da URSS e da China. Outra importante expressão dessa abertura floresceu no debate acadêmico, no interior do qual se constrói a crítica à cultura do nacional-desenvolvimentismo e centra-se o foco de análise em questões como a democracia e a sociedade civil.<sup>60</sup>

Algumas organizações comunistas farão a discussão sobre democracia sem romper com a solução stalinista dada a questão. Neste caso, ela será defendida, mas, em contraposição ao fascismo e como um instrumento que permitisse a realização da primeira

<sup>57</sup> Tais previsões podem ser acompanhadas nos números 104 a 106 do *Opinião*, 1 nov.1974. O número 107, 22 nov. 1974, traz a cobertura das eleições com o seguinte título MDB – a grande vitória. O número 108, 29 nov. 1974 traz um artigo assinado por Raimundo Pereira intitulado Eleições; e agora?

<sup>58</sup> Kucinski, op.cit. p.277.

<sup>59</sup> MOVIMENTO, São Paulo: Experimental Um, abr.1975, p.6.

<sup>60</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

etapa do processo revolucionário que levaria ao socialismo. Estavam explicitamente neste campo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Tratemos primeiramente do PCB, visto que o debate sobre a questão democrática, no interior deste partido não era tão recente. No início da década de 1970, predominará a adesão à ideia de uma frente democrática. Em 1973, o partido preconiza a luta pelo fortalecimento das instituições democráticas a partir da caracterização do regime ditatorial brasileiro enquanto fascista. Com isso, convoca para a formação da frente “[...] todas as forças prejudicadas pelo caráter fascista assumido pela ditadura militar, incluindo até os que dela divergiam no interior do partido oficial, a Arena”.<sup>61</sup> A luta pela democracia surge, então, como a questão central no movimento antifascista. Ou seja, naquele momento a defesa da democracia feita pelo PCB vinculava-se à luta antifascista e surgia como etapa:

[...] a luta pela conquista das liberdades democráticas é o elo de nossa luta geral contra a ditadura. A vida vai colocando com crescente vigor, [...] a necessidade de barrar a fascistização do país, liquidar o atual regime político, conquistar a democracia.<sup>62</sup>

Ao final da década de 1970, segundo Werneck Vianna, “o argumento democrático se desvencilhou da sua subordinação à questão nacional, definindo-se a via da transição para a democracia, [...]”.<sup>63</sup> Entretanto, isso não será suficiente para que o PCB torne-se o principal representante da classe operária. As razões parecem vincular-se à maneira como o partido posicionou-se em relação à classe trabalhadora. Nas análises de Werneck Vianna:

Posto em situação de gueto político, sem forças no movimento sindical e na intelectualidade, o partido de esquerda que mais lucidamente travou combate contra a ditadura vê-se ultrapassado em termos de voto e de influência social pelo PC do B, [...]. Como ocorre muito freqüentemente com pessoas e instituições, o PCB não soube vencer, quando se apresentaram as condições para sua afirmação partidária. E não soube, porque vencer impunha mudar, seguir escalando o caminho de renovação e do compromisso com a estratégia democrática [...].<sup>64</sup>

Aqueles que quiseram continuar “escalando a renovação com a estratégia democrática” precisaram sair do partido. Caso dos eurocomunistas. Um importante

<sup>61</sup> POR UMA frente patriótica contra o fascismo (1973). In: Nogueira, 1980.

<sup>62</sup> Trata-se do ANEXO 6189, BNM: p.11. *Projeto Brasil Nunca Mais* intitulado A política de agitação e propaganda. Edições SAP, maio de 1973. Trata-se de um livreto do PCB. Doravante, os documentos pertencentes a este acervo serão identificados pela sigla (BNM).

<sup>63</sup> Vianna, op.cit. p.84.

<sup>64</sup> Vianna, op.cit. p.187.

representante desta corrente do PCB foi Carlos Nelson Coutinho que, em 1980, com o livro *A Democracia como Valor Universal*,<sup>65</sup> trouxe a questão democrática para o centro do debate. O autor revê a leitura dos clássicos e, via Gramsci, busca uma estratégia para a transição na qual a democracia fosse o caminho e a forma do socialismo. O ponto central de sua elaboração a respeito da relação democracia/socialismo é a tentativa de romper com a tradição pecebista e fazer da democracia um valor universal. Para o autor é no terreno da democracia que a construção do socialismo torna-se possível. O socialismo viabiliza-se a partir da ideia de “democracia progressiva”, ou seja, construída a partir de reformas que, vinculadas à luta política, atingem as estruturas da sociedade capitalista.<sup>66</sup> No entanto, conforme já tivemos a oportunidade de frisar, não havia espaço no interior do partido para mudanças tão profundas e Coutinho fará parte do grupo que, na década seguinte, abandonará suas fileiras.

Em relação ao PCdoB a trajetória é bastante semelhante. Muito embora, ao contrário do PCB, a discussão sobre a democracia parece ter se mantido ausente até quase meados da década, quando tem fim a experiência do Araguaia. Em documento de 1973, de maneira análoga ao PCB, o partido defende a formação de uma Frente Democrática Anti-imperialista, com o objetivo de “implantar a democracia para as massas” (grifo nosso).<sup>67</sup> Destaque-se a lógica que orienta no sentido de se fazer algo “para” as massas. Posicionamento que nos remete à revolução segundo o enredo de *Reflexos do Baile*, para a qual os revolucionários seriam convidados. De maneira análoga, tratava-se de “implantar” a democracia, uma imagem algo semelhante ao “espetar coqueiros na praia”, conforme a avaliação sobre a revolução feita por um militante que assina um dos bilhetes que compõe aquele romance. Assim, mantém-se a lógica. Revolução ou democracia é algo a ser feito “para” as massas.

Em relação à democracia o documento ressalta tratar-se de uma solução de conteúdo burguês, pois que lida com tarefas nacionais e democráticas, não socialistas. Ou seja, temos colocada a oposição entre os termos. Daí que, para a defesa desta instituição de conteúdo burguês seja necessária a ameaça fascista. Frente ao fascismo, “o movimento revolucionário não pode concordar com a tese de que as liberdades democráticas constituem um estorvo e de que um regime representativo é pior do que uma ditadura aberta”.<sup>68</sup>

Contudo, na multiplicidade de posicionamentos, em meados da década de 1970, ainda era possível encontrar a negação explícita da democracia. Observemos o artigo intitulado

---

<sup>65</sup> Coutinho, op.cit.

<sup>66</sup> TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. A questão democrática: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro na década de 1980. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) São Paulo: PUC, 1980.

<sup>67</sup> ACERCA da luta anti-imperialista. In: *Em Defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p.221-236.

<sup>68</sup> ibidem. p.234.



“Contra o Doutrinarismo e o Economicismo, por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura”.<sup>69</sup> No sumário o artigo é apresentado como sendo de Daniel Terra, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Segundo esse sumário, novamente, o texto traria “as mais importantes divergências existentes no interior da esquerda proletária”<sup>70</sup> naquele momento. De fato, o autor vai dialogando e criticando as posições defendidas pela Política Operária, trazendo trechos de documentos daquela organização. No quinto item, intitulado “Ditadura, Democracia e Revolução”, o autor discute a recusa da Política Operária em defender a democracia e cita trechos do documento “Política Operária número 40”,<sup>71</sup> no qual a organização afirmaria que “a reorganização do movimento democrático [...] só fortalece historicamente a burguesia”.<sup>72</sup>

Embora discorde dos posicionamentos da Política Operária – considerada doutrinária – defendendo a luta por métodos de governo mais democráticos, o militante do MR8 demonstra que ainda prevalecia uma noção de contradição entre democracia e comunismo. Ao construir os argumentos contra o posicionamento da Política Operária, o autor pergunta: “Há contradição entre comunismo e democracia?”<sup>73</sup> A resposta é afirmativa. Atentemos para a justificativa:

[...] sim, porque o comunismo é a sociedade sem classes, onde não há a quem dominar, e a democracia (dominação do povo) é uma forma de governo de uma sociedade de classes [...]. Mas é o próprio Lenin quem demonstra que nas condições da sociedade de classes [...] é de todo interesse da revolução que os métodos de governo sejam os mais democráticos possíveis.<sup>74</sup>

Com essa visão instrumental, defende a participação nas eleições sem defender a democracia. Essas posições parecem ter mudado ao longo da década, inclusive porque, à exceção do MR8, as outras duas organizações em questão, participarão na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Mas sabemos pouco sobre o caminho trilhado.

Consideremos um artigo assinado em setembro de 1976, publicado na revista no início de 1977, cujo título “Socialismo e Liberdades Democráticas”<sup>75</sup> expressa a questão que queremos considerar e que ocupava também aqueles militantes que, no exílio, tentavam

<sup>69</sup> BRASIL SOCIALISTA, out.1975. n.4. Debate, p.5-39.

<sup>70</sup> BRASIL SOCIALISTA, out.1975. n.4. Sumário.

<sup>71</sup> Não tivemos acesso a esse documento. Na discussão, Daniel Terra cita trechos.

<sup>72</sup> POLÍTICA operária, n.40, p.23-25. Apud. *Brasil Socialista*, out.1975. n.4. p.22.

<sup>73</sup> BRASIL SOCIALISTA, abr.1975. n.4. p.26.

<sup>74</sup> *ibidem*, p.26.

<sup>75</sup> BRASIL SOCIALISTA, jan.1977. n.8. O artigo é assinado por Daniel Terra, codinome de um militante do MR8.

organizar a Tendência Proletária. Observe-se que se trata da discussão da relação entre socialismo e liberdades democráticas e não socialismo e democracia. A distinção talvez refletisse certa resistência, ainda, em apoiar a democracia. Tratava-se da construção de sua defesa.

O artigo afirma a necessidade e possibilidade de transformações democráticas radicais como parte da luta pelo socialismo, buscando em Lênin a fundamentação teórica para esta afirmação. Assim, podemos acompanhar a citação de vários trechos da obra daquele autor. Por exemplo, em *O Estado e a Revolução*, Lênin oferece justificativas para a relação de necessidade entre as transformações democráticas e o socialismo: “[...] é impossível passar do capitalismo ao socialismo sem um certo ‘retorno’ ao democratismo ‘primitivo’ (porque como agir de outro modo para que as funções do Estado sejam exercidas pela maioria, pela totalidade da população?”<sup>76</sup> Observe-se que o acento é colocado na localização do poder do Estado na “totalidade da população”. Em *Duas Táticas*, outra obra de Lênin: “Quem quiser ir ao socialismo por outro caminho que não seja o do democratismo político, chegará infalivelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no sentido econômico como no político [...]”<sup>77</sup> O artigo constitui-se a partir da busca por justificativas para os novos posicionamentos e a consideração das posições divergentes existentes na Política Operária (Polop) e, cita também o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). A primeira, segundo o artigo, defendia um governo revolucionário dos trabalhadores como alternativa às lutas pelas liberdades democráticas que eram identificadas como “palavra de ordem dos patrões”.<sup>78</sup> Quanto ao MEP, o autor aponta:

[...] os companheiros do MEP afirmam que, ao falarmos em ‘liberdades democráticas’, estamos defendendo a democracia em geral. [...]

[Ao que responde]:

[...] nós não temos qualquer dúvida em afirmar que todo avanço democrático parcial, conquistado antes da tomada do poder, coloca-se ainda dentro do terreno da democracia burguesa, [...].<sup>79</sup>

No entanto, reconhece como um erro pretender que os avanços democráticos estejam em contradição com a ditadura do proletariado, ou seja, é um erro “não perceber que a

<sup>76</sup> SOCIALISMO e liberdades democráticas. *Brasil Socialista*, jan.1977. n.8. p.66.

<sup>77</sup> ibidem, p.66.

<sup>78</sup> ibidem, p.70.

<sup>79</sup> ibidem.

ditadura do proletariado é a concretização mais perfeita dos princípios democráticos gerais”.<sup>80</sup> No período que vai da destruição do Estado burguês até o advento do comunismo, o Estado vai se extinguindo, pois “a própria maioria pode cumprir diretamente as tarefas do Estado”.<sup>81</sup> Destaque-se a intenção de extinguir o Estado e o fato de que nesta formulação a conquista da democracia não surge como uma questão periférica na luta pelo socialismo. Pelo contrário, ela constitui a questão política essencial e decisiva da revolução social, pois o Estado burguês, segundo Lênin, deve ser substituído pela organização do proletariado em classe dominante, ou seja, “pela conquista da democracia”.<sup>82</sup> Para o autor do artigo, Lênin teria deixado claro que:

[...] os comunistas não lutam pela democracia apenas no sentido estratégico, isto é, pelo socialismo, mas que, no interesse de atingir esse objetivo, eles defendem também a máxima ampliação das liberdades democráticas burguesas, de forma a favorecer o desenvolvimento da consciência e da organização socialistas do proletariado [...].<sup>83</sup>

Vale lembrar, uma vez mais, que essa questão foi decisiva para que a Política Operária (Polop) se afastasse da Tendência Proletária. Estará também no centro da discussão que afastou a Ação Popular Marxista Leninista (APML) do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8).

No cenário nacional também haverá muitos debates em torno de tais questões. Já tivemos a oportunidade de sugerir que é possível resgatar os rumos desse debate travado no Brasil, no pós-1974, através do acompanhamento dos jornais alternativos. Seleccionamos o jornal *Movimento*, surgido em 1975, como uma de nossas fontes de pesquisa, conforme dissemos, por ter atraído um grande número de ativistas políticos sentenciados durante os processos de repressão e que estavam sendo soltos nessa época, muitos deles saíam das cadeias diretamente para os grupos de apoio ao jornal, sobretudo nas sucursais. Em seu interior, o principal espaço de expressão desses ativistas políticos construiu-se na coluna Ensaios Populares cujo acompanhamento permite, portanto, a percepção dos contornos dos debates que envolveram as esquerdas comunistas no pós-1974. Para uma observação mais atenta é preciso ter em mente aquele aspecto da história desses jornais/partidos ressaltado por Kucinski ao descrever um processo que se inicia com a construção de um espaço plural, marcado pela diversidade e, na sequência, a partidarização desse espaço. Como

---

<sup>80</sup> SOCIALISMO... *Brasil Socialista*, jan.1977. n.8. p.71.

<sup>81</sup> *ibidem*, p.75

<sup>82</sup> *ibidem*.

<sup>83</sup> *ibidem*, p.84.

desdobramento efetivam-se rupturas e a criação de novos jornais. No caso do jornal *Movimento* a fase de pluralidade seria representada, grosso modo, pelos 20 primeiros números. Nessa etapa, ao que parece, a coluna Ensaios Populares ainda não se tornara espaço de disputa de hegemonia. Assim, dentre esses 20 primeiros números, cinco Ensaios Populares dedicam-se a temas como o Código de Processo Civil e a questão da mulher; a situação do índio no Brasil; a história da luta pela independência do país<sup>84</sup> etc.

Em setembro de 1975, ainda na fase de pluralidade no jornal, o Ensaio Popular intitulado “Comer ou votar? Ou comer e votar?” analisa as opiniões expressas por dois deputados federais que teriam aderido à tese “de que a democracia econômica de possuir um emprego, alimentar-se regularmente e morar numa casa razoável é mais importante do que a democracia política de poder opinar sobre os assuntos públicos ou escolher os governantes”.<sup>85</sup> Tal tese teria sido defendida pelo arenista Faria de Lima e pelo emedebista Epitácio Cafeteira. Em contraponto, o autor de Ensaios Populares alerta para a falsidade da oposição criada entre o voto e o prato de feijão que seriam, aliás, coisas complementares e prossegue:

[...] a crítica ao formalismo e às insuficiências da democracia liberal é justa e indispensável. Mas, num sentido progressista, sempre foi feita não para voltar atrás e abandonar as conquistas positivas que o liberalismo incorporou à marcha da humanidade, mas sim para realizá-las e desenvolve-las. A emenda não pode ser pior do que o soneto.<sup>86</sup>

Todavia, na edição de novembro de 1975, número 20 de o *Movimento*, com o intrigante título Política e Emoção,<sup>87</sup> a coluna Ensaios Populares deixa transparecer a existência de conflitos internos, embora não os explicita. Este número de o *Movimento* é apontado por Kucinski como estando no marco divisório da primeira para a segunda fase do jornal, ou seja, ele estaria deixando de ser um espaço plural, passando a expressar cada vez mais os ideais de determinado partido. Notam-se mudanças no Conselho Editorial e no Conselho de Redação com a entrada de novos membros. Inaugura-se a seção Cartas Abertas buscando destacar a presença do leitor no jornal. Ao fim do processo, a despeito do pluralismo inicial, o jornal acabou constituindo um caso paradigmático de partidarização e, com isto, a análise da coluna Ensaios Populares nos permite acompanhar os percursos de parte da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cujas ligações com o jornal

<sup>84</sup> Cf. MOVIMENTO. São Paulo, n.1, 2, 7, 8 e 10. abr. a set.1975. Os ns.3, 4, 5, 16 e 17 não publicam a coluna.

<sup>85</sup> COMER ou votar? Ou comer e votar? *Movimento*, 29 set.1975, n.13, p.4.

<sup>86</sup> *ibidem*.

<sup>87</sup> POLÍTICA e emoção. *Movimento*, 17 nov.1975, n.20, p.2.

eram clandestinas e se efetivavam por meio de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, pertencente aos quadros da AP. Nas palavras de Kucinski, Duarte teria sido “o verdadeiro cérebro do *Movimento*, seu principal teórico e condutor político [...]”,<sup>88</sup> ainda que isso se desse de maneira secreta e a partir da clandestinidade. Foi Duarte Pacheco quem, segundo Kucinski, passou a conduzir as discussões publicadas nos Ensaio Populares assinados por Raimundo Pereira. Acompanhemos, então, os rumos tomados pelas discussões.

Acirram-se os conflitos internos. Em dezembro a coluna Ensaio Populares, publicada sob o título “As correções e as soluções: o modelo econômico está em crise e as soluções devem ser buscadas fora dele”,<sup>89</sup> provoca polêmicas. Nela discutem-se as medidas anunciadas pelo governo para conter a crise econômica que o país atravessava. O artigo ressuscitava algumas expressões malditas para parte das esquerdas como imprensa nacionalista e democrática e, também, enfatizava diferenças entre firmas nacionais e estrangeiras, propondo um novo modelo baseado no consumo popular, na valorização do mercado interno e na reforma agrária remetendo diretamente à tese terceiro-mundista da China.<sup>90</sup> O ensaio aponta como questão principal, como problema mais profundo o modelo de desenvolvimento adotado no país, baseado, “por um lado, no mercado, nos capitais e nas tecnologias externas, e por outro, na concentração da propriedade da terra e da renda nacional”.<sup>91</sup> Na sequência discute alternativas e resume: “[...] Aqui fica claro, agora mais do que nunca, que os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais coincidem. Coincidem o desenvolvimento econômico e o social.”<sup>92</sup>

Por fim, aponta o caminho para a construção de um novo modelo:

Por isso é necessário e urgente avançar na reconstitucionalização do país e permitir que outras forças sociais e correntes políticas se manifestem em defesa desta política. Só um regime baseado na ampla participação popular saberá enfrentar o desafio que o momento exige.<sup>93</sup>

---

<sup>88</sup> Kucinski, op.cit. p.298.

<sup>89</sup> AS CORREÇÕES e as soluções: o modelo econômico está em crise e as soluções devem ser buscadas fora dele. *Movimento*, 8 dez.1975, n.23, p.2.

<sup>90</sup> Kucinski, op.cit. p.308.

<sup>91</sup> MOVIMENTO, 8 dez.1975, n.23, p.2.

<sup>92</sup> *ibidem*.

<sup>93</sup> *ibidem*.

Segundo a crítica feita por militantes de Belo Horizonte, tratava-se de uma sugestão de tipo nacional-reformista, que recuperava a ideia de aliança com a burguesia nacional atribuindo-lhe a direção da luta pelos interesses nacionais.<sup>94</sup>

Lançavam-se as bases para o predomínio das concepções do PCdoB, cujo comitê central, em janeiro de 1975, aprovava uma declaração reiterando a política de frente ampla contra a ditadura, ainda em vigor desde a conferência de 1966, mas com mais ênfase nas lutas populares no campo legal, na luta pela anistia e por uma Constituinte. As divergências, entretanto, ainda não provocariam rupturas traumáticas em virtude, talvez, da força do nacionalismo presente em todos os jornais alternativos e nas esquerdas brasileiras de maneira geral.

Por outro lado, a defesa da política de frente ampla contra a ditadura decorria a defesa do apoio ao MDB, conforme se vê em outra edição da coluna Ensaios Populares, publicada sob o título “MDB – somar ou dividir”.<sup>95</sup> Após comentar a Convenção Nacional do partido a coluna analisa a posição de três grupos que o compunham: os chamados “adesistas” que apoiavam o regime, os “moderados” e os chamados “autênticos”, defensores de posições mais à esquerda, considerando que a vitória do partido nas eleições de 1974 teria sido garantida pelos eleitores que até então se abstiveram. Assim, “se o MDB se afastar dos postulados oposicionistas perderá os votos e as eleições”.<sup>96</sup> Por isso, o apoio a este partido é colocado quase como uma questão de lógica,

[...] se o MDB persevera na luta sem compromissos pela reconstitucionalização democrática do país, e, além disso, dedica uma atenção maior aos temas nacionalistas e às reivindicações dos trabalhadores, [...], não há motivo para qualquer força oposicionista lhe recusar apoio [...].<sup>97</sup>

É possível encontrar a explicitação deste apoio ao MDB e a defesa da unidade em torno do partido:

A experiência tem mostrado que o caminho da oposição deve ser a unidade de ação entre distintas camadas sociais e diferentes correntes políticas em torno de um programa amplo, centrado na luta pelo regime democrático: e não sua pulverização, mesmo que em nome de extemporâneas e suspeitas bandeiras “socializantes” [...].<sup>98</sup>

<sup>94</sup> Kucinski, op.cit. p.308.

<sup>95</sup> MDB – somar ou dividir. *Movimento*, 15 set.1975, n.11, p.6.

<sup>96</sup> ibidem.

<sup>97</sup> DOIS MDBs: sonhos muito sedutores e desilusões muito amargas. *Movimento*, 2 fev.1976, n.31, Ensaios Populares, p.2.

<sup>98</sup> MDB – a contradição entre o programa e a direção. *Movimento*, 22 set.1975, n.12, Ensaios Populares, p. 8.

“Bandeiras socializantes”... Mais uma discussão parecia colocada: apoiar o MDB ou centrar o foco nas bandeiras socializantes? Qual a luta a ser travada? No ensaio em questão a voz que se ouve prega a unidade em torno do MDB.

Consolidada a hegemonia desses pressupostos no interior do jornal *Movimento* o tema da democracia retomará seu lugar nos Ensaio Populares, principalmente, ao longo do ano de 1976. Podem-se perceber as posturas do PCdoB. Assim, em fevereiro, sob o título “Sobre democracias ‘falsas’ e ‘verdadeiras’”,<sup>99</sup> a coluna discute os sentidos de democracia a partir das afirmações de diferentes pessoas e, ao final, passa a apresentar a visão do autor que concorda que não há incompatibilidade entre uma economia socialista e os direitos democráticos do povo trabalhador, enfatiza a importância de promover a participação dos trabalhadores para que se possa construir o socialismo e conclui: “a democracia liberal é de fato inseparável da economia capitalista de mercado, mas também [...] o sistema socialista é inseparável de uma democracia proletária ou popular.”<sup>100</sup> Em questão a democracia e sua relação com o socialismo.

O tema voltará a ser discutido em maio de 1976 no Ensaio Popular intitulado “Que democracia está morrendo? Não é correto identificar democracia com democracia liberal”.<sup>101</sup> Nesse espaço discute-se um conjunto de oito depoimentos de historiadores e cientistas políticos sobre a possibilidade da morte da democracia. Tais depoimentos haviam sido publicados pela revista norte-americana *U.S. News and World Report* e reproduzidos pelo *Jornal da Tarde* de São Paulo. Nesses depoimentos pensadores liberais expressam suas preocupações com o futuro “de seu” modelo democrático. Para o autor do Ensaio Popular em questão

[...] se a democracia liberal está murchando, a democracia pode reflorir sob uma forma ainda mais avançada e participante. [...] O futuro do regime democrático está definitivamente entrelaçado à participação popular, e por isso o nobre combate pelas liberdades democráticas não pode ser dissociado da árdua luta pela independência das nações e pela igualdade social (grifos no original).<sup>102</sup>

Destaque-se a associação com a luta pela independência das nações.

Em junho de 1976 a coluna retoma os termos da questão. Sob o título “Desenvolvimento, crescimento econômico, segurança e democracia – acertar a cabeça para

<sup>99</sup> SOBRE democracias falsas e verdadeiras. *Movimento*, 9 fev.1976, n.32, Ensaio Populares, p.2.

<sup>100</sup> ibidem, p.2.

<sup>101</sup> QUE democracia está morrendo? Não é correto identificar democracia com democracia liberal *Movimento*, 31 mai.1976, n. 48, p.2.

<sup>102</sup> ibidem.

acertar o passo”<sup>103</sup> defende a adoção de um modelo de desenvolvimento independente e com forte intervenção do Estado. Ao final do artigo destaca-se a consideração da existência de posicionamentos conflitantes dentro da oposição: “alguns opositoristas, tomados de cansaço, e desalento, perderam boa parte de seu tempo à procura de falsos atalhos, pelos quais possam arribar à terra prometida da democracia sem muito esforço e sacrifício.”<sup>104</sup> Na avaliação do PCdoB, o atalho seria inviável porque a “construção da terra prometida da democracia” dependia da reunião

[...] das condições para tomar as decisões políticas necessárias. Para agir certo, contudo, é preciso pensar certo. Muitos erros políticos decorrem de erros teóricos, de falhas na interpretação da realidade, na avaliação de suas perspectivas de desenvolvimento, das alternativas de ação que ela oferece (grifo nosso).<sup>105</sup>

Ou seja, mantém-se a ideia de que existe um “agir correto” cuja garantia seria dada pela correta interpretação da teoria. Haveria um controle a ser exercido por aqueles que “pensam certo”. Como informado no título era preciso “acertar a cabeça, para acertar o passo”.

Mais dois meses e Ensaio Populares intitula-se “A democracia moderna: Toda democracia tem sempre a necessidade de um adjetivo”,<sup>106</sup> e dá prosseguimento à discussão. O artigo se constrói a partir do discurso proferido pelo ministro Armando Falcão, em Recife, no dia 13/08/1976, que teria servido para “atizar o debate acerca do conceito de democracia e das perspectivas políticas do país”.<sup>107</sup> O autor concorda com a opinião do ministro de que nunca existiu um Estado plenamente democrático e também que a democracia liberal não é uma democracia plena. No entanto, insiste que a crítica à democracia liberal deve visar à substituição do modelo por um mais avançado e não a sua negação. Por fim, o ensaio analisa as visões da oposição em relação à democracia. Inicia pelo MDB/autênticos, afirmando que alguns emedebistas elogiam as virtudes da social-democracia, como a alemã ocidental ou a proposta em Portugal por Mário Soares. Outros emedebistas defendem um regime nacionalista reformista como o que foi implantado por Velasco Alvarado no Peru. Dentro do MDB haveria ainda os defensores da democracia liberal. Reconhece também a diversidade de

<sup>103</sup> DESENVOLVIMENTO, crescimento econômico, segurança e democracia - acertar a cabeça para acertar o passo. *Movimento*, 21 jun.1976, n.51, Ensaio Populares, p.2

<sup>104</sup> MOVIMENTO, 21 jun.1976, n.51, Ensaio Populares, p.2.

<sup>105</sup> ibidem.

<sup>106</sup> A DEMOCRACIA moderna: Toda democracia tem sempre a necessidade de um adjetivo. *Movimento*, 23 ago.1976, n.60, Ensaio Populares, p.2.

<sup>107</sup> ibidem.



posições no interior dos setores oposicionistas em relação ao regime democrático desejável, mas prega a união desses setores da oposição. Para isso sugere que duas condições devem ser obedecidas: “que apesar das divergências quanto ao futuro, no momento todas as correntes permaneçam de acordo quanto ao programa mínimo. Que essas várias correntes concordem quanto a uma forma democrática de resolverem suas divergências futuras.”<sup>108</sup> Mas as divergências desembocaram em rupturas.

Iniciados já no final de 1975, os conflitos atingiram seu auge a partir de março de 1977 à medida que o PCdoB consolidava a defesa da aliança com os liberais. Os descontentes, silenciados dentro do jornal *Movimento*, retomam o ideário do horizonte socialista da revolução brasileira defendendo a construção de uma democracia de trabalhadores e não de uma ditadura do proletariado. Esses dissidentes formarão o jornal *Em Tempo* em cujas páginas discutirão os postulados em questão. Ao final da década, na reorganização partidária, grande parte das organizações das esquerdas que ajudaram a construir o novo jornal participará da formação do Partido dos Trabalhadores. Começamos pelas divergências que se manifestam nas páginas do novo periódico.

No Editorial do número zero a apresentação da divergência reconhece a multiplicidade das oposições unidas pela luta por liberdades democráticas: “na boca de uma oposição difusa, uma expressão a unificá-la: liberdades democráticas [...]”<sup>109</sup> Todavia, apesar desta unificação, o autor destaca a importância de não se perder de vista as diferenças e critica o fato de, muitas vezes, a luta por liberdades democráticas ser apresentada através de “projetos que vislumbram a hipótese de uma identidade de interesses entre os trabalhadores e os mesmos empresários que não abrem mão das benesses do arrocho salarial [...]”<sup>110</sup> Uma clara referência às posturas do PCdoB. Isso posto, o Editorial passa a discutir o conceito de democracia:

[...] se democracia hoje unifica a oposição, convém buscar algo além da palavra, dar-lhe um conteúdo.

Historicamente a democracia é tão mais real quanto maior for a participação dos trabalhadores no processo político [...].<sup>111</sup>

Portanto, as organizações que rompiam com as formulações do PCdoB predominantes no interior do jornal *Movimento* ressaltavam a aproximação entre democracia e participação.

<sup>108</sup> MOVIMENTO, 23 ago.1976, n.60, Ensaios Populares, p.2.

<sup>109</sup> NASCE um novo semanário nacional de oposição. *Em Tempo*, nov.1977. n. zero.

<sup>110</sup> ibidem.

<sup>111</sup> ibidem.

Mais adiante voltaremos a esta identificação entre os dois termos. Antes, acompanhemos um pouco mais as rupturas que levaram à formação do *Em Tempo*.

A polêmica retomara seu lugar, desde fevereiro de 1977, a partir da cobertura do caso Severo Gomes, ministro da Indústria e Comércio, que renunciou após vetar a compra da empresa nacional Consul por grupos estrangeiros. O jornal *Movimento* veicula posições divergentes, mas, segundo Kucinski, as posições mais à esquerda que relativizavam a importância do caso tiveram posição subalterna no jornal enquanto os editoriais aprofundavam o comprometimento com a posição nacional-populista/nacional-estatista. Assim, o Ensaio Popular intitulado “O acordo e o desacordo dentro da oposição”<sup>112</sup> insinua a tese de aliança com setores da burguesia incluindo a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte e abre a polêmica que culminou na cisão da qual nascerá o novo jornal. Vejamos alguns trechos do artigo:

[...] uma parcela dos grandes empresários e fazendeiros pode apoiar o objetivo básico do programa oposicionista, que é a luta pela reconstitucionalização democrática do país. Confirma-se, desta maneira, que o leque oposicionista é amplo: começa com as correntes populares, [...], passa pelas correntes nacionalistas, que expressam as aspirações de pequenos e médios empresários urbanos e de lavradores mais ricos; e chega até as correntes liberais, representativas de setores dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra [...].<sup>113</sup>

Diante de tais afirmações, Alúcio Marques, teórico do grupo Centelha, de Belo Horizonte, contesta que grandes empresários possam lutar pela democracia e pede a abertura de Ensaio Populares a uma participação ampla do jornal. Observe-se que na formulação deste militante os grandes empresários é que seriam incompatíveis com a defesa da democracia. Sobretudo, porque democracia associava-se à participação.

De toda forma, em torno desta coluna e da política de alianças defendida pelo PCdoB deu-se o choque frontal entre as duas principais correntes do jornal: de um lado os adeptos da AP-PCdoB, de outro os grupos da Bahia, de Belo Horizonte e os independentes de São Paulo.<sup>114</sup> Assim, nos momentos iniciais de sua história o *Em Tempo* nos permite o acompanhamento do que pensavam aqueles que discordavam do PCdoB. Ou seja, amplia-se novamente a abrangência da pesquisa ainda que por curto período. Segundo Kucinski, os discordantes representavam quase todos os demais grupos de esquerda.<sup>115</sup> Em consonância

<sup>112</sup> O ACORDO e o desacordo dentro da oposição. *Movimento*, 21 fev.1977, n.86, Editorial, p.2.

<sup>113</sup> *ibidem*.

<sup>114</sup> Kucinski, op.cit. p.342.

<sup>115</sup> *ibidem*, p.348-349.

com esta pluralidade, em matéria publicada no número Experimental Um, sob o título “Nossa Proposta de Frente Jornalística” os participantes do novo jornal afirmam: “[...] Ressalte-se que o jornal não será nem órgão oficial da oposição, nem veículo de expressão de tendências ou grupos desta oposição.”<sup>116</sup> Muito embora, mais tarde, também neste periódico se repetirá o processo de partidarização e, em 1979, já será visível o processo que levará a novas rupturas. Mas, então, já poderemos acompanhar os vários posicionamentos através de fontes partidárias.

Em dezembro de 1977 em seu número experimental é possível perceber a importância que vai ganhando a questão da participação política:

[...] na verdade, a luta pela democracia só ganhará consequência na medida em que os próprios trabalhadores ocuparem o centro da vida política brasileira. Tal fato ainda não se deu. E isto tem possibilitado ao governo reduzir as coisas a uma questão: institucionalizar o regime.<sup>117</sup>

Essa questão será importante na formação do Partido dos Trabalhadores, conforme veremos. Destaque-se o sentido que vai adquirindo ao longo do período.

Quanto ao PCdoB, o partido passará pela autocrítica sem vencer, ao menos no período estudado, as concepções herdadas do paradigma stalinista. Como exemplo final de suas posições destacamos as “Resoluções da VII Conferência do PCdoB”, realizada em 1979. Por um lado, ainda discutem a luta armada: “a luta armada é uma questão fundamental e decisiva para a política partidária, pois os objetivos perseguidos pela classe operária somente poderiam ser alcançados por intermédio da revolução violenta.”<sup>118</sup> Por outro lado, também bastante significativo, o documento decide comemorar o ano de 1979 como o ano de Stálin e reafirma que os organismos do partido devem programar a difusão de suas ideias e obras.

Portanto, vimos até aqui que o recomeço da trajetória das esquerdas analisadas, após o desmantelamento imposto pela repressão, significou um intenso debate em torno das questões relacionadas à democracia tocando em características marcantes da cultura política destas esquerdas. Os desdobramentos de tais debates serão mais bem considerados à medida que acompanharmos o ressurgimento dos partidos políticos nos últimos anos da década de 1970. Por ora, queremos considerar, ainda, outro elemento presente no processo de reconstrução

<sup>116</sup> NOSSA proposta de frente jornalística. *Em Tempo*, dez.1977. Experimental Um, p.11.

<sup>117</sup> REFORMAS, a arte de ficar para sempre no poder. *Tempo*, dez.1977. Experimental Um, Editorial, p.3.

<sup>118</sup> RESOLUÇÕES da VII conferência do PCdoB. In: *Em Defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p.269.

vivido pelas diversas organizações. Trata-se do levantamento dos erros cometidos. Também um ponto de partida para o recomeço.

## 2.2. O INVENTÁRIO DOS ERROS: O VANGUARDISMO NO CENTRO DO DEBATE

O partido manteve-se ao longo do tempo como uma criatura disforme, cuja volumosa cabeça mal se sustentava em um corpo franzino [...].<sup>119</sup>

Recuemos novamente a nosso marco inicial, pois, conforme dissemos, o pós-1974 surgiu como um momento de rearticulação vivido nas prisões, na clandestinidade, no convívio com as ondas de repressão, nos espaços permitidos ou clandestinamente forjados. Há também, uma nova geração chegando, convivendo ou ocupando os espaços deixados pelos exilados e pelos presos. Naquele contexto, aprofundava-se o levantamento dos erros. O processo não chegava a ser propriamente uma novidade para estas esquerdas, cuja história é repleta de “autocríticas”, quase sempre sucedidas por rupturas. A singularidade estaria no fato de estar colocando em questão elementos historicamente presentes na cultura política das esquerdas comunistas. Já vimos a importância assumida pela luta por liberdades democráticas e por democracia em contexto marcado pelo início do ressurgimento de movimentos no interior da sociedade.

Por outro lado, inicia-se o questionamento de um elemento que, segundo variada bibliografia, predominou no legado político-cultural das esquerdas brasileiras, sobretudo, das esquerdas comunistas e, expressou-se através de propostas vanguardistas. Tomaremos esta dimensão de herança, a partir da recuperação de alguns estudos, buscando demonstrar a ideia de que, a despeito das diversas rupturas e transformações existentes na história destas esquerdas, o vanguardismo se fez presente desde os primeiros momentos, independentemente, inclusive, da matriz teórica que informava as ações dos partidos. O ordenamento cronológico do argumento tem a intenção de apontar a permanência do vanguardismo ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, traços autoritários são apontados já na formação do primeiro partido das esquerdas brasileiras, em 1922, o PCB. Além de ter sido o primeiro, o partido possuiu, até a década de 1960, a hegemonia nas discussões neste campo, daí a importância de se considerar seu padrão de reflexão. Um primeiro aspecto, ressaltado por João Quartim de

---

<sup>119</sup> HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945/1965)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p.352. Embora a frase refira-se ao PSB, partido que não pertencia à esquerda comunista, ora em discussão, acreditamos que expresse com mais propriedade a problemática vivida por este ramo das esquerdas brasileiras e, por isso, ousamos o empréstimo.

Moraes, em texto publicado em 1991, considera a associação entre a Revolução Russa e a formação do PCB, em 1922, e destaca o fato da assimilação do marxismo e do bolchevismo ter se dado através da concepção stalinista do marxismo-leninismo: “Os comunistas brasileiros chegaram ao marxismo (quando chegaram) por meio do bolchevismo e conheceram o bolchevismo em larga medida por meio do leninismo [...]”.<sup>120</sup> Para o autor, no Brasil inverteu-se o processo histórico-intelectual que levou ao comunismo a partir do marxismo. Diversas consequências são extraídas dessa particularidade dentre as quais a “interpretação simplificada da noção de vanguarda de Lênin atribuindo a intelectuais revolucionários que dispõem do domínio da ciência marxista o papel de direção das lutas operárias”.<sup>121</sup> Esta simplificação teria levado a que o partido formulasse suas concepções num processo que, muitas vezes, revelava um grande descompasso em relação aos acontecimentos.

Também as análises de Gildo Marçal Brandão no livro *A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*<sup>122</sup> consideram a presença deste vanguardismo tomando-o, entre outras coisas, enquanto um efeito da prolongada ilegalidade a que foi submetido o partido. Sua análise parte do fato determinante de – tendo sido fundado em 1922 – o PCB contar em sua história, até 1985, com mais ou menos três anos de legalidade. Para o autor este aspecto teria forçado o partido ao “entrismo”, a se elitizar para sobreviver e alcançar alguma eficácia em sua ação. Pois que teria ficado impossibilitado de “constituir-se no elo clássico entre a ação de classe e a participação institucional, de ser o instrumento da mobilização da classe para o sistema institucional”.<sup>123</sup> Todos esses fatores acabaram por reforçar no partido os elementos antidemocráticos presentes na cultura do marxismo na qual se forjara.

Conforme já vimos, para além do stalinismo a herança marxista brasileira é composta também pelo trotskismo que, a partir da década de 1930, fundamenta importantes críticas ao PCB. Também vimos que tais críticas se consubstanciaram em rupturas e na formação de novas organizações político-partidárias. Entretanto, não significou uma ruptura com as visões autoritárias em relação ao Estado socialista, nem quanto aos caminhos para sua construção. As diferenças referiam-se apenas à ação política proposta após a virada da III Internacional, que passou a defender a política das Frentes Populares (VII Congresso do Comintern), isto é, a política de colaboração de classes. Este autoritarismo expressava-se, segundo Mário

---

<sup>120</sup> MORAES, João Quartim de. A influência do Leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *História do Marxismo no Brasil*, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.87.

<sup>121</sup> Moraes, 1991. p.87.

<sup>122</sup> Brandão, 1997.

<sup>123</sup> ibidem, p.174.

Pedrosa, na presença de um purismo exacerbado que levava à ocorrência de sucessivos “rachas”.<sup>124</sup>

Na década de 1950, com os importantes acontecimentos que explicitaram a crise do paradigma stalinista, já citados, colocavam-se em questão referências essenciais para o movimento comunista internacional. Os desdobramentos, na década de 1960, desenharam intensas transformações. No plano internacional destacaram-se um conjunto de mudanças marcado, segundo definição de Maria Paula Nascimento Araújo, “pelo signo da dissidência e pela busca de caminhos alternativos”.<sup>125</sup> No Brasil sob o impacto do golpe civil-militar de 1964 virá à tona tanto a discussão sobre a necessidade da via armada para a tomada do aparelho de Estado, quanto o questionamento sobre o lugar e/ou papel do partido. Grande parte dos partidos e organizações comunistas passa a se orientar, conforme já sugerido, pelo foquismo que, sem se configurar enquanto corrente política propriamente dita, apresenta-se como uma estratégia que ressalta a ação do foco guerrilheiro na construção da revolução. Paralelamente, surgem também organizações que “se afastam do PCB, não por divergências de princípios, mas por considerarem, ao contrário, que os princípios não estavam sendo devidamente observados”.<sup>126</sup>

No final da década de 1960 parece haver, inclusive, um aprofundamento da lógica vanguardista. Acompanhemos as considerações de Daniel Aarão Reis:

[...] os comunistas preparam-se para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar, adquirem coesão interna em troca do afrouxamento dos laços com a sociedade. É a lógica dos estados-maiores revolucionários: viver a revolução como um processo iminente, à espreita da oportunidade favorável.

[Ainda o autor]:

Os comunistas estavam decididos a passar à ação. Mas, decididamente, as “massas” não pareciam sintonizadas com os projetos e planos que eram formulados nos documentos políticos. O abismo existente entre aspirações e possibilidades seria coberto por uma expectativa sem limites no papel da vanguarda.<sup>127</sup>

É, portanto, muito interessante que o “levantamento dos erros”, desencadeado na década de 1970, tenha colocado em questão, justamente, elementos desde sempre presentes nesta cultura política. Vejamos os contornos da “autocrítica”.

<sup>124</sup> O TROTSKISMO no Brasil: da oposição de esquerda às primeiras organizações. *Em Tempo*, 3 abr.1980, n.103.

<sup>125</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.71.

<sup>126</sup> Reis Filho, 1990, p.110.

<sup>127</sup> Reis Filho, 1990, p.65.

Cabe observar que ela foi encontrada em diferentes organizações, sendo que, a imensa maioria tocará em pontos centrais do conjunto de pressupostos que estamos chamando de vanguardismo e questionará tanto a distância entre partido e sociedade, quanto o papel a ser desempenhado por este ator político. Não é fácil recuperar os contornos da discussão. Conforme já ressaltamos, a repressão vigiava e punia. Já tivemos também a oportunidade de ressaltar a dificuldade de acesso às fontes. Nesta reflexão, tomaremos, primeiramente, um conjunto de documentos apreendidos em poder de militantes de esquerda no momento em que eram presos e que fazem parte do acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais*. Tais documentos têm um rico conteúdo, mas sua utilização oferece ao pesquisador todo tipo de obstáculos. Por exemplo, dificilmente se lhes conhece a autoria, dado que a intenção daquele que escrevia era não ser identificado pelas forças da repressão. Por vezes, é difícil precisar também a data em que foram escritos. Portanto, sua importância relaciona-se mais ao fato de que foram lidos e/ou discutidos pelos militantes das esquerdas no contexto de sua prisão e também ao fato das questões que suscitam voltarem à cena em outros momentos quando, em alguns casos, podem-se identificar as autorias.

A intenção de substituir as massas surge como o principal “erro” a ser sanado. Novamente, não se trata de obviedade. Ainda era possível ouvir dissonâncias como a posição da Polop que defendia a “não penetração” no movimento de massas. Explicitamente, em 1975, ainda havia os que defendiam o não enraizamento nas massas. Vejamos:

[...] Nesse sentido precisamos que [...] nosso objetivo é a aglutinação de elementos de vanguarda e não enraizarmos na massa. [...] Existem momentos em que a formação de uma vanguarda dirigente assume principalidade em relação a todas as demais tarefas revolucionárias. Igualmente, nós vivemos um período assim (grifo nosso).<sup>128</sup>

Todavia, esse posicionamento perdia força. Em documento intitulado “A linha de trabalho é a linha de massas”,<sup>129</sup> apreendido com militantes da Ação Política Marxista Leninista (APML) e/ou Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mas cuja autoria não se pode identificar, encontramos a análise do binômio substitucionismo/espontaneísmo:

<sup>128</sup> CONJUNTURA e tática. p.32 Apud *Brasil Socialista*, out.1975, n.4, p.12. Vários trechos deste documento da Polop são citados ao longo do artigo intitulado Contra o doutrinário e o Economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura, assinado por Daniel Terra, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8).

<sup>129</sup> ANEXO 7173, BNM, [s.d.]. *A linha de trabalho é a linha de massas* (apreendido com militantes da APML e/ou PCdoB, não é assinado).

[...] Assim devemos evitar 2 (sic.) erros: o primeiro é o de os dirigentes [...] substituírem as massas, lutar em lugar delas; o segundo é renunciar ao seu papel dirigente das massas, deixando-se levar pelo espontaneísmo da massa e não cumprindo com suas tarefas de organizador [...] das massas.

Entre os dois extremos, o papel do partido:

Partimos da posição de que as massas é que fazem a história, transformam a realidade. [...]. Só os nossos operários e camponeses é que poderão libertar a si próprios.

[...] por outro lado, entretanto, devemos compreender que uma coisa é as massas desenvolvendo 1 (sic) luta espontânea mas desorganizada e inconsciente, (influenciadas negativamente pelo individualismo burguês etc.) e outra as massas organizadas e conscientes e desenvolvendo uma luta científica. As primeiras nunca atingirão sua libertação, as segundas sim.<sup>130</sup>

Nesta visão, embora o partido não deva substituir as massas, deve organizar, dirigir e conferir cientificidade à luta a ser travada. Ou seja, embora o caminho não seja o de lutar pela “massa”, prevalece ainda uma relação vertical, na qual o partido surge como a única instância capaz de analisar os problemas correta ou cientificamente e propor tanto a palavra de ordem como a forma de luta a empregar. Como se vê, o questionamento apenas se iniciara.

Além de não substituir as massas, era necessário também, aproximar-se delas. O documento de 1973, assinado pelo Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), trata da questão. Na introdução aponta os avanços na “elaboração de uma política mais de acordo com a realidade e no fortalecimento de suas ligações com a massa”.<sup>131</sup> Contudo, vejamos o sentido dado a esta ligação:

[...] Tendo [...] a experiência das massas e seu nível de consciência, o Partido deve ajudá-las a chegar a conclusões acertadas, a avançar na compreensão da necessidade de lutar pelos objetivos táticos e estratégicos que indicamos [...] (grifo nosso).<sup>132</sup>

O partido é, inclusive, aquele que indica os caminhos a serem trilhados:

[...] É indispensável que o Partido desenvolva seu trabalho entre as massas para que elas, através da própria experiência, elevem sua consciência política e se incorporem à luta revolucionária.<sup>133</sup>

<sup>130</sup> ANEXO 7173, BNM, [s.d.], p.1.

<sup>131</sup> ANEXO 6189, BNM, *Política de Agitação e Propaganda*. p.1.

<sup>132</sup> ibidem. p.2-3.

<sup>133</sup> ibidem. p.5.



Também em documento de dezembro de 1975 o PCB reconhece a

[...] subestimação do papel das massas no processo revolucionário e, em primeiro lugar, da classe operária, o que se revela no pouco empenho em organizar a atividade política dos comunistas que atuam nas organizações de massa, como sindicatos, e outras organizações de trabalhadores, nas associações de bairro, [...]. Isto nos impede de conhecer os problemas específicos das massas [...] e de traçar uma política acertada para elas.<sup>134</sup>

Perdurará a crença de ser o partido o único instrumento capaz de traçar os caminhos certos para a classe. Explicitando um importante limite da crítica construída no interior deste partido: a não superação da compreensão do partido como único instrumento capaz de “elevar a consciência política das massas”.

Por fim, ainda sobre o PCB a observação de outra “Resolução de Organização”, de novembro de 1978, sugere que, apesar do reconhecimento dos problemas decorrentes do vanguardismo e malgrado a discussão sobre as questões democráticas encontrar-se na ordem do dia, o partido continuará autoproclamando-se “a parte mais organizada e consciente da classe operária. [...] os representantes da vontade revolucionária de todos os setores progressistas da sociedade”.<sup>135</sup> Neste partido, portanto, a autocrítica não resultara na superação da lógica autoritária.

Uma visão muito parecida se constrói no interior do PCdoB. Uma edição recente de seus documentos<sup>136</sup> nos oferece a possibilidade de acompanhar, ainda que parcialmente, seu processo de autocrítica. Encontramos, novamente, a defesa da aproximação em relação às massas: “O partido só desempenhará sua missão se estiver solidamente ligado às massas e se for capaz de despertar-lhes a consciência revolucionária.”<sup>137</sup> Mas, e também, de maneira análoga ao PCB, continua crendo em uma supremacia da forma partidária sob as demais formas de organização dos trabalhadores. No documento “Acerca da luta anti-imperialista”, escrito em 1973, o PCdoB afirma:

Mas o proletariado só cumprirá o papel de vanguarda se for conduzido por seu partido de vanguarda, o Partido Comunista, guiado pela teoria marxista-leninista. Politicamente, é o Partido quem expressa a direção da classe operária. Somente ele,

<sup>134</sup> RESOLUÇÃO de Organização do CC do PCB, dezembro de 1975. In: Nogueira, 1980, p.246.

<sup>135</sup> *ibidem*, p.295.

<sup>136</sup> EM DEFESA dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

<sup>137</sup> AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Cinquenta anos de luta, 1972. In: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.189.

corretamente orientado, traduz os interesses reais, presentes e futuros, dos trabalhadores explorados e oprimidos pelo capitalismo (grifo nosso).<sup>138</sup>

Essa visão acaba por legitimar a ideia de superioridade do partido político frente às demais formas de organização que, por vezes, eram vistas como instrumento para construir os objetivos do partido. Foi muito frequente esta consideração, por exemplo, em relação ao sindicato:

No centro da organização das massas trabalhadoras se encontra o partido. Nele está reunida a parte do proletariado que melhor idéia tem a respeito dos fins do movimento operário [...].

Os sindicatos são organizações de massa. Eles são o instrumento fundamental para a ligação do Partido com as massas trabalhadoras. O partido precisa dos sindicatos para dirigir o movimento operário.

[...] os sindicatos devem ser utilizados como instrumento capaz de desenvolver a consciência de classe dos operários.<sup>139</sup>

É possível encontrar encaminhamento muito semelhante em 1976 considerando-se a coluna Ensaio Populares publicada quando o jornal *Movimento* já se encontrava sob a hegemonia do PCdoB. Na primeira semana de março daquele ano o título da coluna é O MDB não quer jogar? Nela o autor critica o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ao fazê-lo expressa sua visão de partido:

[...] Quais são as tarefas mínimas que se impõem a um partido se ele almeja realmente tirar seu programa do papel para a vida?

A primeira é conquistar o apoio de todos os setores sociais a cuja defesa o programa se destina, conseguir que eles se encontrem no programa e o adotem como seu; a segunda é ajudar esses setores a se unirem e organizarem para lutar pela realização do programa [...].<sup>140</sup>

Observe-se o sentido de exterioridade presente nessa concepção. É preciso conseguir que os diversos setores sociais cujos interesses são defendidos pelo partido o adotem como seu. Da mesma forma, o partido continua tendo a função de “ajudar” os diversos setores a se organizar e a lutar.

<sup>138</sup> ACERCA da luta anti-imperialista. In: *Em Defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p.229.

<sup>139</sup> ANEXO 9957, BNM, [s.d.], p.3-4. Trata-se de um trecho de documento, composto por doze páginas. Não tem título e nem é possível identificar o autor. Sabe-se apenas que foi apreendido com militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

<sup>140</sup> MOVIMENTO, 1 mar.1976, n.35, p.4.

O acompanhamento dos artigos publicados na *Brasil Socialista* demonstra que, em 1976, mesmo a Política Operária (Polop), que vimos defendê-lo, identificava o vanguardismo como um problema. Teremos em mira um documento assinado por Raul Vila,<sup>141</sup> em 1976, e publicado sob o título “Para um Balanço da PO”<sup>142</sup> que se constitui numa análise da história da organização desde o seu nascimento. Entre outros pontos, o autor recupera os diversos posicionamentos da organização em relação ao movimento de massas. Em primeiro lugar, caracteriza a organização como sendo formada basicamente por intelectuais e estudantes, destacando o fato de não estarem presentes no movimento de massas. No entanto, considera que no momento de seu surgimento a Polop não estava ausente dos movimentos existentes na sociedade brasileira. Mas, na sequência dos acontecimentos, as tendências revolucionárias teriam se desenvolvido mais fora do movimento operário.<sup>143</sup> No final da década de 1960, concomitantemente à adesão ao foquismo, verificou-se o afastamento em relação ao movimento de massas:

Avaliando-se hoje as condições daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas, teleguiado por sua vanguarda iluminada.<sup>144</sup>

Com a derrota da luta armada, vigorará a tese antivoluntarista segundo a qual, naquela conjuntura, o caráter das lutas não se alteraria com ou sem a intervenção da organização. Assim, ainda que, a agitação democrática movimentasse o país confluindo para o voto de protesto canalizado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a ideia de que não havia linha de massas possível colocava a PO na posição de crítica aos movimentos que ressurgiam. Como na visão de Callado, parecia não haver saídas. Segundo o documento da organização, nesta posição sua “tática” será a construção de uma crítica ideológica da forma burguesa assumida pelo protesto popular.<sup>145</sup>

Nos anos posteriores, por conta dessa compreensão doutrinária da luta pelas liberdades democráticas, teremos novas cisões internas, além do encerramento das perspectivas de efetivação de um trabalho conjunto com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e com a Ação Popular (AP), conforme já indicado. Enfim, quando chegamos ao ano de 1976, a Polop se vê enredada na forma doutrinária assumida na discussão e acaba

---

<sup>141</sup> Codinome de Eder Sader.

<sup>142</sup> BRASIL SOCIALISTA, out.1976, n.7.

<sup>143</sup> PARA um Balanço da PO. *Brasil Socialista*, out.1976, n.7, p.10.

<sup>144</sup> ibidem. p.12.

<sup>145</sup> ibidem. p.23.

isolada, perdendo a força que possuía. Nesse ano se constituirá o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) surgido a partir da Fração Bolchevique da Política Operária, organização que teve um grande dinamismo entre os anos de 1971/1972.

Nota-se, pela análise construída até aqui que, embora alguns documentos apontem elementos de um processo de autocrítica que colocava em cheque o distanciamento em relação às massas, esta autocrítica não põe em questão o tipo de relação partido/sociedade, compreendido como algo verticalizado. Nesta compreensão o partido tem por função dirigir, indicar o caminho correto a ser seguido pelas massas.

Creemos ser possível, para efeito de análise, agrupar as organizações a partir deste elemento: a crítica ao vanguardismo levou, ou não, ao questionamento do papel do partido em sua relação com as massas e/ou com as demais formas de organização que cresciam ao longo da década? Isto porque é interessante notar, ao consideramos documentos apreendidos em 1976, sutis alterações na colocação da questão. Por exemplo, no documento “Contribuição ao balanço de nossa prática política”,<sup>146</sup> temos a descrição do trabalho a ser realizado para a aproximação com as massas, bem como o desenvolvimento das posições da organização desde a primeira Conferência. Depois de comentar o surgimento da organização, ressalta:

[...] temos sido uma das organizações que mais se empenha em divulgar e discutir de maneira séria as posições políticas de outras forças contribuindo para o combate ao doutrinário e democrático existente na esquerda revolucionária.<sup>147</sup>

Observemos que doutrinário e democrático são reconhecidos como elementos presentes na esquerda de uma maneira geral. O empenho em divulgar e discutir posições políticas de outras forças é ressaltado como um elemento novo, muito embora, o momento no qual a circular foi escrita, 1976, seja apontado como um período de acumulação de forças no qual se destaca uma “tática de intervenção no movimento operário [...]”.<sup>148</sup> Ou seja, ainda eram fortes os ecos do que se pretendia mudar. O documento enfatiza diversas vezes a necessidade de vencer o mesmo problema apontado nos documentos já citados, vale dizer, o distanciamento em relação às massas:

<sup>146</sup> ANEXO 9171, BNM, [s.d.]. Trata-se de uma circular do Conselho Nacional de uma organização que, embora sem trazer a identificação, nos parece ser o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) porque, em primeiro lugar, o documento foi apreendido em mãos de militantes desta organização em 1976/77. Em segundo lugar, ao falar sobre uma Conferência realizada um ano antes, os autores identificam-se da seguinte forma: “Consideramos essa Conferência como a de fundação de nosso Movimento [...]”, cuja importância reside na sua “dedicação à luta pela emancipação da classe operária”, p.1. O surgimento do MEP, normalmente é situado no ano de 1976.

<sup>147</sup> ibidem.

<sup>148</sup> ibidem.

[...] é necessário em primeiro lugar concentrar nosso trabalho político no interior do movimento operário. (...). Um dos aspectos dessa fraqueza do lado da revolução está na nossa pouca ligação política e presença junto às lutas atuais do proletariado.<sup>149</sup>

Novamente a necessidade de aproximação entre a organização e os vários segmentos da sociedade. O objetivo central seria a organização da resistência dos trabalhadores e o fortalecimento nela de uma direção operária:

[...] fortalecer nossa presença nas lutas atuais no movimento operário, presença essa que, por sua vez, nos permite desenvolver de dentro do movimento operário o conjunto do nosso trabalho político voltado para organizar a resistência dos trabalhadores e fortalecer nela a política da classe operária.<sup>150</sup>

Note-se que a resistência surge como o objetivo a ser alcançado. Acreditamos que, com a derrota daquelas perspectivas que orientaram a luta armada sobrava como certeza, apenas, a disposição de opor-se e a tentativa de resistir à ditadura. Ainda estavam em gestação os projetos alternativos. Entretanto, para além da organização da resistência, o documento nos apresenta outras ações a serem desenvolvidas:

[...] outra tarefa prática, também importante, no movimento operário é o trabalho de bairro. Esse trabalho também visa enfrentar a dispersão de setores da massa mais dispostos que se encontram nos bairros, visa fortalecer as organizações de massa de bairro e visa intensificar o trabalho comunitário [...].<sup>151</sup>

Propõe também a extensão do trabalho até outros setores sociais importantes, caso dos estudantes, intelectuais, profissionais liberais, bancários, funcionalismo etc. e ressalta os resultados dos novos encaminhamentos em relação à prática política:

Em relação à forma de organização que passamos a propor para a nossa área de influência política, ela significou um rompimento com as antigas formas de organização que geralmente separavam o trabalho prático, de intervenção nas lutas, do trabalho de formação política e partidária (grifo nosso).<sup>152</sup>

Embora o documento não aprofunde a ideia de rompimento é interessante observar que o elemento ressaltado como novo está localizado na forma de organização. Busca-se não

<sup>149</sup> ANEXO 9171, BNM, [s.d.], p.2.

<sup>150</sup> ibidem.

<sup>151</sup> ibidem, p.3.

<sup>152</sup> ibidem. p.5-6.

mais separar a ação da formação política. O documento traz ainda uma descrição detalhada do desenvolvimento da nova política de organização, além de levantar seus problemas. Destacamos o trecho abaixo porque acreditamos que já demonstre alguma distância em relação às propostas de aproximação apontadas anteriormente:

Embora os bairros possam contribuir para a aproximação de operários de modo a fortalecer o trabalho de fábrica e aumentar o peso das oposições sindicais, eles têm uma realidade própria que exige uma atividade voltada para os problemas da comunidade e para as formas de organização existentes [...]. Para acelerar a organização de nossa implantação nos bairros de maior importância, é preciso se dedicar às atividades comunitárias, às preocupações dos moradores, à participação nas associações existentes, no trabalho já realizado pela igreja, é preciso organizar círculos que sustentem nos bairros uma prática combativa (grifo nosso).<sup>153</sup>

Mesmo que os bairros sejam vistos como funcionais para o trabalho de fábrica, de outro ponto de vista, atenta-se para a singularidade de cada uma das formas de organização. Ainda que as ideias de “implantar-se”, ou de “acumular forças” possam denunciar a presença dos elementos que viemos ressaltando há uma intenção de observar “os problemas da comunidade” e as formas de organização já existentes. Por outro lado, o destaque dado à importância da integração entre essas várias formas de organização demonstra uma visão mais cuidadosa que aquela expressa pela ideia de “massas”.

Outro indício importante do questionamento do vanguardismo encontra-se no primeiro número do jornal *Em Tempo*, construído conforme vimos, a partir de rupturas no interior do jornal *Movimento*. No editorial afirma-se:

*Em Tempo* não pode nem quer substituir os agentes transformadores da nossa realidade. Não representamos os trabalhadores, eles falam pela própria boca. Também não somos portadores de propostas acabadas para a oposição, nem somos seu porta voz oficial ou de qualquer um de seus setores.<sup>154</sup>

São muitos os caminhos propostos para a superação da distância. Em termos gerais, eles podem ser resumidos em duas vertentes: por um lado, destaca-se a indicação de ações diretas como o trabalho em bairros, em favelas, sindicatos etc. Em outra vertente, ao final da década, discutir-se-á a formação de um novo partido que, para além de organizar a ação dos trabalhadores, fosse expressão de sua consciência. Os desdobramentos dessa discussão começam a se consubstanciar a partir de 1978 à medida que, dentre as diversas propostas de

<sup>153</sup> ANEXO 9171, BNM, [s.d.], p.9-10.

<sup>154</sup> EM TEMPO, nov.1977, Experimental Zero, Editorial, p.2.

construção de novos partidos, firmou-se uma que contou com a liderança de importantes movimentos sociais e de múltiplas tendências político-partidárias além de intelectuais e artistas.

O processo guardou sintonia com o ressurgimento dos movimentos sociais, sobretudo a partir de 1977, que aprofundou os questionamentos apresentados. Assim, o próximo passo da reflexão procurará acompanhar o ressurgimento destes movimentos sociais, bem como, as relações estabelecidas entre tais movimentos e as organizações político-partidárias em estudo.

### 3. NOS CAMPOS DO ENCONTRO: AS ESQUERDAS COMUNISTAS E AS NOVAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL DA ABERTURA (1977-1980)

Conforme vimos, em 1977, eram intensos os debates entre os remanescentes das esquerdas comunistas brasileiras. Em discussão muitos dos pressupostos que orientaram suas ações políticas como na posição frente à democracia ou ao vanguardismo que, historicamente, norteava suas ações. Paralelamente, na atmosfera ainda carregada daqueles anos, algo de novo surgia no cenário. Uma efervescência! Como diria Boal, um verdadeiro milagre! Múltiplas vozes<sup>1</sup> instauravam uma ruidosa polifonia, a fazer reverberar suas reivindicações, aumentando a pressão sobre uma ditadura já às voltas com as consequências da crise econômica que se instalara no país após o esgotamento do chamado “milagre econômico”. Reivindicações que se faziam ouvir a despeito do Ato Complementar nº 102, de 01/04/1977, que decretara o recesso do Congresso Nacional colocando em xeque o processo de abertura.<sup>2</sup> O silêncio não mais encontraria lugar naquele final de década.

Mergulhemos nessa ambiência de inquietudes, de despertar de movimentos, para, nela, acompanharmos nossos sujeitos que, dispostos à ação política e não podendo existir legalmente como partido, participavam nos movimentos que surgiam. Conforme Daniel Aarão Reis, entre a derrota e o recomeço, as forças das esquerdas, dispersas, tenderiam a se reorganizar na esteira desses movimentos.<sup>3</sup> Busca-se, então, recuperar as características e desdobramentos da relação que se estabeleceu entre tais sujeitos. Para os militantes das organizações comunistas tratava-se de atuar, por vezes, em esferas regidas por lógica bastante distinta da lógica partidária. A diferenciação é sugerida por Doimo, ao apontar que enquanto

---

<sup>1</sup> Kowarick, 1984, p.71. Na expressão de Lúcio Kowarick, tratou-se de uma “conjuntura de fusão”, “momento de encontro” para onde confluíram processos gestados durante toda a década.

<sup>2</sup> O Ato teria sido uma resposta do governo ao MDB por sua posição contrária à Emenda da Reforma do Judiciário. Geisel o enviou ao Congresso no dia seguinte às eleições de 15/11/1976.

<sup>3</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p.43.



os partidos políticos se regem por uma lógica baseada no binômio racionalidade/competitividade, os movimentos de ação direta são regidos por uma lógica estruturada em torno do consenso e da solidariedade.

É nesse sentido que se propõe a ideia de encontros sugerida no título. Refere-se à intenção de considerar o campo político que se formou como resultado do encontro de diferentes sujeitos políticos, entre os quais, as organizações político partidárias e os movimentos sociais.<sup>4</sup> Em tal campo emanaram forças vindas dos bairros trazendo reivindicações ligadas às questões de sobrevivência. Vindas dos movimentos organizados em torno das identidades como o movimento de mulheres, dos negros, dos homossexuais. Houve, ainda, um despertar de atores que começavam a se reorganizar como o movimento estudantil que volta a se fazer ouvir, sobretudo, após o ano de 1977. Constroem-se, também, ou se fortalecem movimentos organizados em torno da luta pelos direitos humanos e pela anistia. E – sem pretender completar o cenário – temos a experiência de movimentos que, ao ressurgir, também reivindicavam uma identidade nova, construída a partir da negação da cultura política que herdavam. Caso do, assim chamado, “novo sindicalismo” ao qual voltaremos mais adiante. Nessa polifonia se construiu um projeto político. Articulações e conflitos, heranças e transformações permitiram esta construção.

É esta efervescência polifônica que buscamos na presente etapa, orientados pela crença de que, a partir destes encontros poderiam ter se aprofundado os desdobramentos da autocrítica e do debate que viemos acompanhando. Em sintonia com o sentido dado por Daniel Cefaï quando destaca a importância da experiência dos atores na construção de mudanças. Para o autor é

[...] nos lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, [que] estes [...]; entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito e [...] produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo [...].<sup>5</sup>

Essa noção de experiência é o que, para Cefaï, qualifica de modo inovador as relações entre a cultura e a política. Assim, se o conceito de cultura política ressalta uma dimensão de

---

<sup>4</sup> Para pensar movimentos sociais recorre-se à definição construída por Eder Sader, sob inspiração de E. Thompson: “Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais”. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.45.

<sup>5</sup> Cefaï, 2002, p.18.

patrimônio que adquirido pelo indivíduo durante a sua existência motiva seus atos, cumpre analisar, em que medida e em qual sentido a atuação em diferentes arenas políticas ou diferentes “lugares do mundo da vida”, participou no processo vivido pelos sujeitos que temos acompanhado ao longo destas reflexões. Quais aspectos da cultura política dos militantes comunistas entraram em jogo? Quais se mantiveram inalterados, quais foram reforçados? Questões que estruturam o capítulo.

Os movimentos que surgiam atuavam em meio a importantes sinais de transformação no plano mais geral da sociedade, atingindo instituições como a Igreja Católica, por exemplo. Assim, a XV Assembleia Geral da CNBB não deixava dúvidas sobre mudanças na postura da Igreja frente à situação do país. No calor dos fatos, o sentido da mudança era destacado por José Álvaro Moisés:

O que a Igreja vem realizando na periferia de São Paulo, [...], revela que ela é hoje uma instituição marcada pelas transformações. [...]. Frequentemente, as paróquias foram os locais onde sindicalistas e certos setores dos movimentos populares da periferia puderam se reunir. [...] Isso quer dizer que a Igreja foi sendo capaz de oferecer uma parte de seu potencial para que os setores populares pudessem se organizar [...].<sup>6</sup>

Nas eleições de 1978, a instituição convocará o povo a participar nos seguintes termos: “quando o povo deixa de fazer política, os maus políticos pegam o poder. Por isso é que a Igreja recomenda ao povo: é hora de participar da política.”<sup>7</sup>

Dada a multiplicidade de movimentos surgidos à época não se pretende uma recuperação da história desses muitos movimentos que se levantaram, nem tão pouco, a recuperação de suas especificidades, busca-se antes, a diversidade e, ao mesmo tempo, procura-se destacar a presença de nossos sujeitos na maioria dessas arenas. Como participaram dos movimentos que surgiam ou ressurgiam? Teria prevalecido sempre uma intenção instrumentalizadora? Ou seria possível pensar em descontinuidades que pudessem significar desdobramentos da autocrítica e, em alguma medida, a superação de elementos autoritários presentes na cultura política dessas esquerdas? Seria muito interessante poder acompanhar de que maneira os militantes que estamos analisando atuaram no interior de cada movimento. Verificar em que medida construíram-se os desdobramentos da autocrítica sugerida no capítulo dois. Entretanto, pela vastidão do campo de pesquisa, pelos poucos

<sup>6</sup> O PARTIDO Popular e a Igreja. *Em Tempo*, 9 jul.1978, n.19, p.8.

<sup>7</sup> A IGREJA e as eleições. *Movimento*, 18 set.1978, n.168, p.7.

vestígios deixados é uma trajetória difícil de acompanhar. Conforme veremos, foram necessários muitos recortes que tornassem viável a proposta deste estudo.

Em primeiro lugar, nossa análise se deterá na consideração dos desdobramentos desses múltiplos encontros para os militantes das organizações em estudo, sem pretender considerar o sentido inverso da relação. Vale dizer, não teremos em mira os efeitos das tensões e interações próprias dos encontros sobre aqueles movimentos sociais. É possível perceber sinais de mudanças. Por exemplo, se, ao menos no primeiro momento, grande parte dos movimentos que surgiam desconfiavam da participação política institucional, conforme veremos, é possível observar muitos deles caminharem no sentido de se organizar para disputar eleições. Mesmo aqueles que em algum momento negaram a participação política. Por outro lado, embora regidos pela lógica da solidariedade, nem todos os movimentos se mostraram imunes às demandas corporativistas. Assim, sem pretender adentrar na rica discussão sobre esses sujeitos políticos<sup>8</sup> queremos considerar alguns desdobramentos para os militantes até então vinculados à lógica das organizações político-partidárias dessa atuação em esfera política distinta do partido.

Nas palavras de Ana Maria Doimo, entre os anos de 1975 e 1990, inicia-se no Brasil, no campo popular, um “inusitado e complexo processo movimentalista”.<sup>9</sup> Nos momentos iniciais da década surgiram movimentos que traziam à tona, principalmente, a voz de pessoas que se uniam para reclamar sobre questões vinculadas às difícilimas condições de vida. Lutavam contra a pobreza que se expressava de maneira aguda nas grandes favelas que cresciam nas metrópoles revelando os bairros como espaço de aglutinação. É o caso dos movimentos de favela, do Movimento Custo de Vida (MCV), Movimento de Moradia, Movimento de Luta Contra o Desemprego, Movimento de Saúde etc. Segundo a autora, tais movimentos ao reivindicarem soluções para problemas que afetavam a sobrevivência imediata no espaço urbano – mesmo dispersos no tempo – estabeleceram nexos ativos e soluções de continuidade que acabavam por potencializar a força da pressão que exerciam.

---

<sup>8</sup> Doimo, op.cit. p.37. Conforme Ana Maria Doimo, a própria categoria “Movimento Social” é muito controversa. Criada por volta de 1840 para designar o surgimento do Movimento Operário Europeu, foi posteriormente desenvolvida no âmbito do marxismo para representar a Organização Racional da Classe Trabalhadora em Sindicatos e Partidos Empenhados na Transformação das Relações Capitalistas de Produção. Entretanto, essa categoria adquiriu a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que agora, organizadas, na esfera da cultura.

<sup>9</sup> ibidem, p.38.

Lúcio Kowarick propõe em suas análises que passado o “período de amordaçamento (1968/1973)”<sup>10</sup> entramos em um período no qual não há nenhuma grande mobilização, mas, vingam no interior da sociedade inúmeros movimentos por reivindicações pontuais: moradia, transporte, creches... É muito forte a presença da Igreja Católica nesses movimentos, fundamentalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, segundo o autor, “dos militantes de esquerda de várias origens”.<sup>11</sup>

Expressavam uma vigorosa valorização do cotidiano e colocavam em pauta a questão da ação direta enquanto forma de participação política. Elemento que guarda sintonia com a discussão sobre o vanguardismo, muito presente, conforme vimos, entre os militantes das esquerdas. Por outro lado, tais movimentos sustentavam-se na ideia do “povo como sujeito de sua própria história”.<sup>12</sup> Aliás, as análises de Doimo mostram que esta centralidade conferida ao “povo”, se manifestou, naquele período, em múltiplas arenas. Estava no discurso dos setores progressistas da Igreja Católica; estava nos discursos dos intelectuais que processavam a crise do marxismo; estava entre os setores das esquerdas que se autocriticavam.<sup>13</sup> O povo participando! Aquilo que aos olhos de Boal pareceu milagre.

Ao analisar o movimento de Bairros e Favelas surgido naquele contexto, Maria Paula Araújo destaca a presença dos grupos de esquerda em seu interior, vinculando-a a uma tentativa de driblar a repressão e de aproximar-se das “camadas populares”:

[...] os grupos de esquerda atuavam nessas associações, buscando contato com lideranças populares. De certa forma, era uma tentativa de driblar a vigilância e a repressão que o regime estabelecia nas fábricas e chegar às camadas populares.<sup>14</sup>

Nesses espaços estariam confluindo, então, múltiplos sujeitos: cidadãos unidos pelas dificuldades de sobrevivência, remanescentes de organizações político partidárias, membros da esquerda cristã. As tensões são perceptíveis... É possível vê-las, por exemplo, na discordância da Igreja em relação à ação de organizações políticas no Movimento Custo de

<sup>10</sup> KOWARICK, Lúcio. Os movimentos sociais nos anos 1970. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (org.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.156.

<sup>11</sup> ibidem, 2006, p.156.

<sup>12</sup> Doimo, op.cit. p.75. Segundo Doimo, “nunca como neste período as ideias de povo e de participação popular ganharam tanta significação positiva no pensamento sociológico de esquerda”. Também Ridenti analisa esta força da ideia de popular. Cf. Ridenti, 2000.

<sup>13</sup> É considerando este contexto que a autora analisa, por exemplo, as críticas surgidas naquele momento às experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) que, segundo a crítica, ao pretender conscientizar o povo, pressupunham a ausência dessa consciência.

<sup>14</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.321.

Vida (MCV). No discurso da Igreja tratava-se de “grupos radicais, que não respeitariam a caminhada do povo; sendo ‘cupulistas’ queriam manobrar e manipular este povo”.<sup>15</sup> Esse posicionamento frente aos grupos comunistas, vistos como “manipuladores”, sugere uma rejeição em relação à sua presença.

Em 1978 o MCV atingiu seu pico mobilizador fazendo chegar ao Presidente da República um abaixo assinado contendo um milhão e trezentas mil assinaturas. Nesse momento, várias matérias dão conta da confluência de diferentes atores no interior do movimento e, por consequência, das tensões presentes. Em Medo do custo de vida? Matéria publicada no jornal *Em Tempo* recupera-se a história do movimento que teria nascido da iniciativa de mulheres, dos clubes de mães, das associações de donas de casa, mas, viveria no pós 1977, o início de uma nova fase, na qual reuniria mais de 50 entidades. Nesse momento, a composição de sua coordenação explicitava as confluências e dissonâncias que buscamos recuperar:

[...] composta por membros de entidades estudantis, de diretórios do MDB, da Pastoral Mundo do Trabalho, de Clube de Mães, [...]. No momento, [a coordenação] não tem admitido em seu interior a participação das oposições sindicais, [...].<sup>16</sup>

Nem todas as aproximações se mostravam fáceis! Envolviam a convivência, ou não, de distintos posicionamentos políticos. Assim, segundo a matéria, a coordenação defendia que “por enquanto, o MCV não deve assumir o caráter de um movimento político de oposição, levantando bandeiras explicitamente políticas como: liberdades democráticas, liberdade sindical [...]”.<sup>17</sup> Dois aspectos chamam atenção: em primeiro lugar, ainda que presentes e despertando a preocupação da Igreja, os “grupos radicais” não tinham força suficiente para impor “bandeiras políticas”: “a coordenação do movimento insistia que os operários são contra a carestia e não contra o governo.”<sup>18</sup>

Por outro lado, essa recusa em assumir o caráter de oposição ao governo poderá ser vista também na retórica das lideranças do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, tanto no início da década de 1970, como na primeira gestão de Luiz Inácio da Silva, conforme veremos. Prevalencia nessas arenas de luta a intenção de ser um movimento “apolítico”, expressando um persistente elemento da cultura política brasileira, qual seja, a pouca

<sup>15</sup> COORDENAÇÃO do Movimento Custo de Vida. MCV. 1978. Apud Doimo, op.cit. p.98.

<sup>16</sup> MEDO do custo de vida. *Em Tempo*, 20 mar.1978, n.5, p. 6.

<sup>17</sup> ibidem.

<sup>18</sup> ibidem.

importância dada à democracia. Embora houvesse pressão no sentido de politizar o movimento conforme demonstrado pela intervenção da oposição sindical de Osasco: “os trabalhadores não podem participar desse movimento inocentes, desconhecendo que mesmo sendo a luta contra a carestia, é uma luta contra o regime.”<sup>19</sup>

No segundo semestre de 1978, no contexto das eleições, já é possível perceber mudanças. Assim, em entrevista concedida ao jornal *Movimento*, Aurélio Peres, ferramenteiro da Caloi, um dos principais dirigentes do Movimento Custo de Vida e candidato a deputado federal pelo MDB paulista afirma: “[...] quem disse que o trabalhador não se interessa [por política] está é interessado em que a situação não mude. O trabalhador não tem é oportunidade de se interessar pela política.”<sup>20</sup>

Participar vai se tornado a questão.

A compor a dinâmica movimentalista do período, era alvissareiro o ressurgimento do movimento estudantil. Na retrospectiva do ano de 1977 publicada sob o título O ano que passou, o movimento é saudado como “algo [que] rompera a monotonia”.<sup>21</sup> Destaca-se a criação da União Estadual Estudantil – UEE/SP, entidade desaparecida desde 1971 e, no final de agosto, o fato dos estudantes terem conseguido se reunir secretamente em um encontro em Salvador onde se deliberou pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE,<sup>22</sup> fato que se concretizará no histórico Congresso da Bahia, em 1979. É bastante conhecida a forte presença dos militantes remanescentes das organizações comunistas no movimento estudantil:

Nesse período o movimento estudantil era dirigido pelas ‘tendências políticas’, que representavam os principais partidos e organizações de esquerda, na época, clandestinas [...]. Dessa forma, [...] espelhava os debates sobre conjuntura e tática que eram travados no interior da esquerda brasileira.<sup>23</sup>

Os mesmos vínculos são registrados em artigo publicado recentemente:

Para disputar as primeiras eleições para o DCE reconstruído, um grupo formado por remanescentes da AP iria formar a ‘Refazendo’, o PC do B formaria a

<sup>19</sup> MEDO do custo de vida. *Em Tempo*, 20 mar.1978, n.5, p. 6.

<sup>20</sup> ÉRAMOS 6, hoje somos 100. *Movimento*, 11 set.1978, n.167, p.6.

<sup>21</sup> O ANO que passou. *Movimento*, 2 jan.1978, n.131, p.3.

<sup>22</sup> A UNE somos nós. *Em Tempo*, 27 ago.1978, n.26, p.12.

<sup>23</sup> Araújo, 2007, p.337. A autora cita as várias tendências do movimento estudantil e seus vínculos com as organizações político-partidárias. Assim, teríamos o PCdoB – importante na UFBA (Tendência Viração); Coligação APML-MR8 – importante na USP (Tendência Refazendo); Polop – importante na PUC-RJ – (Tendência Alternativa); PCB – presente em quase todo o país (Tendência Unidade).

‘Caminhando’, os trotskistas construiriam a ‘Liberdade e Luta’. Eram as três principais correntes da USP.<sup>24</sup>

Havia ainda a ‘Organizar a Luta’, vinculada ao Movimento Pela Emancipação do Proletariado (MEP), e ‘Alternativa’ ligada à Polop. Somente em 1976 surgiu a Convergência Socialista.<sup>25</sup>

Sobre as discordâncias, elas referiam-se ao caráter da luta política em curso:

Tinha uma posição de lançar o movimento de massas num embate contra o regime e pelas liberdades democráticas, que era comum à Caminhando e à Liberdade e Luta. A Refazendo e a Organizar a Luta já achavam que ainda havia aspectos importantes de resistência e que as questões democráticas não deveriam ser levantadas de uma maneira mais aberta [...].<sup>26</sup>

A polêmica, como se vê, surge em moldes muito parecidos com aqueles que acompanhamos no capítulo anterior opondo os que já defendiam explicitamente a democracia e aqueles que ainda centravam o discurso na luta pelas liberdades democráticas. A discussão sobre o vanguardismo também se faz presente: “o Movimento Estudantil não pode tentar impor sua própria dinâmica à dinâmica do movimento popular operário.”<sup>27</sup>

Por outro lado, é interessante perceber o destaque dado em matérias publicadas nos jornais alternativos às confluências entre o movimento estudantil e o movimento sindical. Em Volta às aulas. Volta às ruas? O primeiro de maio de 1977, em São Bernardo do Campo, surge como marco para o reaparecimento do movimento estudantil no cenário político nacional. Naquele dia, nove estudantes e operários foram presos sob a acusação de terem distribuído um manifesto nas fábricas locais. Vejamos a maneira como a matéria vê o movimento estudantil:

[...] sendo apenas um setor de classe, os estudantes não têm uma posição específica na estrutura produtiva da sociedade e, portanto, acham-se desprovidos de uma alternativa própria de transformação social [...].<sup>28</sup>

<sup>24</sup> MARCONDES, Celso. Anos Incríveis. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (org.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.147.

<sup>25</sup> AZEVEDO, Ricardo. Medo e Liberdade. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p.152.

<sup>26</sup> ibidem. p.153.

<sup>27</sup> ABRAMO, Laís Wendel. A retomada das ruas. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.161-168.

<sup>28</sup> VOLTA às aulas. Volta às ruas? *Em Tempo*, 6 mar.1978, n.4, p.6-7.

[Como consequência],

[...] aparentemente vão se construindo dois blocos: a maioria das entidades parece concordar que o movimento estudantil deve ser uma força auxiliar dos trabalhadores, [...]. Para alguns, os estudantes devem integrar uma ampla frente democrática.<sup>29</sup>

A forte presença dos militantes das organizações da esquerda comunista nos jornais alternativos como o *Em Tempo*, pode explicar essa visão do movimento estudantil como força auxiliar. É possível apontar outras visões que localizam o início da rearticulação em ações do próprio movimento. Alguns militantes do movimento estudantil consideram os pequenos atos de resistência de alguns, no início da década de 1970, como o começo de um forte movimento estudantil de luta contra a ditadura.<sup>30</sup> As narrativas sobre os acontecimentos que se seguiram à morte, sob tortura, de Alexandre Vannucchi Leme,<sup>31</sup> por exemplo, identificam naqueles acontecimentos o reinício do movimento estudantil. De toda forma, os estudantes se manifestavam e ruidosamente criticavam a ditadura. Em março de 1978 participaram ativamente das manifestações realizadas no “Dia Nacional de Protesto”, 28 de março de 1978, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza. Cresce a proposta de refazer a UNE.<sup>32</sup>

Estudos dedicados à compreensão das trajetórias das diversas organizações que formavam as esquerdas brasileiras também ajudam a perceber vestígios das relações entre as organizações político-partidárias e os movimentos que se manifestavam no cenário nacional. Assim, ao analisar a trajetória do MR8, Marcelo Ayres Camurça e Daniel Aarão Reis consideram as relações da organização com o movimento estudantil localizando alterações:

Com efeito, desde 1967, a DI-GB definira uma proposta inovadora: incentivar o movimento estudantil/ME com base em suas próprias reivindicações [...]. Respeitar a autonomia das entidades representativas, rompendo com a tradição do PCB, e de outros partidos de esquerda, de instrumentalizá-las como se fossem dependências secundárias, a serviço das vanguardas políticas.<sup>33</sup>

Embora auspiciosa a inovação teria se perdido, sobretudo, com a adesão à luta armada que aprofundou o isolamento da organização. Em 1972, com a derrota, iniciou-se um

<sup>29</sup> VOLTA... *Em Tempo*, 6 mar.1978, n.4, p.6-7.

<sup>30</sup> Marcondes, 2006, p.143.

<sup>31</sup> COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

<sup>32</sup> ANISTIA, liberdade democrática, UNE, passeatas, prisões, violências. *Em Tempo*, 31 mar.1978, n.6, p.4.

<sup>33</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.135.



processo de “autocrítica” e, segundo os autores, os remanescentes que ficaram no Brasil iniciaram uma guinada política aproximando-se da Política Operária (PO), que criticava a luta armada. A organização se divide quanto a esta aproximação. Formam-se dois grupos. Destes, apenas o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8/Direção Geral) ou MR8/DG, sobrevive no pós 1973, iniciando as aproximações com o movimento estudantil consideradas acima e encerrando a perspectiva da luta armada. Segundo os autores, a organização esteve presente nas direções da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em aliança com o PCdoB. Estiveram presentes também na organização na Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam).

Em relação à Ação Popular (AP), segundo Alessandra Ciambarella, a principal influência maoísta na organização revelava-se no movimento de “integração na produção”.<sup>34</sup> Assim, a relação com os demais sujeitos políticos era uma questão há muito presente ainda que se possam discutir suas premissas. A autora destaca que, a partir de meados da década, a AP constrói a “aproximação com novos movimentos político-sociais, como o movimento feminista”.<sup>35</sup> O contato teria imposto, ao menos, discussões sobre a compreensão da sociedade apenas a partir de um corte de classe, bem como, em relação à abrangência do político, uma vez que, o movimento feminista e/ou os movimentos de mulheres efetuam uma politização do cotidiano e, mais especificamente, uma politização de gênero.

Também já foi citada a bem conhecida participação da Ação Popular (AP) no movimento estudantil. Segundo Marcelo Ridenti, nas formulações da organização explicitavam-se as marcas daquilo que conceitua como “romantismo revolucionário”<sup>36</sup> com sua ênfase na ação transformadora e uma fina sintonia com os postulados cristãos. Os resultados dessa integração teriam sido contraditórios, pois, por um lado, provocara o esvaziamento da organização, mas, de outro, tornara a AP “responsável por importantes trabalhos desenvolvidos em meios populares, como a sua participação no movimento operário do ABC paulista”.<sup>37</sup>

Em resumo, remanescentes das organizações político-partidárias se faziam presentes em múltiplos espaços. Mesmo em relação ao MDB as análises elaboradas por Rodrigo Patto dão conta de movimento semelhante. O autor destaca os esforços da liderança emedebista em

---

<sup>34</sup> CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.121.

<sup>35</sup> *ibidem*, p.123.

<sup>36</sup> Ridenti, 2002, p.25.

<sup>37</sup> Ciambarella, 2007, p.122.

aproximar-se dos movimentos sociais e da intelectualidade.<sup>38</sup> Cita, como parte desses esforços do MDB para estreitar laços com grupos organizados da sociedade a criação do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes); a criação do departamento juvenil, feminino e trabalhista. Ao considerar o MDB jovem, analisa sua presença no movimento estudantil e a disputa com o PCB pela hegemonia nesse setor. Por outro lado, segundo o autor, a partir de 1974-1975, vários grupos refratários à política institucional começam a se aproximar do partido. O processo é assim descrito:

Os líderes de tais movimentos [...], que muitas vezes eram também membros de organizações de esquerda, passaram a ver no MDB um canal institucional legítimo para expressar as demandas sociais, assim como para oferecer guarida a eventuais projetos eleitorais.<sup>39</sup>

Nas eleições de 1978 várias candidaturas emedebistas ligavam-se aos movimentos sociais como Associações de Bairro, lideranças estudantis e sindicalistas. É interessante destacar a presença, também aqui, da preocupação quanto às relações entre o partido e as outras esferas de atuação política. Ela pode ser observada, conforme apontado por Rodrigo Patto, em trechos do discurso de Airton Soares na Câmara no qual sugere que “o MDB não deveria tentar cooptá-las, mas relacionar-se com elas de maneira democrática, respeitando sua autonomia e peculiaridades”.<sup>40</sup> O MDB concordava com a necessidade de criação de uma frente democrática envolvendo todos os setores da oposição. De fato, em seu interior atuaram o PCB, o PCdoB e o MR8.

Naquele rico cenário, muitas análises consideram o movimento pela Anistia como aquele “que primeiro mobilizou parte das lideranças políticas de oposição [...]”.<sup>41</sup> Construído por familiares de presos políticos, igrejas progressistas, advogados e entidades da sociedade civil que se mobilizaram contra o autoritarismo, aos poucos conquistou também o apoio popular e ganhou força nos primeiros meses do ano de 1978. Segundo diversas cronologias publicadas à época,<sup>42</sup> o movimento teria se iniciado em 1974, quando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) exigiu a sua efetivação. Em 1975 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encaminha à Geisel um memorial em defesa da Anistia. No ano de

<sup>38</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.295.

<sup>39</sup> *ibidem*, p.297.

<sup>40</sup> *ibidem*.

<sup>41</sup> Cf. depoimento de José Keninger. In: Maués, 2006, p.244.

<sup>42</sup> AVANÇA a luta pela Anistia. Um tema, várias teses. *Em Tempo*, 20 fev.1978, n.3, p.4-5. Em abril de 1978, o jornal *Movimento*, n.147, edita um grande caderno dedicado ao tema da Anistia com cerca de 50 páginas. Entretanto, o tema foi discutido em vários números de o *Movimento*. (ns.97, 99, 100, 111, 112, 116 etc.)

1976 surge o destacado Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê de defesa dos presos políticos em São Paulo. O ano de 1977 é destacado como “[...] um salto adiante”,<sup>43</sup> pois se criam os Comitês 1º de Maio em São Paulo e em outros estados. Estes comitês visavam à defesa dos prisioneiros políticos e perseguidos pelo regime além de anistia plena. Em 1978 surge o Comitê Brasileiro pela Anistia lançado no Rio de Janeiro. Para alguns de seus ativistas, o movimento teria sido fundamental para o processo de aglutinação das esquerdas: “[...] foi diretamente o instrumento que uniu setores da esquerda, dando-lhes organicidade [...]”.<sup>44</sup> Neste sentido, é interessante observar a sobrevivência do movimento mesmo após a Lei 6.683 que instaurou a Anistia em 28 de agosto de 1979. Dois meses depois, em novembro, o II Congresso Nacional pela Anistia decidiu ampliar o campo de luta, passando a apoiar os movimentos populares e suas reivindicações.

Essas relações estabelecidas entre os vários sujeitos são vistas de diferentes maneiras. Ainda hoje, em narrativas de militantes das organizações comunistas a respeito daquelas confluências, se insinua uma intenção instrumentalizadora:

[...] a esquerda (marxistas, socialistas de diversas tendências, setores católicos e de outras confissões cristãs – organizados ou não) lança-se à construção dos instrumentos necessários aos seus projetos para aquele momento da luta: organizações sindicais, associações profissionais e de bairros, centros culturais e de estudos, imprensa (grifo nosso).<sup>45</sup>

Observe-se o sentido do processo: as esquerdas tomam a iniciativa de construir os “instrumentos” necessários aos seus projetos. Nesta interpretação, alguns movimentos já existentes sucumbiram a tais iniciativas: “Diretorias de sindicatos e associações são conquistadas pela esquerda e forças de oposição [...]”.<sup>46</sup> Em sentido parecido caminha outra narrativa que considera a reorganização do movimento estudantil como resultado de um processo comandado pelas esquerdas: “O período entre 1974 e 1979 assistiu à reorganização nacional do movimento estudantil. Comandados pela esquerda, os estudantes reconstruíram a UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1979 [...]”.<sup>47</sup> Outro exemplo em narrativa de um antigo militante do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) ao abordar a participação da organização no movimento pela Anistia: “Nossa organização (MEP) sempre

<sup>43</sup> AVANÇA.... *Em Tempo*, 20 fev.1978, n.3, p.4-5.

<sup>44</sup> Cf. depoimento de Rubens Boffino. In: Maués, 2006, p.281. A mesma avaliação aparece, por exemplo, no artigo ANISTIA: um movimento que unifica. *Em Tempo*, 17abr.1978, n.7, p.3.

<sup>45</sup> FREIRE, Alípio. Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 1970... Ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos. In: Maués, 2006, p. 341.

<sup>46</sup> *ibidem*.

<sup>47</sup> Cf. depoimento de Aldo Rebelo. In: Maués, 2006, p.394.

compreendeu o movimento pela Anistia como um espaço das forças políticas democráticas e populares, que o utilizavam para vários objetivos [...].”<sup>48</sup> (grifo nosso). Nos verbos o peso das permanências?

Em resumo, pode-se perceber a confluência das diversas organizações políticas e dos movimentos sociais, mas é difícil perceber todos os sentidos presentes nas relações que se estabeleceram. A resposta se resumiria a essa ação instrumentalizadora ou haveria outras formas de se considerar esta relação? Lúcio Kowarick propõe que compreender o processo que se desenvolveu naquele período implica fazer um esforço para pensar a conexão entre diferentes formas de luta<sup>49</sup>, e considerar a conexão implica considerar as especificidades daqueles que se conectaram. Vale dizer, paralelamente à cultura política das organizações político-partidárias é importante considerar a cultura política dos demais sujeitos presentes aos encontros que permitiram a formação do campo político no qual foram gestados novos projetos políticos. Assim, se havia uma intenção instrumentalizadora orientando as organizações político-partidárias, cumpre investigar as características do movimento a ser instrumentalizado e as relações estabelecidas. Por vezes possuem visão distinta do processo. Sem pretender um aprofundamento na análise do movimento estudantil, tomemos seu exemplo a fim de ilustrar a existência de diferentes visões: trata-se de trecho de um artigo escrito por Laís Abramo, antiga militante do movimento:

Certamente tínhamos a pretensão (e a vontade) de reconstruir o que havia sido destruído pelo regime autoritário. [...]. Nós nos identificávamos com [...] essa tradição. Mas também, em alguma medida, significávamos uma ruptura com alguns aspectos dessa tradição.

Tínhamos a pretensão de ser menos vanguardistas. Nós nos organizávamos em tendências porque não havia liberdade partidária no país, porque as organizações de esquerda [...] encontravam-se muito debilitadas, mas também porque buscávamos construir novas formas de organização do movimento.<sup>50</sup>

Talvez a riqueza maior do processo que se desenvolveu naquela conjuntura esteja no fato de ter criado uma arena política na qual os vários atores, em diferentes medidas, acabaram por incorporar novos posicionamentos e novos padrões de relacionamento com os demais sujeitos políticos. Há, portanto, uma dinâmica interna aos movimentos, bem como, uma influência recíproca entre eles que convém considerar. Sobre esta influência vejamos as palavras de Lula:

<sup>48</sup> Cf. depoimento de Rubens Boffino. In: Maués, 2006, p.279.

<sup>49</sup> Kowarick, 2006, p.156.

<sup>50</sup> Abramo, 2006, p.163.

Na primeira vez em que Luiz Eduardo Greenhalgh me procurou para conversar sobre a campanha pela Anistia eu me lembro bem que argumentei mais ou menos na seguinte linha: nossa preocupação era com as maiorias, com a classe trabalhadora, mais do que com a situação de um conjunto restrito, como o dos presos políticos, dos exilados ou dos cassados. Daí para a frente nossa consciência política felizmente foi avançando. E as mobilizações pela Anistia jogaram um papel importante nessa direção [...].<sup>51</sup>

Ao considerar essas articulações, tensões e influências recíprocas vale recordar que o romper da monotonia não se fazia impunemente. Os anos de 1977 e 1978 marcaram-se, como se sabe, por momentos de recrudescimento do autoritarismo. Além da decretação do pacote de abril de 1977, são exemplos deste recrudescimento a prisão de militantes do MEP,<sup>52</sup> a invasão da PUC,<sup>53</sup> o indiciamento na Lei de Segurança Nacional de estudantes da UNB.<sup>54</sup> Ou ainda a nomeação, em janeiro de 1978, de 212 censores e 1.003 peritos criminais admitidos por concurso.<sup>55</sup> Nos meses de agosto e setembro os atentados ao jornal *Em Tempo*, além da prisão de 23 militantes da Convergência Socialista<sup>56</sup> em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo a notícia a prisão ocorreu na semana da I Convenção Nacional da CS com a presença de 300 delegados de oito estados do país. O encontro teria contado com a presença de líderes sindicais e com cerca de duas mil pessoas. O período marcava-se pela oscilação entre esperanças e medos. Distensão e repressão.

Todavia, em setembro de 1977 o governo reconheceu erros nos índices oficiais de inflação divulgados nos anos de 1973/1974. As matérias publicadas sobre o tema<sup>57</sup> davam conta de que, além de mascarar os índices, em 1974, o governo teria cedido aos empresários da construção civil que pleitearam revisão de contratos e preços baseados em um relatório sigiloso apresentado pelo ministro Mário Henrique Simonsen dando conta da distorção dos índices inflacionários. Quando, em 1977, a questão vem a público, os trabalhadores começam a exigir equidade de tratamento. Esse reconhecimento do governo funcionará como um catalisador das insatisfações contribuindo para a construção de um clima de solidariedade que surpreenderá até os sindicalistas quando o movimento grevista eclodir no ano seguinte na erupção mais marcante da década. Na descrição publicada em Editorial do jornal *Em Tempo*:

<sup>51</sup> Cf. depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva. In: Maués, 2006, p. 258.

<sup>52</sup> MOVIMENTO, 5 set.1977, n.114, p.8.

<sup>53</sup> A INVASÃO da PUC. *Movimento*, 17 out.1977, n.120, p.7.

<sup>54</sup> INDICIADOS na LSN (estudantes da UNB). *Movimento*, 17 out.1977, n.120, p.7.

<sup>55</sup> MOVIMENTO, 16 jan.1978, n.133, p.5.

<sup>56</sup> EM TEMPO, 27 ago.1978, n.26, p.3

<sup>57</sup> ESTÓRIA de um milagre. *Tribuna Metalúrgica*, São Bernardo do Campo, set.1977, n. 43, p.7.

[...] Os acontecimentos de 1977 vão apresentar alguns dados novos: passa a existir uma articulação entre os diversos segmentos da sociedade, [...]. Mas não apenas no movimento estudantil. Os trabalhadores também passam a participar desta articulação, quer através das oposições sindicais, quer através de lutas como a da reposição ou do Movimento do Custo de Vida (grifo nosso).<sup>58</sup>

Assim, na efervescência dos anos 1977/1978, a construção desta articulação em torno de demandas democráticas significou o aprofundamento de importantes debates. Discutia-se, inclusive, a própria articulação entre os sujeitos que lutavam. Na visão dos militantes reunidos no jornal *Em Tempo*, o ano de 1977 surge como uma fronteira, um marco de mudanças: “[...] só a partir de 1977 é que o movimento operário começou novamente a tomar forma [...]”.<sup>59</sup> O editorial destaca a importância das articulações entre os sujeitos políticos para que esse ressurgimento ocorresse:

[...] de 69 a 73 quase não havia oposição operária, mas a Igreja – ou melhor, certos padres e bispos progressistas – deram uma grande ajuda à classe operária. Nesta fase foram muito importantes a Ação Católica Operária (ACO) e o Movimento das Comunidades de Base da Igreja, que apesar de não ser criado dentro das fábricas, era uma forma de manter uma chaminha viva [...].<sup>60</sup>

Acentua-se a importância dada a estas relações entre os diferentes movimentos que surgiam:

[...] Assim, como estão surgindo as oposições, surgem outros tipos de movimento, como o custo de vida [...]. O mesmo se pode dizer dos movimentos pela anistia. O movimento operário está ressurgindo assim, num momento, em que outros setores estão descontentes, como a pequena burguesia. E isto tem tido repercussão dentro das fábricas. As passeatas dos estudantes, por exemplo, eram comentadas no horário do almoço e nos banheiros das fábricas. Alguns operários chegaram até a discutir a ‘Carta à População’ que os estudantes distribuíram nas ruas. [...]. Muitos operários, aliás, não entendiam o que queria dizer Diretório Geral dos Estudantes. Quando ficavam sabendo, diziam: ‘Bom, se os estudantes possuem um DCE, nós precisamos fazer o nosso DCO (Diretório Central de Operários)’. E se os estudantes podem fazer greves, os operários também devem [...].<sup>61</sup>

Observe-se que nesta visão a greve dos estudantes é que estimula os trabalhadores lhes servindo de exemplo. Mas havia controvérsia. Luís Inácio da Silva em entrevista concedida ao

<sup>58</sup> 1964-1968 Retomando o fio da meada. *Em Tempo*, 31mar.1978, n.6, Editorial, p.3.

<sup>59</sup> EM TEMPO, 1 mai.1978, n.9, Editorial, p.3.

<sup>60</sup> TRABALHADORES assumem sua data. *Em Tempo*, 1mai.1978, n.9, Editorial, p.3.

<sup>61</sup> COM A greve, a cobra vai fumar. *Em Tempo*, 1mai.1978, n.9, p.5

jornal estudantil *Novo Rumo*, em março de 1978, deixa bastante claro o desejo de guardar distância:

Não deve haver relação entre trabalhador e estudante, [...]. O trabalhador tem problemas específicos e ele mesmo tem condições de resolvê-los, sem que pessoas de nível intelectual maior venham tentar ser seus mestres.<sup>62</sup>

Em maio daquele ano, no programa *Vox Populi* da TV Cultura, o líder relata: “Eu sou malvisto por alguns estudantes porque eu não acredito na aliança estudante-trabalhador.”<sup>63</sup> Em sua opinião “os estudantes [...], devem discutir seus problemas dentro das universidades e deixar que nós discutamos os nossos”.<sup>64</sup> Meses mais tarde, em tom raivoso: “Quando os estudantes resolveram fazer, outro dia, um ato público para angariar esmolas para a classe trabalhadora eu fiz uma nota oficial – que fossem dar esmola para a mãe deles...”<sup>65</sup>

Segundo críticas publicadas no jornal *Movimento* Lula construía com seu comportamento “um biombo imaginário entre os operários e outras camadas ou setores da sociedade”<sup>66</sup> e demonstrava forte convicção “de que os outros ou estão errados ou querem manipular os trabalhadores e assim ele se propõe a conscientizá-los e protegê-los”.<sup>67</sup> Englobava vários setores, o dito biombo. Além de se fazer presente na relação com o movimento estudantil, estava na crítica ao conservadorismo da Igreja que não mereceria confiança, pois seus movimentos “acabam prejudicando o próprio trabalhador”.<sup>68</sup> Ou na recusa em participar do movimento pela anistia: “[...] Ao invés de pedir anistia pra poucos prefiro pedir pra toda a classe trabalhadora [...]”.<sup>69</sup>

No editorial do jornal *Em Tempo*, publicado no contexto da greve de maio de 1978, encontramos o que poderia ser visto como um protesto, uma resposta dos militantes das esquerdas às posturas do sindicalista:

[...] Não cabe, [...], por parte das lideranças operárias um certo temor de se aproximar de outros segmentos oposicionistas. Se este temor é justificável por

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Lula ao jornal estudantil *Novo Rumo*, citada na matéria A vitória das idéias de Lula. *Movimento*, 6 mar.1978, n.140, p.2.

<sup>63</sup> NÚCLEO AMPLIADO DOS PROFESSORES DO PT. *Lula: Luís Inácio da Silva. Entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, 1980. p.73.

<sup>64</sup> AS POLÊMICAS de Lula (com os estudantes, a Igreja e os democratas). *Movimento*, 29 mai.1978, n.152, p.9

<sup>65</sup> Entrevista concedida por Lula à *Senhor Vogue*, jul.1978, Cf. Núcleo, op.cit. p.113.

<sup>66</sup> MOVIMENTO, 29 mai.1978, n.152, p.9.

<sup>67</sup> A VITÓRIA das idéias de Lula. *Movimento*, 6 mar.1978, n140, p.2.

<sup>68</sup> MOVIMENTO, 29 mai.1978, n.152, p.9.

<sup>69</sup> Entrevista concedida por Lula ao jornal *Pasquim*, em 24.03.1978, Cf. Núcleo, op.cit. p.35.

experiências passadas [...], ele tende a ser negativo e pode ser fatal tanto para os operários como para a oposição como um todo [...].<sup>70</sup>

Portanto, os militantes compreendiam o temor, justificável pelo passado. Todavia, o ano de 1978 parecia inebriante! Em meio à agitação dos diversos movimentos disseminam-se os debates, explicitam-se conflitos, constroem-se articulações. O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em sua entrevista, mostrara-se cético em relação à possível articulação de um novo partido. Ao expor suas ideias permite que se dimensione a maneira como vê os partidos políticos e a política de maneira geral:

Não que eu seja contra a formação de um PTB, mas tenho uma visão meio radical da coisa. Eu acho que resolver o problema da classe trabalhadora independe de partido político. Independe de partido trabalhista, de partido socialista, de MDB ou ARENA. [...].<sup>71</sup>

Ao mesmo tempo aponta a existência ao lado de empresários radicais, que não abrem mão de nada, de empresários com visão mais ampla, que admitem a importância de se criar um mercado interno forte.

Pois bem, no Ensaio Popular que discutiu essa fala de Luís Inácio, o autor questiona a opinião do líder sindical a respeito do partido político e sugere que as posições de Luiz Inácio são enganosas. Trata-se, lembremos, da visão do PCdoB:

[...] Os operários devem combinar a suas atividades nos sindicatos limitados às suas categorias profissionais com suas atividades políticas nos partidos destinados aos trabalhadores em geral – sem distinção de corporação ou ofício.<sup>72</sup>

Na sequência critica aquilo que chama de “interpretação obreirista” presente na crença de que trabalhador deve votar em trabalhador:

[...] como é fácil observar, muitos operários não têm consciência de sua posição na sociedade e de seus problemas; não basta, portanto, ser operário para, automaticamente, encarnar e defender de fato os interesses dos operários [...]. A política [...] requer uma interpretação científica do desenvolvimento histórico e da realidade social, que nem sempre é fácil. Inicialmente, os operários, pela sua própria situação social, não têm preparo teórico nem o tempo disponível para se desincumbirem sozinhos dessas tarefas. É certo que precisam formar seus próprios

<sup>70</sup> O SENTIDO da greve. *Em Tempo*, 22 mai.1978, n.12, p.3.

<sup>71</sup> *ibidem*.

<sup>72</sup> A CONSTITUINTE, o partido, os intelectuais e os trabalhadores – à margem da entrevista do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. *Movimento*, 14 nov.1977, n.124, p.3.



dirigentes políticos e elevar seu próprio nível teórico; para isso, no entanto, precisam contar com a ajuda de políticos, de cientistas e de artistas [...] (grifos nossos).<sup>73</sup>

Explicita-se a manutenção da visão que historicamente caracterizara as formulações do PCdoB. Visão que, neste partido, não teria sofrido grandes alterações durante o período coberto pela presente pesquisa. Outro exemplo interessante encontra-se nas palavras de Chico Pinto<sup>74</sup> que publica uma coluna intitulada O início de um debate<sup>75</sup> na qual discute a criação de novos partidos e a posição de algumas lideranças em relação ao tema. Defende a ideia de criação de um partido da classe operária e afirma:

Um partido que se utilize de métodos novos, funcione como vanguarda do proletariado, ilustre, eduque e conduza as camadas mais atrasadas do operariado e do campesinato, enfim, disposto a atuar, nos sindicatos, esclarecendo sobre o caráter reacionário de muitas das atuais lideranças [...] (grifo nosso).<sup>76</sup>

Conforme vemos, apesar da intenção de utilizar “métodos novos”, encontra-se nas palavras do ex-deputado a defesa de um posicionamento bem próximo do vanguardismo das esquerdas comunistas, expressa na ideia de “conduzir as camadas mais atrasadas”. É neste contexto que se consolida aquela ruptura, há muito anunciada, no interior do jornal *Movimento*, dando origem ao jornal *Em Tempo*. As razões da ruptura, os objetivos do novo periódico, tudo isso, guarda uma estreita sintonia com as discussões em foco. Lembremos que na composição do novo jornal estavam todas aquelas tendências ou organizações políticas que discordavam do PCdoB.

O editorial do número zero propõe que os trabalhadores assumam a frente nas lutas pelas liberdades democráticas, “assumindo o papel de sujeitos da transformação social”,<sup>77</sup> sendo compromisso do jornal “subsidiar, [...], a articulação das forças oposicionistas”, além de priorizar a movimentação dos trabalhadores, o ator que surge protagonizando as cenas. O primeiro editorial destaca a quebra do “aparente marasmo no qual estavam submersas a sociedade e suas diversas forças de oposição”,<sup>78</sup> e critica as posições do PCdoB ressaltando que muitas vezes a luta por liberdades democráticas é apresentada através de “projetos que

<sup>73</sup> A CONSTITUINTE... *Movimento*, 14 nov.1977, n.124, p.3.

<sup>74</sup> Advogado, jornalista e deputado entre os anos de 1971 e 1991. Foi um dos fundadores do chamado “grupo autêntico” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o mais combativo núcleo parlamentar de oposição ao regime militar na década de 70.

<sup>75</sup> PINTO, Chico. O início de um debate. *Movimento*, 21 nov.1977, n.125, p.4.

<sup>76</sup> ibidem.

<sup>77</sup> NASCE um nono semanário nacional de oposição. *Em Tempo*, nov.1977, n.zero, Editorial, p.2.

<sup>78</sup> ibidem.

vislumbram a hipótese de uma identidade de interesses entre os trabalhadores e os mesmos empresários que não abrem mão das benesses do arrocho salarial [...]”.<sup>79</sup> O problema visceral das alianças políticas.

Naquele final de década as discussões se aprofundariam. O PCdoB firmaria posição no sentido de lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte acompanhando a bandeira desfraldada pelo MDB, partido ao qual apoia, e em torno do qual propõe que a oposição se una. Quanto às tendências políticas reunidas no *Em Tempo*, elas discutirão constantemente a possibilidade de formação de novos partidos. A título de exemplo, tomemos o artigo Um, dois, três partidos socialistas? que discute a reorganização partidária e as posições dos políticos que “articulam o surgimento de, no mínimo, dois partidos socialistas: um mais à direita, com os olhos voltados para a social-democracia europeia e outro que se propõe a ter uma plataforma bem mais à esquerda e a ter um caráter popular”.<sup>80</sup> Também o Editorial intitulado A conjuntura e a oposição,<sup>81</sup> apresenta o cenário político nacional e propõe que um futuro partido de oposição deve ter um programa que “combine a luta pelas liberdades democráticas com a superação das contradições sociais e econômicas da atual sociedade; [...], e deve ser compreendido como transitório”.<sup>82</sup>

De fato, o noticiário dava conta de diversas articulações no sentido de construir novos partidos. Tais articulações desenvolviam-se, por exemplo, em Porto Alegre onde o MDB metropolitano propunha a criação de uma “tendência socialista” ou em São Paulo onde, conforme vimos, cerca de 200 pessoas criaram em janeiro de 1978, o movimento chamado “Convergência Socialista” tentando reunir diversos setores da oposição. Em São Paulo noticia-se outra tentativa de construir um partido de tendência socialista na qual estariam envolvidas pessoas como Fernando Henrique Cardoso, Plínio de Arruda Sampaio (ex-deputado pelo PDC); Almino Afonso (ex-ministro do trabalho de Jango). Havia, ainda, a tentativa de criação de um partido social-democrata desde o congresso do MDB em 1977. Entretanto, para os militantes reunidos no jornal *Em Tempo* “faltava pegar o que existia de movimento social e colocar num diapasão político”.<sup>83</sup> Enfim, eram muitos os temas em debate. Discutia-se sucessão presidencial, Constituinte, eleições, partidos políticos, movimentos sociais etc. O cenário prometia!

<sup>79</sup> EM TEMPO, nov.1977, n.zero, Editorial, p.2.

<sup>80</sup> EM TEMPO, 22dez.1977, Experimental Dois, p.4. Ver também: Partido socialista pode sair da casca. *Em Tempo*, 13 jan.1978, n.1, p.5.

<sup>81</sup> EM TEMPO, 4 fev.1978, n.2, Editorial, p.3.

<sup>82</sup> ibidem.

<sup>83</sup> SINDICATO só não basta. *Em Tempo*, 3 jul.1978, n.18, p.10.

O PCdoB reafirmava suas velhas posturas e destacava como primeira condição para se fundar um partido “verdadeiramente” socialista, o respeito aos princípios ideológicos e organizativos do socialismo científico. Em segundo lugar, seria preciso assimilar tais princípios sendo capaz de aplicá-los à realidade concreta de cada país. Observando a realidade brasileira, um editorial de o *Movimento* afirma que “as propostas de um ‘partido socialista’ lançadas até agora, carecem dessa fundamentação doutrinária e histórica precisa”.<sup>84</sup> Por isso critica as propostas surgidas:

Querem um partido ‘socialista’ mas ‘popular’. Trata-se de uma ambigüidade. Para o autor, um partido socialista, operário, deve, de acordo com o estágio histórico e o momento político de cada país, unir-se numa frente de ação a outras camadas sociais e correntes políticas. Mas ele mesmo não pode ser amplo.<sup>85</sup>

A visão do PCdoB mantinha-se, pois, quase inalterada. O partido considerava que na diversidade existente no interior da sociedade brasileira havia um leque de tendências políticas que, naquele momento, forçado pelo bipartidarismo oficial se expressava, em maior ou menor medida, através da Arena e do MDB.

[...] Nesse contexto, se aparecer a possibilidade de formar novos partidos legais, o que poderá acontecer? Dificilmente, num horizonte próximo, a oposição socialista-operária terá possibilidade de organizar um partido legal próprio; [...]  
A frente oposicionista deve se fragmentar em vários partidos? Ou devem seus setores mais conseqüentes insistirem na luta para permanecer unidos num movimento de coligação cada vez mais enraizado nas camadas populares, porém ainda essencialmente democrático e antiimperialista?<sup>86</sup>

Para os ativistas políticos reunidos no *Em Tempo* a resposta parecia óbvia: o MDB fora eclipsado, no primeiro semestre de 1977, pela enorme revitalização dos movimentos da sociedade civil e pela arrojada ofensiva de algumas dissidências do poder. Tudo isso teria colocado em xeque a existência do partido como uma frente capaz de catalisar os movimentos oposicionistas. A novidade se expressaria na formação de um novo campo:

[...] os que romperam com o voluntarismo, com o militarismo, com o populismo e com o doutrinário, mesmo sendo minoritários, constituem hoje um campo específico. Representam uma nova oposição. E não se limitam apenas a setores

---

<sup>84</sup> QUE PARTIDO socialista seria possível – esmola grande demais, cego desconfia. *Movimento*, 20 fev.1978, n.138, Editorial, p.6.

<sup>85</sup> *ibidem*.

<sup>86</sup> *ibidem*.

estudantis, estando presentes mesmo nos diversos segmentos sociais, inclusive entre os trabalhadores.<sup>87</sup>

Muito embora se reconheça que, mesmo rompendo com o voluntarismo, esse novo setor não teria se livrado totalmente dos fantasmas do passado:

[...] esta ‘nova oposição’ ainda não rompeu o cerco que impossibilita a disseminação de suas ideias por vastas camadas de trabalhadores. Aliás, do ponto de vista do movimento real, os trabalhadores ainda não tomaram o leme do barco e não exercem a sua hegemonia.

[...] Por enquanto, a tendência vai, tanto no sentido do seu amadurecimento, como no da maior intervenção dos trabalhadores no conjunto das lutas oposicionistas. Estes são alguns dos fatores a indicar que 1978 não terá um desfecho idêntico ao de 1968.<sup>88</sup>

Acerca dessa comparação entre 1968 e 1978 gostaríamos de considerar uma colocação do professor Daniel Aarão Reis ao sugerir que a esquerda armada, em 1968, estivera na contramão dos movimentos por democracia de base e, portanto, não vivera uma das tônicas dominantes dos movimentos de 1968. Neste sentido, talvez possamos considerar a hipótese de que para esquerdas brasileiras os ares de 1968 somente tenham sido experimentados em 1978.

Fechado o parêntese voltemos à formação do novo partido. Há que se considerar que a proposta também não era exatamente uma novidade, o dado novo era a centralidade adquirida pela discussão sobre as relações partido/movimentos sociais. O desenvolvimento dos debates estabelecerá as fronteiras que dividirão as esquerdas naquele final de década. Mesmo no interior do *Em Tempo*, os diferentes posicionamentos se mostrarão definidores de novos reagrupamentos. Assim, em maio, o jornal convoca uma Assembleia Geral<sup>89</sup> para discussão de algumas das questões enfrentadas pelo jornal. O ponto de partida para a discussão foi um balanço do jornal onde se ressaltava que: “[...] Questões como a convocação de uma Constituinte, a formação de um Partido Socialista, entre outras, exigem que o jornal tenha definições claras a respeito.”<sup>90</sup>

É possível acompanhar os termos da discussão nos números seguintes. Em junho, na Seção Aparte, publica-se uma carta da sucursal de Curitiba apontando a necessidade de se fortalecer uma alternativa própria dos trabalhadores e criticando três artigos assinados por Bernardo Kucinski que defenderiam a candidatura Euler como a melhor forma de enfraquecer

<sup>87</sup> EM TEMPO, 31 mar.1978, n.6, Editorial, p.3.

<sup>88</sup> ibidem.

<sup>89</sup> ASSEMBLÉIA Geral da Editoria Aparte. *Em Tempo*, 1 mai.1978, n.9, Aparte, p.11.

<sup>90</sup> ibidem.

o regime. A sucursal crítica, inclusive, que tais artigos tenham ocupado o lugar de maior destaque no jornal, a página três, mesmo na semana da grande greve dos metalúrgicos.

A resistência em apoiar a Frente Nacional de Redemocratização lançada por Magalhães Pinto e Severo Gomes levaria à demissão de editores eleitos abrindo a crise no jornal.<sup>91</sup> Nos números seguintes percebe-se a prevalência de posições críticas à Frente. A questão é colocada nos seguintes termos: “um espectro volta a rondar as oposições brasileiras: o espectro da Frente Ampla, agora batizada de Frente Nacional de Redemocratização [...]”.<sup>92</sup> O espectro torna-se o ponto de divisão da oposição. Concluindo sua análise afirma:

O que este paralelismo isto sim deve nos ensinar é que tanto ontem como hoje o que cabe à oposição mais conseqüente é aprofundar suas alternativas próprias, [...]. E isto somente será possível na medida em que esta oposição coloque em cena um programa ou plataforma alternativo [...], onde o comprometimento com os interesses de classe dos trabalhadores seja desde logo o fio-condutor (grifo nosso).<sup>93</sup>

O PCdoB, que não mudara sua visão, mantinha a defesa da Frente utilizando-se dos mesmos argumentos alicerçados em uma visão infantilizada dos trabalhadores:

[...] A política de frente ampla decorre de um baixo nível de consciência política das massas; nessa situação, só uma política muito ampla, que procure aceitar as massas nos diversos níveis de consciência política em que elas se encontram, consegue mobilizá-las e atrair o maior número possível para a luta política.<sup>94</sup>

Os militantes reunidos no *Em Tempo* avaliam que a Frente estava fadada ao fracasso<sup>95</sup> devido a dois pontos problemáticos: o tipo de seu surgimento (de cima para baixo) e o tipo de bases sociais que a rodeavam: dissidências militares, como o *Movimento Revolucionário Democrático* (MRD); o *Movimento Nacionalista de Coronéis* (MNC) e a *Centelha Nacionalista*, todos insatisfeitos com o processo de escolha do general Figueiredo como sucessor de Geisel. Assim, noticiam o crescimento de articulações para a formação de novos partidos. A *Convergência Socialista* anuncia sua primeira convenção.<sup>96</sup>

<sup>91</sup> PORQUE somos contrários à demissão da Editoria de Cultura. *Em Tempo*, 29 jul.1978, n.22, Aparte, p.1. Trata-se de Carta do Conselho Regional da Sucursal de Curitiba ao Conselho Editorial e Administrativo da Ed. Aparte S/A.

<sup>92</sup> A FRENTE ampla de 4 estrelas. *Em Tempo*, 29 mai.1978, n.13, p.3.

<sup>93</sup> ibidem.

<sup>94</sup> A FRENTE e a ditadura. *Movimento*, 14 ago.1978, n.163, p.5.

<sup>95</sup> FRENTE que anda para trás. *Em Tempo*, 13 ago.1978, n.23, p.3.

<sup>96</sup> A PRIMEIRA convenção dos socialistas. *Movimento*, 14 ago.1978, n.163, p.10. Anuncia a pretensão da *Convergência Socialista* de realizar sua I Convenção Nacional no dia 20 de agosto. Ver ainda *Convergência*

Todavia, em junho de 1978, a Arena entrega ao governo o pacote de reformas políticas que seria submetido ao Congresso Nacional. Entre outros aspectos, o projeto restabelecia o *habeas corpus*, mas imporia grandes dificuldades ao surgimento de novos partidos que só poderiam se organizar se tivessem apoio expresso de 5% do eleitorado que tenha votado nas últimas eleições, distribuídos pelo menos, por dez estados, com um mínimo de 3% em cada um deles.<sup>97</sup> Novos desafios se impunham.

Com o resultado das eleições de 1978,<sup>98</sup> essa discussão sobre a formação de novos partidos políticos se tornará presença definitiva na agenda política. Proliferam matérias sobre um possível retorno de Brizola e a possível criação de um Partido Trabalhista. O problema apontado nas análises sobre este retorno é que esta criação seria “de certa forma, de cima para baixo – através de líderes de grande popularidade e força política [...]”.<sup>99</sup> Na edição de número 182 de *Movimento*, as oito primeiras páginas do jornal são dedicadas à Leonel Brizola. A intenção é oferecer um retrato político do líder. Destacamos a afirmação feita por Brizola de que “todos os trabalhistas foram orientados no sentido de integrar o MDB”,<sup>100</sup> partido com o qual havia se recomposto desde 1974.

Por outro lado, as matérias sobre o primeiro de maio de 1978 darão destaque à noção de final de ciclo considerando que os trabalhadores começavam a erguer a sua voz depois de dez anos.<sup>101</sup> Os editoriais de o *Em Tempo* comentarão a diferença na comemoração do primeiro de maio que, pela primeira vez em dez anos, realizou-se com um Ato Público sem a presença de autoridades que representassem o governo e por iniciativa dos trabalhadores de São Paulo.<sup>102</sup> No final de maio os editoriais analisarão as greves, sobretudo, aquela levada a cabo por 30 mil operários em São Bernardo do Campo, envolvendo trabalhadores da Scania, da Ford, da Volks e da Mercedes.<sup>103</sup> No segundo semestre de 1978 teremos ainda a greve dos bancários<sup>104</sup> e, em outubro, a “greve geral” envolvendo também os metalúrgicos que, em três

Socialista – O bode expiatório da reordenação partidária. *Em Tempo*, 3set.1978, n.27, p.8. Júlio Tavares aparece como o coordenador nacional da CS.

<sup>97</sup> O PACOTE junino: completando a comédia. *Movimento*, 26 jun.1978, n.156, p.3.

<sup>98</sup> PEREIRA, Raimundo. As eleições de 15 de novembro. *Movimento*, 27 nov.1978, n.178, p.3. Vejamos os números trazidos pela matéria: Senado: Oposição 24,4 milhões de votos. Neste total estariam computados: 18,5 milhões de votos no MDB; 3,3 milhões de votos em branco; e 2,6 milhões de votos nulos. A Arena teria recebido 13,6 milhões. Para a Câmara Federal os números foram: Oposição: 23,1 milhões de votos; sendo 16,5 milhões no MDB; 3,7 milhões de votos brancos e 2,9 milhões de votos nulos. A Arena teria ficado com 14,9 milhões de votos.

<sup>99</sup> BRIZOLA de volta. *Movimento*, 18 dez.1978, n.181, p.3.

<sup>100</sup> O PERÍODO de radicalização está superado. *Movimento*, 25 dez.1978, n.182, p.3.

<sup>101</sup> 1º DE maio – o fim do medo e do silêncio. *Movimento*, 1mai.1978, n.148, p.5.

<sup>102</sup> TRABALHADORES assumem sua data. *Em Tempo*, 1mai.1978, n.9, Editorial, p.3.

<sup>103</sup> O MEDO está acabando nas fábricas. *Em Tempo*, 12 jun.1978, n.15, p.5.

<sup>104</sup> E A GREVE começa nos bancos. *Movimento*, 4 set.1978, n.166, p.8.

gigantescas assembleias gerais em São Paulo, Osasco e Guarulhos aprovaram greve por 70% de aumento.<sup>105</sup>

Para voltar aos termos propostos por Cefai no novo cenário que despontava no Brasil, no final da década de 1970 e início de 1980, as tensões que se colocavam no mundo da vida podiam propiciar novas formas de compreensão e representação do mundo. Inclusive já havia condições para que o biombo imaginário deixasse de separar as diferentes esferas de atuação política. Em que condições ocorreu o processo? O aprofundamento da análise exigiu o estabelecimento de novos cortes. Assim, se foram múltiplas as confluências, optamos por observar mais de perto aquela que resultava da aproximação entre os militantes das organizações político-partidárias estudadas e o movimento sindical que se levantava no ABC paulista.

O próximo passo foi a consideração das heranças e características da cultura política trazida por aquele movimento, sendo este o objeto da segunda parte do capítulo. Destaca-se, de início, o fato de ser também o sindicalismo cingido entre o velho e o novo. Tentamos dimensionar as novas perspectivas que foram sendo assumidas ao longo da década de 1970. Acreditamos que a consideração das especificidades deste importante sujeito envolvido na construção do Partido dos Trabalhadores pode ajudar a melhor dimensionar os tais “fatores condicionantes herdados” de que nos fala Hamiton Pereira.

### 3.1. O MOVIMENTO SINDICAL NO ABC PAULISTA: HERANÇAS E RUPTURAS (1974/1982).

[...] algo de novo surgiu no cenário sindical brasileiro em 1977, rompendo a monotonia do quadro [...].<sup>106</sup>

Na efervescência política que se instalou nos anos 1977/1978 despontaram os trabalhadores. Sobretudo, aqueles vinculados ao sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Conforme é sabido, a partir dos movimentos grevistas de 1978, esse sindicato se destacará, anunciando rupturas, saudando mudanças! Nos discursos de sua principal liderança, a capacidade de mudar se transformava em valor, numa insuspeita sintonia com a música cantada por Raul Seixas: “eu prefiro ser uma metamorfose

---

<sup>105</sup> GREVE geral. *Movimento*, 30 out.1978, n.174, p.9.

<sup>106</sup> O ANO que passou – retrospectiva de 1977. *Movimento*, 2 jan.1978, p.3.

ambulante.”<sup>107</sup> Naquele contexto, questionado sobre as mudanças em suas posições, Lula responde: “É devido à evolução das coisas. Temos que acompanhar essa evolução.”<sup>108</sup>

Em “A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente”, Francisco Carlos Palomanes Martinho recupera várias destas mudanças relembando desde o Lula que tratava a política com distanciamento e desconfiança até o fervoroso defensor da participação do trabalhador nas decisões políticas do país. As análises do autor percorrem o trajeto entre o discurso que não se acanhava em demonstrar “que as marcas das tradições históricas das esquerdas brasileiras [...] não diziam respeito às suas escolhas”<sup>109</sup>, e a participação na construção de um projeto político caracteristicamente de esquerda, ainda que possuidor de “convenientes imprecisões”, para ficar com as palavras de Daniel Aarão Reis.<sup>110</sup> Ainda voltaremos a tais imprecisões.

Em trajetória semelhante é nossa intenção acompanhar parte do processo vivido por aquele sindicato através do discurso produzido por suas lideranças. Destaca-se aquilo que foi publicado no jornal *Tribuna Metalúrgica*,<sup>111</sup> ao longo dos anos de 1974 a 1982, e um conjunto de entrevistas concedidas por Luis Inácio da Silva entre os anos de 1978 e 1980.<sup>112</sup> Buscam-se os diferentes posicionamentos ao longo do tempo, as heranças políticas trazidas, mesmo quando negadas, bem como a sinalização de rupturas em relação a esta cultura política. O jornal surgiu em 1971 quando o sindicato era dirigido por Paulo Vidal Neto. Apresentava-se como órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Embora a presidência de Paulo Vidal tenha ocorrido fora dos marcos cronológicos que balizam a pesquisa, iniciamos

<sup>107</sup> Música do LP Krig–Ha Bandolo. Este capítulo encontrava-se em fase final de redação, quando matéria jornalística publicada em 26.10.2009 comentando livro de Marcelo Tas sobre o presidente Lula, recém-publicado, destaca: “Imerso nas divagações presidenciais, Marcelo Tas não esconde que o mais difícil foi lidar com as mudanças de opinião do presidente. [...]. A solução foi dar à ‘bipolaridade’ do político um belo destaque. O autor criou o capítulo ‘Lula Metamorfose Ambulante’, [...]. Segundo o autor, o nome saiu de uma estranha descoberta durante a pesquisa. ‘Lula tem muito em comum com Raul Seixas. Os dois nasceram em 1945, deram um salto na carreira nos anos 70 e depois estouraram: Raul vendeu milhões de discos e Lula se tornou o Lula’”. In: <http://www.new.divirtase.uai.com.br/html/sessao> (acesso em 26.10.2009).

<sup>108</sup> Lula – A greve será absorvida em todo Brasil. *Em Tempo*, 3 jul.1978, n.18, p.6.

<sup>109</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.551.

<sup>110</sup> REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: Ferreira, 2007. p.509.

<sup>111</sup> A coleção completa encontra-se no Centro de Documentação e Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM), organizado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Segundo seu editor, no começo a tiragem ficava entre 25 e 30 mil exemplares. A tiragem atual é de 60 mil. Nos primeiros anos, o jornal circulava uma vez por mês, com oito páginas. Em alguns períodos, foi semanal e, em outros, não teve periodicidade definida. Durante algumas greves, circulou quase de forma clandestina e foi fundamental para a manutenção dos movimentos. <http://www.smabc.org.br/hotsites/tribuna30anos/historia.htm>, acessado em 22.05.2009.

<sup>112</sup> Núcleo, 1980.



considerando algumas de suas posições, por ser o momento de fundação do jornal e, depois, para que se tenha uma noção de alguns elementos que constituíam aquele sindicato antes que se construísse o conceito do “novo sindicalismo”.<sup>113</sup> Parte de suas raízes, portanto.

Novamente é o discurso que estará em foco através das entrevistas que concederam e do que escreveram suas lideranças direcionado aos trabalhadores. Procuramos acompanhar o posicionamento frente às questões em foco: as relações entre o sindicato e os demais atores políticos que compunham as oposições ao regime militar; partido político; democracia e os desdobramentos dos processos vividos ao longo da década. Mudanças se insinuaram... Mas, como sempre, por sobre fatores herdados... Pretende-se o resgate desses elementos para que se possa considerá-los na análise de um dos principais encontros que alicerçaram o projeto político sintetizado no Partido dos Trabalhadores objeto do capítulo que encerra estas reflexões.

Antes dos discursos, porém, consideremos algumas análises sobre o sindicalismo que despontava no cenário político a partir de 1977/78. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de tratar-se de um ressurgimento. Havia pelo menos uma década que o movimento sindical brasileiro fora calado e controlado pelo regime militar. Naquela década, a vida sindical parecia resumir-se aos setores denominados ‘pelegos’ que, vinculados ao Estado, não cumpriam a função reivindicativa que sacudirá o país a partir dos anos finais da década. Contudo, a erupção de movimentos grevistas revelava a existência de diferentes projetos políticos e sindicais no interior da sociedade brasileira. Ou seja, ao lado daquele sindicalismo subordinado aos interesses do regime sobreviviam outras possibilidades. Aliás, uma das marcas trazida pelo movimento sindical que se destacava no cenário era a intenção de por fim àquele sindicalismo corporativista atrelado ao Estado. Pouco a pouco, para definir essa “novidade” foi sendo cunhada a categoria “novo sindicalismo”. Conceito que se construiu, segundo Marco Aurélio Santana, “na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica”.<sup>114</sup>

Assim, ao mesmo tempo em que o movimento sindical se constituía enquanto um novo ator com um discurso de afirmação política baseado na contraposição ao “velho sindicalismo” surgiam vários estudos a respeito desses atores oferecendo os critérios acadêmicos que os caracterizariam como novos. Nessa medida, acabavam também por

---

<sup>113</sup> Segundo definição de Rachel Meneguello, o novo sindicalismo caracteriza-se pela “a atuação política fundada no resguardo da autonomia da ação operária frente a outras forças políticas (partidos, estudantes, intelectuais). MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.45.

<sup>114</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41. São Paulo, 1999. p.6.

considerar e/ou definir os “velhos atores”. Para Marco Aurélio Santana prevalecia nessas interpretações a compreensão do sindicalismo que surgia como uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado, sobretudo, entre os anos de 1945 e 1964,<sup>115</sup> e não enquanto uma etapa no processo organizativo de luta dos trabalhadores brasileiros. Análises mais recentes sugerem a necessidade de relativização dessa ideia de novo, justamente, a partir da recuperação das características herdadas, procedimento que poderia, inclusive, ajudar a compreender algumas das transições vividas por este “novo sindicalismo”.

Por outro lado, na contraposição ao velho sindicalismo, havia divergências sobre o caminho a ser traçado. Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os petroleiros de Paulínia e os bancários de Porto Alegre, entre outros, acreditavam que a luta deveria ser feita dentro da estrutura sindical oficial. Em outro pólo, e tendo à frente a Oposição Metalúrgica de São Paulo, defendia-se o fortalecimento das comissões de fábrica que minariam os alicerces do modelo oficial por fora da estrutura sindical vigente. O ponto comum era a negação do passado sindical do período 1945-1964. Segundo Santana, dessa forma:

[...] as ações do ‘novo sindicalismo’ deveriam ser entendidas como uma ruptura com as práticas do ‘velho sindicalismo’, dito populista, marcado pelo ‘vanguardismo’, pelo ‘cupulismo’, pelo distanciamento das bases e pela debilidade organizativa, [...].<sup>116</sup>

Vale ressaltar a proximidade destas críticas com aquelas discussões travadas entre os militantes das esquerdas que acompanhamos no capítulo anterior. De maneira análoga, também aqui, cupulismo e distanciamento das bases são apontados como características a serem superadas.

As divisões revelavam também uma concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil. “Autênticos e Oposições Sindicais”<sup>117</sup> compunham o autodenominado bloco “combativo”<sup>118</sup> e constituíam o “novo sindicalismo”. No bloco encontravam-se setores da Igreja progressista e os militantes das organizações da chamada “esquerda radical”. Fora do “bloco combativo”, a “Unidade Sindical” agrupava

<sup>115</sup> Santana, 1999. O autor destaca nesta vertente, as análises de Francisco Weffort.

<sup>116</sup> *ibidem*, 1999.

<sup>117</sup> As oposições sindicais eram compostas por militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista. Tinham como ponto central o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o sindicato oficial, até aquelas contrárias à este tipo de articulação.

<sup>118</sup> Vale dizer que é só a partir das greves de 1978 e no período que se segue até a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que os sindicalistas “autênticos” e o movimento das Oposições Sindicais vão se consolidando enquanto um bloco, em um processo que não se deu sem tensões.

lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, e militantes de alguns setores das esquerdas tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8).

Dialogando com estas considerações buscamos o discurso produzido pelas lideranças do movimento sindical conduzido pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo por meio do acompanhamento do jornal *Tribuna Metalúrgica*. Priorizamos a Coluna Nossa Opinião, assinada pelo diretor em exercício, por nos oferecer a possibilidade de identificar as posições das distintas diretorias que estiveram à frente do sindicato ao longo do período estudado e, mais importante, acompanhar as opiniões de uma mesma diretoria ao longo de dois mandatos.<sup>119</sup> A Seção Educação e Cultura, assinada por Antonio Carlos Felix Nunes, redator responsável pelo jornal entre 1971 e 1982, também foi acompanhada dada a sintonia com os temas em foco, conforme veremos.

No momento de sua criação o *Tribuna Metalúrgica* se apresentava como órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Na capa, a apresentação do jornal em artigo intitulado “Este jornal será a sua voz”<sup>120</sup> deixa perceber que, naquele início de década, o sindicato ainda não elaborara qualquer tipo de questionamento ao cupulismo. A considerar a dicotomia novo/velho pode-se dizer que a intenção exposta na apresentação do jornal demonstra maior proximidade com velhos posicionamentos. Assim, o jornal pretende “ser a voz dos trabalhadores” intenção coroada pelo desejo de que seu conteúdo fosse um “guia”.<sup>121</sup> A velha conhecida pretensão de guiar...

A postura guarda paralelo com a descrição da participação do sindicato no cenário político de então:

Nosso sindicato tem uma grande atuação no cenário sindical brasileiro; através de sua diretoria, notadamente, participa de todos os movimentos, honestos e respeitosos, onde se discutem e se deliberam sobre os interesses dos trabalhadores. (grifo nosso)<sup>122</sup>

<sup>119</sup> Paulo Vidal Neto foi diretor de 1967 a 1969; presidente de 1969 a 1972 e de 1972 a 1975; Entre 1975 e 1978 foi secretário geral e membro efetivo do Conselho da Federação. A partir do pleito de fevereiro de 1975, Luiz Inácio da Silva ocupará o posto de presidente, sendo reeleito para o período 1978/1981. <http://www.abcdeluta.org.br/Telas/Depoimento>, consultado em 12.08.2009.

<sup>120</sup> TRIBUNA METALÚRGICA, jul.1971, n.1, Capa.

<sup>121</sup> ibidem. A frase é “Seu conteúdo será o seu guia, e é o que esperamos”.

<sup>122</sup> ibidem.

Participação por meio da diretoria. Ainda não há indícios do apelo à participação das bases que caracterizará o “sindicalismo autêntico”. E como entender “movimentos honestos e respeitosos”? Indício, talvez, de um conservadorismo cuja face, vez por outra, desponta nas matérias do jornal.<sup>123</sup>

Voltemos aos objetivos do sindicato. No primeiro número eles são expressos nas seguintes palavras:

[...] denunciar os erros das leis e com responsabilidade postular as suas correções; [...] temos que mostrar a nossa capacidade de colaborar e com responsabilidade exigir a nossa participação nas decisões relativas aos trabalhadores e sobretudo naquelas que dizem respeito aos interesses do nosso querido Brasil.<sup>124</sup>

Chamamos atenção para três aspectos: em primeiro lugar o objetivo é denunciar os erros da lei. Não se trata de discutir o sistema capitalista ou mesmo a ditadura. Por outro lado, trata-se de demonstrar a capacidade dos trabalhadores organizados de colaborar. Daí a exigência de participação nas decisões relativas ao mundo do trabalho. O discurso não explicita o embate, ao contrário, dá destaque às ideias de colaboração e de brasilidade que a todos unem. Defendem-se os “interesses do nosso querido Brasil”. Ausenta-se, portanto, a problemática das classes sociais. O objetivo do sindicato chega a ser expresso a partir desta chave: “A nossa meta é o Brasil, grande e forte, com seu povo feliz e sem problemas.”<sup>125</sup> Frase repetida à exaustão naqueles primeiros números da Tribuna.

Aliás, a harmonia parece um lema no discurso de Paulo Vidal Neto que assinará a coluna até abril de 1975. É possível vê-lo também em matéria que noticia o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realizado em setembro de 1974. Depois de apresentar a difícil situação enfrentada pelos trabalhadores brasileiros, afirma o diretor do

---

<sup>123</sup> Penso em especial nas crônicas publicadas no *Tribuna Metalúrgica*, quase sempre assinadas por Antonio Carlos Felix Nunes, editor do jornal, em seções que vinculam educação, recreação e cultura. Um exemplo pode ser visto na crônica publicada na seção “Recreação e Cultura”, tendo o seguinte título: “Uma fantástica experiência (ou a grande dúvida de Mário)”, conta a história de Mário, um trabalhador, que é preso por não portar carteira profissional. O traço de conservadorismo que queremos destacar se expressa em detalhes como a grande preocupação que Mário demonstra em relação à possibilidade de ficar preso com travestis. Mário receia que: “os anormais o agarrem ou que, involuntariamente, num momento de fúria, os presos se joguem sobre ele” (grifo nosso). Portanto, a homossexualidade é vista como anomalia e justifica o medo. Discute-se pouco o absurdo e os perigos envolvidos na possibilidade de ser preso por não ser portador de carteira de trabalho. In: *Tribuna Metalúrgica*, São Bernardo do Campo, fev.1977, n.40, p.11.

<sup>124</sup> TRIBUNA METALÚRGICA, jul.1971, n.1, Capa.

<sup>125</sup> CUSTO de vida e salários. *Tribuna Metalúrgica*, mai.1974, n.23, p.3.

sindicato: “[...] Queremos um Brasil forte e potente [...]”.<sup>126</sup> Nos objetivos do Congresso, a intenção de agir politicamente, mas,

[...] Sem contestações, tomaremos a liberdade que a nossa dignidade nos assegura, para apresentar às autoridades, aos empresários e ao povo em geral, propostas concretas que permitam atualizar nosso sistema legal, seja, Trabalhista Sindical e Previdenciário, de forma a alcançar uma autêntica Justiça e Paz Social (grifo nosso).<sup>127</sup>

A intenção, além de pontual, centra-se na proposta de atualização do sistema legal. Reformas a serem conseguidas sem contestações ainda que o objetivo seja ambicioso como a construção da justiça social. O número de participantes no Congresso foi limitado em 500 pessoas, segundo a Tribuna, devido ao espaço físico. Destaque-se que o apelo à participação é feito àqueles que tivessem dentro de si “espírito patriótico e coletivista [...]”.<sup>128</sup>

Também é possível acompanhar outros elementos que compunham aquele universo através da seção Educação e Cultura. Em dezembro de 1974 a coluna discute a proibição, expressa na Consolidação das Leis do Trabalho, às entidades sindicais de promover política partidária. Inicia-se diferenciando política e política partidária e desenvolvendo uma longa argumentação, ao final da qual, concorda que a relação sindicato/política partidária não era uma boa relação, “neste particular, a lei parece até muito sábia”.<sup>129</sup> Isso porque ambos, partido e sindicato, são órgãos estruturalmente parecidos e, por isso, não poderiam conviver.

Um dos dois seria absorvido em suas atividades fundamentais, por aquele que atuasse com mais força. [...]. Repetimos, portanto, que a lei que proíbe política partidária nos sindicatos foi elaborada de maneira bastante sábia.<sup>130</sup>

Ou seja, o apoliticismo fazia-se presente nos postulados defendidos pelo sindicato, pelo menos, durante a gestão de Paulo Vidal. Esta mesma postura será defendida pela diretoria que assumiu em 1975 só se transformando nos meses finais de 1978.

<sup>126</sup> I CONGRESSO dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Tribuna Metalúrgica*, jul.1974, n.24, p. 4. O Congresso realizou-se entre dos dias 6 a 8 de setembro de 1974 na sede da entidade, com a participação de 250 delegados. [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=96](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=96), acessado em 20.10.2009.

<sup>127</sup> TRIBUNA METALÚRGICA, jul.1974, n.24, p. 4.

<sup>128</sup> *ibidem*. O documento final que define os princípios e objetivos da categoria pede, no primeiro item, liberdade sindical. Intitula-se Resoluções - Declaração de São Bernardo de Campo. Disponível em <http://www.abcdeluta.org.br/Telas/Congressos/Contexto.asp>. Acessado em 11.08.2009.

<sup>129</sup> POLÍTICA, sindicato e eleições do dia 15 de Novembro. *Tribuna Metalúrgica*, dez.1974, n.26, p.5.

<sup>130</sup> *ibidem*.

Continuemos um pouco mais no ano de 1975. Ele inicia-se com as eleições para a diretoria que ficaria à frente do sindicato até 1978. O pleito ocorreu no dias 24, 25 e 26 de fevereiro daquele ano. Muitos dos eleitos já estavam na diretoria que encerrava seu mandato. É o caso de Luiz Inácio da Silva que se torna o novo presidente. A respeito de sua escolha, Paulo Vidal afirma na última coluna Nossa Opinião que assina como presidente: “[...] Por proposta minha e aprovada por unanimidade da Diretoria elegemos o companheiro Luiz Inácio da Silva, atual Primeiro Secretário, para ser o nosso presidente [...].”<sup>131</sup> Inegável, pois, certo ar de continuidade...

Ao elaborar suas análises sobre o momento da posse o novo presidente demonstra parte de seu posicionamento político. Considerava a conjuntura particularmente difícil. Nela,

De um lado, vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, [...]. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, [...].<sup>132</sup>

Marxismo e capitalismo eram igualmente maléficos. Em qual campo político se situaria o novo presidente? Vejamos.

Nos primeiros anos da nova gestão a coluna Nossa Opinião continuará voltada para temas estritamente ligados ao mundo do trabalho. Aliás, a primeira coluna que Luiz Inácio da Silva assinou como presidente do sindicato não se vinculava diretamente ao mundo do trabalho. Discutia a poluição.<sup>133</sup> No número seguinte, o presidente teve em mira o FGTS e, obviamente, ao longo do tempo, as questões salariais. Em comum com as colunas assinadas pelo antigo presidente, além da temática vinculada ao mundo do trabalho, o fato de não discutir temas candentes na sociedade. Em novembro de 1975, por exemplo, no primeiro número do *Tribuna Metalúrgica* publicado após a morte do jornalista Vladimir Herzog nem uma linha sobre o fato.<sup>134</sup> Característica que se transformará bastante ao final da década, conforme veremos, quando protestos ocuparão importantes espaços na publicação denunciando torturas e prisões.

<sup>131</sup> TRIBUNA METALÚRGICA, abr.1975, n.28, p.3.

<sup>132</sup> O PRESIDENTE que entra. *Tribuna Metalúrgica*, jun.1975, n.29, p.4.

<sup>133</sup> DRAMA da poluição. *Tribuna Metalúrgica*, jul.1975, n.30, Nossa Opinião, p.4. A observação dos títulos da coluna até o início de 1977, confirma este aspecto. Vejamos: “O dinheiro do FGTS que ninguém recebeu” (nov.1975, n.31); “Luta salarial e os entraves do sistema” (jan.1976, n.32); “Resultado de um Acordo” (mar.1976, n.33); “Salário Mínimo” (mai.1976, n.34); “Reajuste salarial e os erros de cálculo” (jul.1976, n.35); “Um Congresso quando os ventos são bons” (ago.1976, n.36); “Sindicato vai lutar por reajustes mensais” (out.1976, n.38).

<sup>134</sup> Nem mesmo a prisão de Frei Chico, irmão do então presidente do sindicato, ocorrida dias depois da prisão de Vladimir Herzog, muda este aspecto. O jornal nada publica sobre o assunto.

Em 1975, apesar da ausência destes temas, o *Tribuna Metalúrgica* dá destaque ao anúncio feito pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, sobre o fim da censura que vinham sofrendo desde 1968. A seção Educação e Cultura demonstra otimismo:

Enfim, parece que é esse sistema (o das liberdades) que começa a ser restituído em nosso País. Indícios claros disso já afloram por aí. O simples fato de a gente poder falar em democracia, aqui na *Tribuna Metalúrgica*, já é uma indicação de que as coisas estão mudando [...].<sup>135</sup>

Nas últimas linhas da matéria, indícios daquele mesmo conservadorismo a que já fizemos referência: “O jornal *O Estado de São Paulo* já conta com liberdade para divulgar coisas que antes não divulgava, como a prisão de elementos políticos subversivos [...]”<sup>136</sup>. Não há nenhum tipo de problematização quanto ao significado de subversivo.

Em resumo, naquele momento um conjunto de elementos distanciava o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo daquilo que caracterizará o “novo sindicalismo”. Em primeiro lugar, a ação política se realizava por meio da diretoria do sindicato, vale dizer, ainda não se criticava o “cupulismo”. Por outro lado, a retórica presente nas páginas do *Tribuna* era marcada pelo ideal da harmonia e da unidade, pelo “bem do Brasil”, enquanto o sindicato surgia como uma grande família. Tudo isso, regado por um apoliticismo que depositava todas as esperanças no homem e não em projetos políticos.

Em agosto de 1976, notam-se algumas mudanças nas análises publicadas. Nessa edição, anuncia-se o II Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema para setembro de 1976<sup>137</sup> e nota-se a intenção de diferenciar o sindicalismo surgido em São Bernardo daquele sindicalismo “distorcido, impregnado de vícios, que acomoda os oportunistas e os sem-consciência de classe”.<sup>138</sup> Insinua-se, portanto, um conteúdo classista no discurso ao mesmo tempo em que diminuem as referências à harmonia incorporando-se uma retórica mais marcada pela ideia de conflito. Margareth Keck registra essas mudanças, sugerindo que nessa época “Lula tornou-se politicamente mais consciente”<sup>139</sup>, e as vincula às muitas viagens, aos cursos e debates dos quais participou. Ainda segundo a autora é nesse momento que firma-se como o verdadeiro presidente do sindicato tornando-se independente frente às diretrizes definidas por Paulo Vidal.

<sup>135</sup> ANO político e nossas liberdades. *Tribuna Metalúrgica*, abr.1975, n.28. Educação e Cultura.

<sup>136</sup> ABOLIDA a Censura? *Tribuna Metalúrgica*, jan.1975, n.27, Repórter Metalúrgico, p.6.

<sup>137</sup> O II Congresso foi realizado de 17 a 19, set.1976, com cerca de 250 delegados.

<sup>138</sup> UM CONGRESSO quando os ventos são bons. *Tribuna Metalúrgica*, ago.1976, n.36, p.3.

<sup>139</sup> KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991. p.92.

O II Congresso (1976) pretendia, “com a reunião das bases, [...], mostrar à opinião pública e às próprias autoridades, que nosso sindicalismo deseja indireitar (sic) o seu rumo, visando o cumprimento do seu verdadeiro papel”.<sup>140</sup> Não se trata mais de apresentar propostas concretas às autoridades, mas de buscar soluções que “[...] inclinem o leme do grande barco para uma rota mais segura em direção à justiça social [...]”.<sup>141</sup> No mês seguinte, setembro, o Tribunal Superior do Trabalho concorda, como se sabe, com a maioria das reivindicações salariais da categoria ao acolher recurso interposto pelo departamento jurídico do sindicato contra o acordo salarial celebrado em abril entre o órgão federativo e a entidade patronal. O recurso pleiteava o direito do sindicato ajuizar seu próprio dissídio salarial. Ao comentar a vitória nas páginas do *Tribuna Metalúrgica*, Luiz Inácio verbaliza a importância da quebra das tradições, um dos inimigos contra os quais o sindicato havia lutado:

Começamos por lutar contra uma tradição ruim, e contra a descrença e a falta de esperança de alguns [...]. Lutamos contra todo o patronato, e suas entidades sindicais. Contra alguns sindicatos irmãos, e contra a tendência da nossa própria federação.<sup>142</sup>

A decisão representava, em sua opinião, uma vitória do sindicalismo de base, temática que passa a fazer parte de suas análises. Entretanto, nesse final de 1976, as ações políticas sugeridas pelo presidente do sindicato ainda passavam pelo respeito à legalidade imposta pelos militares: “[...] agora todos sabem que este Sindicato está preparado, e que saberá se conduzir, dentro da Lei e da Ordem, pelos caminhos que nos levarão aos nossos grandes destinos (grifo nosso).”<sup>143</sup> No verbo conduzir a expressão de continuidades e de similitudes? O caminho se define: dentro da Lei e da Ordem.

Pouco a pouco se aprofunda a discussão sobre a participação dos trabalhadores na luta sindical. Na edição de fevereiro de 1977 sob o título “Só com participação obteremos vitória”<sup>144</sup> a coluna Nossa Opinião convoca a categoria. Trata-se de um “puxão de orelhas”, uma vez que, a assembleia que se realizaria no dia 13 de fevereiro, fora adiada para 4 de março, devido à presença pouco representativa de operários, cerca de 500, de uma categoria composta por mais de 120 mil empregados. Entre o velho e o novo, no apelo à participação, Lula valoriza o legado histórico: “[...] E, à nossa memória, acode a lembrança dos milhares de

<sup>140</sup> TRIBUNA METALÚRGICA, ago.1976, n.36, p.3.

<sup>141</sup> ibidem.

<sup>142</sup> A GRANDE vitória. *Tribuna Metalúrgica*, set.1976, n.37, p.3.

<sup>143</sup> ibidem.

<sup>144</sup> SÓ COM participação obteremos vitória. *Tribuna Metalúrgica*, fev.1977, n.40, p.3.



companheiros que, no passado, deram a própria vida para que hoje pudéssemos viver com um pouco mais de dignidade.”<sup>145</sup>

Os ânimos se acirrarão nos meses subsequentes, sobretudo, devido àquele reconhecimento do governo em relação aos índices de inflação divulgados nos anos de 1973/1974. Muitas matérias publicadas<sup>146</sup> na edição de setembro de 1977 demonstram indignação com os fatos que vieram a público. Os trabalhadores começam a exigir equidade de tratamento com os empresários cujas exigências foram atendidas ainda em 1974. Surgem propostas de greve. A campanha pela reposição das perdas decorrentes da manipulação dos índices transformou o presidente do sindicato em líder dos trabalhadores. Contudo, o momento não era fácil para a realização de protestos. Na mesma edição que noticia o engodo construído pelo regime, encontramos matéria dando conta do resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, apontando que metade dos paulistas, e 42% dos cariocas queriam que o regime, no Brasil, mudasse passando a ser mais democrático.<sup>147</sup> Apenas metade dos paulistas, e menos que isso no Rio de Janeiro. Ou seja, a outra metade não queria mudanças. De fato, autoritária era a sociedade no interior da qual haveriam de lutar os trabalhadores.

A coluna assinada por Lula no *Tribuna Metalúrgica* daquele mês põe em destaque a legitimidade das reivindicações dos trabalhadores e afirma a disposição de luta “através das próprias leis que aí estão”.<sup>148</sup> Ao mesmo tempo, adverte que “os trabalhadores pretendem abrir caminho para um sindicalismo mais atuante e autêntico”.<sup>149</sup> Esses acontecimentos, que marcaram os anos de 1976 e 1977, parecem centrais para a compreensão das mudanças que se expressarão a partir de 1978. De um lado, a vitória do recurso interposto pelo departamento jurídico do sindicato contra o acordo salarial fortalecia a crença na viabilidade da “luta dentro da lei”. Por outro lado, o reconhecimento dos erros do governo conferia uma legitimidade crescente à luta dos trabalhadores, ajudando a contrabalançar as posições daquela parte da sociedade brasileira, bastante significativa, que ainda apoiava o regime. Tudo isso, em meio ao recrudescimento da opressão, a que já fizemos referência, e, a despeito dela, em meio à eclosão de uma miríade de movimentos sociais que tentavam cavar espaço para uma pauta ampla de reivindicações. Em meio a isso tudo, o presidente do sindicato defendia que os

<sup>145</sup> SÓ COM... *Tribuna Metalúrgica*, fev.1977, n.40, p.3.

<sup>146</sup> ESTÓRIA de um milagre. *Tribuna Metalúrgica*, set.1977, n.43, p.7.

<sup>147</sup> DEMOCRACIA. *Tribuna Metalúrgica*, set.1977, n.43, Repórter Metalúrgico, p.9.

<sup>148</sup> OBJETIVO justo de uma luta difícil. *Tribuna Metalúrgica*, set.1977, n.43, p.3

<sup>149</sup> ibidem.

trabalhadores desvinculassem a luta pelas liberdades sindicais das lutas mais amplas pela democracia. Na argumentação, a mesma visão sobre a falta de preparo da classe trabalhadora:

[...] a classe trabalhadora não está preparada ainda [...] para participar de um processo político. Nós precisamos deixar de ver o trabalhador como massa seguidora. Ela tem que ser uma massa de determinações [...]. E hoje, se abrem uma Constituinte, tenho certeza absoluta que a classe trabalhadora não estaria preparada para participar.<sup>150</sup>

Ou seja, esta esfera de atuação política também se apresentava profundamente verticalizada, demonstrando uma visão elitista da política. Por um lado, isso poderia demonstrar o fato de tratar-se de um traço da cultura política brasileira que, inclusive, transcenderia as esquerdas. Por outro, torna ainda mais importante os sentidos dos encontros, em construção naquele momento, entre as diferentes esferas de atuação política.

Os sindicalistas continuavam a despolitizar a luta dos trabalhadores, ao defender que “a situação da classe trabalhadora [tinha] que ser resolvida diretamente entre empregado e empregador. O governo deveria ser apenas mediador”.<sup>151</sup> Posicionamento que ajuda a explicar os elogios recebidos pelo sindicalista de pessoas como Delfin Neto e/ou Luís Eulálio Bueno Vidigal, então presidente do sindicato das empresas de autopeças. Nas avaliações publicadas em artigo no jornal *Movimento*, ainda em março de 1978, esse prestígio teria nascido “da maneira enérgica com que Lula separa a política das reivindicações do sindicato”.<sup>152</sup>

Em fevereiro de 1978, novo processo eleitoral no sindicato levará à reeleição da diretoria<sup>153</sup> do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. O editorial escrito no contexto da posse começa a elaborar as mudanças em termos mais amplos, ao explicitar a ideia de ruptura com o velho, ainda que os contornos do “novo sindicalismo” ainda não pareçam muito definidos:

Fala-se, hoje, em novo sindicalismo, um movimento trabalhista liberto da tutela do Estado. Nós, contudo, embora um dos responsáveis pelo lançamento da ideia audaciosamente incrementada pela imprensa, achamos que o sindicalismo verdadeiro se constrói a partir da arrumação de nossa própria casa. Queremos dizer com isto que o programa da atual diretoria inclui a projeção individual do Sindicato

<sup>150</sup> A CONSTITUINTE... *Movimento*, 14 nov.1977, n.124, p.3.

<sup>151</sup> OS FRUTOS do diálogo. *Movimento*, 7 nov.1977, n.123, p.7.

<sup>152</sup> A VITÓRIA das idéias de Lula. *Movimento*, 6mar.1978, n.140, p.2.

<sup>153</sup> Novamente, apenas uma chapa se inscreve para a disputa. Lula é reeleito para a presidência. Mais de 50% da diretoria também é renovada. A chapa obteve 23.958 votos (97%). <http://www.abcdeluta.org.br>. Acesso em 2.10.2009.

em vários aspectos: no assistencial, no cultural, no educativo, no organizativo e no reivindicativo. [...]. Esse o ideário para os nossos próximos três anos.<sup>154</sup>

Ou seja, o planejamento ainda restringia-se à projeção individual daquele sindicato e ainda não havia problematização quanto às suas funções assistenciais, por exemplo.

Mesmo com a eclosão da greve de maio de 1978, mantém-se a decisão de não conferir à ela um caráter de oposição ao governo, conforme as palavras do vice-presidente do sindicato, Rubem Arruda:

[...] Encontramos panfletos na fábrica, falando de socialismo e outros bichos. Mas posso dizer a esse pessoal que eles não vão conseguir nada aqui. O sindicato se preocupou muito com isso. Na segunda-feira, até redigiu uma nota que distribuiria na quarta, esclarecendo que as greves não tinham fundo 'político'. [E garantiu]: Alertamos para que não se deixem influenciar por panfletos clandestinos [...], que nada têm de comum com a luta dos trabalhadores e do sindicato.<sup>155</sup>

É interessante observar que, mesmo com a prisão de seu irmão, Lula ainda pareça distante do clima imposto pelos mecanismos de repressão empregados pela ditadura. Meses antes da greve, em entrevista publicada no Pasquim em março de 1978, perguntado sobre a construção de sua liderança em tempos de repressão, responde:

[...] acho que o homem que não é corrupto, que não deve nada a ninguém, que não quer fazer do sindicato um emprego, pode falar à vontade. Acho até estranho quando os dirigentes sindicais de um tempo pra cá falam no medo.<sup>156</sup>

Mantinha-se avesso à política: “[...] em época de eleições a gente tem se definido, não por partidos, mas pelo homem. Eu digo que sou apolítico.”<sup>157</sup> Apesar deste apoliticismo, e/ou em razão dele, criou-se no interior da sociedade brasileira um importante sentimento de solidariedade em relação aos trabalhadores. Esta solidariedade será percebida à medida que eclodirem as greves e, sobretudo, durante a greve dos 41 dias, em 1980, quando será citada de maneira recorrente. São emocionadas as narrativas dando conta da mobilização social que garantiu, inclusive, alimento para as famílias dos grevistas.

<sup>154</sup> POSSE, ideário e nossos projetos. *Tribuna Metalúrgica*, jun.1978, n.46.

<sup>155</sup> GREVE - a maior greve dos últimos 10 anos, em São Paulo, começou com 100 operários. No fim de semana, envolvia 30 mil. *Movimento*, 22mai.1978, n.151, p.3.

<sup>156</sup> Entrevista concedida ao jornal Pasquim em 24.03.1978. Cf. Núcleo op.cit. p.13.

<sup>157</sup> *ibidem*, p.33.

Ao mesmo tempo, é muito interessante observar nas propostas que Lula apresenta aos trabalhadores, em maio de 1978, a presença de posicionamentos muito semelhantes àqueles identificados nas organizações comunistas e resumidos no termo vanguardismo:

[...] Acontece que nós não devemos ver a salvação do sindicalismo brasileiro ou da classe trabalhadora na quantidade de trabalhadores, mas numa minoria de trabalhadores conscientizada, num grupo de trabalhadores que, unidos chegam a um consenso de coordenar uma luta de classes. [...]. Então, nós devemos selecionar um grupo de trabalhadores conscientes, prepará-los e, a partir daí, soltá-los dentro das fábricas para que eles comecem a fazer o sindicalismo dentro delas, [...] (grifo nosso).<sup>158</sup>

Em apenas um parágrafo reúne termos como salvação e minoria conscientizada. Contudo, é importante dimensionar a intensidade do processo de politização vivido pelas lideranças do sindicato naqueles anos. Vale lembrar que participarão da construção de um projeto político que incorporará demandas trazidas por variados movimentos como o de mulheres<sup>159</sup>, o movimento negro, ou dos homossexuais etc. Neste sentido, há, ao menos no plano da retórica, mudanças significativas.

Trata-se de um processo de incorporação no discurso de Lula, e do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de elementos da retórica das esquerdas. Por exemplo, ao contrário das posições defendidas no início da década e mesmo durante a primeira presidência de Lula no Sindicato, o discurso passará a ressaltar os problemas da sociedade de classes e a inevitabilidade da luta entre estas classes. Começará também a elaboração das relações entre democracia e socialismo. Um processo de discussão e de incorporação de posicionamentos progressistas que interessa acompanhar.

Em primeiro lugar, destacam-se mudanças em relação à compreensão da participação dos trabalhadores na vida política do país. No programa *Vox Populi*, Lula teria afirmado que “o trabalhador deve participar da vida política, das decisões da Nação e quando ele participar as coisas mudarão automaticamente”.<sup>160</sup> Uma posição muito distante daquele posicionamento de final de 1977, quando, conforme vimos, defendia que a classe trabalhadora não estava preparada para participar de um processo político. Na seqüência, pode-se ter a dimensão de outras mudanças ocorridas nas posições defendidas por Lula. Em julho de 1978, o artigo intitulado “Lula – A greve será absorvida em todo Brasil”, analisa uma entrevista concedida

<sup>158</sup> Entrevista concedida à *Vox Populi*/TV Cultura, op.cit., p.57-58.

<sup>159</sup> Sobre a discussão de gênero no PT ver DELGADO, Maria do Carmo Godinho. Desigualdade de gênero e participação política das mulheres: a experiência do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 2000. (Mestrado em Ciências Sociais).- PUC, São Paulo, 2000.

<sup>160</sup> AS POLÊMICAS... *Movimento*, 29mai.1978, n.152, p.9.

pelo líder à sucursal mineira do *Em Tempo*. Nela, Lula avalia a greve do ABC como “uma demonstração de que a classe trabalhadora está preparada [...] inclusive para participar da vida política da nação”.<sup>161</sup> Observam-se mudanças também em relação à proposta de criação de novos partidos políticos:

[...] o que eu acho importante e fundamental no atual momento político brasileiro é nós trabalhadores nos preocuparmos em participar da vida política [...]. O segundo passo seria a classe trabalhadora criar um partido político [...]. Acho também que é uma questão de tempo a classe trabalhadora se organizar num partido político [...].<sup>162</sup>

[E define]:

Quando falo em partido dos trabalhadores, o que quero dizer é o mesmo que o Geraldo Vandré dizia na sua música: quem sabe faz a hora. Não devemos ficar esperando que alguém crie alguma coisa, uma vez que a classe trabalhadora está consciente da necessidade de um partido seu e quer isto. E nós temos condições para tal. [...]. A criação desse partido tem que ser demonstrada pela necessidade que existe do trabalhador participar ativamente da vida política do país, de todas as decisões da nação [...].<sup>163</sup>

Também aqui, há uma distância considerável em relação àquela postura publicada em novembro de 1977, quando afirmava que resolver o problema da classe trabalhadora independia de partido político. Todo o acento é colocado na participação.

Questionado sobre a mudança de opinião em relação aos partidos, responde: “A única coisa concreta que eu sei é que a classe trabalhadora (todos os assalariados) tem que criar um partido político.”<sup>164</sup>

Aliás, proliferam as demonstrações do crescente interesse dos trabalhadores pela política. Destacamos a posição de David Morais (presidente do Sindicato dos jornalistas de São Paulo):

[...] mesmo líderes sindicais que seguiam uma linha economicista vêm hoje que, em última análise, todas as reivindicações, inclusive as de ordem econômica, só serão conseguidas a partir da conquista das liberdades democráticas [...].<sup>165</sup>

<sup>161</sup> LULA – a greve será absorvida em todo Brasil. *Em Tempo*, 3jul.1978, n.18, p.6.

<sup>162</sup> SINDICATOS dizem não às reformas. *Em Tempo*, 3jul.1978, n.18, p.6.

<sup>163</sup> DIFÍCIL o trabalhador cair num engodo. *Movimento*, 25dez.978, n.182, p.5.

<sup>164</sup> SINDICATOS...*Em Tempo*, 3jul.1978, n.18, p.6.

<sup>165</sup> *ibidem*.

Assim, ao longo do tempo e sobretudo das experiências grevistas, Lula vai assumindo suas metamorfoses: “[...] Realmente eu era um dirigente apolítico até 1977.”<sup>166</sup> À medida que se metamorfoseia, enfrenta a dificuldade, ao menos inicial, de definir-se politicamente:

[...] Jamais iria dizer que sou um social-democrata, como jamais diria que me arvorava a socialista ou marxista. Penso que a luta que a gente trava no dia-a-dia demonstra bem o que queremos em termos de sistema político e econômico.<sup>167</sup>

[Meses depois],

[...] O que nós precisamos é fazer com que a sociedade participe da implantação de um regime que considere melhor. Nem capitalista nem comunista. Sei lá... Eu acho que a prática vai demonstrar que existe... quem sabe... alguma coisa a mais que possa melhorar a situação do Brasil...<sup>168</sup>

Paulatinamente, a indefinição assumirá papéis importantes. Servirá de antídoto ao elitismo, preencherá vazios e responderá a incertezas. Não cabiam respostas prontas. Onde havia polêmicas ou dúvidas, deixava-se as respostas com os trabalhadores. Artificio fundamental na construção do Partido dos Trabalhadores. Ainda voltaremos a este aspecto.

Por outro lado, aos poucos, o discurso sobre a possibilidade de aproximação com os demais movimentos sociais começa a incorporar reajustes. Paulatinamente, aquela postura que defendia o distanciamento entre as esferas de atuação política quase será negada: “[...] Da minha parte nunca houve um distanciamento meu em relação aos estudantes e intelectuais.”<sup>169</sup> A questão vai ganhando contornos novos. Tratava-se de definir as condições nas quais a união entre esferas deveria consolidar-se. A argumentação baseia-se na diferenciação entre lutas específicas e lutas mais gerais:

Eu acho que nas lutas específicas dos trabalhadores, estudantes não têm que se meter. Agora, numa luta de nível nacional por uma Assembleia Constituinte, pela anistia, defesa do petróleo, da Amazônia, coisas assim, todos nós podemos estar juntos: estudante, intelectual, trabalhador, todo mundo.<sup>170</sup>

À medida que se convence da necessidade de que o trabalhador participe politicamente, inclusive através da política partidária, intensifica a defesa da articulação entre diferentes movimentos sociais. Em entrevista ao *Em Tempo*, em maio de 1979, quando já

<sup>166</sup> Entrevista concedida por Lula ao *ABCD Jornal*, em 12/1979, Cf. Núcleo, op.cit. p.232.

<sup>167</sup> Entrevista concedida por Lula à *Gazeta Mercantil*, em 05/04/1979, Cf. Núcleo, op.cit. p.169.

<sup>168</sup> Entrevista concedida por Lula à *Playboy*, jul.1979. Cf. Núcleo, op.cit. p.225.

<sup>169</sup> Entrevista concedida por Lula à *Tribuna da Imprensa*, 12/02/1980. Cf. Núcleo, op.cit. p.251.

<sup>170</sup> Entrevista concedida por Lula à *Playboy*, jul.1979. Cf. Núcleo, op.cit. p.225.

defendia a criação de um partido dos trabalhadores, perguntado sobre a presença de outros setores de oposição no partido afirma: “[...] não se pode de maneira alguma excluir estudantes, setores da Igreja, profissionais liberais, que de fato venham fazendo uma oposição conseqüente [...]”<sup>171</sup> Também muda o ponto de vista em relação à Igreja:

— O comportamento da Igreja nos últimos anos e sobretudo agora não deixa dúvidas de que, após Medellín e Puebla, grande parte de seus membros se colocou efetivamente ao lado dos mais necessitados [...].<sup>172</sup>

Para o líder, o ponto de inflexão fora dado pelas greves: “Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política [...]”<sup>173</sup> Segundo sua narrativa, percebera, também com elas, o preparo da classe trabalhadora inclusive para participar da vida política da nação. Neste diapasão, começa a discutir o partido político. Em entrevista concedida ao jornal *Em Tempo*, justifica a indefinição de seus contornos: “[...] Eu acho que o partido dos trabalhadores deve sair da consciência dos trabalhadores. Esse seria o primeiro passo. Em segundo lugar seria discutir se ele seria socialista, comunista, democrata cristão etc.”<sup>174</sup> Ou:

Seria muita petulância de um dirigente sindical tentar definir a linha de um partido antes de promover um debate com a classe trabalhadora. Não acho correto tomar decisões de cúpula sobre o partido e depois fazer com que o trabalhador aceite essas decisões. [...].<sup>175</sup>

As imprecisões das quais nos fala Daniel Aarão Reis, colocadas numa retórica que encontrava eco na autocrítica das esquerdas comunistas que, conforme vimos, identificavam o vanguardismo como um de seus principais erros.

Em outubro de 1978, ocorreu o III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, na cidade de Guarujá, em São Paulo. Além dos 400 inscritos, também tiveram direito a voz e voto, militantes e dirigentes sindicais de outras categorias profissionais. É possível perceber a presença de militantes remanescentes das organizações políticas. No conjunto podem-se identificar três vertentes:

<sup>171</sup> Entrevista concedida ao *Em Tempo*, 25/05/1979. Cf. Núcleo, op.cit. p.195.

<sup>172</sup> Entrevista concedida à *Isto é*, 28/05/1980, Cf. Núcleo, op.cit. p.286. Em Medellín ocorrera, em 1968, a II Assembléia Geral da Conferência Episcopal Latino Americana (Celam), que trouxera mudanças profundas, a partir das quais, as Comunidades Eclesiais de Base ganham impulso.

<sup>173</sup> Entrevista concedida por Lula ao *ABCD jornal*, Cf. Núcleo, op.cit. p.232.

<sup>174</sup> LULA – a greve será absorvida em todo Brasil. *Em Tempo*, 3jul.1978, n.18, p.6.

<sup>175</sup> Entrevista concedida por Lula à *Isto é*, 21/02/1979, Cf. Núcleo, op.cit. p.154/155.

[...] a primeira, de militantes ligados a grupos e tendências políticas trotskistas; a segunda, grupos e tendências políticas leninistas, stalinistas e de militantes originários de organizações operárias ligadas à Igreja Católica (Ação Católica); e a terceira vertente, composta por aqueles militantes independentes, que descobriram a atuação sindical a partir das lutas e iniciativas do Sindicato, portanto, muito afinados com as propostas da diretoria.<sup>176</sup>

O tema central do Congresso foi a estrutura sindical brasileira. Nele, foram traçadas as diretrizes para a implantação de um “novo sindicalismo”, exigindo-se autonomia e liberdade sindicais, entendidas como o total desligamento dos órgãos classistas dos trabalhadores em relação ao governo e, como condição fundamental para a democracia.

Em relação à participação política cumpre destacar que, à medida que se afirmava o discurso em prol desta participação, negavam-se os discursos do passado. Intitulada “Nossa participação na política”,<sup>177</sup> a coluna Nossa Opinião da edição de agosto de 1979 do *Tribuna Metalúrgica*, tem por objetivo defender a participação política dos trabalhadores. A argumentação se inicia com uma recuperação histórica: “Manter os trabalhadores afastados da atividade político-partidária foi sempre a principal preocupação dos governos brasileiros [...]”.<sup>178</sup> É como se as diretorias do sindicato nunca houvessem concordado com tamanho absurdo!

Por este caminho, o autor elabora a defesa da participação do trabalhador na política para mudar a tradição de sucumbir à premissa “promovida pelos poderosos, no sentido de inculcar nas pessoas que política é coisa de político, que não interessa ao povo”.<sup>179</sup> Ao desenvolver seus argumentos explicita-se, em 1979, uma compreensão do partido muito semelhante à que vimos presente entre os militantes das esquerdas que estamos acompanhando: “[...] a finalidade de um partido político não é apenas eleger os governantes: ele funciona como uma espécie de alto comando de todos os componentes do Poder” (grifo nosso).<sup>180</sup> É muito interessante o fato de prevalecer, ao lado da defesa da ampliação da participação política, essa imagem do partido como ‘alto comando’. Similitudes, confluências?

Lula analisa as mudanças ocorridas nos últimos tempos, e conclama:

<sup>176</sup> <http://www.abcdeluta.org.br/materia> acesso em 20.10.2009. O site recupera a memória dos metalúrgicos do ABC, disponibilizando variada documentação.

<sup>177</sup> NOSSA participação na política. *Tribuna Metalúrgica*, ago.1979, n.52, p.3.

<sup>178</sup> *ibidem*.

<sup>179</sup> *ibidem*.

<sup>180</sup> *ibidem*.



[...] os trabalhadores não podem ficar alheios a esse processo de reorganização da vida política do País. [...]. Hoje, queremos ter um lugar no centro das decisões do País, e isso só poderá ocorrer mediante a nossa participação intensiva na reformulação dos projetos político-partidários.<sup>181</sup>

Ao mesmo tempo, nota-se no jornal a presença de matérias que expressam indignação com os abusos da repressão, diferentemente do que vimos em 1975. Um exemplo pode ser visto nas denúncias sobre os excessos cometidos pela polícia, que surgem vinculados à repressão ostensiva contra os movimentos reivindicatórios,<sup>182</sup> contra os trabalhadores. A última edição do ano de 1979 permite que se avalie esse conjunto de alterações nos discursos. Sobretudo, as páginas dedicadas à retrospectiva da década e às projeções para o futuro, oferecem um interessante panorama. Começamos pela retrospectiva...

Os anos situados até 1978 são mostrados como um período de obscurantismo. Na composição dessa escuridão a presença constante da censura e da repressão política, componentes da realidade nacional ausentes por muito tempo dos artigos publicados no jornal, conforme vimos. Observe-se a semelhança com o povo lutador visto por Boal.

Também foi uma década de sofrimentos físicos impostos aos idealistas, aos lutadores do povo, que não se vergaram ao arbítrio do regime político. Os porões dos imundos cárceres, ainda não desativados estiveram cheios de pessoas que passaram pelas mais terríveis torturas. Dezenas foram assassinadas; [...].<sup>183</sup>

Já não se fala em subversivos. Os combatentes são tomados por resistentes: “Os que tentaram resistir, armados, foram quase todos dizimados pela implacável investida militar; [...]”<sup>184</sup> Por fim, o governo teria se isolado do povo. E, mesmo com as eleições, prevalecera o fato perverso dos dois partidos existentes serem frutos do regime de arbítrio.

As perspectivas para o futuro também se apresentam. No artigo “No fim do túnel, uma luz. E nós começamos a grande batalha”,<sup>185</sup> a ideia central é a de que ao final da década, nos dois últimos anos, puderam se acender “luzes de esperança”. Acender que se dera pela movimentação dos trabalhadores. Ressalta-se o conflito. As imagens fazem referência aos campos de guerra: “Na primeira oportunidade deixamos a trincheira e fomos à luta em campo

<sup>181</sup> NOSSA... *Tribuna Metalúrgica*, ago.1979, n.52, p.3.

<sup>182</sup> A QUEM serve a polícia? *Tribuna Metalúrgica*, ago.1979, n.52, p.3.

<sup>183</sup> A DÉCADA de 70 foi assim – Longos anos de obscurantismo político e cultural. *Tribuna Metalúrgica*, dez.1979, n.55, p.4-5.

<sup>184</sup> *ibidem*

<sup>185</sup> NO FIM do túnel, uma luz. E nós começamos a grande batalha. *Tribuna Metalúrgica*, dez.1979, n.55, p.4-5.

aberto” ou “Aqui abriu-se uma trincheira.”<sup>186</sup> Assim, o primeiro momento novo na década teria sido maio de 1978, quando, “atrás de nós se levantou o restante do movimento operário”.<sup>187</sup> Anuncia-se a intenção de substituir o regime:

[...] parece que esse é o regime que teremos daqui para frente, até que nós mesmos, através do aperfeiçoamento de nossa organização e da extensão da nossa unidade o substituamos por outro verdadeiramente justo.<sup>188</sup>

Por conta deste conjunto de fatores a década não podia ser considerada perdida. Constrói-se uma auto-imagem muito positiva: “[...] em meio a essa imensa escuridão, alguns fochos de luz apareceram.”<sup>189</sup> Uma dessas luzes era o sindicato: “Sem falsa modéstia, falemos de nós próprios: foi aqui no ABC, através das atitudes corajosas do nosso sindicato, que a resistência ao arbítrio se deu e se ampliou.”<sup>190</sup>

Prevalecia uma esperança de que a década de 1980 fosse bastante propícia ao avanço da luta dos trabalhadores. Por um lado, seria marcada pela “continuação da crise do capitalismo”,<sup>191</sup> embora, não se acreditasse que o capitalismo fosse substituído em curto prazo. A retórica presente nos artigos do *Tribuna Metalúrgica*, neste período, incorpora muito do discurso das esquerdas: “Efetivamente, o agravamento da crise do capitalismo cria condições para que a classe trabalhadora melhor se organize e lute pela conquista do filão que lhe toca na produção de riquezas [...]”.<sup>192</sup> Entre as mudanças necessárias estaria “o direito de termos nosso próprio partido político, concorrendo com os partidos dos capitalistas, em pé de igualdade”.<sup>193</sup>

Em abril de 1980, o jornal faz a cobertura da greve. Entre orientações básicas aos trabalhadores, como a sugestão para que se evite o consumo de bebidas alcoólicas durante a greve, encontramos nas palavras de Lula uma perspectiva muito distinta daquela que pedia mudanças nas leis:

[...] e o que estamos pedindo não é nada exagerado. Ninguém pleiteia que a fábrica seja dividida com os empregados – hipótese ainda justificável pelo fato de que toda

<sup>186</sup> A DÉCADA..., op.cit. p.4-5.

<sup>187</sup> NO FIM..., op.cit. p.4-5.

<sup>188</sup> ibidem.

<sup>189</sup> AQUI abriu-se uma trincheira. *Tribuna Metalúrgica*, dez.1979, n.55, p.4-5.

<sup>190</sup> ibidem.

<sup>191</sup> 80, a década dos trabalhadores. *Tribuna Metalúrgica*, dez.1979, n.55, p.5.

<sup>192</sup> ibidem.

<sup>193</sup> ibidem.

a produção de uma empresa depende dos nossos braços e do nosso esforço mental. Queremos um modesto aumento de 15 por cento, [...] (grifo nosso).<sup>194</sup>

O jornal fica proibido até dezembro de 1980, quando sua publicação é retomada sob a responsabilidade da ABCD Sociedade Cultural, com o compromisso de voltar ao sindicato assim que a entidade voltasse à legalidade. Em abril de 1981 o *Tribuna* informa o término do mandato da diretoria. A imagem que acompanha a matéria traz Lula nos braços dos trabalhadores. A análise relembra a intensa votação recebida por aquela diretoria, 97% dos votos da categoria, como também, seus feitos e conquistas. Ressalta que seus compromissos foram cumpridos, sobretudo no que tange ao impulsionamento da categoria rumo à greve de 1978, primeira manifestação dos trabalhadores após muitos anos de repressão. Isto trouxera respeito aos trabalhadores. O gesto de São Bernardo abriu “novas perspectivas de liberdades”.<sup>195</sup> Cita a greve de 1979 e o início das perseguições. Neste ano a diretoria fora afastada. Policiais do DOI-Codi e do Deops invadiram casas e prenderam a maioria dos membros da diretoria. Apesar disso, a greve durou 41 dias. A solidariedade demonstrada por parcelas significativas da sociedade brasileira, também é relatada. Em fevereiro de 1981, o Sindicato livra-se da intervenção do Ministério do Trabalho, durante a qual fora presidido por uma Junta. Em agosto ocorrem as eleições que escolheriam a nova diretoria.

Ao encerrar seu mandato, Lula faz uma avaliação dos momentos vividos na direção do sindicato. Ao fazê-lo demonstra a intensidade do processo de politização que vivenciou: “O Sistema Político do capitalismo usou de todos seus meios de repressão para nos afastar do Sindicato.”<sup>196</sup> Ressalta a experiência vivida na luta, o aprendizado:

[...] Agora sabemos, por exemplo, que não basta tão somente reivindicar aumentos de salário, porque a classe exploradora sabe, no dia seguinte, como anulá-los. Também não basta denunciar as violações das leis trabalhistas, porque o governo sempre garantirá a impunidade dos patrões. Em suma, não basta o protesto isolado dentro da fábrica, [...], porque a raiz da desumana exploração e das injustiças sociais está na filosofia do sistema político. E, para se conduzir a luta até a essa raiz, é preciso que os trabalhadores se organizem política e ideologicamente. Só assim a nossa luta produzirá resultados mais positivos.<sup>197</sup>

Este será o sindicato que estará na base da formação do Partido dos Trabalhadores. Um sujeito político portador de uma cultura marcada por aspectos conservadores, mas

<sup>194</sup> A VERDADE que os patrões escondem dos operários. *Tribuna Metalúrgica*, abr.1980, n.57, p.3.

<sup>195</sup> TERMINA o mandato da diretoria. *Tribuna Metalúrgica*, abr.1981, n.59, p.2.

<sup>196</sup> A LUTA continua. *Tribuna Metalúrgica*, ago.1981, n.61, p.3.

<sup>197</sup> *ibidem*.

também, um sujeito a propor, e incorporar, mudanças suficientemente significativas para que se possa falar em “novo sindicalismo”. Espera-se que a narrativa tenha conseguido salientar algumas características da cultura política herdada, bem como as mudanças insinuadas.

Interessa refletir, doravante, sobre as articulações que propiciaram a construção do Partido dos Trabalhadores. A tentativa é de perceber através daquele projeto, em primeiro lugar, as tensões presentes, bem como as similitudes entre as heranças político-culturais dos sujeitos envolvidos. Algumas análises alinhavam grande parte do que estamos discutindo, como as reflexões de Daniel Aarão Reis acerca das origens do Partido dos Trabalhadores compreendida como um “encontro inusitado”<sup>198</sup> entre lideranças sindicais, revolucionários marxistas-leninistas e militantes cristãos radicais. Segundo o autor, houve concessões mútuas.

Um bom exemplo de superação de diferenças pode ser visto no acompanhamento das posturas de Lula frente às questões de gênero. Elas permitem um melhor dimensionamento do nível de concessão necessário para que os movimentos construídos em torno daquelas questões participassem na formação de um partido cuja liderança maior, em dezembro de 1979, afirmava: “Olha, eu acho que sou machista, e me orgulho disso, sabe? Penso que o homem não é um ser superior à mulher. Mas ele tem que preservar certas coisas, né?”<sup>199</sup> Sobre o feminismo, afirmava sua incompreensão sobre o tema: “— Não entendo bem o que é o movimento feminista, eu não sei qual é o seu objetivo [...]” Tenho medo de que esse negócio de feminismo em algumas pessoas seja frustração, sabe?<sup>200</sup> Mesmo ao assumir uma postura progressista na defesa do aborto, suas justificativas deixam escapar um pesado conservadorismo: “— Como homem casado que sou, tenho uma mulher, eu sou favorável à legalização do aborto. Eu acho que tudo o que é proibido é pernicioso. [...]. Proíbe-se o aborto e as meninas que conseguem iludir alguns homens...”<sup>201</sup>

Parece consensual que estas lideranças sindicais se abrirão a mudanças. Render-se-ão, por exemplo, à retórica revolucionária. No projeto que ajudam a construir é possível perceber, conforme Daniel Aarão Reis, “a dimensão internacionalista, a independência de classe, o anticapitalismo explícito, o compromisso, convenientemente impreciso, com o socialismo”.<sup>202</sup> Aspectos que caracterizaram os documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores. Um projeto nascido na encruzilhada de mudanças e continuidades ocorridas no interior das

---

<sup>198</sup> Reis, 2007.

<sup>199</sup> Entrevista concedida por Lula à *Escrita/Ensaio*, dez.1979. Cf. Núcleo, op.cit. p.238.

<sup>200</sup> *ibidem*, p.239.

<sup>201</sup> *ibidem*, p.276.

<sup>202</sup> Reis, 2007, p.509.

diversas arenas políticas que se movimentavam na oposição à ditadura, conforme veremos na sequência destas reflexões.

#### 4. SOB O SIGNO DA METAMORFOSE: ESQUERDAS COMUNISTAS E OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA

[...] a mudança permanente de todas as coisas é a única verdade absoluta não do universo, mas do multiverso.<sup>1</sup>

Buscamos ressaltar até aqui, que a efervescência que se instalou nos últimos anos da década de 1970 no campo da oposição ao regime, propiciou encontros entre diferentes atores, muitos dos quais participaram da construção do projeto político que se consubstanciará no Partido dos Trabalhadores (PT). A noção de “encontros” pretende ressaltar a diferença entre as lógicas prevaletentes nas arenas políticas, mais do que as diferenças entre indivíduos. Ou seja, ainda que os militantes das organizações político-partidárias se fizessem presentes nas arenas que surgiam, fazendo parte delas, tratava-se de atuar sob uma lógica distinta daquela que rege os partidos. Na esteira das reflexões de Daniel Cefaï tomamos o campo de experiência formado por estes encontros, marcados pelo conflito, como aquele espaço do “mundo da vida” que poderia propiciar a construção de mudanças em termos de cultura política. Designadas pelo autor como “estruturas de interação” é “onde os atores, sob constrangimentos econômicos, organizacionais ou jurídicos operariam, estabelecendo relações de comunicação, cooperação e conflito [...]”.<sup>2</sup> A análise dessas estruturas de interação busca revelar, e por isso nos interessa, “que é nesse contexto que as culturas políticas são colocadas em jogo”.<sup>3</sup> Nesse cenário acompanhamos as organizações em análise e o projeto construído.

É inegável a presença naquele projeto de discussões e demandas que, historicamente, não fizeram parte do universo de temas que mobilizaram estas esquerdas. Muitas vezes, tratava-se de questões recém-colocadas, inclusive no cenário político internacional. Considerada a efervescência provocada pela pluralidade dos atores presentes nestes encontros,

---

<sup>1</sup> Boscato, 2006, p.80.

<sup>2</sup> Cefaï, 1999. Apud Dutra, 2002, p.19.

<sup>3</sup> ibidem.

mas sem um particular aprofundamento nas especificidades de cada um, encerramos o capítulo anterior, centrando o foco nos processos vividos pelo sindicalismo nascido no ABC paulista, sobretudo, após 1978. A escolha se deve à importância que este sindicalismo teve na construção do partido em questão.

Acompanhamos na voz de Lula o reconhecimento das mudanças ocorridas no movimento sindical e mesmo em suas próprias posturas. Reconhecimento também da importância, para que essas mudanças se construíssem, da convivência com os diversos movimentos que surgiam ou ressurgiam. De maneira geral, pode-se dizer que aqueles últimos anos da década de 1970 foram regidos pelo signo da metamorfose. Não era só no rádio que se podia ouvir a preferência por viver em transformação.<sup>4</sup> Vimos que Lula, em 1978, perguntado sobre a mudança em seus posicionamentos, defendia a necessidade de acompanhar a evolução das coisas. Aliás, o novo sindicalismo queria ser uma expressão dessa capacidade de mudança. Em outro exemplo, vimos as lideranças do Movimento Custo de Vida (MCV), destacando as transformações que o movimento viveu, sobretudo, no que tange à participação na política. Na sociedade, de modo geral, também podem ser sentidas mudanças. Descontentamentos com o regime se expressavam e se organizavam. Mas até que ponto havia transformações? É sempre a questão. Como quer Geoff Eley, “[...] os historiadores não conseguem evitar o enigma persistente de sua disciplina: continuidade e mudança”.<sup>5</sup> Trata-se sempre de mudanças que se fazem sobre o herdado. Sem apagá-lo de todo.

Então, crescia a defesa da democratização do país, embora, não se possa, com isso, afirmar que a sociedade brasileira tenha se tornado uma sociedade democrática. Conforme vimos, Antônio Callado, no final da década de 1990, ainda não acreditava nessa possibilidade chamando atenção para o ódio, existente no país, ao Congresso. Ainda hoje, isso não parece ter mudado completamente. Na visão do romancista esse paradoxo resultaria das heranças de uma cultura formada na vigência do escravismo e marcada pelo autoritarismo, empecilhos para que essa transformação ocorresse. De fato, estatísticas mostram dados preocupantes em relação à visão que a sociedade brasileira tem da democracia. Entretanto, é preciso reconhecer os deslocamentos e a crescente importância que o tema vai assumindo. A ampliação da luta por direitos e o crescente aperfeiçoamento da institucionalidade democrática.

No caso do sindicalismo do ABC paulista inclusive o nome destacava o signo do novo. Embora, também estivesse imerso numa cultura autoritária. Inegável, no entanto, essa

---

<sup>4</sup> Conforme música de Raul Seixas, *Metamorfose ambulante*, do LP Krig-Há Bandolo (1973), que fez muito sucesso à época.

<sup>5</sup> ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

presença do novo. Nos anos iniciais da década de 1970, prevalecera a defesa de posicionamentos apolíticos, conforme vimos. Sendo função do sindicato, naquela visão, lutar por questões restritas ao mundo do trabalho. Na trajetória vivida naqueles anos passaram da defesa da ação através da diretoria do sindicato, à convocação dos trabalhadores. Em pouco tempo, estavam à frente de gigantescas movimentações levadas a cabo pelos metalúrgicos. Da luta voltada apenas contra os patrões à proposição de um projeto político para o país. Enfim, também no legado cultural herdado por este sujeito, a democracia não ocupara espaço, prevalecendo um padrão muito parecido com o reinante na sociedade brasileira, composta por uma grande parte de indiferentes.

E as esquerdas que estamos acompanhando? Como compreender o processo que viviam? Haviam passado da negação à defesa da democracia a partir de um processo que implicou debates e atuação política em diferentes arenas. Cumpre investigar os desdobramentos desse processo. O percurso proposto é acompanhar o posicionamento destas organizações através dos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores (1980/1982) e dos embates que envolveram a produção dos pressupostos explicitados em tais documentos. Por outro lado, propõe-se um diálogo com parte da bibliografia que analisou a formação daquele partido.

Nos momentos que antecederam a oficialização do PT é possível reencontrar grande parte dos remanescentes das organizações estudadas, reunidas no jornal *Em Tempo*, conforme vimos. O empreendimento nasceu se propondo a ser o espaço de expressão do movimento operário e popular:

*Em Tempo* tem como um de seus objetivos abrir suas páginas para que nelas, o movimento operário e popular se expresse. Um espaço amplo, um espaço crítico. O jornal pode e deve na medida em que divulgue, discuta e polemize com esse próprio movimento – contribuir para levantar e avançar questões.<sup>6</sup>

Sobre estes vínculos, ao analisar a origem do partido, referindo-se às organizações político-partidárias, Meneguello afirma que “[...] em função de sua principal forma de atuação – a imprensa alternativa – esses grupos exerceram importante papel na organização do movimento sindical e petista”.<sup>7</sup> Ou seja, a importância das organizações vinculava-se, em alguma medida, à atuação na imprensa alternativa.

---

<sup>6</sup> MEDO do custo de vida? *Em Tempo*, 20mar.1978, n.5, p.6.

<sup>7</sup> Meneguello, op.cit. p.63.



A crônica oferecida pela leitura daqueles jornais permite a percepção do crescimento das esperanças a partir da efervescência daqueles anos. Como no cenário descrito por Boal as matérias demonstravam que já eram muitos os que estavam “fazendo coisas de vivos e não coisas de mortos [...], e esses que já são muitos estão aumentando, [...]”.<sup>8</sup> Embora ainda fossem tempos de incertezas que, na crônica jornalística, se manifestavam na narrativa sobre o recrudescimento da repressão. No romance é o mesmo Boal quem considerava: “[...] é certo que a gente não deve ser otimista demais [...]”.<sup>9</sup>

Na cobertura daquilo que ao romancista pareceu “milagre” diversos movimentos ocupam as páginas do jornal. Segundo o editorial do primeiro número a existência do *Em Tempo* encontrava razão nos “ricos acontecimentos recentes que quebraram o gelo do aparente marasmo no qual estavam submersas a sociedade e suas diversas forças de oposição”.<sup>10</sup> Desde seus primeiros números assume a liderança da cobertura sobre a anistia.<sup>11</sup> Em junho de 1978, audaciosamente publica uma lista com 233 torturadores, elaborada por presos políticos. Mais tarde, em março de 1979, publica uma segunda lista e localiza o sítio clandestino 31 de março, em São Paulo, onde eram torturados presos políticos.

Conectada à luta e discussão sobre a anistia o jornal abrirá espaço para a discussão sobre os exilados e sua volta. Muitas são as problemáticas discutidas neste campo. Não seria possível recuperá-las neste espaço. Apenas, a título de ilustração, citamos a publicação de dois depoimentos que davam visibilidade às contribuições e tensões que chegariam com o retorno destes atores. Contribuições e tensões...

Nas palavras de Herbert José de Souza (Betinho) ex-líder estudantil que se exilou pela primeira vez em 1964 e voltou a exilar-se em 1971:

[...] Isso faz com que o refugiado brasileiro possa potencialmente ter a capacidade de ser um “boomerang”, ou seja, sair e voltar, e na volta trazer esses feitos e esse internacionalismo que foram obrigados a experimentar. [...].<sup>12</sup>

Márcio Moreira Alves<sup>13</sup> atenta para ambos os lados, ao afirmar que os exilados

<sup>8</sup> Boal, op.cit. p.266.

<sup>9</sup> ibidem.

<sup>10</sup> NASCE um novo semanário nacional de oposição. *Em Tempo*, nov.1977, n.zero.

<sup>11</sup> A edição n. 3, por exemplo, traz três manchetes paralelas: *Luta pela anistia em todos os cantos; brasileiros no exílio e Todos de volta até o natal.*

<sup>12</sup> MEMÓRIAS do exílio. *Em Tempo*, 20 fev.1978, n.3. p.5.

<sup>13</sup> Jornalista, professor de política, escritor, fora deputado federal da oposição. É lembrado como o provocador do AI-5, pois, provoca a ira ao proferir no início de setembro de 1968, como deputado, um discurso no Congresso Nacional em que convocava um boicote às paradas militares de celebração à Semana da Pátria e solicitava às jovens brasileiras que não namorassem oficiais do Exército.

[...] Terão uma contribuição a dar, enriquecendo a luta brasileira desde que tenham a humildade suficiente, quando voltarem para perceberem que a luta desenvolveu-se sem eles e que o comando dessa luta provavelmente não lhes será oferecido numa bandeja de prata. Poderão até voltar nos braços do povo, mas esses braços serão acolhida e não braços que os levantem como estandartes.<sup>14</sup>

E vem à memória o retorno de Quinho, de *Sempreviva*, cujo objetivo somente pôde se construir com o auxílio dos comunistas brasileiros, além do apoio de órgãos internacionais. É bem verdade que, no romance, tais comunistas surgem embrenhados na região da selva amazônica atuando sob o disfarce de contrabandistas. Ainda assim, são fundamentais para a concretização dos planos do personagem. Quanto aos órgãos internacionais é através deles que vai se inserir a questão ecológica. Em *Sempreviva* a discussão aparece nos termos abaixo. É Quinho quem fala:

[...] lá fora é mais fácil levantar dinheiro para fazer ecologia, proteger bicho, que para eles vale muito mais do que torturador, porque é muito mais raro do que torturador, na América Latina nem se fala. O pessoal do lazer não lamenta capital investido em esvaziar, na Ásia, aldeia de gente para abrir espaço para tigre [...].<sup>15</sup>

Mordaz, o personagem de Callado prossegue estabelecendo relações instrumentais. Na sequência do trecho Quinho afirma: “e a gente entrando na cosmovisão deles, na psicologia deles, na folga deles a gente pode, com ajuda deles, fazer também a luta de gente à custa dos bichos deles [...]”<sup>16</sup> Permanências? Ou, apenas, parte da visão pessimista de Callado? De toda forma, no Partido dos Trabalhadores a questão ecológica encontrará espaço já nos documentos desta primeira fase: “O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e para isto, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.”<sup>17</sup>

Por outro lado, estavam nos jornais também, na esteira da discussão sobre o Movimento Custo de Vida (MCV),<sup>18</sup> discussões sobre a conexão entre as questões políticas gerais e as questões que afetavam as condições de sobrevivência das massas populares conforme ressaltado por José Álvaro Moisés. O destaque é colocado na revitalização dos movimentos da sociedade civil. No conjunto. No ressurgimento do movimento estudantil, dos

<sup>14</sup> MEMÓRIAS do exílio. *Em Tempo*, 20 fev.1978, n.3, p.5.

<sup>15</sup> Callado, 1981, p.53

<sup>16</sup> ibidem.

<sup>17</sup> PROGRAMA (1980). In RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores/ Organização: Diretório Nacional do PT/ Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p.70.

<sup>18</sup> As matérias intitulam-se Contra a carestia; e Custo de vida e democracia. *Em Tempo*, 6 mar.1978, n.4, p.4.

movimentos de classe média pelo retorno ao Estado de Direito, na atividade sindical mais autônoma, nos movimentos de bairros e periferia, além da combatividade da Igreja Católica na luta pelos direitos humanos.

Proliferam as matérias dando conta das especificidades de alguns movimentos. Os artigos, de maneira geral, tentam recuperar suas histórias. Apresentam cronologias cujo marco inicial, quase sempre, é localizado no ano de 1974:

[...] é por volta de 1974 que a gente vê surgir na periferia, organizações femininas, organizações de mulheres – clubes de mães, associações de donas de casa e outras. Enfim, novas formas de organização encontradas pra que se expressassem o descontentamento, as reivindicações da classe trabalhadora em geral, [...]. Isso mais ou menos a partir de 1973/74 e que atualmente ganha força [...].<sup>19</sup>

Ênfase também na questão do negro no Brasil. Noticiam-se as reuniões ocorridas em Porto Alegre para discutir a questão. Tratava-se de representantes do grupo Afro Latino-América, que atuava no jornal *Versus* do Grupo Palmares (fundado em 1971) e editores da revista *Tiçãõ*.<sup>20</sup> Enfim, em alguma medida, essa imprensa ofereceu terreno para a construção das articulações entre os diversos sujeitos.

Neste sentido, as análises de Maria Paula Araújo destacam que, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o surgimento dos movimentos – que a autora define como “movimentos de minorias” – se fez antagonizando-se com a esquerda existente, no Brasil da década de 1970 este antagonismo não se constituiu. Entre outros motivos, a autora destaca a existência da ditadura, um inimigo comum a minorar os conflitos. A sintonia acabou por provocar uma tentativa de incorporar à cultura marxista as novas questões que estavam sendo levantadas. Procurava-se “alargar o campo das teses marxistas para abrir espaço em seu interior, às novas concepções políticas relativas às identidades específicas, à diferença, à alteridade, à valorização da subjetividade e do cotidiano”.<sup>21</sup>

Os referenciais teóricos que tratavam do tema da democracia também se mantinham em evidência. A título de exemplo, destacamos uma entrevista com Nicolau Poulantzas publicado em setembro de 1977, no décimo número da *Brasil Socialista*. Abordam-se, ali, os problemas da estratégia para a tomada do poder nos países do sul europeu. Discute-se a democracia socialista, o Estado, a dualidade do poder sendo levantadas questões centrais que polarizavam setores da esquerda. Segundo o entrevistado, percebe-se que a esquerda marxista

<sup>19</sup> BRASIL mulher. *Em Tempo*, 6 mar.1978, n.4, p.5.

<sup>20</sup> RAÇAS – gente é pra brilhar não para morrer de fome. *Em Tempo*, 17abr.1978, n.7, p.6.

<sup>21</sup> Araújo, 2000, p.19.

abria-se para uma releitura dos clássicos através de uma lente que tornava promissora a chance de construção de um marxismo desvinculado de pressupostos autoritários. Fiquemos com as palavras de Poulantzas: “[...] Nas indicações de Marx e Engels não se encontram nem indícios de uma concepção instrumentalista do Estado [...]”.<sup>22</sup>

Impossível recuperar a diversidade dos sujeitos e as influências recíprocas. Mas considerá-las permite que se perceba a possibilidade de aprofundamento e ampliação das discussões. As demandas trazidas por estes movimentos serão, em diferentes medidas, incorporadas ao projeto do Partido dos Trabalhadores (PT).<sup>23</sup> Nessa ambiência, se tomarmos esses encontros como espaço de conflitos, mas também de interações, podem se tornar auspiciosas as possibilidades de mudanças. Eram propostas nos debates ocorridos no interior das esquerdas. Era positiva na voz de Lula. Estava no rádio na voz de Raul Seixas. Estava na efervescência revelada pela sociedade e frequentemente comparada ao período do marasmo.

Daí que se possam compreender as análises de Cláudio Gurgel que apresentam o Partido dos Trabalhadores como o resultado de um conjunto de crises e, entre elas, a crítica ao humanismo, que apontou “para a busca de uma nova ética onde o novo era o bom [...]”.<sup>24</sup> Era preferível saber mudar... O mesmo aspecto é ressaltado nas análises de Alexandre Fortes ao registrar que o partido nasceu “sob o signo do novo”.<sup>25</sup> Não se trata de afirmar que seria uma especificidade daquele momento. Como em outros momentos o novo era saudado. Interessa observar as características desse novo – um entre tantos – tentando não desconsiderar “[...] as heranças, os inúmeros vetores do passado, que se fizeram presentes [...]” na formação do partido.<sup>26</sup> Uma vez mais as heranças.

O elenco de fundadores permite a percepção dessas heranças, dos diferentes ramos da esquerda que se envolveram no projeto: Mário Pedrosa e Lélia Abramo foram trotskistas. Apolônio de Carvalho, fundador do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), aderira à luta armada nos anos 1960; Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Freire, eram intelectuais de esquerda independentes; Manoel da Conceição, além de encarnar as ligações com o campesinato, era também vinculado ao minoritário setor da Ação Popular (AP) que se

<sup>22</sup> O ESTADO e a transição ao socialismo. *Brasil Socialista*, set./1977, n.10, p.101.

<sup>23</sup> No Discurso que Lula fez na 1ª Convenção Nacional do Partido 1981, traz um trecho intitulado: “Com os negros, as mulheres, os índios”. In: Resoluções, 1998, p.109.

<sup>24</sup> GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989. p.59.

<sup>25</sup> FORTES, Alexandre. O Partido dos Trabalhadores na voz de seus fundadores: História oral, memória coletiva e institucionalização. In: *Perseu: história, memória e política*. v.1, n.1, Fundação Perseu Abramo, 2007, p.19.

<sup>26</sup> Gurgel, op.cit. p.62.

recusara a ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).<sup>27</sup> Aliás, a dissolução formal do que restara da AP, no início da década de 1980, ocorreu com sua integração ao PT.<sup>28</sup> Destaque-se ainda, a presença dos “socialistas democráticos” como Paul Singer, por exemplo. Nas palavras de Alexandre Fortes “o PT pagou, desde o início, um tributo seletivo à história da esquerda brasileira”.<sup>29</sup>

Os trotskistas apresentavam-se multifacetados. Vinham discutindo, desde meados da década, a formação de um partido político no campo das esquerdas. Mas mantinha-se a tendência à fragmentação. Análises<sup>30</sup> sugerem que em 1978, exatamente por divergências em relação ao movimento sindical, os trotskistas vivem novas diásporas. Surge a Convergência Socialista (CS) lançada em 1978 pela Liga Operária (LO) que, desde 1975, passara a trabalhar junto ao movimento operário.<sup>31</sup> Seu surgimento trazia a proposta de construir um Partido Socialista. Em agosto de 1978 a organização anuncia a pretensão de realizar sua I Convenção Nacional com o objetivo de discutir o projeto de programa e os estatutos do partido.<sup>32</sup>

No entanto, o regime ainda se sentia ameaçado e reprimia. No final do mês de agosto o *Em Tempo* denunciará a prisão de 23 membros da Convergência Socialista em São Paulo e no Rio de Janeiro. As prisões ocorreram na semana da I Convenção Nacional que teria contado com a presença de 300 delegados de oito estados do país. Segundo a matéria, com a presença de líderes sindicais e candidatos emedebistas, duas mil pessoas teriam participado dessa convenção.<sup>33</sup> Em setembro o jornal *Em Tempo* sofrerá atentados a bomba.<sup>34</sup>

Outra organização que surge entre os trotskistas traz no nome a centralidade da relação democracia/socialismo. Trata-se, obviamente, da Democracia Socialista (DS) formada em 1979 a partir da união de um grupo de militantes de Belo Horizonte (Centelha) e estudantes do Rio Grande do Sul. Nas palavras de um de seus fundadores:

[...] foi a primeira vez que formamos uma organização com o nome que associa democracia e socialismo. Já nessa altura a idéia básica era participar do processo de formação do PT. Construir um partido [...].

[E prossegue]:

<sup>27</sup> Fortes, op.cit. p.20.

<sup>28</sup> Ciambarella, op.cit. p.123.

<sup>29</sup> Fortes, op.cit. p.19.

<sup>30</sup> MARQUES, Rosa. Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990). In: Ferreira, 2007, p.149-161.

<sup>31</sup> Marques, op.cit. p.157-158.

<sup>32</sup> A PRIMEIRA convenção dos socialistas. *Movimento*, 14 ago.1978, n.163, p.10.

<sup>33</sup> PRISÕES – convergência socialista. *Em Tempo*, 27ago.1978, n.26, p.3.

<sup>34</sup> EM TEMPO, 27ago.1978, n.26, Editorial.

[...] a idéia de que a gente tinha que ter como eixo defender a democracia e qualificar isso de alguma maneira estava presente desde o processo de formação do *Em Tempo*, com a democracia do ponto de vista do trabalhador. Enfim, defender a democracia, mas enfatizando uma visão diferente de como fazer isso, [...].<sup>35</sup>

Interessante considerar o fato de a organização ter nascido no final da década de 1970. De um lado, pode-se pensá-la como construção de uma geração mais nova e, portanto, não vinculada àqueles princípios que nortearam a luta armada. Por outro, é possível concebê-la como expressão dos processos que estamos considerando, ao longo dos quais, a democracia vai ganhando centralidade em sintonia com o socialismo. Mais tarde, no interior do partido, a organização ocupará uma posição à esquerda da Articulação.

Por fim, ainda entre os trotskistas, havia a Organização Socialista Internacionalista (OSI), que publicava o jornal *O Trabalho*, e tinha uma tendência estudantil a Libelu (Liberdade e Luta). No período em questão, abandonou a defesa da ação no interior dos sindicatos oficiais passando a defender a proposta de criação de sindicatos livres fora do controle do Estado. Segundo Rosa Marques,<sup>36</sup> dessa estratégia decorreu o Sindicato Livre dos Trabalhadores na Construção Civil, RS; e a União dos Trabalhadores do Ensino, MG. Em 1980 a OSI, antes contrária à atuação no interior do sindicato, passa a impulsionar suas lutas e também participará da construção do PT. Novas cisões surgirão em seu interior devido às divergências em relação ao movimento sindical. Assim, em junho de 1979, surgirá a Causa Operária. Em janeiro de 1980 a organização realiza o Congresso de fundação da Organização IV Internacional. Mesmo assim, apoiará a formação do PT propondo sua organização nos sindicatos e nos locais de trabalho. Mais tarde, constituiria oposição à *Articulação*.<sup>37</sup>

Além dessas, outras organizações podem ser encontradas na formação do Partido dos Trabalhadores. Em artigo que acompanha o itinerário político da Política Operária (Polop) no período de 1961 a 1986, Daniel Aarão aponta que, quando eclodiram as greves de 1978, Ernesto Martins, ainda no exílio, elaborou uma “Carta aos Companheiros”, endereçada àqueles que estavam no Brasil. Nela aconselhava que todos participassem do processo de construção do Partido. A tarefa seria: “ganhar o PT para uma definição anticapitalista [...]”.<sup>38</sup> O objetivo central, “apostar, sobretudo, nas organizações de base, nas fábricas e nos bairros”,<sup>39</sup> enfatizando a luta pela liberdade sindical. Demonstra preocupação com o aprofundamento da democracia interna e defende a participação nas eleições. Segundo o

<sup>35</sup> EM TEMPO, 28mar.1979. Editorial.

<sup>36</sup> Marques, op.cit.

<sup>37</sup> Em 1991 foram expulsos do PT. Finalmente, em 1995 tornam-se o Partido da Causa Operária.

<sup>38</sup> Reis, 2007, p.65.

<sup>39</sup> ibidem.

autor, a Polop acabará fagocitada no interior do partido. Havia, ainda, os remanescentes da Ala Vermelha, antiga dissidência do PCdoB, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), remanescentes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) etc.

Neste sentido, a participação na construção do partido revelava uma disposição para a aglutinação. Desde o início da década de 1960 havia se intensificado a tendência às rupturas. Por outro lado, naquele contexto, havia diferentes projetos partidários. De modo que a formação do Partido dos Trabalhadores implicou a desistência de alguns desses projetos, concentrando-se, todos, no apoio ao PT. Ao menos, naquele momento, prevalecia o sentido aglutinador. Embora também não fosse a primeira vez que se aglutinassem, a permanência de grande parte dessas organizações no interior do partido, ainda que vivendo constantes conflitos, pode ser significativa de alterações nesta dinâmica. Voltaremos, no final destas reflexões, à consideração dos possíveis significados das trajetórias seguidas por tais organizações. Por ora, fiquemos com a hipótese proposta.

A disposição em convergir se revela também ao participarem da construção do partido de maneira subordinada ao movimento sindical. Ainda que essa aceitação possa ser considerada como resultante de fatores como a fragilidade provocada pelo desmantelamento sofrido por tais organizações, ou que se possa argumentar que a subordinação escondia a intenção de instrumentalizá-lo, essa permanência dentro do partido pode ser tomada como um pequeno deslocamento no sentido de alterar a tendência à fragmentação, que predominara, sobretudo, no período da luta armada. Ao passo que a diluição, o desaparecimento no interior do novo partido pode ser interpretada de diferentes maneiras. Voltaremos à questão mais adiante.

É difícil verificar o impacto de cada um dos grupos no processo de construção do partido. Parece haver consenso sobre a importância do papel que desempenharam em sua organização, bem como, do movimento sindical. Entretanto, segundo Fortes

[...] Mesmo os trabalhos acadêmicos mais abrangentes, consistentes e bem documentados sobre as origens e a primeira fase de construção do partido tendem a incorporar o discurso [...] que o partido nascia a partir do movimento sindical do ABC paulista de São Bernardo do Campo para depois se espalhar pelo país e que representava uma total ruptura com as tradições da esquerda brasileira.<sup>40</sup>

Interpretação que está, inclusive, na base de uma visão que toma as organizações político-partidárias que ajudaram a construir o partido como “facções” infiltradas no PT.

---

<sup>40</sup> Fortes, op.cit. p. 32.

Cláudio Gurgel aponta que a afirmação não é historicamente correta. Tão pouco, concorda com as palavras de Lula em seu *Discurso à I Convenção Nacional*, quando afirma que o abrigo do partido a estas tendências fora uma “concessão liberal ao direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas”.<sup>41</sup> Nessa interpretação as organizações ali estavam em virtude dessa concessão das lideranças do partido e devido ao regime repressivo que as empurravam para a ilegalidade. Segundo Gurgel, o discurso de Lula tinha a dupla função de justificar frente a alguns setores do partido a presença marcante dos militantes dessas organizações, inclusive no I Diretório Nacional, como também, explicitar a expectativa de que em algum momento pudessem assumir suas identidades próprias deixando o partido. De toda forma, refletia a tensão existente entre dois blocos de organizadores do partido.<sup>42</sup>

Vejamos como esses grupos aparecem nos documentos partidários produzidos naquele recorte cronológico. Na *Carta de Princípios*, documento polêmico<sup>43</sup> que antecedeu à fundação oficial do partido, a postura frente a tais grupos surge nas seguintes palavras: “o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito de fração e às tendências [...]”.<sup>44</sup> No Programa (1980) ressalta-se a área sindical, “à qual o PT deve sua proposta de fundação”.<sup>45</sup> Essa centralidade conferida ao movimento sindical tende a se manifestar de maneira mais intensa nos documentos produzidos no âmbito do 1º Encontro Nacional, ocorrido em agosto de 1981. Assim, o discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, entre outras coisas, recupera a trajetória do partido que teria “nascido de macacão” e depois, então, recebido a adesão de muitos outros setores.<sup>46</sup> O discurso demonstra preocupação com as organizações de esquerda participantes do processo e afirma “[...] Não aceitaremos jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido”.<sup>47</sup> Vale lembrar que esta primeira Convenção Nacional resultava do cumprimento de todas as exigências legais para a existência do partido. Nela foram aprovados os Estatutos e o Programa e eleito o primeiro Diretório Nacional.

Ao narrar esse processo de formação do partido Margaret Keck considera a participação dos grupos organizados como resultado da necessidade que o partido sentiu de

<sup>41</sup> DISCURSO de Lula na 1ª Convenção Nacional, 1981. In: Resoluções, 1998. p.110.

<sup>42</sup> Gurgel, op.cit. p.87.

<sup>43</sup> O documento foi lançado antes da fundação oficial. Assinado por sindicalistas, provocou polêmicas e a acusação de que se tratava de vanguardismo. Ainda o veremos mais de perto.

<sup>44</sup> CARTA de Princípios, 1979. In: Resoluções, 1998, p.54-55.

<sup>45</sup> PROGRAMA, 1980. In: Resoluções, 1998, p.69.

<sup>46</sup> DISCURSO.... In: Resoluções, 1998.

<sup>47</sup> ibidem. p.112.



preencher requisitos legais. Em suas palavras: “Para preencher os requisitos legais a tempo de participar das eleições, os fundadores do partido tiveram de apelar a líderes de grupos já organizados”.<sup>48</sup> Expediente que, segundo a autora, deixara os líderes operários em posição desconfortável, muito embora, tenham mantido o domínio sobre seus órgãos de direção e permanecido como seus porta-vozes mais importantes. Nesta interpretação foi com vistas às eleições que se apressou o processo de crescimento do partido “recrutando” militantes das organizações das esquerdas. Assim, durante o primeiro ano de sua existência “o recrutamento feito em diferentes grupos envolvia, para os seus organizadores, algo como uma busca do equilíbrio [...]”.<sup>49</sup>

De modo que, deste ponto de vista, as organizações teriam sido instrumentalizadas pelos sindicalistas. Os “líderes dos grupos organizados” teriam respondido a apelos dos sindicalistas que, de fato, serão hegemônicos dentro do partido. Hegemonia que se reafirma, em 1980, na eleição da nova Comissão Provisória e consolida-se na formação da “Articulação dos 113”. De toda forma, uma inversão que põe em destaque a possibilidade de que a tendência ao estabelecimento de relações instrumentais fosse um elemento disseminado entre os sujeitos que se articulavam. Era presente na forma de fazer política, tanto das organizações, quanto do sindicalismo. Portanto, ganhava poucas chances de se transformar nos espaços de interação de que nos fala Cefaï.

Consideremos o vanguardismo, outro elemento importante na cultura políticas das esquerdas em análise. Vejamos a maneira como este elemento se manifestou na formação do partido. Parece bastante significativo que um primeiro documento que circulou pouco antes da fundação oficial tenha trazido à tona justamente a problemática do vanguardismo. Já de saída no primeiro ato. Em maio de 1979 surgiu um documento lançando o partido. Intitulado *Carta de Princípios*, recorria a expressões clássicas do tipo “exploração do homem pelo homem” e referindo-se ao operariado usava “vanguarda de toda a população”.<sup>50</sup> A carta fora elaborada por um comitê composto por Jacob Bittar, Paulo Skromov, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo. “Este fato levou a que o comitê fosse acusado de vanguardismo por parte das lideranças sindicais [...]”.<sup>51</sup> Observe-se, entretanto, que são sindicalistas que assinam a Carta.

Acompanhemos algumas análises sobre o ocorrido e sobre o aparente paradoxo. Segundo as afirmações de Rachel Meneguello, as críticas eram feitas não apenas porque o

---

<sup>48</sup> Keck, op.cit. p.112.

<sup>49</sup> ibidem. p.117.

<sup>50</sup> CARTA... In: Resoluções, 1998.

<sup>51</sup> Meneguello, op.cit. p.67.

grupo tivesse agido precipitadamente no lançamento do documento “mas também porque muitos de seus membros pertenciam ou eram simpáticos a organizações de esquerda de tendência trotskista”.<sup>52</sup> Ou seja, entre os dois pólos de suas militâncias, na justificativa da ação, a autora realça a simpatia às organizações de esquerda. De maneira análoga, Margaret Keck, ao descrever o ocorrido, informa que cerca de duzentas mil cópias do documento foram distribuídas no 1º de maio em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará e que o grupo planejava registrar o PT em 25/05/1979. Na sequência, afirma que o documento fora assinado por sindicalistas, mas constrói um argumento que desvincula suas ações do sindicalismo: “Embora o comitê que esboçou a carta fosse composto exclusivamente por líderes sindicais, seus membros estavam agindo enquanto indivíduos e não como representantes de seus sindicatos.”<sup>53</sup> A partir desta separação o problema viria de qualquer ponto menos do “novo sindicalismo”. Aliás, somente análises mais recentes chamam atenção para o fato de que aquele sindicalismo “mostrar-se-ia cada vez mais enraizado em velhas tradições”.<sup>54</sup>

No documento em questão, ao se apresentarem como lançadores do partido os signatários afirmavam que não pretendiam ser “donos do PT”, apenas usavam sua autoridade moral e política para abrir caminho para os trabalhadores: “temos certeza de que, nesse papel, nesse momento, somos insubstituíveis” (grifo nosso).<sup>55</sup> Talvez também se expressem aqui, nesta interface das articulações, posicionamentos presentes nas duas culturas políticas em destaque: o vanguardismo das organizações de esquerda em sintonia com as características de um sindicalismo que tinha em sua herança recente a compreensão de que a política sindical devia ser feita pela diretoria, conforme vimos nas palavras de Paulo Vidal Neto, por exemplo.

Ou seja, no campo das interações este não se apresentava como elemento que diferenciava aqueles sujeitos. Superado o trauma da precipitação, a Comissão Coordenadora Nacional Provisória, eleita em 13/10/1979, em São Bernardo do Campo, com a presença de 130 pessoas, de seis estados do país, para coordenar o Movimento Pró-PT foi composta por dezessete membros, dez dos quais ligados aos sindicatos. Era, portanto, óbvia a força deste movimento na formação do partido, embora, além das esquerdas tenham sido muito importantes as comunidades de base ligadas à Igreja Católica.

Entretanto, ao analisar a história das organizações da esquerda, Marcelo Ridenti propõe uma divisão analítica na qual o período em questão é definido como o final do ciclo

---

<sup>52</sup> Meneguello, op.cit. p.67.

<sup>53</sup> Keck, op.cit. p.84.

<sup>54</sup> Reis, 2007, p.505.

<sup>55</sup> CARTA... In: Resoluções, 1998, p.50.

das vanguardas e o início do ciclo das bases. Ainda segundo o autor, esta etapa teria se iniciado “com forte resistência às concepções vanguardistas e certa recuperação das ideias libertárias”.<sup>56</sup> Poderiam ser vistos aqui desdobramentos da autocrítica? Segundo a proposição analítica destes ciclos, tratar-se-ia da superação do vanguardismo como a marca de encerramento de um ciclo. Conforme vimos, este elemento fora o principal erro assumido pelas organizações que estamos acompanhando, identificado também como a principal causa da derrota que sofreram. Algo a ser superado.

Transitando para a questão democrática, vimos ao longo do segundo capítulo, o intenso debate que se instalou em torno das liberdades democráticas e, mais tarde, da própria democracia. A construção de sua defesa provocando conflitos. Os diferentes caminhos para a construção dessa defesa. Para o Partido Comunista Brasileiro a democracia se legitimava vinculada à luta contra o fascismo. Mantinha-se também o sentido de etapa já conhecido. Neste campo, no início da década de 1980, teremos as elaborações de Carlos Nelson Coutinho que – via Gramsci e, também, influenciado pelo pensamento de E. Berlinger – buscava uma estratégia para a transição na qual a democracia fosse o caminho e a forma do socialismo. Em suas concepções é somente no terreno da democracia que a construção do socialismo se torna possível. Através da “democracia progressiva” construída a partir de reformas que deviam atingir as estruturas da sociedade capitalista. No entanto, suas considerações não encontraram espaço e o autor sairá do partido.

No Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a defesa da luta armada manteve-se no horizonte por mais tempo sendo possível localizá-la ainda em documentos produzidos em 1979, conforme vimos no capítulo dois. Ao passo que a defesa da democracia se construirá também a partir da oposição ao fascismo e sem perder o sentido de etapa.

Quanto às organizações que estamos acompanhando, um dos caminhos apontados para a conciliação entre democracia e socialismo passava pela recuperação da visão leninista, segundo a qual, o processo de extinção do Estado é a concretização dos princípios democráticos, conforme explorado no capítulo dois, quando tratamos do início dos debates acerca da questão. Esse tema da extinção do Estado, de alguma maneira, se fará presente nas discussões travadas no interior do Partido dos Trabalhadores naqueles primeiros anos de sua existência, conforme veremos mais adiante. Entretanto, é preciso antes, considerar a presença

---

<sup>56</sup> RIDENTI, Marcelo. *Os ciclos na história da esquerda brasileira*. Trata-se de uma nova versão, disponibilizada pelo autor do texto “sociedade e os ciclos na história da esquerda brasileira”, publicado em ARAÚJO, S. M. de; Bridi, M. A.; Ferraz, M. (Orgs). *O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006, p. 11.

da democracia em outras vertentes da cultura política do marxismo. Em visão bastante panorâmica tentaremos resumir a reconstituição dessa presença.

#### 4.1. OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA NA CULTURA DO MARXISMO

É somente no final do século XIX, após a morte de Marx, que o marxismo tomará corpo. O processo de expansão se inicia em meio ao intenso crescimento do movimento operário e à formação dos grandes partidos de massa tendo como paradigma o SPD (Partido Social Democrata da Alemanha). Destaca-se naquele contexto uma forte crise econômica e, no plano da cultura e da ciência, o período coincide com a difusão de concepções evolucionistas como as de Darwin, Spencer, Haeckel e com uma fantástica revolução científico-tecnológica mal chamada de II Revolução Industrial. A conjunção desses fatores, submetida ao crivo de uma análise evolucionista, estimulou a certeza da inevitabilidade do socialismo e, com ela, o obscurecimento de um sentido praxiológico também presente no pensamento de Marx.

Já na primeira onda de expansão do marxismo, representada pela sistematização elaborada por Engels<sup>57</sup>, avultam os elementos deterministas com importantes consequências sobre a estratégia de luta pelo socialismo e sobre a visão do partido. Tais consequências podem ser avaliadas a partir das formulações que se confrontarão no âmbito da II Internacional – a Internacional Socialista – fundada em 1889. Em seus primeiros momentos, esta Internacional viveu a certeza do triunfo da revolução no curto prazo sendo sua função principal organizar o proletariado com vistas ao embate final. O partido é compreendido como forma superior de organização e ação operária.

Depois da morte de Engels a Internacional se divide em torno dos “processos através dos quais deve se efetivar a passagem ao socialismo e a função que a organização da classe operária deve desempenhar nesses processos”.<sup>58</sup> Em torno de uma discussão que acaba por opor reforma e revolução como caminhos para a construção do socialismo, três tendências,

---

<sup>57</sup> Dialética da natureza; Anti-Düring e Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã são três das obras de Engels apontadas por Juarez Guimarães como responsáveis pelo lançamento das bases de interpretação filosófica do marxismo no período mesmo em que ele se enraizava no moderno proletariado do continente europeu. Cf. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Marxismo e Democracia: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 77.

<sup>58</sup> MAREK, Waldenberg. Estratégia política da social-democracia Alemã. In: HOBASBAWM, Eric. J. *História do Marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.225.

pelo menos, podem ser identificadas. Temos as formulações de E. Bernstein<sup>59</sup>, tomadas como paradigma da tendência mais reformista no interior da II Internacional. O autor coloca em discussão as principais premissas teóricas do marxismo de então. Refuta as teses da crescente proletarização das classes médias e do crescente agravamento da miséria operária opondo-se àquela interpretação da obra de Marx que prevê a inevitável derrocada do capitalismo bloqueado por sua própria dinâmica interna. Para Bernstein, ao contrário, o capitalismo teria superado o período de crise alcançando a estabilidade e dado início à democratização do acesso à riqueza.

Segundo Fetscher<sup>60</sup>, Bernstein coloca a democracia e a ética (e não um processo histórico) na base do socialismo. O único caminho lógico para o socialismo passa pela edificação da democracia. A transição da sociedade capitalista para a socialista (não da ditadura burguesa para a proletária) deve ocorrer gradualmente utilizando a democracia.<sup>61</sup> Enfim, em suas formulações, o socialismo aparece como um herdeiro do liberalismo que deve ser refundado em bases morais: “a social-democracia luta pelo socialismo não porque ele deve chegar mas, porque ele pode chegar.”<sup>62</sup> No caminho para sua edificação encontram-se lentas e gradativas reformas conseguidas graças ao peso parlamentar da social-democracia em alianças com setores burgueses progressistas ou liberais. De forma paradoxal, as reformas só poderiam ser conseguidas em momentos de progresso econômico, de prosperidade.

Após a morte de Engels, Karl Kautsky torna-se o principal teórico no interior da II Internacional. Em suas formulações as marcas do evolucionismo tornam-se flagrantes. Para este teórico, “[...] o capitalismo – com uma necessidade igual à fixada pelas leis naturais – será seguido pelo socialismo”.<sup>63</sup> Ou seja, ele surge como um produto necessário do desenvolvimento do capitalismo expressando a incorporação de pressupostos darwinistas.<sup>64</sup> Assim, a obra de Kautsky teria sido dominada por um problema essencial: determinar, uma vez inscrita, a passagem do capitalismo para o socialismo na necessidade histórica da evolução social, os tempos e as condições dessa passagem. O ponto principal a ser equacionado vinculava-se à necessidade de garantir o desenvolvimento ideológico do agente histórico que se pressupunha ser o construtor da nova ordem social: o partido.<sup>65</sup> Por não

<sup>59</sup> Utilizamos-nos das análises de Iring Fetscher na consideração do pensamento de E. Bernstein. Cf. FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do Marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>60</sup> *ibidem*. p.282.

<sup>61</sup> *ibidem*. p.283.

<sup>62</sup> *ibidem*. p.286.

<sup>63</sup> *ibidem*. p.265.

<sup>64</sup> SALVADORI, Massimo L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: Hobsbawn, 1982.

<sup>65</sup> Salvadori, *op.cit.* p.313.

acreditar que a consciência socialista se formasse espontaneamente, valorizava o papel dos intelectuais como sendo aqueles que teriam a capacidade de antecipar a análise das condições favoráveis à emergência de novos tempos.

Por outro lado, a ideia da inevitabilidade do advento do socialismo é usada para rechaçar o uso da violência no curso do processo rumo à própria revolução. Pois, o “que é historicamente necessário não tem necessidade de forçamentos violentos”.<sup>66</sup> As formas da ação socialista são ligadas ao desenvolvimento da democracia moderna, sendo o socialismo, a inserção de um conteúdo social novo na democracia. A ditadura do proletariado é compreendida como equivalente ao uso do parlamento por uma maioria social-democrata, com a finalidade de encaminhar o processo de transformação da sociedade. Antes de alcançar tal objetivo, o proletariado não deveria aceitar nenhum compromisso com as outras classes e nisso consistia a marcha revolucionária. Ou seja, o sentido de revolução é dado pelo fato de que as reformas deviam ser arrancadas aos governos através da luta e não obtidas por meio de entendimentos políticos.<sup>67</sup>

Suas posições se alteram no início do século XX quando publica *O Caminho do poder*<sup>68</sup>. Estava consternado com a derrota eleitoral do Partido, em 1907, e com a derrota da revolução russa de 1905, de modo que, nesta obra, a estratégia revolucionária aparece como a única capaz de levar à transformação. No entanto, a violência continua tendo somente um valor defensivo. Em relação à própria ideia do poder o objetivo da luta política é a conquista do “poder estatal através da conquista da maioria no parlamento e elevação do parlamento a senhor do governo”.<sup>69</sup> Não se trata, portanto, de buscar a destruição do poder estatal. No contexto da revolução russa, após a dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques, que assumem a perspectiva da ditadura do proletariado ele se torna intérprete da oposição ideológica da social-democracia ao bolchevismo.<sup>70</sup>

Em relação à democracia a tese central defendida é de que sem democracia – baseada no princípio representativo, no sufrágio universal, na pluralidade de partidos – não se pode alcançar o objetivo socialista. Nas palavras do autor:

[...] por socialismo moderno, entendemos não apenas uma organização social da produção, mas também uma organização democrática da sociedade; por isso, o

<sup>66</sup> Salvadori, op.cit. p.314.

<sup>67</sup> ibidem. p.315.

<sup>68</sup> KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

<sup>69</sup> Salvadori, op.cit. p.332.

<sup>70</sup> Nesse período escreve duas grandes obras contra o bolchevismo: *A Ditadura do Proletariado* (1918), Kautsky, 1975. *Terrorismo e Comunismo* (1919). Obra citada por Salvadori, op.cit. p.134-135.

socialismo para nós é indissolúvelmente ligado à democracia. Não existe socialismo sem democracia [...].<sup>71</sup>

Na velhice aceita a fórmula do governo de coalizão como fase intermediária entre governos do capital e governos puramente socialistas e critica a utopia comunista de Marx. O objetivo a ser alcançado passa a ser a busca de uma sociedade sem classes, mas não sem Estado.<sup>72</sup>

Encontramos posições divergentes no interior da II Internacional dentre as quais destacaremos as formulações de Rosa Luxemburgo e de Vladimir Lênin no que tange à democracia em sua relação com o socialismo. Ambos defendiam o internacionalismo proletário, eram contrários, à participação dos trabalhadores no primeiro conflito mundial. Nos anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial a social-democracia era contrária à participação da classe operária no conflito e propunha, ainda, a utilização da crise do sistema capitalista para a realização dos objetivos revolucionários. Entretanto, o nacionalismo atinge o partido social-democrata que aprova a participação na guerra. Este será um dos principais motivos para a cisão em seu interior, fazendo surgir a oposição de esquerda, que teve em Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht seus principais representantes. Rosa Luxemburgo<sup>73</sup> criticava a contraposição existente em Bernstein, entre reforma e revolução, discordando também quanto às avaliações sobre a crise do capitalismo que, para ela, tendia a aumentar. Ao mesmo tempo, desacredita da possibilidade de introdução gradual do socialismo através do caminho dos compromissos de classe. A estratégia de avanço que propõe passa tanto pela via parlamentar quanto pela via sindical. As reformas devem ser encaminhadas via radicalização das lutas de massas com a utilização da greve geral.

Apoia a revolução russa embora discorde de algumas questões fundamentais como a dissolução da Assembleia Constituinte. Nesse ponto, suas críticas tocam na problemática que nos interessa. Suas análises defendem o caráter socialista da revolução, mas criticam as ações antidemocráticas como a supressão das garantias democráticas e da atividade política das massas. Rosa argumenta que aquele “pesado mecanismo das instituições democráticas encontra um corretivo poderoso exatamente no movimento vivo e na pressão contínua das

---

<sup>71</sup> Salvadori, op.cit.

<sup>72</sup> Salvadori, op.cit. p. 338.

<sup>73</sup> Utilizamo-nos, sobretudo, da obra: GUIMARÃES, Juarez Rocha (org.). *Rosa a Vermelha: vida e obra da mulher que marcou a história da revolução no século XX*. São Paulo: Nova Vida, 1987.

massas”.<sup>74</sup> Assim, o remédio sugerido por Lênin e Trotsky contra os defeitos da democracia que consiste em suprimir a democracia geral

[...] é pior do que o mal que julgaram curar: com efeito, ele obstruiu a única fonte viva da qual podem sair os meios de corrigir as insuficiências congênicas das instituições sociais, a saber, a vida política ativa, livre, enérgica, das grandes massas populares.<sup>75</sup>

Em relação a Lênin, a autora argumenta que, ao conceber a questão do Estado de forma simplista ele não viabiliza a superação do Estado capitalista apenas introduz nele uma inversão. De tal maneira que, de instrumento de opressão da classe operária o Estado socialista apresenta-se como um instrumento de opressão da burguesia. As proposições de Rosa Luxemburgo ressaltam a importância da liberdade sem a qual o socialismo torna-se impossível. E critica: “Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente [...]”.<sup>76</sup>

Aliás, ela considera o erro fundamental tanto da teoria de Lênin e Trotsky, quanto das formulações de Kautsky, a oposição que eles fazem entre democracia e ditadura. Nas concepções de Rosa Luxemburgo o desvendamento do

[...] duro núcleo da desigualdade e da servidão sociais, acobertado pelo suave invólucro da igualdade e liberdade formais não deve servir para rejeitá-las, mas para incitar a classe operária a não se contentar com elas e a tomar o poder político para encher o invólucro de um conteúdo social novo.<sup>77</sup>

Em suas formulações, o período de transição – a ditadura do proletariado – consistia numa maneira de aplicar a democracia, não na sua abolição. Embora compreenda a atitude dos revolucionários russos que, premidos pelas circunstâncias, adotaram medidas antidemocráticas, aponta o perigo de se fazer das necessidades virtudes. Ou seja, o erro estaria não exatamente nas medidas tomadas, mas em criar uma teoria da prática baseada naquela situação específica recomendando-a ao proletariado internacional como modelo da tática socialista. As concepções de Rosa Luxemburgo distanciam-se das formulações leninistas à

<sup>74</sup> Luxemburgo, citada por Guimarães, 1987, p.163.

<sup>75</sup> ibidem.

<sup>76</sup> ibidem. p.166-167.

<sup>77</sup> ibidem. p.171.



medida que as dificuldades encontradas no decorrer da Revolução Russa provocaram importantes transformações nas concepções de Lênin.

Em primeiro lugar, ressalte-se que nos primeiros momentos as concepções leninistas representam uma recusa ao “expectativismo” da social-democracia em suas várias versões. Em 1914 suas divergências em relação às posições defendidas pela II Internacional tornam-se agudas a ponto de levar à formação de uma tendência de esquerda que propunha aos trabalhadores que transformassem a guerra imperialista em guerra civil. No contexto da guerra a II internacional passa a negar o internacionalismo colocando-se a favor da defesa dos interesses de cada pátria. A divergência levará à ruptura que está na origem da III Internacional – a Internacional da Ação Revolucionária – formada em 1919, com partidos e tendências de partidos nacionais e o prestígio da primeira revolução proletária vitoriosa no globo, a revolução de 1917, na Rússia.

A história desta Internacional pode ser dividida em dois momentos: o primeiro caracteriza-se por uma ampla democracia interna, enquanto o segundo, situado a partir de 1921 e marcado pela evolução interna do Partido Comunista e da Revolução Russa vai criando restrições a esta democracia interna. Em 1924 ocorre o V Congresso e inicia-se a bolchevização. Exige-se que o partido seja centralizado ao mesmo tempo em que não se permite a existência de frações. Este segundo momento pode ser pensado como o início de uma terceira onda de expansão do marxismo a partir do qual o determinismo histórico torna-se predominante.

A teoria leninista desenvolve-se num contexto marcado por rupturas e, sobretudo, pelas dificuldades enfrentadas pela Revolução de 1917. Seu pensamento ressalta a importância da ação e busca enfrentar as questões que dizem respeito, sobretudo, à revolução e à construção do socialismo. Torna-se central a questão do sujeito revolucionário. Assim, Lênin teoriza sobre o partido e sua função de preparar a crise revolucionária ressaltando a importância da vanguarda. Ou seja, enquanto em Marx o proletariado aparece designado como o novo ator na cena histórica tendo sua consciência revolucionária desenvolvida a partir de sua própria prática política que culmina no desenvolvimento de seu partido, em Lênin o partido revolucionário não se forma pelo movimento espontâneo da classe, mas pressupõe a existência de uma vanguarda compreendida como um conjunto de revolucionários profissionais.

Uma vez formado, o partido tem como função, além da agitação, a integração de todas as revoltas e movimentos de protestos localizados dando-lhes um sentido mais amplo de luta contra o poder de Estado. Lênin estabelece uma distinção de qualidade entre a luta de classes

elementar do proletariado e a luta de classes revolucionária. Segundo esta distinção o proletariado não se constitui em classe revolucionária pela sua prática, mas por uma prática já transformada pela ação do partido revolucionário. Lembremos que, para Kautsky, o partido social-democrata era revolucionário, mas não um partido que faria a revolução, porque a revolução não é algo que possa ser feita. Trata-se, pois, de uma profunda mudança no conceito marxista de partido que prevalecia no interior da II Internacional. Lembrando que, obviamente, sempre houvera polêmica a respeito.

Quanto à transição do capitalismo ao socialismo as formulações leninistas levam a tensão entre a revolução socialista e a questão democrática ao nível do impasse e servem de base para o antagonismo solidificado na cultura do marxismo, após a sua morte, entre as ideias de revolução e democracia. Principalmente em *O Estado e a Revolução*<sup>78</sup>, em que busca restabelecer a sua interpretação do pensamento de Marx, o Estado é tomado como produto da manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe: “O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem ser conciliadas.”<sup>79</sup> Por conseguinte, não há possibilidade de transformação sem a destruição desse poder de Estado. O processo de destruição implica em revolução e em um período de transição – a ditadura do proletariado – em que o Estado cumpre a sua função de “força especial para repressão: somente que, agora, trata-se da repressão da burguesia pelo proletariado”.<sup>80</sup> A partir desta compreensão criam-se as justificativas teóricas para o caminho tomado pela Revolução Russa, na qual a ditadura do proletariado transforma-se em ditadura do partido e, ao invés da destruição do Estado, tem-se um forte processo de fortalecimento deste último.

No entanto, é preciso ressaltar a distância existente entre as concepções de Lênin e o marxismo solidificado na teoria stalinista. Por um lado, para Lênin, sempre que a maioria do povo reprime os seus opressores já não é necessária uma força especial para a repressão. Neste sentido, o Estado pode extinguir-se. Aliás, a extinção do Estado aparece como a concretização dos princípios democráticos. Por outro lado, é importante ter em mente que sua compreensão da transição para o socialismo incorporava uma dimensão de hábito. Advém desta compreensão a afirmação de que só “uma nova geração formada em novas condições

---

<sup>78</sup> LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. In: *Obras Escolhidas*. v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980a

<sup>79</sup> *ibidem*. p.226.

<sup>80</sup> *ibidem*. p.236.

sociais livres, será capaz de se desfazer de toda a tralha do Estado – de qualquer Estado, incluindo o Estado democrático republicano”.<sup>81</sup> Ou seja, a democracia é parte do caminho:

A democracia tem uma importância enorme na luta da classe operária contra os capitalistas pela sua libertação. Mas a democracia não é de modo nenhum um limite intransponível, mas apenas uma das etapas no caminho do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o comunismo [...].<sup>82</sup>

Após a morte de Lênin (1924) aquela importância dada às condições sociais livres tende a desaparecer num processo que, crescentemente, transforma a necessidade de um Estado repressor – transitória em Lênin – em objetivo a ser alcançado. Crescem, também, as disputas em torno da questão do socialismo em um só país. Neste contexto, o stalinismo se fortalece e passa a hegemonizar o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a III Internacional. A partir deste momento se fortalece a dissociação entre democracia e socialismo que caracterizará o stalinismo. Conforme vimos, é na prevalência destes postulados que se formou o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O stalinismo<sup>83</sup> que consolidou a negação da democracia pode ser resumido como uma codificação do marxismo que pretendia legitimar-se como a verdadeira herdeira da tradição leninista, contudo, envolvia uma série de reinterpretações das teses marxistas. Uma delas diz respeito à possibilidade de construção do socialismo num só país. A tese clássica de Marx é que sendo o capitalismo um sistema internacional e sendo o socialismo um estágio superior de organização racional da economia este deveria ser também construído a partir de uma perspectiva internacional. No contexto do isolamento da Revolução Russa Stalin reinterpreta este isolamento a partir de uma recolocação das possibilidades de construção do socialismo na União Soviética. Essa construção não estaria condicionada à vitória da revolução nos países da Europa Ocidental, mas poderia se cumprir no âmbito da própria União Soviética. Então, esta é a primeira grande alteração que faz Stalin dos termos clássicos do marxismo.

Outro reposicionamento envolvia a própria concepção do poder proletário no período da transição para o socialismo. A estratégia de Stalin é transformar em doutrina um conjunto de expedientes de centralização do poder e de limitação das liberdades, colocados em prática no primeiro período de consolidação do poder soviético, fazendo de tais expedientes peças de um corpo doutrinário. Estava presente nesta codificação a premissa de que o partido

---

<sup>81</sup> Lênin, 1980a, p.278.

<sup>82</sup> *ibidem.* p.289.

<sup>83</sup> Nesta etapa do trabalho, tivemos por base, sobretudo, as palestras proferidas pelo professor Juarez Guimarães no decorrer do Mestrado em Ciência Política – DCP/FAFICH. Belo Horizonte, 1998.

representa a classe por deter a chave da interpretação científica do mundo – o marxismo. E esta representação autoriza o partido a exercer o poder em nome da classe. Concomitantemente à afirmação da ideia do partido único há a defesa de um amálgama entre partido e Estado. A própria democracia soviética e as outras instituições da classe operária são subordinadas ao partido. Desse modo, os sindicatos, por exemplo, são tomados como correias de transmissão, enquanto a própria democracia dos *soviets* perde seu conteúdo autônomo.

Uma terceira peça da codificação doutrinária de Stalin é conceber um monolitismo partidário. Concepção que, embora não nasça com aquele líder, ganhará em suas formulações, força de doutrina. Isto é, a proibição da existência de frações e tendências e a defesa de uma ideia de disciplina concebida como chave funcional para o exercício do poder por este partido único. Além disso, é defendida uma concepção muito hierárquica do poder dentro do partido, concentrado no Comitê Central, em sua Comissão Executiva e no Secretário Geral do Partido. Processo que se iniciara em 1921 com o X Congresso. Todas essas alterações, nitidamente autoritárias, recebem uma fundamentação teórica que se propõe como expressão do chamado marxismo-leninismo.

No início dos anos trinta assiste-se a um processo crescente de codificação desse marxismo-leninismo; seja em termos filosóficos; seja na reescritura da história do próprio Partido Comunista da União Soviética; seja na relação deste partido com a criação científica etc. Aos poucos o partido passa a intervir diretamente na construção da própria ciência e da própria arte na União Soviética. Todo esse processo de concentração do poder, no Partido e no Estado Soviético, se desdobraria em um processo de centralização também no interior da III Internacional. Iniciada com o chamado processo de bolchevização essa centralização adquiriria no período stalinista a sua forma mais elevada, mais concentrada. Isto é, os outros partidos comunistas passariam a ter uma relação estritamente subordinada às diretrizes da direção do PCUS incorporando esta codificação do marxismo como sendo a ciência do marxismo.

Pode-se afirmar que a influência do chamado marxismo-leninismo ou do marxismo tal como codificado por Stalin foi a influência mais duradoura, mais persistente e mais ampla no interior da cultura marxista no século XX. Desde um período anterior à Segunda Guerra Mundial ela contribuiu para moldar os partidos comunistas. Depois daquela guerra, pelo menos até meados da década de 1950, com a crise do relatório Krushev, o stalinismo era amplamente legitimado pelo papel muito importante desempenhado pela União Soviética na destruição do nazi-fascismo. A partir de 1956 quando se faz a crítica do culto à personalidade não haveria uma crise abrupta nem uma demolição completa dos fundamentos da tradição

stalinista. Sua crise prolongou-se durante décadas. O suspiro final só pôde ser visto no final dos anos de 1980 com a dissolução do sistema de poder da União Soviética e a deslegitimação dos dogmas e teses vinculados à tradição stalinista.

Enquanto prevaleceu o stalinismo mostrou-se uma referência central. Os vários marxismos críticos à tradição stalinista que se formularam ao longo daquele século – seja na obra de Rosa Luxemburgo; seja na obra de Trotsky; no marxismo da escola de Frankfurt; no marxismo de Karl Korsch, ou mesmo de Gramsci não conseguiram exercer uma influência ponderável sobre a cultura do marxismo. Essa predominância fez com que o debate em torno da relação entre democracia e socialismo surgisse tardiamente no interior dessa cultura. Tendo prevalecido, mesmo naquelas experiências revolucionárias que se realizaram com um grau importante de autonomia em relação ao PCUS a crença de que a transição para o socialismo se faria segundo o dogma da ditadura do proletariado concebida tal qual Stalin a formulou. Os casos mais exemplares são exatamente a experiência da Revolução Cubana e a experiência da Revolução Chinesa que, em grande medida, adotaram as referências de poder tal como formulados na teoria stalinista para a transição ao socialismo. Persistem elementos como o dogma do partido único; a confusão entre partido e Estado; a ideia de um partido monoliticamente constituído e hierarquizado que não permite uma autonomia real das instituições sindicais, dos movimentos sociais ou do movimento operário. Prevaecem, portanto, premissas que negam a democracia, concebida em oposição ao socialismo. Além da crença na possibilidade de construção do socialismo em um só país.

A desilusão com o stalinismo, após o relatório Krushev, contribuiu para uma retomada daquelas críticas construídas por Trotsky e Rosa Luxemburgo, por exemplo. Outra crítica que se torna importante no âmago daquela crise, consubstanciou-se no pensamento de Gramsci que atenta para a questão da formação do indivíduo como uma função estratégica da política de implementação do projeto de uma classe e, como responsabilidade dos mais velhos perante os mais jovens, na perspectiva de criar formas mais avançadas de civilidade. Também se aprofunda na questão do desaparecimento do Estado a partir do pleno desenvolvimento da capacidade da sociedade civil para regular-se a si própria.

Em outra vertente, na década de 1960 começa a se estabelecer um diálogo com novos postulados surgidos no interior do marxismo. Maria Paula Araújo sintetiza algumas das transformações trazidas por essas novas vertentes destacando a importância de historiadores ingleses como Eric Hobsbawn, Edward Thompson, Christopher Hill e Pery Anderson que, ao romperem com o Partido Comunista Britânico, reuniram-se em torno da *New Left Review*. Destaca ainda a *New Left* americana e as esquerdas dissidentes na França, Itália e Alemanha

que fizeram duras críticas ao comunismo oficial, entendido como o “comunismo soviético”, que englobava a URSS, os diversos partidos nacionais a ela alinhados e um corpo de ideias que eram associados ao modelo soviético. Essas novas vertentes, segundo a autora, valorizavam o papel do sujeito na História.

Assim, os anos 1960 iniciaram um processo, que teria sido largamente aprofundado na década seguinte, de tentar unir a política e a vida pessoal. “A política começava a ser entendida [...] como uma dimensão da vida ligada a valores e a visões de mundo (mais do que a interesses)”.<sup>84</sup> Surge um conjunto de projetos de revolução social que ao invés de se ajustarem às formas de uma igualdade que implicaria na supressão das individualidades, partiam justamente da reivindicação do direito à diferença e à pluralidade. Aos poucos, se constrói uma desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, bem como, a defesa de “uma idéia de democracia direta, participativa, sem intermediários”.<sup>85</sup> Tais mudanças no interior da cultura do marxismo também tiveram incidências sobre as esquerdas brasileiras e, em certa medida, o processo acompanhado na sequência, é delas tributário.

#### 4.2. AS ESQUERDAS COMUNISTAS BRASILEIRAS E OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA NO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979-1982)

Considerada parte da cultura marxista no que tange à questão democrática, voltemos ao Brasil de finais da década de 1970, na ambiência das interações e dos conflitos que, considera-se, seja auspiciosa para mudanças. Em relação às organizações da esquerda comunista já fizemos referência ao fato de que a derrota da perspectiva da luta armada trouxe à tona a discussão sobre as relações socialismo/democracia. Também citamos o resgate do pensamento leninista anterior à leitura stalinista. Neste sentido, pode-se identificar uma aproximação entre as ideias de democracia e de destruição do Estado.

Tentemos agora acompanhar seus posicionamentos no processo de construção do Partido dos Trabalhadores. Nos primeiros documentos o que se destaca é a indefinição quanto ao sentido de democracia. Embora, tornando-se elemento consensual, ainda não havia conteúdo definido. Na *Declaração Política*, de 1979, anterior à fundação do partido, remete-se à prática cotidiana das massas populares<sup>86</sup> a construção de uma nova concepção de

---

<sup>84</sup> Araújo, 2000, p.72.

<sup>85</sup> *ibidem*.

<sup>86</sup> DECLARAÇÃO Política. In: Resoluções, 1998, p.56.

democracia. Ainda não havia certezas que permitissem a definição de seus sentidos. No *Programa de Fundação* (1980) a exaltação desse empirismo aparece em vários trechos:

[...] Nosso partido não pode nascer pronto e acabado [...]; o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares [...]; este programa deve ser aprofundado pela prática dos trabalhadores [...].<sup>87</sup>

Ou, em formulação mais corriqueira, no Discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores (1981) ao responder à pergunta sobre qual era a ideologia do PT: “[...] São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer.”<sup>88</sup> A argumentação encontrava eco naquele debate sobre o vanguardismo e, assim, transformava a indefinição em ponto positivo. Um antídoto àquele mal. Mesmo quando se explicita a posição do partido – “Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo [...]” – remete-se à decisão do povo o conteúdo do socialismo a ser construído: “O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares [...]”<sup>89</sup> Na interpretação de Cláudio Gurgel, o marxismo do PT foi um marxismo não assumido e cheio de dúvidas e revisões.<sup>90</sup>

Importante atentar também para o fato de que nenhum dos sujeitos que protagonizavam a formação do partido herdava uma cultura democrática. Nem as lideranças sindicais, nem os militantes católicos, nem as esquerdas herdavam essa cultura. Como de resto, nem a própria sociedade brasileira. Tratar-se-ia, portanto, no caso das esquerdas analisadas do ponto inicial na construção de um projeto democrático visando a construção da igualdade. Por fim, a indefinição oferecia a conveniência adicional de facilitar a administração das tensões ao remeter ao futuro definições quanto a pressupostos norteadores da ação.

As análises de Rachel Meneguello<sup>91</sup> sobre a formação do Partido dos Trabalhadores chamam atenção para o fato de que a ideia de governo popular fundado na criação de mecanismos de participação das bases fazia com que a concepção de sociedade democrática se aproximasse da ideia de supressão da distância entre sociedade e Estado. Nos documentos

<sup>87</sup> PROGRAMA (1980). In: Resoluções, 1998, p.68-73.

<sup>88</sup> DISCURSO... In: Resoluções, 1998, p.113.

<sup>89</sup> ibidem. p.114.

<sup>90</sup> Gurgel, 1989, p. 122.

<sup>91</sup> Meneguello, op.cit. p.110.

iniciais do Partido dos Trabalhadores, como na *Declaração Política* (1979), fala-se em uma “nova concepção de democracia” cujo ponto diferenciador seria dado pelas raízes fincadas “nas bases da sociedade e sustentada pela decisão das maiorias”.<sup>92</sup> No *Manifesto de Lançamento* (1980) afirma-se o compromisso com a democracia “exercida diretamente pelas massas”.<sup>93</sup>

Ridenti ao analisar a história destas esquerdas em termos de ciclos coloca, nesta vinculação entre participação e democracia, o elemento que marcaria o início de um novo ciclo, o das bases que teria durado cerca de trinta anos esgotando-se na virada do milênio. Neste momento teria se iniciado um quarto ciclo, que o autor define, ainda que provisoriamente, como “ciclo da institucionalização defensiva”. Os contornos deste quarto ciclo ainda não estariam muito claros, mas, grosso modo, corresponderia “a certa reconstituição e reinvenção das formas de submissão do trabalho ao capital, [...] acompanhada da consolidação institucional da democracia e da crescente dificuldade de organização das classes trabalhadoras”.<sup>94</sup> Suas considerações sobre o ciclo das bases destacam que, naquele momento, a chave de tudo era a liberdade sindical e a organização pelas bases. Segundo o autor, ganhava destaque a famosa frase de Marx, segundo a qual, a emancipação da classe trabalhadora é obra da própria classe. Democracia e participação em estreita relação. O objetivo seria a construção de uma democracia de trabalhadores. Se a superação do vanguardismo marcava o final de um ciclo, a ênfase na participação marcaria o início da nova etapa. Formulava-se uma síntese que valorizava as lutas populares autônomas sem descartar a ideia de partido que, entretanto, deveria ser a expressão política fiel de suas bases. Esta identificação entre democracia e participação, que está na base da definição deste momento como o início de novo ciclo na história destas esquerdas, possuiu diferentes tonalidades, obviamente. Estava também entre os sindicalistas. Interessa considerar, pois, de que maneira as organizações que estamos acompanhando elaboraram esta relação. Somente nos foi possível acompanhá-las na oposição que fizeram aos sindicalistas.

Voltemos à “Plataforma Política” (1979), nela o PT cruza a fronteira da democracia-liberal e lança suas propostas mais ousadas, conforme assinala Cláudio Gurgel, ai se encontram a defesa do governo dos trabalhadores, da socialização da medicina, erradicação dos latifúndios e o controle popular dos fundos públicos. No Programa do partido, aprovado em junho de 1980, também vemos posicionamentos que se aproximam da visão de

---

<sup>92</sup> DECLARAÇÃO... In: Resoluções, 1998, p.56.

<sup>93</sup> MANIFESTO de lançamento. In: Resoluções, 1998, p.66.

<sup>94</sup> Ridenti, 2006. In: Araújo, 2006, p.23-41.



democracia que, presente no pensamento de Marx, ficaram ofuscados pela leitura stalinista de seu pensamento. No Programa busca-se uma democracia que garanta aos trabalhadores a direção das decisões políticas e econômicas do país. Direção que deveria se efetivar por meio dos organismos de base.<sup>95</sup>

Conforme nos lembra Guimarães, a obra de Marx esteve a favor de formas diretas de autogoverno e de controle social.<sup>96</sup> Dessa forma, se é correto afirmar a presença de uma visão autoritária de Estado em seu pensamento algumas análises nos dão conta da presença de uma segunda visão. Assim, Ralph Miliband, em *Marx e El Estado*,<sup>97</sup> revela a existência de uma concepção não autoritária do Estado em seu pensamento. O sentido marcante, neste caso, seria dado pela ideia de desinstitucionalização do poder político. Acompanhemos seu raciocínio.

Lembrando que não se encontra na obra de Marx uma teoria ampla e sistemática sobre o Estado, Miliband retira as ideias fundamentais a respeito do tema de trabalhos de análise histórica. Em primeiro lugar, demonstra que a obra juvenil de Marx preocupou-se com a natureza do Estado e sua relação com a sociedade civil. Suas primeiras formulações demonstram a influência hegeliana concebendo o Estado como guardião do interesse geral da sociedade e do Direito como encarnação da liberdade. No entanto, conforme aponta o autor, a obra de Marx é um passo crítico em relação a Hegel. Assim, em *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (1843) Marx tem em mira o nível de abstração que caracteriza o pensamento hegeliano no que diz respeito ao Estado. Para Marx a contradição entre Estado e Sociedade Civil é tomada como uma realidade enquanto a solução para a alienação política aparece dentro dos marcos da democracia:

A democracia é o enigma decifrado de todas as Constituições; nela a Constituição aparece como o que é: um produto livre do homem [...]. Constitui a verdadeira unidade do universal e do particular. Na democracia, a Constituição; a lei; e mesmo o Estado é uma autodeterminação do povo, um conteúdo determinado do povo.<sup>98</sup>

Embora este conteúdo permaneça indefinido na obra de Marx, seu pensamento parece apontar como seu significado mais profundo a possibilidade de expressar, para além da emancipação política, a emancipação humana. Com a distinção, Marx aponta os limites da

<sup>95</sup> PROGRAMA (1980), in. Resoluções, 1998, p.68.

<sup>96</sup> Guimarães, 1998, p.253.

<sup>97</sup> MILIBAND, Ralph. Marx y El Estado. In: CERRONI, Umberto et.al. *Marx, el derecho y el estado*. Barcelona: Oikos-tau, 1969.

<sup>98</sup> Marx, 1959, p.33-15, citado por Miliband, 1969, p.55.

emancipação política, lembrando que o Estado pode tornar-se instrumento de dominação de uma classe, como no caso da sociedade burguesa. Esta concepção aparece de forma mais explícita no Manifesto Comunista:

[...] o poder político do Estado Moderno não é mais que um comitê de administração dos assuntos comuns de toda a burguesia; o poder político é, simplesmente, o poder organizado de uma classe para oprimir a outra.<sup>99</sup>

Esta é, conforme apontado por Miliband, a posição marxista clássica quanto ao Estado e a única que pode achar-se no marxismo-leninismo. Mas nos lembra que, em Marx e em certa medida em Engels, esta concepção é apenas uma concepção primária, podendo-se falar em uma concepção secundária: “é a de que o Estado é independente de todas as classes sociais e, superior a elas, que é a força dominante da sociedade e não o instrumento de uma classe dominante.”<sup>100</sup> Marx trabalha, aqui, a questão da autonomia do Estado. A manifestação extrema desta possibilidade pode ser vislumbrada em um governo pessoal autoritário, como aquele tratado no *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1851/1852).<sup>101</sup> Adverte, no entanto, que o poder estatal não se acha suspenso no vácuo, representa uma classe, embora pretenda representar todas as classes. Na elaboração de Marx, a chance da emancipação humana reside no processo de desinstitucionalização do poder político, convertendo o Estado, de órgão que está acima da sociedade, em órgão completamente subordinado a ela.<sup>102</sup>

Conforme Miliband, o que Marx exalta na Comuna de Paris é o fato da revolução não ter buscado consolidar o poder estatal, mas destruí-lo. Muito embora essa compreensão tenha sido abraçada pelos anarquistas e não pelos partidários da liderança de Marx no interior da Internacional. Também para Guimarães, este parece ser o elemento essencial do conceito de ditadura do proletariado. Ou seja, “um período de gradativa extinção do Estado enquanto órgão autônomo de dominação, de extensão qualitativa do controle social sobre o Estado e de ampliação inaudita das liberdades [...]”.<sup>103</sup>

As análises de Miguel Abensour chamam atenção para a complexidade que o tema alcança. Novamente, identificam-se momentos distintos na obra de Marx em relação às concepções de Estado, sendo um dos méritos do manuscrito de 1843, segundo Abensour, o fato dele incitar a pensar a democracia sobre as ruínas do Estado, pois, “[...] na verdadeira

<sup>99</sup> Marx, 1962, p.13, citado por Miliband, 1969, p.57.

<sup>100</sup> Miliband, 1969, p.57.

<sup>101</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974..

<sup>102</sup> Miliband, 1969, p.75.

<sup>103</sup> Guimarães, 1998, p.253.

democracia o Estado político desapareceria. Onde a democracia cresce até conhecer um pleno desabrochar, o Estado decresce”<sup>104</sup>.

O autor aponta que, a partir de 1844-1845, as atenções de Marx voltam-se para o substrato econômico por intermédio da sociedade civil. Mas, em 1871, com *A Guerra Civil na França*,<sup>105</sup> há um despertar da problemática de 1843 e Marx passa a ressaltar a necessidade de destruir-se o poder do Estado moderno. “Não é uma forma ou outra de Estado que é rejeitada, mas sim o próprio Estado, enquanto forma.”<sup>106</sup> O autor encontra, nesse ponto da análise, a ambiguidade que queremos ver ressaltada. Em suas palavras:

[...] é legítimo ver em Marx uma contradição entre uma visão instrumental do Estado [...] e a tese mais fecunda, mais complexa, segundo a qual, o Estado, longe de ser neutro, engendraria, enquanto formalismo específico, uma relação de dominação, que cairia sobre o conjunto da sociedade. Por isso, a emancipação exige, não se apoderar do Estado, mas, derrubá-lo, para destruir, de uma só vez, a forma de dominação que lhe é intrínseca.<sup>107</sup>

Assim, conclui o autor, somente a generalização do agir democrático consegue realizar a unidade do universal e do particular. Enquanto a democracia não é tanto

[...] a realização de um processo que acarreta o desaparecimento do Estado, mas a instituição determinada de um espaço conflituoso, [...] no qual se confrontam as duas lógicas antagônicas, se desenvolve uma luta, sem trégua, entre a autonomização do Estado, enquanto forma, e a vida do povo, enquanto ação.<sup>108</sup>

Interpretação semelhante é defendida por Eric Hobsbawm, para quem a Comuna de Paris teria levado Marx e Engels a desenvolver suas ideias sobre o Estado e sobre a ditadura do proletariado a partir da crença de que não bastava apenas apoderar-se do velho mecanismo estatal, era preciso destruí-lo.

No projeto político que se construía no interior do Partido dos Trabalhadores é, em documento de 1982, que se explicita de maneira mais contundente este desejo de diluição da distância entre Estado e sociedade através da ideia de autogoverno:

<sup>104</sup> ABENSOUR, Miguel. A democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano. Trad. Cleonice P.B. Mourão; Consuelo F. Santiago; Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.114.

<sup>105</sup> Marx, 1980.

<sup>106</sup> Abensour, 1998. p.115.

<sup>107</sup> ibidem.

<sup>108</sup> ibidem. p.123.

[...] As escolas terão de ser controladas por pais e mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de ter o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores etc.<sup>109</sup>

Segundo Keck, a visão que o PT fazia do socialismo era um conceito radical de democracia que implicava dar poderes à sociedade civil, pois continha uma poderosa rejeição da visão essencialmente estatista de mudança que, historicamente, caracterizou todo o espectro político brasileiro. O poder, naquela visão, não era apenas algo que deveria ser “tomado” através do Estado, mas também algo construído na sociedade.<sup>110</sup> O deslocamento pode ser tomado também, cremos, como um desdobramento das interações vividas nos “campo do encontro” já que a efervescência favorecia as possibilidades de situar a construção da democracia na sociedade civil. Todavia, que visão tinham desta sociedade?

A considerar a posição de Antônio Callado, devido às características dessa sociedade, não havia muita chance de sucesso para as transformações. Em *Bar Don Juan* (1971), a revolução não acontecera no Brasil, porque não havia “terreno cultural onde semear a idéia”.<sup>111</sup> Era algo similar a semear nos rios. Em *Reflexos do Baile* (1976) a sociedade está ausente. As esquerdas são flagradas ainda a defender a revolução, sendo que a intenção era convidar o povo a participar dela, conforme vimos. Por outro lado, no final da década de 1990, é a democracia que, na visão do autor, não tinha possibilidades no país. Até a comunicação é difícil: “[...] num país como o Brasil, você não tem como falar com as pessoas, quer dizer, realmente é muito difícil de se comunicar.”<sup>112</sup> Trata-se de um país no qual as pessoas continuavam a topar golpes autoritários. Além dos elementos culturais, a falta de esperanças em relação às possibilidades da democracia vinha também do problema da fome. Assim, enquanto em *Reflexos do Baile* era impossível vencer a “mansa resignação dos que não comem” e viabilizar a revolução, em suas considerações na década de 1990, o autor alerta para os empecilhos à consolidação de uma democracia em um país onde a desinformação, o analfabetismo e a miséria impedem a construção de valores democráticos. A sociedade brasileira, nessa visão, continuava a desprezar a democracia. No romance *Sempre viva* a despeito da população local participar da reação contra os desmandos de Antero Varjão,

<sup>109</sup> PLATAFORMA eleitoral nacional. Trabalho, terra e liberdade. 1982. In: Resoluções, 1998, p.125.

<sup>110</sup> Keck, op.cit. p.280.

<sup>111</sup> Ridenti, 2002, p.39.

<sup>112</sup> ibidem. p.41.

contribuindo para a efetivação dos planos de Quinho, é o herói quem, sozinho, leva a cabo a empreitada.

Em outra vertente vimos, por meio da narrativa de Augusto Boal, um exemplo da enorme expectativa provocada pela efervescência a que estamos nos referindo. Toda possibilidade de mudança situa-se nesse ressurgimento, nessa participação que se anuncia como milagre. Dando estofa às esperanças Boal descobre um povo brasileiro cuja história é marcada pela luta: “O povo brasileiro sempre foi lutador, sempre defendeu seus direitos, suas liberdades, e por isso foi e é tão oprimido.” Conforme vimos, a frase é apresentada como razão para a alegria que sentiu ainda na cadeia. O desdobramento do raciocínio vincula a longevidade da ditadura a essa capacidade de luta. Por ser tão lutador é que o povo foi tão oprimido. Nesse caso uma idealização positiva. Talvez essa seja uma importante permanência. Pretendia-se que o poder fosse algo construído na sociedade civil, mas, mantinha-se uma visão simplista dessa sociedade.

Essas visões talvez ajudem a compreender ambiguidades presentes nos documentos de fundação do partido dos Trabalhadores. Ainda segundo Keck, conviviam no partido dois conceitos de poder e isso se refletia na tensão entre o papel do partido como parte de um movimento e seu papel como instituição política. Constituíam-se importante ponto de tensão. Nas palavras da autora:

[...] o discurso de fundação do PT caracteriza-se por um antiestatismo, justaposto a um estatismo de esquerda bastante tradicional quanto ao papel do Estado na economia, e como provedor do bem-estar social.<sup>113</sup>

De certa forma, a história do partido nos dois primeiros anos de sua existência pode ser contada a partir do desenvolvimento da tensão entre estes dois princípios. Uma concepção de sociedade democrática que se aproxima da ideia de supressão da distância entre sociedade e Estado ao lado de uma visão essencialmente estatista de mudança. Historicamente, conforme é sabido, esta segunda visão caracterizou todo o espectro político brasileiro e se estabilizou no interior do partido. Na Plataforma Política (1979) ao lado daquelas propostas mais ousadas há, também, a defesa da estatização dos serviços básicos, distribuição de energia de grandes empresas e bancos. Estatizações abandonadas no “Plano de Ação” que acompanhava o “Programa do PT” (1980). A Plataforma foi apresentada como ponto de partida para discussões que forjariam o Programa e, nele, esta feição estatizante foi

---

<sup>113</sup> Keck, op.cit. p.282.

abandonada, por ser considerada, naquele momento, uma posição esquerdista e não por ser equivocada como filosofia.

É difícil definir com precisão, entre nossos sujeitos, quem defendia qual posicionamento. Na história do partido houve um progressivo distanciamento em relação ao ideal autogestionário de poder que vai sendo substituído por uma visão na qual o Estado vai se configurando como o instrumento transformador da sociedade.<sup>114</sup> Na compreensão de Daniel Aarão Reis, o PT se rendia à sociedade dominada pela cultura nacional-estatista.<sup>115</sup> O início desta mudança teria fortes vínculos também com o processo eleitoral de 1982 e com a leitura de seus resultados como derrota do partido.<sup>116</sup> Diagnóstico que impôs debates e novas disputas.

Segundo Lincoln Moraes de Souza, com o fracasso nas eleições “cresceu a pressão anti-institucional da esquerda marxista-leninista para que as atividades fossem concentradas na organização dos trabalhadores [...]”.<sup>117</sup> Destaque-se, portanto, que na divisão existente no interior do partido, naquele momento, segundo o autor, as organizações da esquerda pressionavam no sentido de concentrar esforços na organização dos trabalhadores e não na institucionalidade e se mostravam menos interessadas nas eleições, por exemplo. A vinculação entre as organizações de esquerda e essa pressão anti-institucional é sustentada também por André Singer.<sup>118</sup> Embora seja bastante provável que houvesse divergências entre as organizações e, mesmo, dentro delas.

Nas palavras de Souza, na crise interna provocada pelos resultados no pleito de 1982, “[...] parecia que o PT seria a expressão dos movimentos sociais, ou seja, apenas defenderia suas reivindicações [...], e que não se [trataria] de um partido dirigente, com propostas para os movimentos sociais e para governar”.<sup>119</sup> O povo lutador saberia se autogovernar. Hipótese que, em relação ao papel do partido, significaria a vitória de um de seus pressupostos iniciais: não ser um partido dirigente.

Já vimos que, em seu nascedouro, prevalecia a intenção de se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome dos trabalhadores e por eles. Pretendia-se ser a sua expressão política, não seu dirigente. Ao lado da difusão da crítica às organizações de quadros como os partidos marxistas-leninistas é possível acompanhar os posicionamentos em relação à

---

<sup>114</sup> Gurgel, op.cit. p.33.

<sup>115</sup> Afirmção feita no processo de orientação.

<sup>116</sup> Foram eleitos apenas seis deputados federais e nenhum governador de Estado.

<sup>117</sup> SOUZA, Lincoln Moraes de. Das marcas do passado à primeira transição do PT. In: *Perseu: história, memória e política*. v.1, n.2. Fundação Perseu Abramo, 2007. p.27, nota 11.

<sup>118</sup> SINGER, André. O PT. São Paulo: Publifolha, 2001. p.32.

<sup>119</sup> Souza, 2007, p.14.

função que deveria ter o partido. Também neste ponto as ambiguidades se oferecem à análise. Nos Estatutos, compostos por onze títulos, destacam-se entre as obrigações dos filiados: “[...] realizar tarefas de doutrinação e ação política decididas pelos órgãos do Partido.”<sup>120</sup> Em 1981, ao discursar na 1ª Convenção do partido, Lula também faz referências às tarefas do militante: “Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária.”<sup>121</sup> A função continua sendo a de educar. Paulatinamente, assumirá a intenção de dirigir.<sup>122</sup>

A decisão tomada no pós-1982 de “voltar às origens” priorizando a organização e a mobilização popular, conforme desejo das organizações presentes no partido, pareceu aos sindicalistas um expediente perigoso, pois, temiam que aquelas organizações instrumentalizassem os núcleos.<sup>123</sup> Estes núcleos provocaram muita discussão. Nos primeiros momentos do partido eles faziam parte de um conjunto de instrumentos criados para permitir algo como uma direção coletiva que garantisse que o PT fosse internamente democrático. A intenção era construir “[...] uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, que [garantissem], efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases”.<sup>124</sup> Com seu viés anticentralista os núcleos deveriam ser o lugar primordial da ação política dos militantes do partido reforçando os vínculos do PT com os movimentos sociais.<sup>125</sup> Talvez por isso gerassem muita insegurança e discussões. Citado por Keck, um artigo publicado no jornal *Em Tempo*, em agosto de 1980, dava conta de que:

[...] alguns membros da Comissão Nacional Provisória temiam que os núcleos, caso lhes fosse reconhecido um poder decisório, pudessem ser instrumentalizados com excessiva facilidade pelos grupos organizados existentes no interior do partido.<sup>126</sup>

<sup>120</sup> ESTATUTO (1980). In: Resoluções, 1998, p.77.

<sup>121</sup> DISCURSO.... In: Resoluções, 1998, p.110.

<sup>122</sup> Vale lembrar a posição de Lula em artigo assinado em 1979, quando defende que o partido funciona como um “alto comando”. O ponto culminante das mudanças em relação à função do partido pode ser visto nos documentos produzidos no âmbito do 3º Encontro Nacional realizado em 1984 que acenava para uma importância menor da variável movimento. Segundo Souza, o documento caminha no sentido de propor que o partido assuma a condição de partido dirigente. Cita as *Teses para atuação do PT*, como um primeiro documento a acenar nessa direção.<sup>122</sup> Por outro lado, era a primeira vez as divergências, especialmente entre os sindicalistas e seus aliados versus esquerda organizada, foram publicamente explicitadas e assumidas por meio de chapas diferentes. Cf. Souza, 2007, p.23.

<sup>123</sup> Keck, op.cit. p.125.

<sup>124</sup> O Núcleo viabilizaria a participação do filiado, dando-lhe acesso à informação, à discussão e à decisão. Elemento central para a garantia da democracia interna. Nas propostas iniciais eles deveriam ter um mínimo de 21 membros. Gurgel, op.cit. p.99.

<sup>125</sup> Keck, op.cit. p.124.

<sup>126</sup> ibidem. p.125. O jornal citado é de 14 ago.1980.

Preocupados, os sindicalistas vincularam o retorno às origens à proposta de formação mais orgânica de um grupo dirigente. Assim, em junho de 1983, foi lançado o *Manifesto dos 113*, segundo o qual

[...] a Articulação formou-se para combater, por um lado, os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora.<sup>127</sup>

Vale dizer, por receio das tendências, os dirigentes do partido repetiam o mecanismo. Os integrantes da Articulação eram membros da ala sindical, militantes católicos e intelectuais. Tentava ser a expressão de uma clara maioria. De fato, por vezes, eram apoiados por militantes da esquerda marxista-leninista. Tendo em Apolônio de Carvalho um exemplo emblemático entre outros. Se a influência dos sindicalistas nos órgãos dirigentes do PT ficou evidente desde o início, neste momento consolida-se sua hegemonia. A partir desse momento institucionaliza-se a existência das “facções” organizadas no interior do partido dando origem à regulamentação das tendências no final dos anos 1980.

Os resultados obtidos nas eleições de 1982 pareciam demonstrar a força dos demais movimentos sociais. Dos oito deputados federais eleitos, cinco deles não contavam com apoio diretamente vinculado ao voto sindical. No estado de São Paulo, Geraldo Siqueira elegeu-se com os votos dos estudantes; Irma Passoni foi uma das fundadoras do MCV, Sérgio Santos vinculava-se às lutas urbanas na freguesia do Ó; João Batista Breda, psiquiatra e homossexual assumido, Airton Soares participou ativamente do movimento pela anistia.<sup>128</sup> A essa força que pareciam ter esses diversos movimentos e ao perigo de serem instrumentalizados pelas organizações comunistas correspondeu um conjunto de mudanças naquele projeto político.

Assim, na disputa interna, frente a um grande temor em relação aos núcleos e, portanto, à descentralização – temida como sendo uma “centralização das vanguardas” – o partido vai revelando também uma crônica dificuldade em combinar seu foco nos movimentos sociais com a ação na esfera político-institucional o que produziu sérios conflitos internos entre 1982 e 1985.<sup>129</sup> Ao longo da década prevalecerá a atenção à esfera político-institucional. Ressalte-se que, no momento no qual se colocou a polarização entre um princípio anticoncentralista e autogestionário, expresso nos núcleos do partido, versus uma centralidade do institucional, nos termos usados por Lincoln, as organizações político-

---

<sup>127</sup> Keck, op.cit. p.135.

<sup>128</sup> ibidem. p.177.

<sup>129</sup> ibidem. p.254.



partidárias que estamos acompanhando estiveram ao lado do primeiro princípio sustentando aquela identificação entre democracia e participação.

Obviamente, a desconfiança em relação àquela defesa da descentralização por organizações cuja história é marcada pela ultra-centralização é cabível. Do mesmo modo, pode-se objetar que a subordinação das organizações de esquerda ao movimento sindical deveu-se à fraqueza política de tais organizações, à sua fragmentação, ou ainda, que camuflava um desejo mal dissimulado de instrumentalizar os movimentos sociais. De maneira análoga, análises como as de Daniel Aarão Reis, destacam certo imobilismo nestas organizações. Deste ponto de vista, pouco mudara desde a defesa da luta armada. Nas palavras do autor:

No momento da fundação do PT, as organizações revolucionárias continuavam a se imaginar como ‘vanguardas’, no sentido leninista do termo, concebendo o partido como uma ‘frente política’, um campo de influência e de recrutamento, destinado a ser dirigido politicamente por elas.<sup>130</sup>

É provável que tudo isso esteja presente. Entretanto, é preciso reconhecer um conjunto de elementos presentes naquela atmosfera. Frente à escassez e fragmentação das fontes e a quase impossibilidade de acompanhar as posições de cada organização até entrarem no partido, e mesmo depois, quando muitas tenderam a se diluir, a intenção da pesquisa se construiu também a partir de um diálogo com estas interpretações. Buscamos, então, ressaltar um conjunto de novos posicionamentos que, se não configuram mudanças em termos de cultura política, sugerem deslocamentos que convém considerar, relativizando a ideia de imobilismo e considerando algum nível de mudança, ainda que, a despeito das permanências.

Neste sentido, buscamos enfatizar a discussão sobre o vanguardismo nos debates vividos pelas organizações de esquerda e a explicitação ao menos das intenções de superá-lo. Em alguma medida, a subordinação aos sindicalistas pode guardar relação com o fato de estas organizações estarem debatendo este componente de sua cultura política. Por outro lado, trata-se de uma tentativa de resgatar as elaborações iniciais destas esquerdas em relação à democracia, após um período marcado pela intensificação de seu autoritarismo expresso na defesa da luta armada. Portanto, pode ser significativo que, naquele momento, estas organizações tenham se ligado a um conceito radical de democracia, que implicava dar poderes à sociedade civil.

---

<sup>130</sup> Reis, 2007, p.535, nota 29.

Assim, nas raízes do projeto político que nascia, grande parte destas organizações defendeu o sentido mais amplo e fértil de democracia, aquele que permite que o poder se desloque do Estado para a sociedade e ela possa ser pensada sobre as ruínas do Estado. Embora não se possa afirmar que tenha havido mudanças quando à visão que estas organizações tinham da sociedade. Por outro lado, mesmo não se tratando de um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores, parece correto afirmar que esta perspectiva jamais prevaleceu dentro do partido e perderá força à medida que crescer eleitoralmente e à medida que os movimentos sociais perderem força, ainda na década de 1980.

Neste contexto, como considerar as diferentes trajetórias que essas organizações tiveram ao longo da história do partido? Sem fontes que permitam acompanhar cada um dos grupos que se fizeram presentes no interior do partido, observemos as grandes tendências seguidas. Começemos pelo processo de autodissolvência a que chegaram algumas destas organizações. Ele pode ser tomado como evidência daquela incapacidade de mudança apontada por Daniel Aarão Reis. Segundo o autor, devido à impossibilidade prática de manter concepções autoritárias, inerentes à sua dinâmica, elas foram desaparecendo. Contudo, o processo pode ser tomado também como adequação, tanto aos rumos tomados pelo partido, quanto às suas propostas. Desaparecendo o sentido de manter-se enquanto tendência.

Houve também aquelas organizações que acabaram saindo do partido. Ou seja, aquele autoritarismo que lhes caracterizara as ações levava à impossibilidade de convivência no interior do partido. Conclusão também bastante plausível. Ao mesmo tempo, é importante lembrar, em primeiro lugar, que essas rupturas foram mais frequentes na década de 1990. Por outro lado, nem todas as organizações seguiram esta trajetória. A Democracia Socialista (DS), por exemplo, ainda sobrevive dentro do PT.

Por fim, é preciso considerar a possibilidade de que, tanto o dissolver-se, quanto a ruptura com o partido expressasse frustração com a esfera partidária e/ou com a visão tradicional de política. Podendo ser interessante considerar à luz dos processos que estamos considerando a diversificação de formas de ação política empreendidas por parte dos militantes à medida que avançava a década de 1980. Assim, por exemplo, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs), que proliferam a partir de meados da década de 1980. Ao analisá-las, Ana Maria Doimo encontra nosso objeto de pesquisa. Os militantes das esquerdas são assim identificados pela autora:

[...] desiludidos com as estratégias revolucionárias ou mesmo com os enfrentamentos armados do final dos anos 60, reorientaram suas posições. Muitos

acabaram, no retorno, vinculando-se a experiências de 'educação popular', acomodando-se no interior das ONGs então emergentes.<sup>131</sup>

No embasamento de sua afirmativa, a autora aponta uma pesquisa realizada durante o I Encontro Internacional de ONGs e Agências do sistema da ONU, em agosto de 1991, fazendo ressaltar dados que fazem menção à herança histórica carregada por, pelo menos, 29% daqueles que dirigiam as ONGs naquele ano. Talvez, revelem-se aqui desdobramentos do processo em questão.

[...] a maioria dos dirigentes das 102 ONGs analisadas na amostra que compunha a pesquisa tinham, nos anos 70, afinidades com as seguintes linhagens de esquerda: 34% da Teologia da Libertação, 26% com pastorais e CEBs, 14% com o revisionismo marxista, 7% com o maoísmo, 5% com o 'Partidão', 3% com a social-democracia [...].<sup>132</sup>

Sem pretender, nesta altura da reflexão, nenhum tipo de aprofundamento na discussão sobre as ONGs, registre-se que a presença destes militantes pode ser analisada sob dois pontos de vista distintos: por um lado, pode ser tomada como indício de que as concepções democráticas só poderiam ser cultivadas na medida em que os militantes deixassem as organizações ou, de alguma forma, delas se separassem. Entretanto, essa presença pode ser compreendida também como desdobramento das interações surgidas naqueles “encontros” ou articulações à medida que a possibilidade de construção de transformações se deslocava do Estado para a sociedade civil. Por outro lado, ao menos para parte dos militantes, o afastamento talvez significasse aquela descrença nas formas de fazer política e no formato representado pelo partido político. O que deixa uma forte sensação de que, talvez esse, devesse ter sido o ponto de partida das discussões que ora se encerram. No entanto é questão para outras reflexões...

Em resumo, no contexto estudado, a questão democrática ganhou uma intensidade inédita. Por incidência de movimentos bem mais amplos, sociais, nacionais e internacionais. Pelo repúdio à ditadura a sociedade brasileira conheceu naquele período um processo multifacetado de pressões democráticas favorecendo a discussão e a elaboração de propostas democráticas. Assim, sem que tenha resultado da ação das organizações que estamos estudando, a temática tomou lugar central também entre estas organizações que a haviam negado.

---

<sup>131</sup> Doimo, op.cit. p.79.

<sup>132</sup> ibidem. p.80.

Propõe-se que, em ambiência favorável às metamorfoses, estas organizações a partir dos processos vividos ao longo da luta democrática e, sobretudo, a partir da militância no interior dos diversos movimentos sociais deslocavam seus focos de análise que, saindo do Estado, passavam a focalizar na sociedade a possibilidade de construção da democracia aproximando-se do ideal da desinstitucionalização do poder do Estado. Dessa maneira, teria se instalado na história de suas relações com a democracia, um momento, ainda que fugaz, no qual os pressupostos autoritários estavam, ao menos, questionados.

Como não se tratava de milagre – nem a dinâmica movimentalista que se configurou, nem as articulações que esses sujeitos puderam construir – o processo ocorrido, em tão curto espaço de tempo, não seria suficiente para a efetivação de mudanças profundas em termos de cultura política. Como é sabido a construção democrática é um processo lento e a longo prazo. Lembremos ainda que a ausência de uma cultura política democrática é traço da sociedade brasileira. Portanto, pretendemos, apenas, ter tratado das raízes, dos momentos iniciais desse processo de construção de pressupostos democráticos no interior das esquerdas que estamos analisando. Se os diversos sujeitos presentes na cena política iam se metamorfoseando em democratas é importante considerar as especificidades de um processo vivido no campo das esquerdas e que desembocou na construção de um importante partido.

Dialogando com análises que demonstram a importância assumida pela participação das bases no pensamento desta esquerda e definem o processo vivido naquele contexto como o momento de abertura de nova etapa na história destas esquerdas, nossa intenção foi mergulhar nesse “ciclo”, buscando os sentidos conferidos à democracia naqueles momentos iniciais. Por outro lado, embora não se trate de um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores, a reflexão pode contribuir para a análise daqueles fatores condicionantes herdados. Conforme ressalta Margaret Keck, é sempre importante considerar o momento fundante dos partidos porque “os pressupostos que se constroem naquele momento continuam de muitas maneiras, condicionando a vida da organização, mesmo após décadas”.<sup>133</sup> Segundo a autora, mesmo que a organização passe por modificações ao interagir, ao longo de seu ciclo de vida com o ambiente em constante transformação no qual se insere, “as escolhas políticas cruciais feitas por seus fundadores, as primeiras lutas pelo controle organizacional, e o modo pelo qual a organização se formou, deixarão uma marca indelével”.<sup>134</sup> De maneira análoga, a discordância frente àquelas análises que vêm um autoritarismo inerente àquelas organizações

---

<sup>133</sup> Keck, op.cit. p.17. A autora baseia-se nas análises de Panebianco, para quem: “[...] a maneira pela qual as cartas são distribuídas e os resultados das diferentes rodadas que se jogam na fase de formação de uma organização continuam, de muitas maneiras, condicionando a vida dessa organização”.

<sup>134</sup> ibidem.

e, portanto, sem perspectivas de mudança, sugere que a discussão ainda encontra lugar no conjunto de reflexões sobre as esquerdas brasileiras.

Em termos mais gerais, o interesse maior da análise situa-se na possibilidade de contribuir na reflexão sobre os caminhos percorridos pelo projeto de construção da igualdade no país, ressaltando os elementos que, entre as décadas de 1970 e 1980, iniciaram a reflexão sobre a possibilidade de construção dessa igualdade em sintonia com a democracia.

Por fim, o impulso para a reflexão relaciona-se também à concordância com a afirmação feita por um dos mortos de Veríssimo, em seu *Incidente em Antares*, segundo a qual, “[...] aquilo sobre que ninguém fala ou escreve não existe”.<sup>135</sup> O que se quer ver ressaltado é a hipótese de que tenha se iniciado no período estudado, entre as esquerdas analisadas, a construção de uma sintonia com os valores democráticos. Sendo o desejo, conhecer e discutir os momentos iniciais, as raízes da trajetória destas concepções que participaram da construção de um projeto político fundado naquela sintonia entre os princípios da liberdade e da igualdade. A partir da imersão nos processos que levaram à construção dessa sintonia, encontrar argumentos que, ao menos, relativizem a hipótese do imobilismo e de um autoritarismo inexorável a estas esquerdas.

---

<sup>135</sup> Veríssimo, op.cit. p.369.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS COMEÇAR DE NOVO: ESQUERDAS EM METAMORFOSE

Tratou-se de analisar um recomeço. O interesse pela discussão vincula-se a um conjunto de elementos. Em primeiro lugar, conforme já dissemos, trata-se de considerar a possibilidade de ter se iniciado um processo de incorporação do ideal da liberdade a um campo político que se define pela intenção de construir uma sociedade igualitária. Sintonia auspiciosa, ainda que o horizonte a ser alcançado tenha se resumido, após a rajada dos ventos neoliberais, apenas a uma sociedade um pouco mais justa. Historicamente, no caso das esquerdas comunistas brasileiras, estes ideais quase sempre estiveram dissociados. Em especial, distanciaram-se nos anos finais da década de 1960, quando grande parte das organizações comunistas aderiram à luta armada.

Vimos que, em algumas fases da história destas esquerdas, a democracia se fez presente, mas, guardando um sentido provisório, uma etapa a ser vencida. Um conceito sem luz própria como bem disse Luiz Werneck Viana. De maneira geral, do início do século XX quando se forma o PCB (Partido Comunista Brasileiro) até o início da década de 1970, prevaleceram pressupostos autoritários nos diversos ramos que compõem esta família das esquerdas brasileiras. Em sintonia, aliás, com a própria sociedade da qual fazem parte.

Todavia, sob diversos ângulos, tanto para a sociedade brasileira, quanto para estas esquerdas, a década de 1970, sobretudo em sua segunda metade, trouxe importantes discussões em torno dos princípios democráticos. Em grande parte, a pesquisa tenta acompanhar os desdobramentos destes debates que mobilizaram os remanescentes das organizações político-partidárias. Profundamente atingidas pelos desmandos da repressão, elas incorporam lutas que tornarão obrigatória a discussão do lugar e do sentido da democracia nos projetos a serem construídos. Tocava-se em elementos importantes daquela

cultura autoritária. Em certa medida, o trabalho é uma tentativa de documentar os sentidos e limites da metamorfose que se inicia na segunda metade da década de 1970.

Para além dos debates travados naquele processo, houve também a intenção de acompanhar as ações políticas destes sujeitos, levadas a cabo ainda antes que pudessem se organizar legalmente sob a forma partidária. Assim, é em arenas alternativas que vamos encontrá-los. Destacando-se a mal chamada “imprensa nanica” e os movimentos sociais que surgiam ou ressurgiam. Mergulhamos na observação das relações estabelecidas no campo político que se forma a partir destes surgimentos ou ressurgimentos de movimentos reivindicativos. Buscamos conflitos, sintonias e articulações que permitiram a construção de um projeto político democrático concebido neste campo da esquerda. Assim, para além dos debates, as ações políticas ao se desenvolverem no burburinho daquele ressurgimento, ofereciam terreno fértil para mudanças, sobretudo se considerarmos que se disseminavam também pela sociedade, os apelos por democracia.

Tendo por base as análises de Daniel Cefaï que considera estes espaços do “mundo da vida” como encruzilhadas nas quais as culturas políticas ganham chances de se transformar, acompanhamos os documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores, construído nos campos destes encontros, em busca dos indícios e dos sentidos de possíveis mudanças. Para tanto, a análise perseguiu os postulados defendidos pelas organizações políticas comunistas durante o processo de construção das propostas assumidas por aquele partido. Embora, não tenha sido possível acompanhá-las individualmente, pode-se, contudo, perceber alguns de seus posicionamentos a partir dos conflitos entre as esquerdas e os sindicalistas. Uma tensão central naquele momento da história do partido. Por outro lado, foi possível observar que determinados elementos da cultura política herdada pelas organizações estudadas, por vezes, não foram colocados em cheque nesses espaços de interação. Muitas vezes revelaram-se, inclusive, importantes sintonias. O modo verticalizado de fazer política, talvez, seja um destes traços presente nas duas arenas observadas.

Atenção especial foi dada aos sentidos conferidos à democracia por tais organizações político partidárias. Tendo se destacado, conforme vimos, um sentido que, referido à parte do legado deixado pelo pensamento de Marx, aproximava a democracia do ideal de autogoverno. Neste sentido, deslocavam-se as atenções para a sociedade civil, abrindo novos debates e caminhos. Ainda que essa concepção tenha se transformado ao longo da história do partido, parece importante considerar esta raiz do projeto que ora governa o país, contribuindo na produção da reflexão sobre os pressupostos que o embasaram nos momentos iniciais de sua história.

Contudo, em que medida introduziram-se mudanças na cultura política daquelas esquerdas? É a questão central que norteia a pesquisa. A resposta não é simples, nem consensual. A divergência apresentada por importantes estudiosos do tema é, talvez, o grande elemento a justificar a pertinência do estudo que, à primeira vista, pode parecer deslocado no tempo. Tais divergências fundam-se em concepções pessimistas em relação às possibilidades destas esquerdas terem superado o autoritarismo que acompanhou sua história. Fizemos menção às considerações de Daniel Aarão Reis, por exemplo, que identifica certo imobilismo entre estas organizações que teriam mudado muito pouco desde a defesa da luta armada e continuavam a se imaginar como vanguardas. Pretendeu-se, pois, um diálogo com tais reflexões, ressaltando os tons das mudanças que se insinuaram em sintonia com a frequência das ondas do rádio quando tocavam o roqueiro Raul Seixas. Portanto, tentamos reunir indícios de uma transformação que, longe de ser uma obviedade, configura-se ainda como uma hipótese e, nesta medida, sugere a existência de espaços para a discussão. Por fim, numa última contribuição, a reflexão acaba por relativizar a crença de que as mudanças nas esquerdas brasileiras iniciaram-se com o retorno dos exilados, no final da década de 1970.



## BIBLIOGRAFIA

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano*. Trad. Cleonice P.B. Mourão; Consuelo F. Santiago; Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ABRAMO, Laís Wendel. A retomada das ruas. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.161-168.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBSBAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANTUNES, Ricardo. *O novo Sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.321-353.

ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs). *O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006.

AZEVEDO, Ricardo. Medo e Liberdade. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, pp.149-154.

BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBSBAWM, E. J. (org.). *História do Marxismo*. v.10. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et.al. São Paulo: Hucitec, Editora UNESP, 1988.

BOAL, Augusto. *Milagre no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. *Vivendo a sociedade alternativa: Raul Seixas no panorama da contra-cultura jovem*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social).- FFLCH, USP, São Paulo, 2006.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista (1920/1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero: romance pré-histórico*. 3.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

BRASIL, Assis. *Os que bebem como os cães*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1975.

BUCI-GLUKSMANN, Cristinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALLADO, Antônio. *Reflexos do Baile*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CALLADO, Antônio. *Bar Don Juan*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CALLADO, Antônio. *Sempre viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

CALLADO, Antônio. Tempo de Arraes – a revolução sem violência apud DRESSEL, Helga. Espera ou ação: na engrenagem da culpa. In: CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antonio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000. p.129-136.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.131-148.

CEFAÏ, Daniel. Introducion et expérience, culture e politique. In: \_\_\_\_\_. *Culture politiques*. Paris: PUF, 1999. Apud DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. In: *Varia História*. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, n.28, Belo Horizonte: Depto. de História da Fafich, UFMG, 2002, p.18.

CERRONI, Umberto et.al. *Marx, el derecho y el estado*. Barcelona: Oikos-tau, 1969.

CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; MONTY, Johnstone. Teoria Marxista del partido político, *Cuadernos de Pasado y Presente*. Córdoba. n.7, 1971.

CHIAPPINI, Ligia. *Seleção de textos, notas e estudos biográfico, histórico e crítico e exercícos*. Antônio Callado. Literatura Comentada. São Paulo: Abril Educação, 1982.

CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antônio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.99-129.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CRUZ, Cláudia Helena da. *Encontros entre a criação literária e a militância política: Quarup (1967) de Antônio Callado*. Uberlândia, 2003. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

DALCASTAGNÉ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Desigualdade de gênero e participação política das mulheres: a experiência do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 2000. (Mestrado em Ciências Sociais).- PUC, São Paulo, 2000.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995.

DRESSEL, Helga. *Espera ou ação: na engrenagem da culpa*. In: CHIAPPINI, Lígia, DIMAS, Antônio e Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000. p.129-136.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e culturas políticas: definições, usos, genealogias*. In: *Varia História*. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Fafich, UFMG. n.28, Belo Horizonte: Depto. História da Fafich, 2002, p.13-28.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DO POVO BRASILEIRO: Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FETSCHER, Iring. *Bernstein e o desafio à ortodoxia*. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do Marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FICO, Carlos. *Prezada Censura: cartas ao Regime Militar*. In: *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n.5, set.2002. p.251-286.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *A imagem do Brasil em concerto carioca*. In: CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antônio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000, p.137-143.

FORTES, Alexandre. *O Partido dos Trabalhadores na voz de seus fundadores: História oral, memória coletiva e institucionalização*. In: *Perseu: história, memória e política*. v.1, n.1, Fundação Perseu Abramo, 2007.

FRANCO, Renato. Imagens da Revolução no romance pós-64. In: SEGATO, José Antonio; BALDAN, Ude. *Sociedade e Literatura no Brasil*, São Paulo: Editora Unesp, 1999. p.143-166.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. v.3. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

FREIRE, Alípio. Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 1970... Ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (org.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.337-352.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979). São Paulo, Agosto/1979 a Maio/1980. n.76-107. *Em Tempo*. Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira.

GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.

GOUVEIA Arturo. O legado de Antônio Callado. In: CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antônio; Zilly Berthold (orgs). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp e Boitempo editorial, 2000. p.113-128

GUIMARÃES, Juarez Rocha (org.). *Rosa a Vermelha: vida e obra da mulher que marcou a história da revolução no século XX*. São Paulo: Nova Vida, 1987.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Marxismo e Democracia: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.

GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o Consenso: Nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945/1965)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *História do Marxismo*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao Socialismo.

HOBBSAWM, Eric J. *História do Marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao Socialismo.

JÁCOME, Iran Rodrigues. *O novo sindicalismo – vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

- KAUTSKY, Karl. *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1975.
- KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro. As lutas sociais em São Paulo na década de 1970. In: *Presença - Revista de Política e Cultura*. n.2, São Paulo: Editora Caetés, fev.1984. p.65-78.
- KOWARICK, Lúcio. Os movimentos sociais nos anos 1970. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (org.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.155-158.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- LEFORT, Claude. O nome de um. 1987. Apud DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- LÊNIN, Vladimir. O Estado e a revolução. In: *Obras Escolhidas*. v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980a.
- LÊNIN, Vladimir. *Obras Escolhidas*. v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980b. A Revolução proletária e o renegado Kautsky.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.303-320.
- MARCONDES, Celso. Anos Incríveis. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (org.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.143-148.
- MAREK, Waldenberg. Estratégia política da social-democracia Alemã. In: HOBASBAWM, Eric. J. *História do Marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARQUES, Rosa. Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.149-161.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do estado: 1980-2005. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v.6. Campinas: Editora da Unicamp, [s.d.] p.239-288.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.541- 562.

MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

MARX, Karl. *O 18 Brumário*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

MARX, Karl. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980. Crítica ao programa de Ghotá.

MARX, Karl. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980. Guerra Civil em França.

MARX, Karl. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MILIBAND, Ralph. Marx y El Estado. In: CERRONI, Umberto et.al. *Marx, el derecho y el estado*. Barcelona: Oikos-tau, 1969.

MILIBAND, Ralph. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *História do marxismo no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *História do marxismo no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.283-302.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *PCB: Vinte anos de política 1958/1979 (documentos)*. São Paulo: Lech, 1980.

NOGUEIRA, Marco Aurélio et. al. *O PCB em São Paulo: Documentos (1974-1981)*. São Paulo: Lech, 1981.

NÚCLEO AMPLIADO DOS PROFESSORES DO PT. *Lula: Luís Inácio da Silva. Entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Wilson Velloso. 21.ed. São Paulo: Nacional, 1989.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, S. J. Indagações sobre a história cultural. In: *ArtCultura Revista do Nehac*. Uberlândia/MG, v.3. dez.2002. p.9-15.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o comitê central do PCdoB São Paulo 1976*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. Arquivo Edgar Leuenroth / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

RAIMUNDO, Santos. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte/FAPESP, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *História do marxismo no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: \_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.29-52.

REIS, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da política operária (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.55-71.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia: (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.503-540.

REIS, Daniel Aarão; ROLAND, Denis (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, PARTIDO DOS TRABALHADORES/ORGANIZAÇÃO: Diretório Nacional do PT/ Secretaria Nacional de

Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RIDENTTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. A guerrilha de Antônio Callado. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p.23-53.

RIDENTI, Marcelo. Sociedade e os ciclos na história da esquerda brasileira. In: ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs). *O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v.6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-74. In: REIS, Daniel Aarão; ROLAND, Denis (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.57-96.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Brasil e América Latina, v.1). No prelo.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Brasil e América Latina, v.1). No prelo.

RUBEL, Maximilien Isaac. *Crônica de Marx: datos sobre su vida y su obra*. Barcelona: Editorial Anagrama, [s.d.].

SABATO, Ernesto. Apud BRASIL, Assis. *Os que bebem como os cães*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1975.

SACRISTÁN, Manuel. *Sobre Marx y marxismo: panfletos y materiales I*. 1.ed. Barcelona: Icaria Editorial, 1983.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et.al. (org.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.



SADER, Emir. A esquerda brasileira frente ao estado. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o Consenso: Nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADORI, Massimo L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41. São Paulo, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o 'novo sindicalismo' e a idéia de ruptura com o passado. In: JÁCOME, Iran Rodrigues. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTOS JÚNIOR, Belisário. Viagem no tempo. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.398-399.

SEGATO, José Antonio; BALDAN, Ude. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, [s.d.].

SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). 2.ed. rev.aum. São Paulo: Proposta Editorial, [s.d.].

SILVA, Hamiltom Pereira da. Fundação Perseu Abramo, uma construção política e cultural faz dez anos. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Wendel Zilah [org.]. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.15-16.

SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Tradução Carlos Araújo. Porto Alegre/ São Carlos: Ed. Universidade/UFGS/ Ed. Universidade de São Carlos, 1995.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Das marcas do passado à primeira transição do PT. In: *Perseu: história, memória e política*. v.1, n.2. Fundação Perseu Abramo, 2007. p.11-28.

STEINGERG, Hans Josef. O partido e a formação da ortodoxia marxista. In: HOBBSBAWM, Eric J. *História do marxismo*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TÓTTORA, Silvana Maria Corrêa. *A questão democrática: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro na década de 1980*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1980 (Tese, Doutorado em Ciências Sociais).

VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. 27.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Editora Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, ano 3, n.8-9, [s.d].

Periódicos:

BRASIL Socialista. Suíça: Nouvelles Editions Populaires, ns.1-10, 1975-1977. Arquivo pessoal de Bellutti Bellucci. Devo a Fábio Pereira e Tatau Godinho o contato com Bellutti;

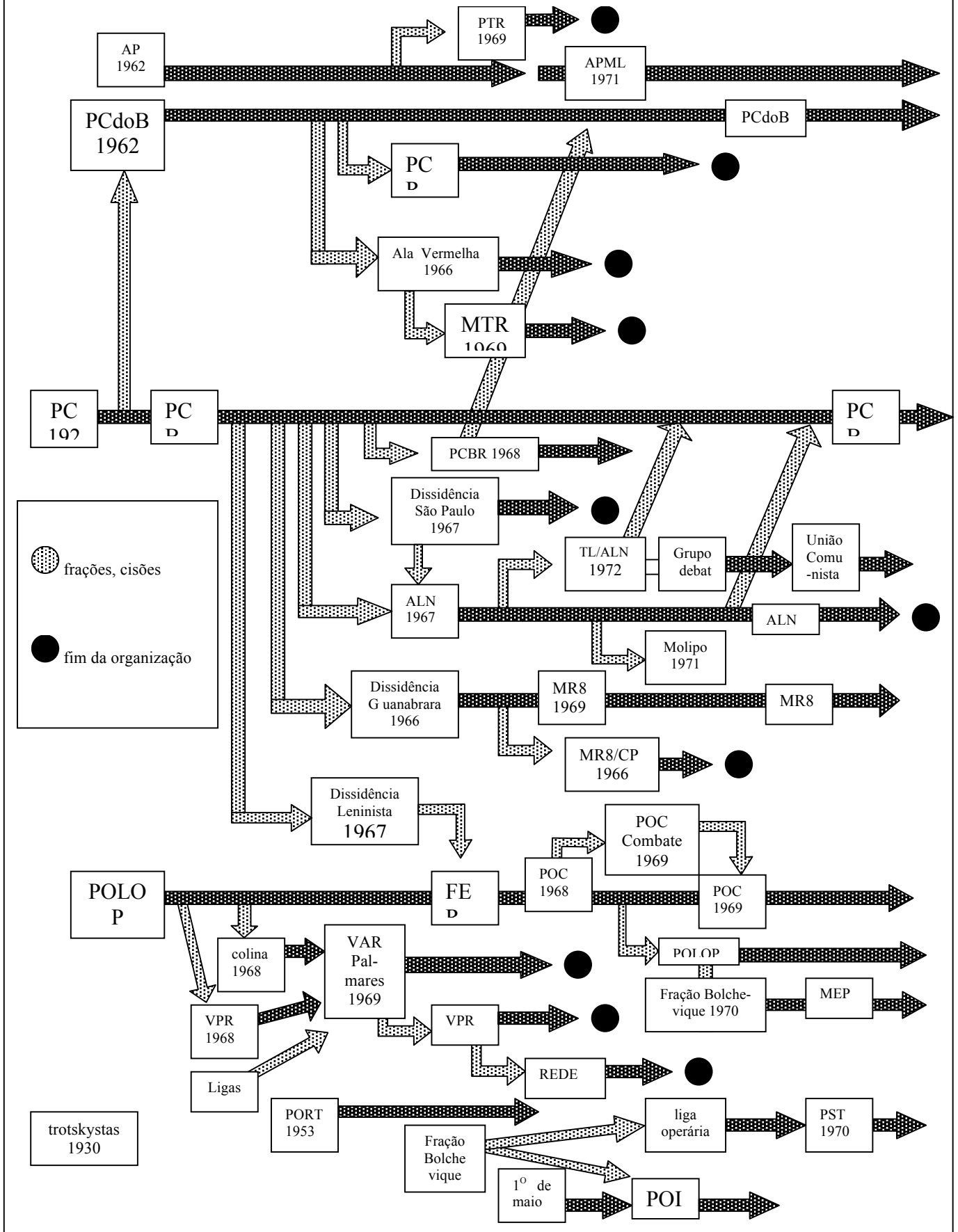
EM TEMPO. São Paulo: 1977/1981. Acervo incompleto disponível na Biblioteca da PUC/BH/MG.

MOVIMENTO. São Paulo: 1975/1982. Acervo completo disponível na Biblioteca da PUC/BH/MG.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, SP: 1971/1982. Acervo completo disponível no Centro de Documentação e Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM) do Sindicato dos metalúrgicos do ABC.

REVISTA VEJA, São Paulo: 1971/1981. Disponibilizado em [http:// www.veja.com.br/acervo digita](http://www.veja.com.br/acervo_digita).

ANEXO 1 - "ÁRVORE GENEALÓGICA" DA ESQUERDA BRASILEIRA



Esboço realizado a partir de quadro de autoria de Marco Aurélio Garcia, publicado no jornal *Em Tempo*, n. 76 (08/1979), série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)